

ISSN 2318-9304

Dimensões

Revista de História da Ufes

Conselho editorial

Patrícia Merlo (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Felipe Fernandes Cruz (Tulane University, EUA)

Maria Cristina Dadalto (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Sergio Alberto Feldman (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Conselho consultivo

Alexandre Avellar (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Angelo Carrara (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

Angelo Priori (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Dulce Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Fabiana de Souza Fredrigo (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Fábio Vergara Cerqueira (Universidade Federal de Pelotas, Brasil)

Fernando Nicolazzi (Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Brasil)

Francisca Nogueira Azevedo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Gizlene Neder (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Herbert S. Klein (Columbia University, United States of America)

Jorge Malheiros (Universidade de Lisboa, Portugal)

José Carlos Reis (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Luiz Fernando Saraiva (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Manolo Garcia Florentino (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Márcio Seligman-Silva (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Marco Antônio Lopes (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Marcos Luiz Bretas (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Maria Beatriz Nader (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Maria Elisa Noronha de Sá (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil)

Miguel Suarez Bosa (Universidade de Las Palmas en Gran Canaria, Espanha)

Miliandre Garcia (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Norberto Luiz Guarinello (Universidade de São Paulo, Brasil)

Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Quentin Skinner (University of Cambridge, England)

Renan Friguetto (Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Ricardo de Oliveira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil)

Stefano Gasparri (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Editores, revisão técnica e capa

Lucas Onorato Braga (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Revisão

Os autores

Realização

Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

Contato

Av. Fernando Ferrari n. 514, 2º andar IC-3, CCHN - Campus de Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075-910. Tel.: 55 27 4009-2507. E-mail: revistadimensoes@gmail.com

Objetivo

Dimensões – Revista de História da Ufes é um periódico semestral voltado para a publicação de artigos inéditos e resenhas de autoria de mestres, doutorandos e doutores. Os artigos são agrupados em dossiês ou temas livres. Mantida pelo Programa de Pós-Graduação em História, a revista foi fundada em 1990 como *Revista de História*, tendo permanecido com esse nome até 2000, quando foi renomeada para *Dimensões – Revista de História da Ufes*, mas preservando o mesmo ISSN (1517-2120). Em 2010, com o propósito de facilitar a difusão do conhecimento científico, *Dimensões* passou a ser veiculada exclusivamente por meio eletrônico, com livre acesso por parte dos usuários. Em 2011, um novo ISSN foi atribuído à *Dimensões*: 2179-8869. Atualmente, a revista se encontra classificada como B2 no *Qualis* de periódicos elaborado pela Capes. A principal missão de *Dimensões* é divulgar a produção intelectual de pesquisadores vinculados ao sistema nacional de pós-graduação, além de promover o intercâmbio com profissionais do exterior. A revista apresenta ainda uma notável abertura transdisciplinar, acolhendo contribuições de diversas áreas das Ciências Humanas além da História.

Ficha catalográfica

Dimensões - Revista de História da Ufes. Vitória: Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica/ Programa de Pós-Graduação em História, volume 41, dezembro, 2018, 326p.

Semestral
ISSN 2318-9304

1. História - Periódicos

CDU 93/99

Dossiê

Percursos históricos: ciência, tecnologia e meio ambiente

- 7
Apresentação
Jadir Peçanha Rostoldo
- 10
A questão tecnológica em António José Saraiva
Tiago Rego Ramalho
- 30
Ciência a serviço do reino: sociabilidade e reformismo ilustrado nas últimas décadas do império atlântico português
Patrícia. M. S. Merlo
- 52
Da Marinha francesa nos trópicos: apontamentos sobre o problema colonial da febre amarela nas Antilhas à época da Restauração Bourbon
Daniel Dutra Coelho Braga
- 76
A Psiquiatria em Goiás: A Ideia de Modernidade e o Manicômio Aduino Botelho
Éder Mendes de Paula
- 103
História da Historiografia da Ciência em debate: reflexões, limites e possibilidades teórico-metodológicas
Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva e Ricardo Gião Bortolotti
- 126
From Jungle to Space: Cartography, Satellites, and the Environment
Felipe Fernandez Cruz

Artigos

- 156
A Interação entre História, Memória e Anacronismo em uma pintura de Portinari
Almerinda da Silva Lopes
- 181
A incidência de fatores internos na formulação da política externa: O Brasil e seu projeto de nação na fronteira com a Argentina durante a transição do Império para a República
Maximiliano Zuccarino e Bruno Pereira de Lima Aranha

- 214 A educação Patrimonial e os lugares de memória: A cidade de Cambira-PR
João Paulo P. Rodrigues
- 230 Os arquivos da repressão no Brasil e no Cone Sul: uma análise historiográfica.
Pedro Ernesto Fagundes
- 252 Agências internacionais de notícias, telegramas e política: expedientes e práticas dos jornais brasileiros no alvorecer da Guerra Fria
Edvaldo Correa Sotana
- 279 Espaços e práticas: arranjos afetivos e sexuais na Porto Alegre das primeiras décadas republicanas
Carlos Eduardo Millen Grosso
- 301 Margem e cultura marginal nas Minas Setecentistas: poder, trabalho e controle social
Renato da Silva Dias & Jeaneth Xavier de Araújo Dias

Dossiê

Percursos históricos: ciência, tecnologia e meio ambiente

Apresentação

Este dossiê especial da Revista Dimensões conduz o leitor, a partir da ciência histórica, a direcionar sua atenção para uma visão interligada de temas sempre atuais: ciência, tecnologia e meio ambiente. Com artigos que abarcam o início desses temas no mundo da história, a partir do século XVIII, as discussões propostas objetivam revelar as transformações nas sociedades, entrelaçadas com os impactos provocados pela ciência e tecnologia nos diversos meio ambientes, seja no cotidiano urbano ou rural.

Os constantes avanços na ciência e na tecnologia ao longo dos anos trazem novos desafios e oportunidades na construção da historiografia que se dedica a esses temas. A necessidade de compreender a fase atual do desenvolvimento global, provocada por esses avanços, traz consigo uma certa urgência: o impacto crescente no meio ambiente de todas as sociedades e suas muitas ramificações. Não falamos aqui apenas dos impactos sociais, econômicos e culturais, mas também do processo de politização da ciência ambiental, que carece de uma análise mais aprofundada.

A problemática tecnológica na obra do intelectual português Antônio José Saraiva é discutida no primeiro artigo do dossiê do Prof. Tiago Rego Ramalho, da Universidade Nova de Lisboa. A partir das reflexões do intelectual sobre os conceitos de cultura, história e progresso, a modernidade tecnológica é questionada. O autor faz uma reflexão sobre a construção desses conceitos e suas mutações.

Discutindo a relação entre saber e poder, e ciência e administração imperial, no final do século XVIII e início do XIX, no Império português, a Profa. Patrícia Merlo, da Universidade Federal do Espírito Santo, propõe uma intrigante discussão. A partir das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815), o artigo defende que a produção científica veiculada pelas Memórias incorporou o entendimento dos conhecimentos produzidos como alicerces para proces-

sos modernizadores de Portugal e do Ultramar. Essa análise estabelece uma conexão entre as demandas do Império e as produções dos acadêmicos.

Dois artigos se inserem na esfera das ciências da saúde. No primeiro, o pesquisador Daniel Dutra, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, explicita os entrelaçamentos entre dinâmicas ecológicas, produção de conhecimento e configuração de Estados, a partir da análise do colonialismo francês, nas Antilhas, elencando como objeto a febre amarela enquanto problema colonial. Foca sua discussão no controle do movimento de populações nas diferenças de relevo das ilhas, como medida colonial mais importante para enfrentar o problema da febre amarela. A seguir, o Prof. Éder Mendes de Paula, da Faculdade Evangélica de Goianésia, analisa como o ideal de modernidade foi aplicado no estado de Goiás, utilizando-se da relação entre os discursos médico-psiquiátrico e o político. A discussão se desenrola na busca pela lógica nas conexões entre saúde, política e poder.

O pesquisador Luiz Cambraia da Silva, da Universidade Estadual Paulista, nos transporta para o ambiente da historiografia da ciência, analisando diferentes possibilidades, teórico-metodológicas, para o historiador interessado em empreender uma pesquisa na área da História da Historiografia da Ciência. Reflete sobre possíveis caminhos metodológicos para o pesquisador, sugerindo que o trabalho no campo da História da Historiografia da Ciência não apenas proporciona experiências de historicização, mas também lança novas possibilidades de compreensão quanto ao desenvolvimento historiográfico da ciência.

Encerrando o dossiê, o Prof. Felipe Cruz, da Tulane University, entrelaça os temas da ciência, tecnologia e meio ambiente, numa perspectiva histórica, trazendo uma análise diferenciada sobre a história de como os homens tem mapeado e conceituado geograficamente o espaço, e seus eventuais efeitos sobre o meio ambiente. Focando a história do mapeamento, da aeronáutica e dos voos ao espaço, o artigo explora como a ciência e a tecnologia tem sido empregada pelo governo brasileiro na conquista das fronteiras, especialmente da Amazônia. Analisa, finalmente, como as imagens de satélites são usadas para reforçar as leis ambientais, e as mudanças provocadas por essa sistemática.

Esses estudos contribuem no preenchimento de uma lacuna historiográfica no estudo desses temas, assim como nos ajudam a entender a história global da ciência, da tecnologia e do meio ambiente, relacionadas com as transformações sociais. Também nos dão suporte no entendimento de como o desenvolvimento tecnológico e científico afetam a cultura, a política e as sociedades.

Prof. Dr. Jadir Peçanha Rostoldo

Organizador

A questão tecnológica em António José Saraiva

TIAGO REGO RAMALHO¹
Universidade Nova de Lisboa

Resumo: O presente artigo tem a intenção de apresentar os contornos do pensamento do intelectual português António José Saraiva a respeito da problemática tecnológica; desde logo como a mesma se dá a conhecer a partir das reflexões que o autor em questão delinea o conceito de cultura, história ou progresso. Convém salientar: o percurso militante e intelectual de Saraiva, na senda do qual se produzem um conjunto considerável de mutações que o levam a refletir estas problemáticas conceptuais; e a forma como a sua formação intelectual de historiador da cultura o leva a questionar a modernidade tecnológica.

Palavras-chave: Progresso; Tecnologia; História.

Abstract: The present article intends to present the contours of the intellectual law thought António José Saraiva regarding the technological problematic; From there, you can also discover the reflections on the subject matter of concept of culture, history or progress. It is worth pointing out: Saraiva's militant and intellectual path, in the path that fits well with changes that take time these conceptual problems; The way in which his intellectual formation as a historian of culture leads him to question a technological modernity.

Keywords: Progress; Technology; History.

Recebido em 16/06/2018 e accito em 05/12/2018.

1. Doutorando em História Contemporânea; Mestre em História Contemporânea; Licenciado em Ciência Política; Investigador integrado no Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

A questão da técnica ou da tecnologia no pensamento de António José Saraiva remete-nos para a necessidade de enquadrarmos a referida problemática numa visão ampla e crítica da «Civilização Ocidental». Assim sendo, subjaz a esse entendimento o tema de uma alienação ou de um fetichismo que, por força de uma crescente «racionalidade tecnológica» (Herbert Marcuse), desenraíza, degenera ou obstaculiza um conjunto variado de dinâmicas. Pensar a evolução histórica da técnica, através de Saraiva, implica que esboçemos um olhar sobre a filosofia da história (ou seja, como é que uma teleologia da história ou um pensamento escatológico pode insuflar alienação tecnológica). Do mesmo modo, a pluralidade semântica que o conceito de progresso encerra sobre si mesmo possibilita a que descortinemos, por um lado, uma ideia de progresso material incomensurável (Condorcet) e, por outro lado, uma ideia de progresso que não deposita infinitas esperanças no desenvolvimento tecnológico e na crescente transformação da natureza. A ideia de uma cultura tecnológica, comprometida com um progresso desmesurado, é vista por Saraiva enquanto degenerescência da condição humana, o que conduz paulatinamente a um exercício de morte ou de auto-aniquilação. Essa onto-normatividade, podendo resultar numa hipnotização do máximo social (Perry Anderson), funda-se no pressuposto de que o Homem é o agente supremo por excelência.

De seguida, importa perceber como é que Saraiva considera os utensílios, as ferramentas e a técnica de um passado em contraste com uma técnica da contemporaneidade ou da modernidade. Neste quadro, a problemática consiste em percebermos se uma técnica dos tempos modernos é compatível com a condição humana (Martin Heidegger). Numa análise do que entende por *homo faber*, Saraiva argumenta que o advento das indústrias transformadoras e de políticas ancoradas na ideia

de progresso, em que assistimos a uma consumação de um *homo aeconomicus et planificador* ou de *homo consumidor*. A preservação das designadas artes menores (William Morris), e também de uma concepção de trabalho sustentada por uma certa sobriedade, é uma das preocupações presente nas reflexões de Saraiva, desde logo na forma como essas práticas tendem a preservar as relações humanas e o efeito mediacional. Por contraste, a intensificação de uma cultura materialista, sustentada numa emancipação do objeto em relação ao sujeito, promove como que uma ruptura comunicacional. A objetificação do mundo consiste também no incremento de práticas reiteradamente prejudiciais para o mundo natural. Este momento permite-nos questionar a existência futura de uma «distopia» em que o Homem é superado pela tecnologia: o trans-humanismo, como visão que deposita na tecno-cientificidade a resolução dos problemas humanos, por meio de uma confiança inabalável no seu potencial. Contra esse fundamento, ancorado «numa facilitação da vida humana», Saraiva insurge-se para de alguma forma reabilitar um certo *topos* destituído de alienação. O «humanismo integral» (Henri Lefebvre) que perpassa o pensamento de Saraiva, devedor de um jovem Marx, outrora comprometido com o Humano e não com a Classe, posiciona-o na linha de um marxismo heterodoxo que, por sua vez, recusa qualquer «corrente da história». No quadro de uma presumível ortodoxia marxista, encontramos no pensamento português a figura de um Álvaro Cunhal comprometido com um progresso científico e tecnológico ou com uma sobre-exploração das capacidades presentes no mundo da natureza – o rumo da história como princípio inquestionável. Por fim, diga-se que a crítica direcionada às sociedades tecnológicas aproxima Saraiva de uma atitude romântica: a quebra das relações humanas, a quantificação dos processos sociais ou a omnipresença do mercado (Michael Löwy). Não se trata propriamente de um regresso ao passado, mas antes de uma

inquestionável travessia rumo a um futuro insondável.

Filosofia do Progresso e Cultura Tecnológica

A história dos homens tem consistido num gradual afastamento destes em relação à Natureza ou, antes, numa emancipação dos mesmos relativamente aos constrangimentos inerentes ao embrutecimento da Natureza. Daquí, resulta uma possível oposição: uma natureza, no seu estado originário e espontâneo, que contrasta com a artificialidade da transformação humana. A essa dimensão que visa superar as limitações do mundo natural, António José Saraiva designou-a por «Cultura» (Cf. SARAIVA, 2003, p. 11). A cultura definir-se-ia então como o espaço onde o homem celebraria um conjunto de conquistas que, por sua vez, seriam impossíveis no quadro dos produtos providenciados pela natureza. Digamos, seguindo as palavras de Oswald Spengler, que “*o homem furta à Natureza o privilégio de criar*” (SPENGLER, 1993, p. 69). Em função de existirem «determinados objetos ou operações que a natureza não produz», a cultura define-se pela recusa do ser humano a uma qualquer forma de fatalismo ou de sujeição aos caprichos do mundo natural. Assim, torna-se evidente a separação entre Cultura e natureza. Num sentido amplo, e recuperando alguma conceptualização assumida por Terry Eagleton, podemos definir a primeira como sendo “*não o que é dado pela natureza, mas o que quer que seja que é construído pelo homem*” (EAGLETON, 2003, p.51). A construção artificial, motivada pelos «acrescentos do espírito», pode ser contextualizada numa escala gradativa com amplitude variável. De acordo com as formulações expressas em *O que é a cultura* (2003), Saraiva apresenta-nos três sentidos possíveis para o conceito em questão (Cf. SARAIVA, 2003 p. 11-12). Num primeiro, que de alguma forma é aquele que temos apresentado até então,

a cultura² assume um sentido lato, onde podemos encontrar uma variedade imensa de práticas e realizações humanas. Entre esses «produtos da cultura», vamos encontrar, entre outros, a ciência ou a tecnologia. Se a primeira definição nos remete para o termo francófono de «Civilização»³, diga-se que a mesma, agora num «sentido mais restrito», pode ser relacionada com a etnologia. Nesta forma de conceber a cultura, a relevância da análise recai sobre as características de um determinado povo. Deparamo-nos então com o seguinte: a cultura como expressão global da atividade humana e a cultura como expressão global da atividade de um povo. Num terceiro e último sentido, Saraiva procura posicionar a cultura em relação direta a um conjunto de atividades que, no seu entender, constituem o que podemos designar por *folklore*. Neste sentido mais restrito, que o próprio relaciona ao que os antigos designavam por «noves musas», encontra-se excluída a ciência e a tecnologia (Cf. NEVES, 2015, p. 305-306).

Discorrendo sobre um conjunto variado de «produtos da cultura», e assumindo a fala como «condição de cultura», Saraiva demonstra como o discurso, a palavra ou a oralidade constituem o núcleo essencial de uma conceção lúdica, afetiva ou providencial da afirmação cultural dos homens. Próximo de uma visão que entende a cultura como expressão de um

2. A interação e o imaginário social também podem assumir de algum modo uma identificação ou aproximação com o fator cultura, desde logo se considerarmos a seguinte definição de Terry Eagleton: “*Cultura será então tudo o que não é transmitido geneticamente*” (EAGLETON, 2003, p. 52), numa apreensão social que se distingue da transmissão ou do legado natural.

3. Dennis Cuche sugere que “*a noção de cultura revela-se, portanto, o utensílio adequado para pôr termo às explicações naturalistas dos comportamentos humanos*” (CUCHE, 1999, p. 24) para, de seguida, fazer menção a essa definição de cultura, explicando que “*a palavra [entenda-se, cultura] inscreve-se pois plenamente na ideologia das Luzes: a “cultura” é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão, que encontramos no núcleo vivo do pensamento da época*”; assim, trata-se de “*um termo ao tempo muito próximo de um outro que conhecerá grande sucesso no vocabulário francês do século XVIII: “civilização*” (CUCHE, 1999, p. 32), na medida em que refletem «concepções fundamentais».

povo ou como expressão popular, digamos que estas fórmulas constituir-se-iam como aquelas onde o entrosamento entre cultura e natureza seria mais profícuo ou ajustado. Assim, a oralidade antecedeu a escrita, visto que “*tudo começou com a linguagem*” (SARAIVA, 2003, p. 15). Se a linguagem foi uma conquista de ordem qualitativa, o advento da escrita, derivado das fragilidades inerentes à transmissão oral, proporcionou uma alteração significativa. Evidenciando o carácter deficitário que resultou dessa transformação, Saraiva sugere que a mesma permitiu que “*se petrificasse a palavra e a despersonalizasse*” (SARAIVA, 2003, p. 16), adiantando que a «mensagem comunicada» viria a superar o «sujeito falante». Assistimos ao prenúncio de uma crise da cultura - aqui entendida no seu «significado de poesia popular» -, pela relação que o homem vem a estabelecer com a natureza⁴. A possibilidade de uma degenerescência da cultura, assim compreendida num sentido mais restrito e particular, emerge quando a palavra e o elemento qualitativo que reveste a ação dos homens são ultrapassados pelo primado do número e de uma manifestação quantitativa da dinâmica humana. Ou seja, há um saber teórico que perde espaço para um saber prático. O ocidente é assim envolvido por uma ciência moderna, onde a «palavra é despojada» em função da proeminência do fator quantitativo, mensurável ou contabilístico (Cf. SARAIVA, 2003, p. 29). Saraiva sustenta a ideia de que ciência e tecnologia nem sempre se corresponderam entre si e comungaram em vista de um propósito comum. Como tal, o autor permite-se considerar um desdobramento na atividade científica desenvolvida pelo

4. Em dado momento, Saraiva apresenta o que pode significar um «acrescento à natureza» e o que pode constituir a «natureza revelada», na forma de «consciência humana da natureza» (Cf. SARAIVA, 2003, p. 29). Por sua vez, num outro espaço onde discorre sobre o potencial do homem e a sua possível instrumentalização, socorre-se da fórmula presente em Espinosa, em que este último, procura distinguir entre «natureza naturada» e «natureza naturante» (Cf. SARAIVA, 1970, p. 43).

homem ao longo dos tempos, ao identificar uma «ciência antiga» e uma «ciência moderna». Na medida em que a primeira, que nos faz remontar a uma «ciência grega», era fomentada pela «dialética, geometria e retórica», a segunda viria a ser estimulada pela experiência, consolidando-se através do que designa por «superstição dos números» (SARAIVA, 2003 p. 31-32). A viragem metodológica permitiu, no quadro de uma desvalorização da especulação⁵, o incremento da estatística. Esta divisão sugerida por Saraiva possibilita-lhe entrever uma variação ao nível da interferência do homem sobre a natureza: a ciência dos tempos modernos provoca uma retração por parte da natureza, ao passo que a «ciência antiga» não necessita de pressionar ou contrair a natureza em face dos resultados que exerce sobre o homem. Debruçando-nos sobre a história, podemos assim depreender uma cultura que encontra na tecnologia um fator de expansão e de afirmação e, por sua vez, uma cultura que é precisamente o oposto dessa tecnologia.

Saraiva, ao mesmo tempo que é sensibilizado por uma visão da cultura em que a tecnologia é excluída, não deixa de reconhecer que essa mesma tecnologia é parte integrante do desenvolvimento da cultura, aqui entendida em sentido lato. Abrangendo os mais variados domínios e atividades humanas, constitui-se como “*totalidade do domínio técnico sobre a natureza*” (HABERMAS, 2015, p. 27). E esta totalidade assume um outro significado quando a tecnologia irrompe numa escalada constante e crescente de domínio sobre o mundo natural. O presente significado do conceito de cultura repousa numa teoria da história em que o fluxo heraclítico, caracterizado pela mutação ou pela transitoriedade, incorre

5. No olhar crítico que Max Horkheimer dirige sobre a relação entre razão e ciência, depara-se com uma desvalorização ou mesmo uma «liquidação» do designado pensamento especulativo. A «calculabilidade» afigura-se como o fundamento dos processos sociais (Cf. HORKHEIMER, 2015, p. 115).

na procura incessante de uma teleologia. O «*perpetuum mobile*», tal como definido em Oswald Spengler (Cf. SPENGLER, 1993, p. 102), projeta um ideal de aperfeiçoamento contínuo da condição humana: o homem como ator principal, onipotente e onipresente no desenrolar da história. Jürgen Habermas, recordando o pensamento de Kant, assume que este último entendia a cultura como «o fim último da natureza» ou como um «sistema teleológico» (HABERMAS, 2015, p. 27). O ideal de perfectibilidade humana, pressuposto de uma renovada consciência assumida pelo homem moderno, constitui-se pela prossecução de um novo *topos*: a horizontalidade é substituída pela verticalidade, ou seja, onde antes encontraríamos o papel preponderante das divindades na mediação a estabelecer com os homens, vamos encontrar, a partir desse momento, o homem como sujeito e elemento prevaLENcente. Deste modo, a concretização da ideia de perfeição deve ser desencadeada por uma visão de progresso.

Em plena década de 1940, e em correspondência com Óscar Lopes, Saraiva interroga-se sobre se a ideia de progresso é monolítica ou se, por sua vez, é passível de outros entendimentos. A preocupação deste último prende-se em averiguar se a mesma é um exclusivo da técnica, admitindo, porém, que “*os antigos tinham talvez uma noção longitudinal de progresso*” (NEVES, 2005, p. 42). Ainda que de uma forma pouco consolidada pelo autor, podemos assim antever que a ideia de progresso nem sempre tem uma finalidade material. Anos mais tarde, embora Saraiva ainda não tenha rompido com um marxismo de índole ortodoxa e com a militância comunista, retoma a questão anteriormente exposta, embora num entendimento que designa como «progresso social». Uma forma de progresso que tem essencialmente um propósito político, uma expressão de classe, desde logo no modo como promove a distribuição de riqueza e como equilibra a estrutura social. Assumidas as potencialidades da inovação técnica, a questão reside na

acessibilidade ou, se quisermos, na democratização das mesmas: trata-se de perceber, não as vantagens ou as desvantagens que a técnica configura para a condição humana como expressão global, mas a criação de possibilidades que permitem uma melhoria das condições materiais de um dado setor da população ou de uma determinada classe social (SARAIVA, 1996, p. 61). Como vimos anteriormente, a respeito do renovado desempenho do homem sobre a temporalidade histórica, também Saraiva argumenta que a um mesmo tempo que assistimos a um «retrocesso do espírito teológico», - isto é, a uma ausência da explicação histórica em face de uma intervenção sobre-humana – o «progresso do espírito histórico» torna-se uma evidência. O homem conquista para si, tal como Kant afirmara, as categorias de tempo e espaço. Através desta nova percepção do tempo, que irrompe por volta do século XVIII pela mão da ciência, constata-se que a ideia de progresso permite *“aos homens novos meios para agir sobre a natureza”* (SARAIVA, 1996, p. 97). Digamos que deixa de existir uma visão limitada pela constância e imutabilidade das coisas para assistirmos, pelo contrário, a uma visão sustentada pela sucessão das coisas. O homem assume um novo comprometimento, agora com o reino da necessidade. Saraiva recorda a influência decisiva que tanto os enciclopedistas como, por exemplo, Condorcet assumiram em face do «planeamento científico do futuro» que apetrecha o homem de novos instrumentos. É assim que a «noção de progresso» surge intimamente conectada com a «conceção do tempo histórico». No seguimento, acrescenta que *“a consciência do progresso significa que o homem se vê retrospectivamente em avanço para uma finalidade que está presentemente procurando alcançar”* (SARAIVA, 1996, p. 98). A viragem substancial de paradigma consiste em enquadrar o homem como «promotor da história», combinando simultaneamente uma «capacidade transformadora» e uma «ambiçãõ de transformação». No quadro das condições de possibilidade

admitidas pelo tempo⁶ e pelo espaço, o acaso, o caos ou a imprevisibilidade tornam-se realidades suscetíveis de serem ultrapassadas devido à capacidade que o homem adquiriu de «operar sobre o mundo» (Cf. SARAIVA, 2004, p. 142).

Na viragem para a década de 1960, período coincidente com o abandono das teses ortodoxas e de aproximação a um marxismo cultural, Saraiva suspeita do otimismo que fundamenta o progresso técnico. A problemática da alienação assume uma nova dimensão nas cogitações do autor, e na medida em que o progresso técnico supera um conjunto variado de alienações verifica-se, ao invés, a introdução de outros mecanismos de alienação (NEVES, 2005, p. 67). Ainda na primeira metade da presente década, em correspondência regular que estabelece com Óscar Lopes e Luísa Dacosta, desenvolve espaços de reflexão e de crítica a um modelo de progresso, apresentando então os seus argumentos: a persistência de estados de alienação no desenvolvimento técnico; a descaracterização ou a estranheza que assola o homem na sua individualidade; o entorpecimento das relações humanas; uma excessiva especialização técnica em contraste com uma massificada verificada pelo consumismo (NEVES, 2005, p. 67; Rodrigues, 2011, p. 87-88). No decorrer da década de 1960, Saraiva continua a sistematizar um conjunto de questões condizentes com a filosofia do progresso tal como foi assumida pela ciência moderna. O presente enquadramento, de uma tecno-cientificidade que promove uma concretização da vida dos homens no plano material, demonstra uma reduzida amplitude no que concerne ao aspeto resolucionável que

6. “Particularmente característica da moderna ideia do progresso é a valorização do tempo. Este é compreendido como uma linha ou como uma curva que caminha infinitamente para cima, como um nascimento que desvaloriza tudo o que é mera existência. O presente é vivido em relação ao futuro mais ou menos incerto” (MARCUSE, 1969, p. 62).

encerra sobre si mesmo – o desenvolvimento técnico emerge enquanto estratégia que visa satisfazer as necessidades do ser humano e ultrapassar a insatisfação deste. Em *Maio e a Crise da Civilização Burguesa* (1970), onde Saraiva sistematiza um conjunto variado de problemáticas extraídas dos acontecimentos verificados com o Maio de 1968, questiona a capacidade do «desenvolvimento tecnológico» reunir em si todas as condições tendo em vista a «felicidade humana». Na estreita relação entre progresso e «Civilização Burguesa», de que forma existe uma subalternização ou uma desregulação das seguintes «virtualidades humanas»: do homem consigo mesmo; do homem com o outro; do homem com a natureza (Cf. SARAIVA, 1970, p. 39). O progresso técnico e científico, monolítico na sua essência, reveste-se de uma objetividade e de uma uniformização dos preceitos em que o objeto suplanta o sujeito.

Na década anteriormente apreciada, encontramos em Saraiva uma sensibilidade de perscrutar a visão progressista que, no seu entendimento, percorre a «Civilização Burguesa». Na década subsequente, a maturação de um certo pensamento crítico contribui para a problematização da ideia de progresso, algo que podemos depreender através do ensaio *A Seta e o Anel* (*Notas sobre o «Progresso»*), que data do ano de 1977. No início do presente escrito, o autor transmite-nos que o termo «progresso», fortemente influenciado pelas teses iluministas (Cf. HORKHEIMER, 2015, p. 140), haveria de ser entendido, desde a segunda metade do século XIX, como a nova «fé», como uma «fé» renovada onde o homem é, simultaneamente, agente de fé e depositário de fé. Trata-se então de uma conceção moderna – entenda-se, esta «fé» no progresso – que pretende opor uma «crença presente» a uma «crença passada» (Cf. SARAIVA, 1977, p. 143). A «crença presente» pretende assim objetivar uma nova esperança humana na corrente da história, contrastando com um passado que condicionada o potencial

humano, desde logo obliterando-lhe, simultaneamente, o conhecimento e a ação da temporalidade histórica. Assim sendo, o progresso era entendido como uma «lei automática» que, por meio de um esforço e de uma persistência contínua, «evoluía das formas mais imperfeitas às mais perfeitas» (SARAIVA, 1977, p. 143). A burguesia torna-se na classe social que irrompe nesta orientação enquanto sujeito histórico encarregado de sintetizar o ideal de progresso. Reformulando os propósitos da espécie humana, ela é expressão de uma outra consciência que procura afirmar-se historicamente como «expansionista, acumuladora e materialista» (Cf. SARAIVA, 1977, p. 144). O mundo tradicional simbolizava de algum modo a aquiescência e a submissão a princípios e valores previamente estabelecidos, imutáveis e condicionantes: o ser humano procurava assim realizar-se a uma escala vertical ou espiritual; por contraste a esse plano, a modernidade transmite que a síntese individual e da espécie humana define-se a uma escala horizontal ou material (Cf. DEBORD 2012, p. 14). Não obstante Saraiva recordar determinados episódios – presentes, quer na Mitologia, quer na Religião – que revelam um querer humano obstinado em atingir a felicidade plena, tal como surge presente em Platão, no mito de Prometeu ou no Génesis, por outro lado, ao recordar a história de Ícaro, «que caiu no mar por ter querido voar para o Sol», compreendemos a impossibilidade de transpor-se todos os limites impostos pela natureza. O desejo e a ambição afiguram-se como os referenciais desta nova «fé» secularizada. Contudo, Saraiva alerta-nos para o «salto mortal» que, do mesmo modo que refreia a impetuosidade e os «desejos humanos», torna-se reflexo dos «limites da natureza» (Cf. SARAIVA, 1977, p. 145). Saraiva destaca quatro componentes que, segundo o próprio, distinguem a noção de progresso: componente científica; componente tecnológica; mercado e democracia. No que respeita à primeira componente, diga-se que a mesma se traduz no

pressuposto de que uma aprendizagem continuada, rumo a um plano de auto-superação, é aprazível a esse novo ambiente científico. A componente tecnológica é o resultado da experimentação e do saber prático. Saraiva sustém que, antes mesmo desse desenvolvimento técnico ter pretensões quotidianas tornando-se também desenvolvimento material, a ciência não se correspondia a essa intenção de praticabilidade quotidiana. Ou seja, “*a acumulação de conhecimentos ao longo das gerações, de que fala Pascal, desenvolve-se a um nível puramente intelectual*” (SARAIVA, 1977, p. 149). Consequentemente, diga-se que a revolução industrial⁷ é o momento histórico em que tecnologia e ciência confluem num mesmo âmbito. Outrora, argumenta Saraiva, a técnica não era fator de acumulação e de multiplicação – daí que nem sempre a tecnologia seja admitida em determinadas conceptualizações da cultura. De seguida, o mercado é visto como o espaço que melhor aproveitamento pode realizar sobre as potencialidades tecnológicas. O «universo mercantil», que ele entende como objetivação espaço-temporal, por intermédio do fortalecimento do sistema de trocas, possibilita a expectativa da posse, o incremento do querer, e constitui o progresso tecnológico como progresso acumulativo de bens. Por último, a componente democrática é o corolário da anterior componente, entrosando-se com as restantes na afirmação do progresso. Destaque-se que a componente mencionada, na sua variante de «democracia económica», é um fator decisivo na revitalização e renovação constantes do «universo mercantil», desde logo porque a acumulação de bens é efetivada através da aquisição de bens – o poder de compra ou a liberdade económica como instrumentos democráticos (Cf. SARAIVA,

7. Segundo Martin Heidegger, a «idade industrial moderna» desdobra-se em duas «revoluções técnicas»: “*a primeira consiste na passagem da técnica do artesanato e da manufatura à técnica das máquinas com motor*”; “*consideramos como segunda revolução técnica a introdução e o triunfo da maior «automação» possível, cujo princípio de base é definido pela técnica da regulação e da direção, a cibernética*” (HEIDEGGER, 1995, p. 14).

1977, p. 152).

No quadro dos tempos modernos, procurou-se interligar e corresponder entre si as várias componentes que Saraiva sinalizou: a mercantilização do cotidiano, consubstanciada na possessão, valeu-se de uma tecnologia precisamente comprometida com os princípios da transformação e da produção de bens, o que significou uma apropriação da ciência por parte desta última. Como tal, passou-se a considerar a ciência pelo seguinte: «deve ser útil»; «deve ocupar-se da natureza material»; «produzir a felicidade humana do ponto de vista mercantil» e identificar-se com o «domínio da natureza» (Cf. SARAIVA, 1977, p. 168-169). Uma ciência de utilidade prática, vocacionada para a produção, perfaz-se de uma rentabilidade e de uma orientação que estabelece de antemão qual a tarefa a desempenhar ou a necessidade material a suprimir. Assim, toda a ciência moderna deve ser potencialmente produtiva. Tendo em vista a «perseguição do objeto», e a sua passagem a valor de troca, a ciência marginaliza o valor de uso e a subjetividade nele contido, objetivando assim a sua funcionalidade. Assistimos, segundo o entendimento de Saraiva, a uma ciência que fomenta a «separação entre o homem e a natureza (Cf. SARAIVA, 1977, p. 170). A ideia de progresso torna-se de certa forma imprecisa no que respeita à estruturação das relações humanas, de modo que Saraiva defende que o presente entendimento não tem propriamente em consideração uma eventual «componente moral»⁸. O desenvolvimento moral, segundo a

8. No que concerne ao conceito de progresso, podemos aqui recuperar a divisão sugerida por Marcuse: por um lado, existe um progresso técnico, «determinado quantitativamente» e que dispensa qualquer «valorização positiva», que visa incrementar a «riqueza social»; por outro lado, o progresso humanitário, revestido qualitativamente, tem no seu horizonte o «aperfeiçoamento do homem» do ponto de vista da moralidade, da liberdade e da felicidade humana (MARCUSE, 1969, p. 55-56). Os efeitos correlativos de ambas as formulações, embora salientadas pelo autor, não o impedem de constatar que o «progresso técnico nem sempre implica progresso humanitário» (MARCUSE, 1969, p. 57).

visão do progresso técnico, apresentar-se-ia a dado momento, quando o nível de desenvolvimento das sociedades se achasse considerável, como uma consequência natural (Cf. SARAIVA, 1977, p. 172). Os percursoros do progresso técnico, não preocupados em estruturar ou regularizar uma possível definição de moral, entendem que a mesma é o resultado previsto e automático do desenvolvimento técnico da sociedade. A relativização histórica da moral, vista como efeito da produção mercantilizada, torna-se «moral objetivista». Assim, o «universo mercantil» é a dimensão espaço-temporal que determina, em última análise, o aperfeiçoamento moral das sociedades. Como vimos, o progresso técnico e científico, enquanto mecanismo direcionada para a materialidade, aparece complementarmente como progresso quantitativo, ou seja, um progresso que deposita na multiplicação a possibilidade de superar a insaciabilidade humana (Cf. SARAIVA, 1979, p. 314). Porém, essa deriva multiplicadora originou de alguma forma o afastamento entre matéria e espírito.

Nos anos subsequentes, Saraiva questiona a essência de um progresso unilateral, linear e que projeta um horizonte desmesurado e, em última análise, contraditório. A transformação qualitativa da vida humana que, a um primeiro tempo, era o substrato da ideia de progresso, tornou-se posteriormente num projeto de ordem quantitativa. Saraiva elege Hegel como o filósofo do progresso, embora as palavras com que Kant inicia o texto *Que é o Iluminismo?* (1784), respondendo a essa interpelação como sendo o projeto de “*saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado*” (KANT, 2009, p. 9), transpareçam a dimensão emancipatória que outrora o próprio Condorcet havia escrito sobre a ideia de progresso. Como tal, e em face do estado de menoridade que caracterizou a espécie humana, os tempos modernos pretendem que esta última ascenda a um estado de maioridade. Nos derradeiros escritos, em que Saraiva tem a necessidade de

precisar histórica e filosoficamente a ideia de progresso, é recusado o ponto de vista de uma menoridade que caracterizaria a humanidade pré-moderna. Admitindo que o progresso é suscetível a outras dinâmicas, rejeitando assim que é o projeto de combinação entre ciência e tecnologia, Saraiva apresenta duas visões distintas: recuando até à Idade Média, entende o progresso como «aperfeiçoamento espiritual dos indivíduos» (Cf. SARAIVA, 2003, p. 36), conciliando o ascetismo com o despojamento; por outro lado, a modernidade promove uma «libertação do homem em relação à natureza» (Cf. SARAIVA, 2003, p. 37), constituindo então o progresso técnico e científico. Diga-se que a proposta de conceptualização apresentada por Saraiva é o resultado de uma crise do progresso, ou seja, é em função dos malefícios e das contrariedades provocados pelo progresso que o autor apresenta um olhar crítico em torno da questão – conforme o que Marcuse considera ser uma ideia de progresso, desde o século XIX, «isenta de valorizações» na forma como define a cultura ocidental (Cf. MARCUSE, 1969, p. 58). Perspetivando esses resultados nefastos, que permitem interpelar uma transversalidade de domínios disciplinares e hermenêuticos, constata a independência existente entre cultura e natureza; para além de que a cultura apresenta uma duplicidade irreconciliável⁹ que desemboca fatalmente em auto-destruição (Cf. SARAIVA, 2003, p. 39).

Conclusão

As questões suscitadas por Saraiva no que concerne à tecnologia confundem-se com o seu percurso de militância política, desde logo

9. A cultura é preenchida por um duplo movimento: ascensão e decadência. Terry Eagleton partilha dessa posição, desde logo ao afirmar que “*há sempre algo de autodestrutivo na construção de uma cultura*” (EAGLETON, 2003, p. 142).

se levarmos em linha de conta as continuidades e ruturas no quadro do marxismo. A recusa do materialismo histórico, anunciada em meados da década de 1960, e a posterior aderência a uma conceção que admite a existência de algo que não é delimitado pela matéria, são alguns dos elementos filosóficos que permitem reconhecer as variações do seu pensamento. O fator economia tende a perder relevância, sendo substituído pelo fator cultura que, por sua vez, permite uma outra mundividência. A recusa de uma proeminência da dimensão económica traduz-se na crítica a uma «civilização» do objeto, da máquina ou do domínio de uma tecnologia que substitui paulatinamente a ação humana. A ciência derivou de um sentido especulativo ou aplicativo para um sentido utilitário ou mesmo mercantilizável, correspondendo-se com uma técnica moderna que, entender de Saraiva, surge repleta de alienações. Neste sentido, Saraiva realiza uma crítica ao que podemos considerar uma versão monolítica da ideia de progresso, tornando-se numa forma de linguagem que caracteriza o mundo ocidental. Na linha de Marcuse, Saraiva entende que o progresso material ou tecnológico despoletou um amplo processo de uniformização. A «abstração racionalista», que ambos caracterizam pelo seu irracionalismo, desenvolve uma alienação sistémica em que, a um mesmo tempo que descaracteriza inúmeras dinâmicas sociais, tende a acomodar ou a conformar o indivíduo. Saraiva procura demonstrar que existe uma «ciência material», em que liberalismo e marxismo partilham de uma mesma linguagem técnica. A questão prende-se com a necessidade de repensar uma tecnologia povoada de fins contraproducentes, na medida em que origina novas contradições. Assim sendo, através da crítica romântica da modernidade tecnológica Saraiva interroga-se sobre determinadas problemáticas respeitantes à condição humana e à própria condição do mundo natural.

Sumariamente, podemos destacar três fases no pensamento do autor

em que a problemática da tecnologia carece de um tratamento diferenciado. Numa primeira fase, que vai até ao início da década de 1960 e que coincide precisamente com o seu afastamento de um marxismo militante, Saraiva deposita na transformação material da vida humana e das sociedades um pressuposto de aperfeiçoamento. Ou seja, a técnica moderna reúne um conjunto inquestionável de potencialidades que necessitam, tão-somente, de uma outra (re) distribuição pelo espectro da sociedade. Num período subsequente, que decorre, sensivelmente, até início da década de 1980, o autor aproxima-se do que podemos designar por marxismo heterodoxo, de um certo marxismo cultural e romantismo utópico. Recuperando algumas ideias de Marcuse e do jovem Marx, Saraiva entende que o plano da tecnocientificidade não supera propriamente o que poderiam configurar incertezas históricas de uma determinada classe social. Karl Marx e Álvaro Cunhal, aqui mencionados como exemplos de um marxismo ortodoxo, entendem que a técnica maquinal, no quadro da produção capitalista, bloqueia as possibilidades de ação do operário e respetiva classe; neste cenário, a técnica aliena as possibilidades do sujeito operário – embora estejamos perante um momento histórico transitivo, atendendo a esse presumível «salto qualitativo» enquanto resultado da confrontação dialética; porém, Saraiva argumenta que a mesma técnica, não apenas bloqueia as possibilidades de uma classe, mas aliena a existência ou a essência humana. Assim sendo, a ortodoxia enquadra o progresso técnico, na sua relação com o aparelho produtivo capitalista, como uma deturpação das condições históricas – a síntese é a superação desses constrangimentos transitórios. Ao invés, a heterodoxia de Saraiva está preocupada em problematizar em torno das contradições e da negatividade da antítese histórica. Por fim, o derradeiro momento consiste num pessimismo antropológico e numa crítica orgânica perante a sociedade da técnica. A técnica moderna é assim compreendida

como espaço de contradições e de alienação do homem em função de algo (objeto, sujeito especialista, máquina). A fatalidade ou a inevitabilidade desta opção, de uma cultura tecnológica, não deixa de revestir-se por um processo de decadência que naturalmente corresponderá a uma destruição total. O problema existencial coloca-se quando o rumo dessa mesma cultura tecnológica entra em conflito com a subsistência do homem e da natureza.

Referências

- CUCHE, D. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século, 1999.
- DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Lisboa: Antígona, 2012.
- EAGLETON, T. *A Ideia de Cultura*. Lisboa: Temas e Debates, 2003.
- HABERMAS, J. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- HEIDEGGER, M. *Língua de Tradição e Língua Técnica*. Lisboa: Vega, 1995.
- HORKHEIMER, M. *O eclipse da razão*. Lisboa: Antígona, 2015.
- KANT, I. «Que é o Iluminismo?», in *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- MARCUSE, H. *O Fim da Utopia*. Lisboa: Moraes Editores, 1969.
- NEVES, J. "From culture in Portugal to Portuguese culture: Marxism, globalization, and nationalism in António José Saraiva", in *Portuguese Journal of Social Science*, 14: 3, pp. 303-317, 2015.
- NEVES, L. (ed.). *António José Saraiva e Óscar Lopes: Correspondência*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- RODRIGUES, E. (ed.). *António José Saraiva e Luísa Dacosta: Correspondência*. Lisboa: Gradiva, 2011.
- SARAIVA, A. "A Seta e o Anel (Notas sobre o «Progresso»)", in *Filhos de Saturno - Escritos sobre o tempo que passa*. Amadora: Livraria Bertrand, 1977.

SARAIVA, A. “Determinismo e História (1951/52)”, in Maria José Saraiva (org.), *Crônicas*. Matosinhos: Quidnovi, 2004.

SARAIVA, A. *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.

SARAIVA, A. “O Declínio do *Homo Faber*”, in *Filhos de Saturno - Escritos sobre o tempo que passa*. Amadora: Livraria Bertrand, 1979.

SARAIVA, A. *O que é a cultura*. Lisboa: Gradiva, 2003.

SPENGLER, O. *O Homem e a Técnica*. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

*Ciência a serviço do reino: sociabilidade e reformismo
ilustrado nas últimas décadas do império atlântico
português*

PATRÍCIA M. S. MERLO¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Neste artigo pretendemos analisar a relação entre saber e poder, ciência e administração imperial, tendo como mote as produções das *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*. Buscamos refletir sobre os saberes produzidos pelos acadêmicos e suas proposições acerca das demandas vivenciadas pelo Império português nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX. Acreditamos que a produção científica veiculada pelas *Memórias* incorporou o entendimento dos conhecimentos produzidos como alicerces para processos modernizadores de Portugal e do Ultramar.

Palavras-chave: Academia das Ciências; História Natural; Utilitarismo Ilustrado; Antigo Regime; Publicações científicas.

Abstract: In this article we intend to analyze the relationship between knowledge and power, science and imperial administration, taking as a motto the productions of the *Economic Memories of the Royal Academy of Sciences of Lisbon for the Advancement of Agriculture, Arts, and Industry in Portugal, and its Achievements (1789-1815)*. We seek to reflect on the knowledge produced by the academics and their propositions about the demands experienced by the Portuguese Empire in the last decades of the eighteenth and early nineteenth centuries. We believe that the scientific production published by the *Memories* incorporated the understanding of the knowledge produced as foundations for modernizing processes in Portugal and the Overseas.

Keywords: Academy of Sciences; Natural history; Illustrated Utilitarianism; Old Regime; Scientific publications.

Recebido em 08/06/2018 e aceito em 23/11/2018.

1. Doutora em História Social pela UFRJ. Professora do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas na Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: patricia.merlo@gmail.com.

Introdução

As mudanças científicas do século XVIII alteraram completamente a percepção sobre o vínculo entre o homem e a natureza. Na Europa moderna, a ciência se converteu em símbolo da racionalidade, do progresso material e do conhecimento utilitário. A discussão desenvolvida nos séculos XVII e XVIII, nesse sentido, delimitava o lugar da história natural em torno das linhagens da filosofia clássica, lidas à luz de outros desdobramentos como racionalismo e empiria; dedução e indução; sistemas e experimentação e outros pares de “oposições” que se constroem na teoria científica moderna. O lugar que a história natural ocupou então, nas coleções privadas e, progressivamente, nos gabinetes públicos e museus do século XVIII, descreve uma história não apenas do ato de colecionar, mas da própria história natural e da produção de saberes.

Nesse processo, as “ciências da natureza” se tornaram o foco das academias, pois o domínio da mesma era considerado como fonte essencial para o bem-estar social e como terreno no qual se exerce o poder do homem civilizado. Reflexo disso, é o movimento que se deu ao longo do século XVIII onde “novos museus, jardins botânicos e coleções tomaram o lugar dos gabinetes de curiosidades e dos jardins consagrados exclusivamente ao deleite aristocrático” (KURY, 2004, p. 110).

Esse modo de entender a ciência e a natureza de forma quase indissociáveis fez com que a História Natural ganhasse a posição de intérprete da natureza diante a sociedade. Junto a esse movimento, a literatura sobre o tema no período ficou marcada pela percepção do meio ambiente de forma utilitarista, elegendo a botânica e a zoologia como disciplinas diretamente ligadas a felicidade humana (KURY, 2001, p. 105). Desse modo, a natureza era compreendida como fundamental para o crescimento de uma civilização

(MEEK, 1989, p. 311).

Partindo dessa premissa, recai ao naturalista a responsabilidade de distinguir numa determinada região os produtos interessantes ao comércio sendo ele capaz de entender a utilidade na produção de espécies aparentemente desprezíveis como o bicho-da-seda e a cochonilha, por exemplo. Vantagem essa do homem civilizado, a perspicácia de multiplicar os seres, melhorá-los para a agricultura e a pecuária, e transferi-los de lugar endossando assim a legitimidade do seu poder sobre a natureza (ROGER, 1989, p. 311).

Dessa forma, endossou-se o discurso sobre a concepção moderna de civilização ao passo em que a História Natural revestiu-se de um número considerável de expectativas e interesses dos naturalistas, além do público amador das ciências, se tornando muito mais do que a simples exploração da natureza (KURY, 2001, p. 130).

Considerando esse cenário, é nosso interesse apresentar alguns resultados de pesquisa a respeito das *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*. Buscamos analisar, à vista disso, os saberes produzidos pelos acadêmicos e suas proposições acerca das demandas vivenciadas pelo Império português nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX. Procuramos identificar nesses escritos o pragmatismo e o utilitarismo característico do estudo da natureza no período, que se firmava enquanto crítica ao conhecimento diletante. Acreditamos que a produção científica veiculada pelas *Memórias* incorporou o entendimento dos conhecimentos produzidos como alicerces para processos modernizadores de Portugal e do Ultramar.

Academias científicas e os novos saberes: o caso português

O papel desempenhado pelas academias científicas na construção da ciência do século XVIII acabou por fazer com que o número delas crescesse na Europa. No início do século, existiam algumas poucas além da *Royal Society* de Londres (1660) e da Academia de Ciências de Paris (1666). Já no final do período, eram pelo menos uma centena dessas instituições científicas espalhadas por toda a Europa. No século XVIII, o número de academias e sociedades às quais um estudioso era afiliado servia como parâmetro de medida para seu status científico (BURKE, 2008).

As academias científicas, enquanto instituições/organizações de produção de conhecimento, funcionavam como um lugar de circulação do saber materializado no seu corpo acadêmico, nas suas reuniões e assembleias, e em diversos objetos simbolicamente investidos de valor científico/cultural como atas, publicações, bibliotecas, instrumentos, laboratórios e museus (SILVA, 2015, p. 6). Devemos destacar que o ensino ilustrado da História Natural se desenvolveu *pari passu* com a criação dessas academias científicas.

Contudo, a introdução da História Natural foi tardia em Portugal. A ida para Lisboa em 1764 do naturalista paduano Domingos Agostino Vandelli (1735-1816), a convite de Sebastião José de Carvalho e Melo para lecionar no Colégio dos Nobres, sinaliza nessa direção. Grande defensor das “ciências úteis”, Vandelli deu importante contribuição à Universidade de Coimbra, esteve à frente do Real Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda. O naturalista foi também um dos sócios fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa, da qual participou ativamente até sua morte em 1816 (RAMINELLI, 2008, p. 81-82).

Fundada por meio do alvará emitido a 24 de dezembro de 1779, com apresentação pública a quatro de julho de 1780, a Academia Real das Ciências de Lisboa revela a apropriação de modelos preexistentes adaptados

às especificidades dos contextos social e político locais. Criada e sustentada por uma elite intelectual próxima do poder político, constitui-se por isso em um espaço privilegiado de análise das interações do processo de produção e organização do conhecimento com os mecanismos sociais e culturais neles implicados (KURY, 2004, p. 125). Nesse aspecto, a Real Academia representava uma ampliação do projeto político onde as práticas científicas passaram a fazer parte integrante da rotina administrativa dos impérios, a exemplo da França e Inglaterra. Desse modo, a História Natural que havia se tornado uma disciplina na Universidade de Coimbra, passou a ganhar ainda mais força com a fundação da Academia (VAZQUEZ, 2005, p. 40).

Apoiada e incentivada pela coroa, a Real Academia ocupou um lugar central na promoção e divulgação do saber prático com vistas ao proveito público e utilidade social. Como destacou Munteal Filho (2006, p. 3-4), a instituição inaugurou um novo lugar de produção do saber entre os lusos, deslocando aos poucos as influências dos antigos aliados coimbrãos do Marquês de Pombal. Além disso, converteu-se no lugar do debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural. Por outro lado, a Academia, também, denota a crescente abertura aos espaços de sociabilidade cultural típica do Antigo Regime português nas duas últimas décadas do século XVIII, visível na presença da fidalguia, da nobreza titulada e também do clero entre seus associados e colaboradores.

Analisando o lugar dos estudiosos das ciências do século XVIII, Vincenzo Ferrone (1997) destaca sua adesão a um modelo de homem de ciência organicamente ligado ao Estado, imerso, portanto, na lógica e nos valores de uma sociedade hierarquizada, estabelecida, organizada por ordens, classes e corpos diferenciados pelas dignidades, honras, onipresença do privilégio e categorias. Assim, era o Estado quem atribuía ao estudioso das ciências honras e mercês, conforme o costume e a lógica do *Ancien*

Régime. Os privilégios iam desde uma isenção parcial dos rendimentos à dispensa do serviço militar, à enorme possibilidade de ser levado à presença do rei, ao recebimento de bolsas de estudo, à participação no cerimonial da Corte e nas manifestações públicas. O compromisso com o monarca e com o sistema de organização da vida intelectual assente no *patronage* permitia, aliás, desenvolver a fundo as potencialidades do método científico e aumentar o número dos protagonistas em virtude dos financiamentos, das pensões, dos privilégios distribuídos pelo soberano. Por conseguinte, o homem de ciência do século XVIII, no contexto do antigo regime, era basicamente um funcionário do Estado, cujas atividades eram financiadas pelos monarcas, revelando assim o pacto tácito com o poder.

Por meio da divulgação e publicação de memórias pela imprensa da Academia, os conhecimentos poderiam ser difundidos junto de um público mais amplo, ou entre o círculo restrito de sócios, um grupo social culto e interessado. Em seus salões dissertaram políticos e cientistas sobre assuntos relacionados com práticas agrícolas, exploração de minas ou utilização de matérias vegetais. Acreditavam esses acadêmicos que era, sobretudo, na agricultura que residia o fundamento da prosperidade dos povos e da riqueza dos estados (DOMINGUES, 2001, p. 830). Buscavam, por isso, privilegiar as produções agrícolas das colônias como forma de dinamizar a economia da coroa e, ao mesmo tempo, procuravam criar nessas colônias uma dependência dos produtos manufatureiros e agrícolas produzidos no reino.

Os objetivos que se propunham eram especulativos e práticos ao mesmo tempo e podiam, inclusive, envolver a discussão e proposta de aperfeiçoamentos técnicos e de planos econômicos. Incentivavam as pesquisas nos vários ramos do saber e a cada ano podiam apresentar e concorrer sócios e não sócios em concursos. Tais concursos estão na

origem dos trabalhos publicados. No sentido de progredir e ser uma fonte de conhecimento: “A ciência e a técnica permitiriam transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e explorá-lo em benefício próprio” (DOMINGUES, 2001, p. 832).

Como é possível notar, na segunda metade do século XVIII, o Estado luso surgiu como o patrocinador de um vasto movimento de renovação com pretensões científicas, que promoveu e financiou. Nesse sentido,

[...] para além da promoção das ciências, da estética e dos valores da ilustração, a Academia teria como objetivo fundamental a elaboração de propostas para sua posterior aplicação por parte do governo mariano, quando não a dotação de bases científicas para as iniciativas governamentais, num momento em que o estado ainda não tinha atribuída as funções de planificação cultural, educativa e de infraestruturas de que se irá ocupando ao longo do século seguinte (VAZQUEZ, 2005, p.335).

Por outro lado, é importante considerar que se a *sentimentalização* da natureza e os gabinetes de história natural estavam na moda desde o início do século XVIII, sendo assim, também figuravam como pauta dos estados a necessidade de encontrar respostas concretas ao problema social e político provocado pelas dificuldades de sobrevivência. Nesse contexto, o domínio da natureza se configura como uma alternativa para os sonhos de abundância (KURY, 2001, p.115). Portanto a ciência não estava ligada a interesses estranhos aos estatais e pátrios. Atuava no aprimoramento da agricultura e do comércio e ampliava suas fontes de renda. De fato, na época moderna, a ciência estava profundamente atrelada aos interesses da nobreza e do Estado (RAMINELLI, 2008, p. 83).

A materialização de tais ideias pode ser acompanhada por meio das publicações realizadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa. Trata-se de produções periódicas e não periódicas, da mais diversa natureza e

constitui um dos importantes instrumentos para conhecimento do percurso programático da Academia. Via de regra, os trabalhos eram distribuídos pelas três classes que compunham a Academia: Ciências Naturais ou de Observação, Ciências Exatas ou de Cálculo e Literatura Portuguesa. Inicialmente impressos na Régia Oficina Tipografica até 1782, quando a Academia passou a possuir tipografia própria, passando a imprimir os seus programas e publicações (SILVA, 2015, p.149).

Nesse aspecto, destacamos, no campo das Ciências Naturais as “Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas” composta por 84 artigos escritos por 41 autores e que foram publicados em cinco volumes entre os anos de 1789 e 1815. A coleção foi a primeira a ser produzida pela instituição lusa e é considerada por diversos autores como “o paradigma do discurso ilustrado, reformista, utilitário, e de inspiração agrarista que caracterizou o panorama cultural português na transição de finais de setecentos até, pelo menos, meados do século XIX” (SILVA, 2015, p. 23) como veremos a seguir.

Ciência a serviço do Reino

Na íntima associação entre expansão imperial e ciência emergente, a questão da soberania e do controle dos territórios esteve sempre presente como pano de fundo. É verdade que, desde o Renascimento, as expedições europeias a lugares desconhecidos tinham como objetivo tanto o saber quanto o domínio político. No século XVIII, porém, os laços entre a descoberta e o domínio do mundo já não eram mais tão simples como nas épocas da conquista. Por trás das viagens desse século, havia interesses pessoais e nacionais, objetivos políticos, miras estratégicas e comerciais.

No âmbito de competição imperial por espaços e recursos ultramarinos, todas as tecnologias — livros, relatórios, tabelas, desenhos, mapas — foram

colocadas a serviço de uma visão utilitarista e da apropriação da geografia e do mundo natural. Primeiro, pelo olhar dos naturalistas viajantes, depois pela palavra, finalmente, pelo centro político. Nesse contexto, as “narrativas heróicas” das viagens fixadas em texto instituíam sistemas de produção de sentido, estabelecendo hierarquias e determinando valores (RODRIGUES, 2015, p. 21).

Na união entre ciência e império, conhecimento e administração, os naturalistas viajantes não foram os únicos a produzir textos para a coroa. Outros bacharéis, desempenhando funções nos domínios e conquistas, engenheiros-militares e homens da Igreja, a pedido e com patrocínios régios ou por sua própria iniciativa, viajaram e deram a conhecer a geografia e a riqueza botânica, zoológica e mineral de diversos territórios, com destaque para o Brasil (RODRIGUES, 2006).

O reinado mariano, iniciado em 1777, levou adiante as reformas ilustradas em curso no período anterior. Os beneficiados com os novos programas de ensino da Universidade de Coimbra ingressaram nas carreiras administrativas e jurídicas e, com base na sua formação e num enquadramento distinto, colocaram o seu saber a serviço da monarquia, lançando um novo olhar sobre a geografia física e humana do império.

As viagens científicas fomentadas nesse período estavam inseridas no programa político régio que tinha por base uma dimensão descritiva e empírica e que culminou numa opção de estratégia para o desenvolvimento econômico português baseado na agricultura e nas potencialidades econômicas dos territórios. Esse programa estava assentado na necessidade de proceder a um inventário dos recursos naturais existentes e potencialmente utilizáveis para fins produtivos, simultaneamente no Reino e nas colônias. Dentro desse contexto, os naturalistas tinham como função precípua coletar os produtos úteis ao Estado e, conseqüentemente, à lógica

da exploração do Império Colonial (BRIGOLA, 2003).

Por outro lado, observa-se, entretanto, na prática científica dos naturalistas a adesão e difusão do enciclopedismo, a ideologia científica do progresso, o utilitarismo e o pragmatismo, assim como a vontade e o desejo de classificar os elementos do mundo natural, traços que caracterizam o moderno pensamento científico. Enquanto membros da “República das Letras”, com seus valores cosmopolitas, esses estudiosos buscavam participar ativamente de inúmeras sociedades científicas e publicar seus trabalhos de pesquisas que seguiam o método moderno da observação e da experimentação (VARELA, 2007, p.169).

Exemplo da produção gerada pelo novo programa de formação em Portugal foi toda a literatura de carácter estatístico e memorialista que se produziu por iniciativa da Academia Real das Ciências e que se destinava a elaborar um diagnóstico do estado da monarquia com vista ao seu progresso econômico, social, cultural e moral. Alguns dos autores de memórias viajaram pela Europa ou pelo império em busca de novas informações ou com a missão de revelar as riquezas do mundo natural ultramarino.

As Memórias Econômicas e a produção de saberes úteis à pública prosperidade

As primeiras publicações começaram a ser editadas pela tipografia acadêmica no fim de 1780. Cabe destacar que as memórias escolhidas para inaugurar os trabalhos foram oriundas da classe de ciências naturais, que compõem os tomos das Memórias Econômicas de 1789, 1790 e 1791. De modo geral, os conteúdos impressos revelam uma ciência atrelada a interesses estatais e pátrios. Como pontua Ronald Raminelli (2008, p.203): “A ciência e a economia agiam como agentes estatais no processo de centralização política e controle do território – reino e ultramar”. Nesse

sentido, a divulgação científica esteve conjugada à atuação política e aos seus projetos de transformação do país, possuindo um caráter eminentemente prático.

As *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Industria em Portugal, e suas Conquistas*, são consideradas, pelos diversos autores que sobre elas se debruçaram, como marco do discurso ilustrado, reformista, utilitário, e de inspiração agrarista que caracterizou o cenário cultural português entre o final do setecentos até, pelo menos, meados do século XIX (SILVA, 2015, p. 23).

A Academia funcionava como instância de produção, promoção e legitimação técnico-científica das explorações filosóficas levadas a cabo sob caução política do governo. É interessante perceber que os ensaios que compõem as *Memórias Económicas* partem do pressuposto, declarado ou não, da aplicação prática do conhecimento aí inscrito ou do recenseamento de recursos humanos ou naturais, como eventual suporte de decisões políticas tecnicamente informadas. O estado ou o fomento da agricultura, métodos de plantar tubérculos ou de fabricar farinhas a partir destes, descrições econômicas, geográficas ou estatísticas, melhoramentos das barras dos portos, a aplicação da cochonilha na medicina ou da descrição de fauna e flora das costas de Portugal são alguns temas que atestam a premissa utilitária que perpassava todo o programa da Academia de Ciências.

O destaque concedido pela Academia às questões econômicas se manifesta num conjunto de textos dedicados a situações e problemas reais que se procuram inventariar, traduzindo, ao mesmo tempo, o estado de maturação de doutrinas, teorias e políticas econômicas em circulação na Europa em finais dos Setecentos.

Na análise sobre o memorialismo e o projetismo característico das *Memórias*, José Luís Cardoso realça a contribuição da Academia para

uma nova abordagem conceitual e metodológica, interessada na aplicação prática dos conhecimentos, a qual se traduziu “na sua explícita intenção de contribuir para o desenvolvimento dos diferentes sectores da economia nacional” (CARDOSO, 1989, p.121). Por outro lado, o autor contesta a ideia de se aglutinar sob a designação genérica de “fisiocratismo” toda a produção das memórias, defendendo que, se havia uma posição doutrinária dominante nos ensaios e projetos econômicos produzidos no quadro da Academia, ela seria a de um anti mercantilismo agrarista em que a componente fisiocrática ou ocorre de modo limitado, ou está subentendida ou, por vezes, está mesmo ausente dos referidos textos (CARDOSO, 2002).

Os 84 ensaios que compõem as *Memórias* foram produzidos por 41 autores, em sua grande maioria, bacharéis formados na Universidade de Coimbra, o que indica serem parte da elite intelectual lusa. Mais da metade das memórias foram destinadas à descrição de recursos naturais produtivos ou úteis à manufatura e indústria. De maneira geral, os textos retratam as preocupações pragmáticas partilhadas pelos sócios da Academia. Fica patente o desejo de produzir saberes e divulgar o ensino de meios e técnicas para incremento da produção agrícola ou manufatureira do Reino e seus domínios.

Muitos ensaios aliavam a descrição botânica à discussão sobre as vantagens econômicas da sua exploração. É o caso da proposição apresentada pelo naturalista Domingos Vandelli, em 1789, intitulada *Memoria sobre algumas produções naturaes d’este reino, das quaes se poderia tirar utilidade*. Ao longo do texto, o autor procura descrever as espécies naturais lusas, fossem vegetais, minerais ou animais, defendendo que seria vantajoso ao Estado inventariar, por meio do trabalho de naturalistas, as espécies desconhecidas com a finalidade de substituir outras espécies importadas. Vandelli apresenta tanto as descrições quanto defende o conhecimento

rigoroso dos recursos naturais existentes e potencialmente utilizáveis para fins produtivos. Vejamos:

E quantas outras produções naturaes desconhecidas, se acharião ainda neste Reino, se por Naturalistas zelozos fosse attentamente vizitado? Com as quaes se poderia supprir as que vem de fora, e servir para o commercio externo (TOMO I, 1789, 186).

Outras memórias recorreram igualmente ao inventário dos recursos animais, vegetais e minerais existentes, seja no reino ou nas colônias, para apresentar as possibilidades mais rentáveis para o comércio imperial. Um exemplo nesse sentido é o ensaio publicado no tomo II, em 1790, por José Bonifácio de Andrada e Silva: *Memorias sobre a pesca das baleias, e extracção do seu azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias*. O luso-brasileiro inicia destacando a relevância das pescarias em geral e a contribuição desse ramo para o aumento do “Commercio” e da “Economia Publica”, apresentando um sumário histórico desse setor nas monarquias vizinhas, assim como o seu estado no Reino luso. Em seguida, Bonifácio toca na questão do monopólio, que inibia a concorrência e a livre iniciativa, consideradas vitais para o desenvolvimento econômico, pois para “o augmento e perfeição desta pesca necessita do aguilhão da emulação e concorrencia: repartida pelos particulares, cada hum tem interesse em augmentala, e não se conserva em tão fatal imperfeição”. Além disso, ele apresenta uma dura crítica a manutenção de métodos arcaicos, apontando que as perdas [...] que annualmente recebe esta pescaria são pelo mau methodo de pescar as baleas, já pelo pessimo fabrico do azeite extrahido” (TOMO II, 1790, p.394). A partir daí sua apreciação passa, fundamentada nos avanços científicos da época, a apresentar alternativas para racionalizar a atividade.

O conjunto dos textos demonstra, de forma geral, a preferência pela exploração de recursos agrícolas, além da proposição de alternativas

políticas concretas que possibilitassem a dinamização da situação existente. É esse o caso, por exemplo, de Constatino Botelho de Lacerda Lobo que apresenta *Memória sobre a cultura das vinhas de Portugal*, também no tomo II. O autor apresenta desde os diferentes tipos de vinhas existentes em Portugal, questões químicas sobre as cepas, orientações sobre a escolha de terrenos, passando por técnicas de conservação. Além disso, para facilitar a compreensão dos lavradores: “por isso no fim de cada huma das partes estabelecerei algumas regras praticas simplices, e claras deduzidas da doutrina exposta, e applicaveis, o mais que me for possível, ás differentes Provincias deste Reino (TOMO II, 1790, p.15-16).”

Perspectiva semelhante pode ser verificada no *Racional Discurso Sobre a Agricultura, e População da Provincia de Alem-Tejo*, escrito por Antonio Henriques da Silveira, de 1789. O autor dedica-se a uma análise das causas da decadência da agricultura na região, pautando suas observações, especialmente, sobre o regime de propriedade, a estrutura tributária e as relações conflituosas entre os grupos de interesse local. Retomando a importância da agricultura para a riqueza afirma: *Toda a abundancia se deve attribuir à natureza do terreno, ajudado da indústria; porque o campo mais fértil por natureza, faltando-lhe a cultura, não pode produzir senão espinhos* (TOMO I, 1789, p.44).

De maneira geral, os autores procuram apresentar saberes práticos que colaborassem para simplificar o processo de plantio e colheita, com vistas a tornar mais eficientes as formas de produção. Nesse sentido, na *Memória sobre o algodão, sua cultura e sua fábrica*, do Padre João de Loureiro, encontramos a seguinte observação:

E porque é tão útil, deve-se procurar facilitar mais a sua cultura, e a sua fabrica, com o conhecimento dos meios que para isso ha, e que ainda são ignorados em muitas partes. As coisas mais úteis aos homens são ordinariamente as mais comuns, não as mais raras (TOMO 1, 1789, p.38-39).

A preocupação com os domínios do império também foi tema constante nas *Memórias*. Nas últimas décadas do Antigo Regime luso, o melhor conhecimento do território nacional e das conquistas tornou-se objeto de interesse administrativo. Por meio do levantamento de dados estatísticos, da descrição das condições de vida e de sugestões de novas fontes de recursos econômicos, podemos perceber “a relação de confiança colocada no conhecimento científico como uma base sólida para a tomada de decisão política” (CARDOSO e CUNHA, 2012, p.85).

A título de exemplo vejamos o *Ensaio de descrição physica e economica da comarca dos Ilhéos na América*, de autoria de Manuel Ferreira da Câmara, publicado em 1789. O estudo divide-se em três partes e, logo na sua introdução, Câmara esclarece o caráter de seu trabalho: “O desejo de ser útil à minha nação me faz ser atrevido, e dar-me-ei por muito feliz se das minhas tais quais observações puder resultar algum bem à pátria, ou à humanidade (TOMO I, 1789, p.229).” Como é possível perceber, o autor se filia a noção baconiana segundo a qual as ciências naturais, em sua essência, pressupunham a utilidade e o bem-estar dos homens (KURY, 2001, p.142).

Na descrição que apresenta da Comarca de Ilhéus, para além de informações geográficas detalhadas, Câmara dedica atenção especial à localização dos rios e das baías e seu uso comercial:

Por meio desta excelente barra [de Camamu] se pode fazer um comércio direto com o Reino, e exportar tudo quanto este vasto continente pode produzir, independentemente de qualquer outro porto marítimo do Brasil (TOMO I, 1789, p.260).

Em outro trecho, o naturalista apresenta considerações sobre a agricultura praticada na região e defende a diversificação da produção com novos cultivos, como as uvas, o cacau, o tabaco, o açúcar, entre outros, e sugere a possibilidade de se aclimatar na região “uma grande parte dos

frutos da Europa, que vulgarmente se encontram em todo o Brasil”, como a maçã, o marmelo, o pêsego e as ameixas, além de outros. E também “grande parte dos legumes e plantas” de que se alimentam os habitantes europeus (TOMO I, 1789, p.312).

Como fica evidente, as *Memórias Econômicas* eram particularmente dedicadas à agricultura e procuravam consolidar um discurso reformista, crítico a obstáculos impostos pelas estruturas sociais. Segundo Ronald Raminelli (2008, p.117), a agricultura era uma estratégia modelar de desenvolvimento, o que implicaria uma reorganização, quer dos sistemas de produção e comercialização, quer das estruturas administrativas e fiscais. Nesse sentido, o tema agrícola era o aspecto mais relevante nos discursos dos memorialistas reconhecidos pela Academia.

Cabe lembrar que ao proporem a promoção da agricultura pela exploração da rica flora colonial, com relevo aos produtos descritos como cultiváveis, a Academia consolidava-se como espaço de ensino e pesquisa aplicada, colaborando com a construção de estratégias que permitissem retornar à metrópole, via produtos agrícolas, os lucros que a mineração vinha retirando. Tais propostas tornaram-se política prioritária da coroa durante o governo de D. Maria I. Conforme já destacou Ângela Domingues (2001, p. 824):

Cientistas e funcionários criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América, ou seja, reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades econômicas do território administrado.

Contudo, apesar da importância da agricultura na produção da riqueza nacional, outras fontes de recursos foram alvo de reflexão. É o

caso do *Discurso Sobre a Verdadeira Influência das Minas dos Metais Preciosos na Indústria das Nações que as Possuem, e Especialmente da Portuguesa*, escrito por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, publicado pela Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo I. Nele apresenta-se a importância da mineração enquanto atividade geradora de riquezas. Seu argumento central passava por explicar o efeito positivo que as minas poderiam ter na agricultura, no comércio, na indústria e na navegação. Vejamos um trecho:

Se he certo que o descobrimento de ricas Minas, e a apparencia de rapidas, e brilhantes fortunas, deve ao principio illudindo o povo, animar a despovoação, não he menos certo que as necessidades de primeira, e segunda ordem, seja para o sustento, seja para o vestido de todos esses descobridores, saó hum novo consumo para os Agricultores, Manufactureiros, e para todos os ramos d'Industria, devendo então augmentar-se o numero de braços uteis que até esse tempo se empregavão (TOMO I, 1789, p.237-43).

A diversidade de temas e formações dos membros da Academia de Ciências revela que essa comunidade, apesar de ideológica e coletivamente empenhada no *adiantamento da Instrução Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes e augmento da industria Popular*², não formava uma classe ou um grupo profissionalmente coeso comprometido, exclusivamente, com o desenvolvimento e avanço da ciência, percebida como a procura/construção de um conhecimento racional sobre a natureza. Tratava-se de um grupo díspar, fosse pela origem social ou pelo elevado grau de pulverização profissional de seus membros. E para alguns deles, a Academia não foi mais que um veículo de ascensão na burocracia:

2. Conforme definido no Plano de Estatutos com que convierão os primeiros sócios da Academia das Sciencias de Lisboa, com beneplácito de Sua Magestade (Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1780), p. 3.

A sua perícia era colocada ao serviço da Coroa, no ensino ou nos ofícios públicos e valorizada enquanto tal. A sua atividade, enquanto astrónomos, matemáticos, naturalistas, médicos ou professores, era entendida como um meio de produção de conhecimento com propósitos utilitaristas, patrióticos, e contribuinte para o bem e felicidade públicas (SILVA, 2015, p.165).

Contudo, as linhas-mestras para a atuação da Academia já estavam definidas desde o primeiro número das *Memórias*, nas palavras do abade José Correia da Serra, em seu discurso preliminar, onde reforçava o papel da instituição no desenvolvimento de Portugal: “[...] O primeiro passo de uma Nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes [...]” (1789, VIII). E prosseguia:

A triste experiência do passado assaz nos mostra a necessidade de estudarmos, porque a substância da Nação, e sua riqueza vimos largo tempo passar aos estranhos em troca de gêneros que ou de si cresciam em nossas terras, ou pouca indústria se precisava para naturalizá-los. [...] (1789, VIII).

Como fica evidente no fragmento, a Academia nasceu profundamente comprometida com o deslinde da crise econômica de Portugal. De fato, a ciência concebida pelos naturalistas portugueses possuía um forte vínculo com as razões de Estado. Formados para defender os interesses estatais, os acadêmicos lusos lançavam-se munidos da disposição de mapear as potencialidades dos territórios imperiais. À coroa interessava preservar o patrimônio colonial, incrementar a indústria para atender as demandas do comércio e reverter o atraso da agricultura, fosse na metrópole, fosse nas colônias. Tais reformas produziriam uma economia diversificada, contribuindo para o bem e felicidade públicas.

Considerações Finais

Como procuramos apresentar, na segunda metade do século XVIII, o Estado luso surgiu como o patrocinador de um vasto movimento de renovação com pretensões científicas, que promoveu e financiou. O pensamento ilustrado português tinha como motivação principal a superação do sentimento manifestado por estadistas e letrados do Reino e das colônias de que o Império português se encontrava em uma situação de decadência econômica e atraso cultural. De tal modo, a difusão das Luzes deu origem a uma cultura científica que tinha como alicerce um pragmatismo que, orientado por uma política de Estado, estimulava os estudos de finalidade prática, em prejuízo dos estudos políticos e filosóficos, tendo como objetivo fundamental a regeneração econômica do Reino, condição principal para evitar a fragmentação do Império.

Resultado dessa política de Estado foi o incremento do conhecimento de história natural, com o desígnio de desenvolver um novo padrão de exploração tanto no Reino quanto nos domínios coloniais que auxiliasse na superação daquela situação, o que abaliza para a existência de uma articulação entre política e cultura, ou entre saber e poder, no pensamento ilustrado português. Com a finalidade de restaurar o poder e o prestígio de que a monarquia portuguesa gozara outrora, a ciência se configura como fonte de conhecimento e como forma de domínio.

Nesse contexto, a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, no final de 1779, abriu amplas possibilidades de reflexão e divulgação de memórias e projetos que expressavam a relação intrínseca existente entre o pensamento ilustrado português e a implementação de reformas políticas ilustradas. O resultado dessas reflexões está registrado nas **Memórias**, consideradas como marco do discurso ilustrado, reformista, utilitário, e de inspiração agrarista que caracterizou o cenário cultural português entre o

final do setecentos até, pelo menos, meados do século XIX.

Como visto, o tema agrícola era o aspecto mais relevante nos discursos dos memorialistas reconhecidos pela Academia. Sendo o investimento na agricultura uma estratégia modelar de desenvolvimento, que implicaria uma reorganização, quer dos sistemas de produção e comercialização, quer das estruturas administrativas e fiscais. De maneira geral, os textos que compõem as **Memórias** retratam as preocupações pragmáticas partilhadas pelos sócios da Academia, deixando patente o desejo de produzir saberes e divulgar o ensino de meios e técnicas para incremento da produção.

REFERÊNCIAS

- BRIGOLA, João Carlos Pires. **Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- CARDOSO, José Luís. **O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- _____, (Introd. e coord.). **Memórias de História Natural – Domingos Vandelli**. Porto: Porto Editora, 2002.
- _____.; CUNHA, A.M. Discurso económico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). **Tempo**, Revista do Departamento de História da UFF, v. 17, p. 65-88, 2012.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **Hist. cienc. saude**, Rio de Janeiro , v. 8, supl. p. 823-838, 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500002&lng

=en&nrm=iso>. access on 14 May 2018.

FERRONE, Vincenzo. “The man of Science”. In: VOVELLE, Michel. **Enlightenment Portraits**. London: University Of Chicago Press, 1997. p.190-225.

KURY, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v. 11, p. 109-29, 2004.

_____. “Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio”. In: SOARES, Luis Carlos. **Da revolução científica à big (business) science**. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001.

MEEK, Ronald. *Social Science and the Ignoble Savage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. p. 182.

Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal (1789-1815). Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1789-1815.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Acadêmicos e letrados na crise do Antigo Regime luso-brasileiro – Século XVIII”. **Intellectus**, ano 5, v. 1. 2006.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, José M. Damião. Ciência, viagens e controlo do território: o caso do Brasil na segunda metade do século XVIII. **Memórias**. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe, no. 25, 2015, pp. 1-33. Editorial Universidad del Norte.

RODRIGUES, José M. Damião. “Para o socego e tranquilidade publica das Ilhas”: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores. **Tempo**, Niterói (Rio de Janeiro), vol. 11, n.º 21: Dossiê

Ensino de História, Julho-Dezembro 2006. p. 157-183.

ROGER, Jacques. **Buffon, um philosophe au jardin du Roi**. Paris: Fayard, 1989.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia**. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências, Lisboa. 2015.

VARELA, Alex Gonçalves. A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase européia” (1783-1800). **Tempo**, Revista do Departamento de História da UFF, n. 23, p.150-175.

VÁZQUEZ, Raquel Bello. **Uma certa ambição de glória: trajetória, redes e estratégias de Tereza de Mello Breyner nos campos intelectual e do poder em Portugal (1770-1798)**. Tese (Doutorado em Filologia) – Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia, Galiza, 2005.

Da Marinha francesa nos trópicos: apontamentos sobre o problema colonial da febre amarela nas Antilhas à época da Restauração Bourbon

DANIEL DUTRA COELHO BRAGA¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: No intuito de explicitar entrelaçamentos entre dinâmicas ecológicas, produção de conhecimento e configuração de Estados, o artigo analisa o colonialismo francês nas Antilhas elencando como objeto a febre amarela enquanto problema colonial. Para tanto, analisa-se o circuito de cartas enviadas por médicos navais nas Antilhas à Direção de Administração das Colônias em Paris em 1820, com ênfase na carta escrita pelo médico instalado em Guadalupe em 1817, Henri Joseph Vatable, a qual foi publicada nos “Annales maritimes coloniales”, periódico de decisões administrativas e formulações científicas do Ministério da Marinha e das Colônias. Ressalta-se o controle do movimento de populações nas diferenças de relevo das ilhas como medida colonial mais importante para enfrentar o problema da febre amarela.

Palavras-chave: colonialismo francês, história ambiental, história das ciências

Abstract: In order to highlight entanglements between ecological dynamics, construction of knowledge and State framework, this article analyses French colonialism in the Antilles by focusing on yellow fever as a colonial problem. In order to do so, it examines the circuit of letters sent to the Direction of Administration of Colonies in Paris by naval physicians in the Antilles in 1820, focusing on the letter written by Henri Joseph Vatable, who was settled in Guadeloupe, in 1817. This letter ended up being published in the “Annales maritimes coloniales”, a journal devoted to administrative decisions and scientific formulations within the realm of the Ministry of Marine and Colonies. Control of population movement in different geographical areas is highlighted as the most important measure against the problem.

Keywords: French colonialism, environmental history, history of sciences

Recebido em 28/09/2018 e aceito em 25/11/2018.

1. Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista subvencionado pela CAPES. Doutorando visitante no Rachel Carson Center for Environment and Society (LMU – Munique, Alemanha) em jul.-out. 2018. @ - daniel.dutra@bol.com.br

Introdução

Em maio de 1820, um conjunto de cartas continuava uma longa viagem após chegar à França. Após terem atravessado o Atlântico, elas seguiram um deslocamento dentro dos circuitos administrativos do Estado francês em Paris, sendo enviadas da Direção da Administração de Colônias à Inspeção Geral de Saúde da Marinha francesa. O vínculo entre os dois órgãos pertencia a um mesmo quadro, que era o do Ministério da Marinha e das Colônias, o qual mantinha a tradição administrativa de organizar, simultaneamente, as ações do Estado francês em mar e em terras ultramarinas, mesmo após as turbulentas décadas que elencaram Robespierre e Napoleão como atores de destaque nesse Estado.

Esse conjunto de cartas não era um mero procedimento burocrático. Elas tinham sido escritas por médicos de diferentes ilhas das Antilhas e foram compiladas pelo general François Xavier Donzelot, então governador da Martinica, e em maio de 1820 se encontravam nas mãos do Diretor da Administração de Colônias situado em Paris, Edme Michel Mauduit, que as enviou à capital francesa. Em Paris, elas seriam analisadas de modo a orientar diretrizes para lidar da melhor forma possível com um persistente problema para a manutenção dos interesses franceses no ultramar americano: a febre amarela. Elas denotam, portanto, em que medida o Estado francês precisava se armar não apenas para combater os exércitos e moedas de outros Estados, mas também para combater os desafios que paisagens e sistemas naturais continuavam a lhe apresentar, a despeito de uma circulação e estabelecimento de longa duração em regiões ultramarinas americanas, notadamente as intertropicais.

Tendo em vista esse quadro, o presente artigo analisa o circuito administrativo que permitiu que uma dessas cartas terminasse sendo publicada no periódico que definia muitas das preocupações do Ministério

da Marinha e das Colônias à época: os *Annales maritimes coloniales*. Trata-se da carta escrita pelo médico Henri Joseph Vatable, publicada na edição de 1820 do periódico. Apontam-se, assim, diferenças entre o manuscrito que serviu de base para a publicação posterior, de modo a possibilitar um quadro sistemático de análises posteriores acerca do entrelaçamento de fatores ecológicos, administrativos e culturais, notadamente no tocante a formulações científicas, que condicionaram a atualização da preponderância do Estado francês em uma hierarquia de poderes mundial, em consonância com a posição segundo a qual circuitos de publicação são fatores decisivos nos espaços de circulação que permitem situar a produção de conhecimento (RAJ, 2007). Para tanto, o artigo se divide em três partes. Inicialmente, apresenta apontamentos historiográficos acerca do problema dos trópicos em sua relação com debates dedicados às configurações das experiências coloniais e imperiais, notadamente europeias. Em seguida, apresenta apontamentos historiográficos sobre a Marinha francesa, o problema da medicina naval e a questão colonial à época da Restauração Bourbon. Finalmente, analisam-se o manuscrito de Vatable e sua versão publicada no periódico do Ministério².

Trópicos, colonialismo e império como problema historiográfico

As regiões tropicais e os sentidos a elas atribuídos têm sido temas de diversos estudos históricos, notadamente em campos como o da história ambiental e o da história das ciências. O conceito de “tropicalidade”, originário do campo da geografia colonial francesa (BRUNEAU, 2005), é ainda o que norteia a maior parte das reflexões acerca do tema, sendo o geógrafo Pierre

2. As citações de textos originalmente em inglês e em francês são traduções livres realizadas pelo autor do artigo.

Gourou (1900-1999) uma referência para estudos como, por exemplo, os do botânico Francis Hallé, que recupera os trabalhos do geógrafo no intuito de refletir sobre uma definição dos trópicos baseada não apenas em critérios astronômicos, mas também com base em características de solos e regimes de pluviosidade (HALLÉ, 2010, p. 69). Para o historiador David Arnold, o conceito de tropicalidade remete aos trópicos enquanto espaço conceitual, permitindo refletir sobre formas por meio das quais os trópicos foram culturalmente apropriados no sentido de estabelecer alteridades em relação a zonas temperadas, ideais de “civilização”, a manutenção de regimes de escravidão e, também, o lugar de regiões tropicais enquanto uma economia complementar a zonas temperadas “centrais”, notadamente as europeias (ARNOLD, 1996b). Em história das ciências, Nancy Stepan analisou algumas possibilidades oitocentistas de enquadramento em imagens de espécies e doenças tropicais, além de sugerir que algumas formulações do racismo científico de Louis de Agassiz se articulariam a uma concepção de alteridade por meio da tropicalidade (2001).

É no campo de estudos dedicados ao problema da longa duração do que comumente se denomina uma “medicina de países quentes” que o potencial do problema dos trópicos se entremeia com maior evidência às questões referentes às diferentes formas de colonialismo e imperialismo. Historiadores como o supracitado David Arnold já defenderam a possibilidade de análises de longa duração que indiquem continuidades entre a dita medicina ocidental anterior ao século XIX e a institucionalização do campo da medicina tropical, concebendo a possibilidade de analisar uma “perspectiva de longa duração acerca da medicina tropical” (ARNOLD, 1996a, p. 5). A medicina tropical, por sua vez, além de ser analisada levando-se em consideração a dimensão local de eficácia e formulação de suas práticas, também é recorrentemente analisada enquanto um dos alicerces

que permitiu a reprodução de quadros imperiais hierarquicamente divididos entre metrópole e colônia ou centro e periferia. Michael Pearson, por exemplo, afirma, em sua análise do que reconhece como sistemas médicos europeus e indianos, que a “medicina tropical cada vez mais parece ter sido o resultado de uma relação sinérgica entre centro e periferia” (1996, p. 29). Um historiador de destaque nesse campo foi o estadunidense Philip De Armond Curtin (1922-2009), que em sua tentativa de matizar a explicação dos fatores que condicionaram o êxito de estabelecimentos imperiais em regiões tropicais ressaltou que o papel de práticas como a inoculação e o uso da quinina teria sido menos decisivo do que o próprio conhecimento dos terrenos onde as tropas de exércitos europeus deveriam se movimentar, ressaltando, portanto, o papel da interação com ambientes locais como mais decisivos, em determinados períodos, que o papel das próprias práticas de uma medicina científica (CURTIN, 1989, p. 160). Uma análise de destaque é, também, a estabelecida por Sandra Caponi e Annick Opinel, ressaltando as especificidades epistemológicas das transformações desse quadro de concepções – não imputando, portanto, a noção de “medicina tropical” a períodos anteriores à institucionalização do campo com referência nas formulações do inglês Patrick Manson, mas ressaltando a especificidade de formulações da geografia médica, por exemplo. O quadro francês de hierarquias geográficas, por sua vez, é apontado em sua análise no tocante ao uso do termo “exótico” em vez de “tropical” na institucionalização do campo (CAPONI e OPINEL, 2017, p. 103).

Para além das questões epistemológicas, no que se refere ao campo francês de experiências e conflitos coloniais, o problema dos trópicos é recorrentemente apontado, ainda que por meio de recursos narrativos consideravelmente distintos. Que a febre amarela, por exemplo, desempenhou um papel importante no jogo de poderes em território

colonial francês, não resta dúvida. Narrar esse papel, no entanto, permanece em igual medida um jogo de poderes. Jean François Brière, por exemplo, em sua obra acerca das relações entre a então recém-instaurada República do Haiti e o Estado francês ao longo da primeira metade do século XIX, faz questão de ressaltar os fatores naturais que criaram obstáculos aos avanços bélicos franceses, embora atenha-se, em sua interpretação, à tensão acerca de interpretar a cadeia de eventos de *Saint Domingue* como decorrentes ou de uma cultura política instaurada por meio da Revolução francesa de 1789 ou, por outro lado, de uma cultura política de fundamentos locais oriundos da própria colônia (BRIÈRE, 2008). Já o historiador Shawm Miller, por sua vez, em tentativa de síntese acerca do quadro de relações que reiterou percepções de determinismo tropical em regiões americanas, traz as doenças tropicais para o centro do fio narrativo, reiterando que elas “desempenharam papel central em manter o Haiti livre” (MILLER, 2007, p. 113). À tensão interpretativa entre uma revolução decorrente do jacobinismo metropolitano ou de uma cultura política local, somar-se-ia, portanto, outra variável: o Haiti seria obra não dos “jacobinos negros”, para usar a expressão do clássico livro de Cyril Lionel Robert James, mas de mosquitos. Esse viés interpretativo, no entanto, parece elidir em grande medida a agência e as diferenciações tanto das sociedades humanas instaladas nas Antilhas quanto a dos agentes oriundos da Europa que já possuíam a memória de uma cadeia de interações com sistemas naturais tropicais. Trata-se de um raciocínio em grande medida distinto do promovido pela historiadora Françoise Thésée, por exemplo, que, no tocante a conflitos ocorridos na Martinica após a Revolução que culminou na República do Haiti, também abordou o impacto da febre amarela na dinâmica demográfica dos conflitos locais, notadamente ao narrar a “revolta dos escravos do Carbet”, destacando, no entanto, o papel do que designou como “milícias

de cor” locais que continuavam a marchar contra os insurretos a despeito das baixas demográficas das forças armadas (THÉSÉE, 1997, p. 124). No tocante a uma cadeia propriamente institucional de interações coloniais com sistemas tropicais, uma proposta analítica igualmente mais complexa para o caso francês é a de James E. McClellan III, que buscou elencar uma cadeia propriamente institucional de diretrizes no que denominou o “Antigo Regime nos Trópicos” (McCLELLAN III, 1992, p. 21-108), ressaltando o papel das redes locais de produção de saberes e ciência que otimizaram a eficácia administrativa da colônia – objetos que levaram esse autor a, posteriormente, defender a ideia de uma “máquina colonial” (McCLELLAN III e RIGOURD, 2011) como modelo explicativo para o quadro francês de experiências ultramarinas. Michael Osborne, por sua vez, sublinhou o papel de experiências de expedições em regiões tropicais (1996), além das experiências médicas militares em instituições e lugares coloniais, como prisões e portos (2014), frisando a complexidade da longa duração de uma cadeia de experiências francesas em regiões tropicais e as diferentes acepções que as formulações de Hipócrates poderiam adquirir nesse campo, aproximando-se, nesse sentido, das reflexões de Lorelai Kury acerca das diferentes apropriações que viajantes de diferentes inscrições sociológicas poderiam fazer acerca dos significados dos diferentes climas (2001).

O problema dos trópicos permanece, portanto, um problema, não apenas temático, mas também conceitual, e que merece atenção justamente por guardar o potencial de, ainda que indiretamente, reproduzir ou corroborar visões reducionistas ou mesmo deterministas em interpretações históricas. Trata-se de problema decisivo também para pautas historiográficas referentes à América Latina, por exemplo, notadamente em história ambiental. Como ressaltado por John Soluri, Claudia Leal e José Augusto Pádua, existe “uma

diversidade no interior da diversidade das regiões tropicais da América Latina à qual devem fazer face acadêmicos e os demais no intuito de ir além de estereótipos ou compreensões deterministas da tropicalidade” (2018, p. 13).

Marinha, medicina naval e colonialismo

Oficiais de forças armadas, sobretudo os pertencentes à Marinha de um determinado Estado, são um tipo de ator histórico cujos vestígios são ricos para a escrita da história dos embates perante diferentes paisagens e regiões por um motivo muito simples: soldado ou marinheiro, o oficial se desloca. Tivessem os piratas deixado tantos registros escritos – ou sido tão observados – quanto os oficiais de forças armadas, suas impressões, práticas e interações com diversas regiões do planeta também figurariam entre vestígios importantes, corroborando as possibilidades de narrar em larga escala o que o historiador Michael Wintroub reconheceu como “epistemologias piratas” (2017, p. 257). No entanto, devido à submissão dos oficiais viajantes a uma “máquina escriturária” tão ambiciosa – apesar de suas brechas – como o foram muitos Estados, seu protagonismo em arquivos é relativamente maior e, portanto, também o é na apropriação de vestígios para a escrita da história.

É em função de seus deslocamentos que oficiais de forças armadas são sociologicamente reconhecidos como um fator importante na circulação e configuração de saberes acerca de diversas regiões, sobretudo os cirurgiões e médicos pertencentes a seus quadros. Trata-se de um ponto já assinalado em linhas gerais no campo de história ambiental (DRUMMOND, 1991, p.183-184) e ressaltado por Nancy Stepan, tanto no tocante às forças armadas britânicas como francesas, ao afirmar que a maior parte dos “médicos que escreveram acerca de febres no Setecentos tinham passado parte de sua vida

profissional em colônias tropicais ou em serviço militar e naval em climas quentes” (STEPAN, 2001, p. 155-156). Como apontado anteriormente, Michael Osborne, em referência ao caso francês, destacou a especificidade das práticas e formulações científicas de oficiais da Marinha em função tanto das escolas de medicina portuárias como do campo diferenciado de experiências ultramarinas aos quais se expunham, mas o fez sublinhando as condições propriamente institucionais que formulavam seus objetos e condicionavam sua formação científica (OSBORNE, 2014). Portanto, se o papel individual de viajantes na possibilidade de configurações de saberes aptos a serem apropriados por diretrizes imperiais é recorrentemente apontado, como no caso da análise de Stephen Bell sobre a permanência do viajante Aimé Bonpland na América do Sul (2004), o papel de viajantes institucionalmente “ancorados” em seus Estados de origem por meio das Forças Armadas é no mínimo igualmente amplo nesse sentido.

Entretanto, os estudos em história dedicados a forças armadas, ao menos no tocante ao caso francês, apresentam de modo geral a tendência a se dissociar dos estudos oriundos de campos disciplinares como a história das ciências e a história ambiental, o que contribui para que esse tipo de potencial analítico no que se refere a seus vestígios permaneça pouco explorado. Sabe-se que o oficial viaja, mas pouco se sabe sobre o que sente ou cria em diferentes lugares conforme viaja. É o que se percebe, por exemplo, em estudos como os de Étienne Taillemite, que enfatizam experiências ultramarinas (1988) e também expedições (1997) sem, contudo, ressaltar a especificidade das práticas científicas, seguindo em vez disso um fio narrativo de enaltecimento da instituição, em grande medida situado na própria França. O estudo de Jeanine Potelet (1993), por sua vez, embora mobilize a categoria social dos viajantes pertencentes à Marinha em sua análise acerca de relatos de viagem sobre o Brasil, não tece muitas reflexões

acerca do que haveria de específico em tais relatos justamente em função de tal inscrição sociológica dos viajantes. Há, contudo, exceções, como os trabalhos de Michel Sardet (2005, 2007) que, ainda que mantendo um fio narrativo de enaltecimento da instituição, ressaltam a especificidade de práticas científicas e trajetórias de formação nos quadros da Marinha.

A Marinha francesa, por sua vez, por estar organizada por meio de um Ministério igualmente dedicado às Colônias, encontra-se, na primeira metade do século XIX, inextricavelmente conectada aos sentidos da manutenção do colonialismo francês. A complexidade das permanências e rupturas decorrentes da Revolução foram objeto de publicações como a de Yves Benot (1988) e a de Jean Tarrade (1989), e as interpretações acerca da manutenção das atividades coloniais no período da Restauração são variadas. Olivier Pétré-Grenouilleau, por exemplo, afirma que houve uma expectativa institucional, à época da Restauração, no sentido de efetivamente recuperar parte da presença colonial ultramarina anterior à Revolução (2007, p. 25-26), ao passo que Marc Michel reconhece, nesse período, uma disputa mais simbólica nesse sentido (1992).

Do manuscrito à publicação: a febre amarela segundo Vatable

As observações feitas por Vatable acerca da febre amarela atravessaram um circuito administrativo muito específico, no qual se concatenam construção de conhecimento e controle territorial. As cartas enviadas a Paris denotam em que medida as experiências nas Antilhas poderiam ser coordenadas. O médico escreveu suas observações acerca da febre amarela na ilha de Basse-Terre, em Guadalupe, em fevereiro de 1817. Em fevereiro de 1820, elas tinham sido recolhidas pelo então governador da Martinica, François Donzelot, que recebera, em abril de 1819, uma carta da Direção de Administração de Colônias “relativa ao estado sanitário

da Colônia”. Na carta que enviou à Direção em fevereiro de 1820, o governador ressaltou que se comunicara não apenas com os oficiais de Saúde em atividade nos hospitais, mas também que aproveitou a ocasião para “sondar a opinião dos médicos e cirurgiões tendo uma prática mais ou menos longa mas conhecidos por exercer com alguma distinção nos diversos lugares das Colônias” (DONZELOT, 1820, f. 1). Em seu próprio escrito, o governador já ressaltava que, dentre os vinte escritos selecionados, a maior parte dos médicos era favorável à hipótese da não contagiosidade da febre (DONZELOT, 1820, v.1). As cartas foram enviadas de Fort-Royal à Direção de Administração de Colônias em Paris (DONZELOT, 1820). Embora o governador tenha enviado as cartas ao barão de Portal, Pierre Barthélemy d’Albarèdes (1765-1845), que efetivamente esteve à frente dessa direção nos anos iniciais da Restauração Bourbon – inclusive vindo posteriormente a se tornar Ministro da Marinha entre dezembro de 1818 e dezembro de 1821 (ZANCO, 2011, p. 95) –, elas foram enviadas à Inspeção Geral de Saúde por outro diretor, Edme Mauduit (MAUDUIT, 1820), o que denota uma manutenção dos circuitos de comunicação apesar da frequente troca de cargos no interior do Ministério da Marinha e das Colônias. Em sua carta, datada de 27 de maio de 1820, o diretor solicitava ao Inspetor Geral de Saúde que “fizesse parte à Direção das Colônias o mais prontamente que puder as observações às quais o exame das memórias desse lugar” (MAUDUIT, 1820, f.1), o que demonstra por sua vez a hierarquia do canal de comunicação em que esses saberes circulavam e eram produzidos.

O que cabe ressaltar dessa trajetória institucional é que essas cartas finalmente foram analisadas por Pierre François Kéraudren (1769-1857), que foi inspetor geral de saúde da Marinha francesa entre 1813 e 1845 (BRISOU e SARDET, 2010, p. 440-441). Kéraudren já foi caracterizado como tendo atuado em fraca conexão com as atividades desempenhadas

nos portos franceses e também como tendo sido conhecido por um certo nepotismo e ações em benefício próprio (OSBORNE, 2014, p. 118). No entanto, nessa posição, esse nativo de Brest esteve encarregado de diversas funções, tais como a redação de instruções sanitárias para viagens científicas e a análise de relatórios médicos escritos por cirurgiões que participaram dessas viagens. A correspondência trocada com médicos instalados em regiões ultramarinas também era uma tarefa importante, e por meio dela o inspetor igualmente desempenhou um papel ainda mais decisivo enquanto crivo de informações que poderiam ser publicadas nos “*Annales maritimes coloniales*” – tal como demonstra a correspondência mantida com a Direção de Administração de Colônias em 1831, na qual afirma que gostaria de encaminhar parte dos trabalhos do médico Brusseuil, que realizara viagens ao Rio de Janeiro e a Madagascar, para serem publicados no periódico (KÉRAUDREN, 1831). Mais que mero agente burocrático, Kéraudren era, portanto, uma figura chave no quadro de relações de produção de conhecimento no Estado francês, sobretudo acerca de regiões ultramarinas tropicais.

Logo, é plausível afirmar que foi por meio de Kéraudren que as observações de Vatable chegaram à edição de 1820 dos *Annales maritimes coloniales*. Na publicação, o médico faz menção a outros doutores que tinham se dedicado à doença, como Deveze em análises das epidemias ocorridas na Filadélfia em 1793 e 1797 (VATABLE, 1820, p. 774), assim como outros “historiadores da febre amarela” (1820, p. 779), dentre os quais os médicos Caillot, Bally e notadamente Moreau de Jonnes, mencionando seu “*Essai sur l’hygiene militaire des Antilles*”³, além de mencionar o próprio Kéraudren (VATABLE, 1820, p. 783). Seguindo um padrão de observações desse

3. Os escritos de Moreau de Jonnes foram analisados por Gregory Beriet sob a chave da “medicalização do discurso racista” (BERIET, 2005, p. 6).

gênero textual, o médico se ateuve à descrição dos sintomas averiguados na epidemia, citando “cefalalgia suborbital”, “dor no epigastro”, “vermelhidão da conjuntiva, coloração da face, gosto amargo na boca, revestimento mucoso e amarelado da língua, náuseas, vômitos de matérias verdes”, bem como “abatimento das forças morais” (VARIABLE, 1820, p. 777). Os sintomas registrados após quatro dias de doenças seriam os de maior intensidade, sendo a esse período que o médico vinculou sintomas de ataxia, os recorrentemente citados “vômitos de matérias negras”, além de convulsões, delírio e coma, descritos pelo médico como “em uma palavra todos os acidentes que prefiguravam um término fúnebre da doença” (VARIABLE, 1820, p.778). Também registrou alguns métodos utilizados para cura. Dentre esses métodos, citou o uso de vesicantes e calmantes, assim como do ácido carbônico retirado de carbonato de potássio por meio de suco de limão, além de banhos tanto quentes como frios, fricções com fatias de limão e, finalmente, o uso de ácidos minerais, nitrato de potássio, cânfora, ópio, ou, enfim, como o próprio médico resumiu, “em uma palavra, todos os meios que foram aconselhados para o tratamento da febre amarela e que puderam ser empregados sem o medo de agravar a doença ou algum sintoma” (VARIABLE, 1820, p. 781-782). Após citar o uso de outras substâncias e plantas que também poderiam ser úteis para o tratamento, o médico conclui suas descrições, no entanto, de forma pessimista, admitindo que

“(…) nos casos graves da febre amarela, qualquer que tenha sido o método empregado, os infortúnios foram os mesmos, e êxitos obtidos vez ou outra não poderiam consolar o médico do lamento de se tornar a triste testemunha da impotência de sua arte e da pronta destruição do doente” (VARIABLE, 1820, p. 782)

O que chama a atenção na descrição de Vatable, todavia, é como as nuances geográficas da ilha de Basse-Terre, tais como seu relevo, são

elencadas na narrativa de modo a fornecer exemplos de reações humanas possíveis no intuito de se defender da febre amarela. Vatable ressaltou que a epidemia não esteve restrita aos limites da cidade de Basse Terra, se expandindo para outros lugares da ilha (1820, p. 775). O médico diferencia a área da cidade de Pointre-à-Pître, tornada centro do comércio colonial “por sua posição”, ressaltando que nela a febre se desenvolvera “com uma violência que nada poderia conter” (VATABLE, 1820, p. 776). Utilizando um vocabulário característico da região, o médico ressalta que os “*mornes*”, ou seja, morros da cidade de Basse-Terre, teriam funcionado como lugares “onde é possível se retirar ao longo da estação de doenças” (VATABLE, 1820, p. 776). Vatable registrou ainda que grupos de pessoas foram “afastados das bordas do mar, à medida que desembarcavam, e distribuídos nos campos de Beau-Soleil e Voltier, situados a pouca distância de Basse Terre, em habitações elevadas e frescas devido às brisas do leste” (1820, p. 776). O conhecimento das nuances do território, portanto, ocupava um lugar importante na gestão da doença, tão importante quanto o uso de substâncias como a quinina, o óleo de rícino ou o tartarato de potássio.

As observações de Vatable se encerram tentando se posicionar perante o grande dilema que perturbava os homens da Marinha francesa à época: descobrir se a febre amarela era ou não contagiosa. O texto é encerrado com “algumas reflexões sobre as medidas sanitárias as mais importantes que se conviria adotar para a conservação das tropas e pessoas destinadas ao serviço das colônias”, retomando as reflexões que colocam em evidência as especificidades do terreno e ressaltando que “a febre amarela se manifesta no litoral e não se estende aos lugares situados no interior das terras e sobre os morros expostos às brisas do leste” (VATABLE, 1820, p. 784). A posição de Vatable quanto à controvérsia é, no entanto, consideravelmente ponderada, e coloca em evidência não apenas as

especificidades das Antilhas como também o impacto das durações dos fluxos de migração:

Às Antilhas, ela é endêmica ao longo das bordas do mar, ao longo da estação de calor, e os Europeus recém chegados estão sujeitos a ela, até que estejam aclimatados por uma permanência de alguns anos em algumas dessas ilhas. Não se poderia decidir, de uma maneira igualmente positiva, se a doença foi contraída por uma via contagiosa, ou se em vez disso não teria sido determinada pela ação das causas às quais os recém-chegados são igualmente expostos” (VARIABLE, 1820, p. 784).

Em vez de se posicionar enfaticamente acerca da questão da contagiosidade, o texto é encerrado por meio de uma recapitulação de medidas práticas a serem adotadas ou mantidas. Dentre essas medidas, destacam-se a advertência de que “quando operações militares ou de razões políticas não forcem o ministro a precipitar o envio de tropas, seria vantajoso enviá-las apenas ao fim do outono”, assim como a sugestão de manejá-las, quando desembarcadas, de modo a “afastá-las prontamente das bordas do mar, e distribuí-las nos campos estabelecidos sobre os morros e bem arejados, com a preocupação de lá retê-las até que fossem aclimatadas” (VARIABLE, 1820, p. 785). Tendo-se em conta essas advertências, as observações de Vatable parecem ir ao encontro da constatação de Philip Curtin no sentido de que, em termos de apropriação de espaços naturais tropicais, o conhecimento dos terrenos e a possibilidade de deslocar pessoas em seus espaços de modo a subverter a exposição a epidemias foi um fator de gestão importante que possibilitou o êxito de migrações europeias. O fato de terem sido publicadas em um periódico da Marinha, por sua vez, pode ter corroborado a adoção institucional das práticas sugeridas pelo médico.

No que se refere propriamente ao processo editorial, as observações publicadas nos “*Annales*” não diferem muito do texto original escrito em

versão manuscrita em 1817 e enviado a Kéraudren em 1820, a não ser por alguns trechos que foram suprimidos. Dentre os trechos suprimidos, destacam-se citações em latim, notadamente a epígrafe do manuscrito, mas também alguns parágrafos que narram justamente os impasses encarados pelo então recém-chegado governador de Guadalupe no tocante à gestão de pessoas no circuito metrópole-colônia. Os primeiros parágrafos suprimidos se encontram na primeira folha do manuscrito, e provavelmente foram retirados porque são, em grande medida, um registro de “modéstia afetada” por meio do qual o médico afirma não ter muito o que adicionar às descrições até então realizadas sobre a febre amarela, “sua invasão, seus principais sintomas, sua evolução, seus diversos períodos, suas complicações, seus efeitos sobre os diferentes órgãos da economia animal”, posto que essas descrições deixariam “pouco a desejar” (VARIABLE, 1817a, f.1). Esse registro, no entanto, já demonstra o uso de um vocabulário conceitual acerca da compreensão da doença e também permite apreender o que o médico considerava o maior desafio referente à doença. Vatable afirma que “os métodos curativos que foram recomendados” seriam menos satisfatórios que as descrições da doença (VARIABLE, 1817a, v.1).

Um segundo trecho suprimido do manuscrito, no entanto, denota tensões que vão para além da compreensão da doença e estabelecimento de práticas curativas. Ao narrar a epidemia de 1816, Vatable terminou por registrar decisões de controle de pessoas nas Antilhas, além da própria narrativa referente à efetivação do controle de Guadalupe pela França. O médico apontou que “o perigo se tornava tão premente para Europeus não aclimatados” que foi recebida com ‘lamento a notícia da chegada próxima de uma expedição destinada a Guadalupe” (VARIABLE, 1817a, v.2), o que revela a escala de descompasso entre as decisões tomadas na França e a dinâmica de doenças em locais ultramarinos. Além disso, o médico ressaltou

que, “apesar do desejo que sentiam os habitantes da ilha de retornar sob o governo da Metrópole, fizeram-se votos para que a partida das tropas na Europa fosse adiada” (VARIABLE, 1817 a, v.2). A expedição vinda da França deveria esperar “o retorno da temporada sã” (VARIABLE, 1817a, f.3). Em seguida, o médico narrou a chegada do conde de Lardenoy em 25 de julho, sendo então Guadalupe remetida à “Sua Excelência” quando da chegada do conde “cujo coração puro, franco, leal como aquele de nossos antigos cavaleiros trazia à Colônia o presságio de dias de paz e plenitude” (VARIABLE, 1817a, f.3). O parágrafo seguinte, no entanto, retomava a narrativa da epidemia sob teor trágico que, “no entanto, o mal aumentava a cada dia” (VARIABLE, 1817a , f.3).

Esses trechos podem ter sido suprimidos da publicação feita três anos depois em Paris em função de não apresentarem informações específicas acerca da epidemia. Porém, é plausível cogitar que tenham sido removidas pelo fato de narrarem justamente uma certa fragilidade do “concerto colonial” francês, dado que a “Metrópole” enviava um súdito de Louis XVIII para efetivar a permanência de Guadalupe sob o âmbito territorial francês justamente quando da eclosão de uma epidemia de febre amarela. A narrativa demonstraria em que medida a manutenção de medidas preventivas como as quarentenas, sem a efetiva resolução da dúvida acerca da natureza contagiosa ou não da febre amarela, poderia ter consequências não só “administrativas”, mas também políticas.

Cabe ressaltar, também, que não foi somente em 1820 que o canal institucional situado em Paris manifestou interesse no que Vatable teria a dizer acerca da febre amarela. O manuscrito de Vatable que chegou a Paris em 1820 foi enviado ao governador de Guadalupe acompanhado de uma carta, datada de 24 de fevereiro de 1817, na qual o médico explicita que escreveu uma “história” da doença sob ordens de um intendente para que o

Ministro da Marinha pudesse ter mais informações acerca da então recente epidemia (VARIABLE, 1817b, f.1). O médico se pôs a escrever em 1817, portanto, não apenas visando a leitura de dirigentes locais que, do território colonial, decidiriam se suas impressões deveriam ou não ser lidas em Paris, mas já tendo em vista a eventual transmissão de seus registros às posições de comando do Ministério da Marinha e das Colônias.

A cadeia de usos e apropriações dos esforços de Vatable, enfim, não terminou apenas na edição de 1820 dos “*Annales maritimes et coloniales*”. Embora não tenha sido citado pelo inspetor general, é plausível afirmar que as observações de Vatable, assim como as observações de outros médicos reunidas pelo governador da Martinica, serviram de base para que Kéraudren pudesse, de Paris, refletir sobre a questão da contagiosidade da febre amarela, reflexão esta que culminou na publicação da obra “Da febre amarela, observada nas Antilhas e nas embarcações do Rei, considerada principalmente sob o aspecto de sua transmissão” (KÉRAUDREN, 1823). A “Metrópole” citada nos escritos do médico, portanto, reconfigurava suas diretrizes por meio das experiências em territórios coloniais.

Considerações finais

Os homens da Marinha e do Estado franceses que buscaram manter a interação e o exercício de poder em regiões ultramarinas tropicais precisaram contemplar esses espaços em sua complexidade. O caso de Vatable demonstra como um circuito de troca de informações poderia reiterar a percepção de que o movimento de pessoas em diferentes áreas das ilhas de Guadalupe poderia ser uma medida de administração colonial eficaz. A gestão da movimentação de pessoas (CURTIN, 1989) e o “poder do lugar” na configuração de percepções e produção de conhecimento sobre as doenças (OSBORNE, 2014) foram fatores continuamente articulados em

canais do Estado francês, os quais conectavam o arquipélago de Guadalupe, os portos franceses e Paris não apenas por meio de embarcações, impostos e cartas, mas, também por meio de ideias. A edição de seus manuscritos no periódico, por sua vez, revela como os atores situados no dito “centro metropolitano” precisavam enfrentar a complexidade das dinâmicas coloniais, interpretando-as e as discutindo em esfera pública. Mais do que mera burocracia, o Estado francês mantinha, portanto, uma série de canais que permitiam uma atualização contínua das experiências territoriais. Apesar da eventual fragilidade perante dinâmicas ecológicas, uma escala de comunicação era eficazmente mantida. Os atores situados em territórios coloniais se encontravam, evidentemente, subordinados a hierarquias constitutivas das Forças Armadas e do Estado francês, mas seus “cálculos” e sua agência eram elementos decisivos para que os atores situados em portos franceses ou mesmo em Paris pudessem garantir a eficácia do governo.

A constatação das especificidades desse processo é importante no sentido de apontar em que medida a “apropriação dos recursos da natureza e a valoração das paisagens” com efeito “possuem uma clara historicidade” (PÁDUA, 2010, p. 93), e na chave dessa historicidade é possível compreender dispositivos que explicam, por exemplo, a complexidade da produção de conhecimento em um quadro global e a preponderância de determinados poderes no quadro da modernidade (RAJ e SIBUM, 2015). Campos disciplinares como a história ambiental e a história das ciências, nesse sentido, podem “abordar as grandes questões da história” e “se infiltrar em outros campos” (ARMIERO, 2017, p. 48), explicitando em coordenação a complexidade de determinadas ações e circuitos de produção de conhecimento na consolidação de quadros de colonialismo e imperialismo, ressaltando suas especificidades sincrônicas e as diferenciações sociológicas que compõem os choques e dinâmicas ecológicas em dada região – uma

vez que a história ambiental, “como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas” em análises que visam a “historicidade dos sistemas naturais” (PÁDUA, 2010, p. 97). Nesse sentido, tendo-se em vista o amplo escopo de regiões e sociedades humanas que atingiu, o colonialismo francês é ainda um tema sobre o qual há muita história a se contar.

REFERÊNCIAS

a) Manuscritos arquivados no Service historique de la Défense – Vincennes, França

DONZELOT, François Xavier. Carta enviada ao Barão de Portal. Fort Royal, 19 de fevereiro de 1820. SHD - Vincennes, Sub-série CC 2, Códice 948.

KERAUDREN, Pierre François. Carta enviada ao Diretor de Administração de Colônias. Paris, 21 de março de 1831. SHD – Vincennes, Sub-série CC2.

MAUDUIT, Edme Michel. Carta enviada a Pierre Kéraudren. Paris, 27 de maio de 1820. SHD - Vincennes, Sub-série CC 2, Códice 948.

VATABLE, Henri Joseph. Observations sur la fièvre jaune qui a régné a la Guadeloupe, durant l’année 1816. Basse-Terre, 22 de fevereiro de 1817. 1817a. SHD - Vincennes, Sub-série CC 2, Códice 948.

VATABLE, Henri Joseph. Carta ao “Monsieur le Gouverneur et Administrateur” [François Xavier Donzelot]. Basse-Terre, 24 de fevereiro de 1817. 1817b. SHD - Vincennes, Sub-série CC 2, Códice 948.

b) Fontes impressas

KERAUDREN, Pierre. *De la fièvre jaune, observée aux Antilles et sur les vaisseaux*

du Roi, considérée principalement sous le rapport de sa transmission. Paris: Imprimerie Royale, 1823.

VATABLE, Henri Joseph. Observations sur la fièvre jaune qui a régné à la Guadeloupe pendant l'année 1816. In: BAJOT, M. *Annales maritimes et coloniales.* Année 1820. IIe. Partie. Paris: Imprimerie Royale, 1820, p. 774-787.

c) Livros e artigos

ARMIERO, M. Environmental History between Institutionalization and Revolution. A short commentary with two sites and one experiment. In: OPPERMAN, S.; IOVINO, S. (Eds.). *Environmental Humanities. Voices from the Anthropocene.* London/New York: Rowman Littlefield, 2017, p.45-59.

ARNOLD, D. Introduction: tropical medicine before Manson. In: ARNOLD, D. (Ed.). *Warm Climates and Western Medicine: the emergence of Tropical Medicine, 1500-1900.* Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1996a , p. 1-19.

ARNOLD, D. *The problem of Nature. Environment, Culture and European expansion.* Oxford/Massachusetts: Blackwell, 1996b.

BENOT, Y. *La Révolution française et la fin des colonies.* Paris: La Découverte, 1988.

BELL, S. Individual Agency and Ecological Imperialism: Aimé Bonpland in Southern South America. In: BRANNSTROM, C. (Ed.). *Territories, commodities and knowledges: Latin American Environmental Histories in the Nineteenth and Twentieth Centuries.* London: Institute for the Study of the Americas, 2004, p. 247-272.

BERIET, G. La lutte contre la fièvre jaune dans les Antilles françaises: marine, médecine et pratiques coloniales (fin XVIIIème – début

- XIXème siècle). In: GIS RÉSEAU AMÉRIQUE LATINE. *Actes du 1er Congrès du GIS Amérique latine: Discours et pratiques de pouvoir en Amérique latine, de la période précolombienne à nos jours, 3-4 novembre 2005*, Université de La Rochelle, La Rochelle, 2005.
- BRIÈRE, J-F. *Haïti et la France. Le rêve brisé. 1804-1848*. Paris: Karthala, 2008.
- BRISOU, B.; SARDET, M. (Dir.). *Dictionnaire des médecins, chirurgiens et pharmaciens de la Marine*. Vincennes: Service Historique de la Defense, 2010.
- BRUNEAU, M. From a centred to a decentred tropicality: Francophone colonial and postcolonial Geography in monsoon Asia. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v.26, n.3, p. 304-322, 2005. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/toc/14679493/26/3>> Acessos em 28.set.2018
- CAPONI, S.; OPINEL, A. *De la Géographie Médicale à la Médecine Tropicale*. Florianópolis: NEL, 2017.
- CURTIN, P. D. *Death by migration: Europe's encounter with the tropical world in the nineteenth century*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1989.
- DRIVER, F.; MARTINS, L. *Tropical Visions in Age of Empire*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2005.
- DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319>> Acessos em: 27.set.2018
- HALLÉ, F. *La condition tropicale: une histoire naturelle, économique et sociale des basses latitudes*. Paris: Actes Sud, 2010.
- KURY, L. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L'Harmattan, 2001.

- MICHEL, M. La colonisation. In: SIRINELLI, J-F. (Dir.). *Histoire des Droites en France. Sensibilités*. Paris: Gallimard, 1992, p. 125-163.
- McCLELLAN III, J.; REGOURD, F. *The Colonial Machine: French Science and Overseas Expansion in the Old Regime*. Turnhout: Brepols Publishers, 2011.
- McCLELLAN III, J. *Colonialism and Science: Saint Domingue in the Old Regime*. Johns Hopkins Univ. Press, 1992.
- MILLER, S. W. *An Environmental History of Latin America*. Cambridge/ New York: Cambridge Univ. Press, 2007.
- OSBORNE, M. A. *The emergence of tropical medicine in France*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.
- OSBORNE, M. A. Resurrecting Hippocrates: Hygienic Sciences and the French Scientific Expeditions to Egypt, Morea and Algeria. In: ARNOLD, D. (Ed.). *Warm Climates and Western Medicine: the emergence of Tropical Medicine, 1500-1900*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1996, p. 80-98.
- OSBORNE, M. A. *Nature, the Exotic, and the Science of French Colonialism*. Bloomington/Indianapolis: Indiana Univ. Press, 1994.
- PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 69, p. 81-101, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/09.pdf>> Acessos em 27.set.2018
- PEARSON, M.N. First contacts between Indian and European medical systems: Goa in the sixteenth century. In: ARNOLD, D. (Ed.). *Warm Climates and Western Medicine: the emergence of Tropical Medicine, 1500-1900*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1996, p. 20-41.
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, O. 1815. La fin des vieux rêves. In: RIOUX, J-P. (Dir.). *Dictionnaire de la France colonial*. Paris: Flammarion, 2007, p. 23-26.

- POTELET, J. *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français 1816-1840*. Paris: L'Harmattan, 1993.
- RAJ, K. *Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- RAJ, K.; SIBUM, H. O. Globalisation, science et modernité. De la guerre de Sept Ans à la Grande Guerre. In: RAJ, K.; SIBUM, H. O. (Dir.). *Histoire des sciences et des savoirs. Tome 2. Modernité et Globalisation*. Paris: Éditions du Seuil, 2015, p. 11-30.
- SARDET, M. *Médecins & pharmaciens de la Marine à Rochefort au XIXe siècle: un apport scientifique majeur*. Paris: Pharmathèmes, 2005.
- SARDET, M. *Naturalistes & explorateurs du Service de santé de la marine au XIXe siècle*. Paris: Pharmathèmes, 2007.
- STEPAN, N. L. *Picturing Tropical Nature*. New York/Ithaca: Cornell Univ. Press, 2001.
- TAILLEMITE, É. *L'Histoire ignorée de la marine française*. Paris: Perrin, 1988.
- TAILLEMITE, É. *Marins français à la découverte du monde. De Jacques Cartier à Dumont d'Urville*. Paris: Fayard, 1999.
- TARRADE, J. (Dir.) *La Révolution Française et les colonies*. Paris: Société française d'histoire d'Outre-mer, 1989.
- THÉSÉE, Françoise. *Le général Donzelot à la Martinique. Vers la fin de l'Ancien Régime colonial (1818-1826)*. Paris: Éditions Karthala, 1997.
- WINTROUB, M. *The Voyage of Thought: Navigating Knowledge across the Sixteenth-Century World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- ZANCO, J-P. (Dir.). *Dictionnaire des Ministres de la Marine, 1689-1958*. Paris: S.P.M. Kronos/L'Harmattan, 2011.

A Psiquiatria em Goiás: A Ideia de Modernidade e o Manicômio Aduino Botelho

ÉDER MENDES DE PAULA¹

Faculdade Evangélica de Goianésia

Resumo: O presente artigo pretende analisar como o ideal de modernidade foi aplicado no estado de Goiás, utilizando-se da relação entre os discursos médico-psiquiátrico e o político. Assim, passando pela construção de Goiânia até o Manicômio Aduino Botelho intenciona-se construir uma análise sobre o período e como a representação do ser moderno foi conduzida em Goiás. Foram utilizados documentos como a Revista Goiana de Medicina, a compilação dos Arquivos de Saúde Pública entre 1951-1954 e avulsos arquivados no Arquivo Histórico Estadual. A análise do discurso foi o ponto fulcral para interpretação e relação entre as fontes, buscando nas entrelinhas e nos intertextos a lógica sobre saúde, política e poder em Goiás.

Palavras-Chave: Saúde – Política – Modernidade.

Abstract: This article aims to analyze how the ideal of modernity was applied in the state of Goiás, using the relationship between medical-psychiatric and political discourses. Thus, going through the construction of Goiânia to the Manicômio Aduino Botelho intends to construct an analysis about the period and how the representation of the modern being was conducted in Goiás. Documents such as the Goiana Journal of Medicine, the compilation of the Public Health Archives between 1951-1954 and individual files filed in the State Historical Archive. Discourse analysis was the focal point for interpretation and relationship between sources, searching the lines between lines and intertexts for the logic of health, politics and power in Goiás.

Keywords: Health - Politics - Modernity.

Recebido em 13/08/2018 e aceito em 15/12/2018.

1. Doutor pela Universidade Federal de Goiás, professor da Faculdade Evangélica de Goianésia para os cursos de Direito e Enfermagem, assessor do Núcleo de Direitos Humanos vinculado à Coordenação de Extensão. Email: falecomoprofessoreder@gmail.com

Introdução

O estado de insere-se na perspectiva em que a chamada civilização do litoral construiu o seu par opositor no interior do país, ou seja, para estabelecer um status de civilizado era necessário a dicotomia que atribuisse sentido aos discursos construídos. Este espaço que não é apenas geográfico, mas também narrativo desenvolveu uma cultura própria mediante essas relações de poder entre o discurso do colonizador e do colonizado.

Neste sentido, é possível perceber relações que se configuram de maneiras particulares como o fato de lidar com louco e a loucura, constituindo traços de personalidade entre os tidos como anormais e a comunidade em seu em torno. No entanto, é preciso salientar que os projetos de modernização pensados e implementados a partir da era Vargas trouxeram uma nova configuração ao chamado sertão.

A sua cura, já que o mesmo era representado como um espaço doente e não civilizado, viria não através de uma medicalização social em que a psiquiatria teria um papel preponderante. O saber médico psiquiátrico, ao líder diretamente com o comportamento dos indivíduos auxiliaria na transformação do comportamento destes indivíduos para alcançar a concretização dos projetos políticos.

É neste contexto que se situa esta análise, tomando como ponto de partida os discursos de mudança da capital e do papel da psiquiatria no ideal de modernização do estado de Goiás. Através da idealização e construção do Manicômio Adauto Botelho se intenta relacionar as nuances de entrelaçamento dos discursos político e psiquiátrico para a normatização e normalização da população goiana.

I- Psiquiatria: Construção do Louco.

No mês de janeiro do ano de 1890 estava descrito no Relatório da Inspeção de Higiene Pública do Estado de Goiás o seguinte dizer a respeito dos alienados:

Infelizes porque a caridade pública parece esquecer-los e negar-se a estender-lhes a sua benfazeja mão, infelizes porque o governo até agora tem se mostrado surdo aos seus gemidos e quando alguma providência se toma é apenas para retirá-los da sociedade, quais animais hidrófobos [sic] e senão curá-los, mitigar os seus cruéis sofrimentos, prestando de acordo com a civilização real, serviço à humanidade e à ciência. (Relatório da Inspeção de Higiene Pública do Estado de Goyaz, Jan. 1890 APUD SALLES, p. 99, 1999)

Homens e mulheres condenados pelas próprias ideias, tipos que vagavam no final do século XIX pelas ruas da antiga capital da Província de Goiás, sem que houvesse um olhar particular para o mal que os afligia. Aqui o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, funciona como um depósito de todos os tipos de doentes, sem atendimento específico no caso dos que sofriam de males mentais.

Esse ato de amontoar pessoas, mesmo que o Hospital não fosse destinado a receber esses doentes, parecia ser visto como a grande caridade. Um serviço à humanidade no sentido de limpeza não só das ruas, mas no de evitar-se a agitação. Não se vê o aval da psiquiatria em si, mas a medicina mostra seu poder de intervenção e o poder que lhe está atribuído. Esse poder funciona como um direito sobre o confinamento. Direito que se transpõe e se legitima nas próprias pesquisas científicas.

O relatório nos esclarece a situação destes que não eram, até então em Goiás, contemplados com uma especialidade médica. Estes que eram confinados no Hospital de Caridade, o eram devido ao comportamento fora da norma. Estes eram chamados muitas vezes de agitadores, ou portadores

de vícios como o alcoolismo que eram recolhidos exatamente porque suas atitudes não eram condizentes com o “normal”. Tais indivíduos tornavam-se incômodos, o que levava à reclusão, considerada um serviço à sociedade “normal”.

O esquecimento referido no documento supramencionado é causado pelo ato de ignorar estes “tipos urbanos”. Os mesmos têm sua palavra invalidada pelo seu comportamento, dessa forma são lançados ao mar aberto. A própria preocupação presente no relatório não é com o seu silenciamento, mas com as pessoas sãs que numa atitude caridosa deveriam prestar socorro, sem que o seu discurso fosse necessariamente validado. Esse ato de reclusão visava a *salvação* da alma destes, que numa sociedade católica negavam a auxiliar esses ignorados transeuntes.

Havia, da mesma forma, aqueles que não eram recolhidos ao Hospital, que se tornavam parte integrante da paisagem local, pois,

devido à perpétua escassez de água potável, com que a população da Capital se vê a braços o ano inteiro, principalmente nos meses de seca, há aqui uma verdadeira legião de carregadores e carregadoras, em que predominam os débeis mentais – ocupada na baldeação de água para as habitações. (PALACIN, 1976, p. 37)

Aos que podiam, de alguma forma prestar um serviço público, e que não representavam uma ameaça à ordem estabelecida, ficava o direito de ir e vir, mas nem por isso é dada uma importância à constituição de seu ser. O que eram ou o que pensavam, não fazia diferença àqueles que faziam uso de sua força para determinados afazeres. Eram considerados *bobos* demais para perceberem a realidade e, neste sentido, tornavam-se prestativos, uma forma também de se verem inseridos em uma normalidade que de fato não os pertencia. Esse distanciamento era ocasionado de acordo com as fronteiras demarcadas pelo estabelecimento de padrões comportamentais.

Até a construção do Hospital Psiquiátrico Prof^o. Aduino Botelho² em Goiânia, a categoria louco não fazia parte efetiva da realidade do estado, não havia local de legitimação do discurso excludente. Sendo assim, não haviam determinados comportamentos regidos por normas de um saber científico, que estabelecesse padrões. Sem os espaços de emissão e legitimação do discurso excludente/enclausurador não há categorização de louco e conseqüentemente a produção da loucura institucionalizada.

A exclusão médica praticada a partir da criação dos hospitais e dos laudos médicos complementa àquela realizada a partir do estigma de “tipos urbanos”. Afinal, mesmo que estivessem fazendo parte do convívio social, o ato de servir para afazeres domésticos os colocava em subalternidade. No entanto, alguns conheciam os nomes, outros os apelidos, mas cada qual dentro de sua particularidade, não eram confinados em um mesmo patamar, uma única categoria.

A partir da construção de Goiânia isso é sentido com mais intensidade, pois, na medida em que a cidade cresce esses personagens parecem deixar de existir, mas na verdade eles se transmutam, não por si, mas pelo que dizem deles e de seus comportamentos.

Vão se acabando os nossos “tipos de rua”. Não se veem hoje como outrora os “Funga-Funga”, os “Zé Mangarito”, os “Antonio Louco” e outros, no espalhafato que armavam em plena via pública, cada qual na sua especialidade, acossados pela garotada, e que fazia muita gente vir à janela. Desapareceram.
(Revista Oeste, Julho de 1942)

Encontra-se nessa edição da Revista Oeste um saudosismo em

2. O Hospital Psiquiátrico Aduino Botelho foi inaugurado no ano de 1954, na então nova capital do estado de Goiás. Seu projeto foi idealizado e realizado pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais dirigido pelo médico Aduino Botelho durante o governo Vargas, em que um total de 08 hospitais foram construídos em diferentes regiões do Brasil.

relação aos tipos urbanos que faziam parte da cidade, do convívio direto de seus habitantes, ainda não categorizados, ainda não confinados. Esse desaparecimento não deve ser visto como um sumiço, um deixar de existir, mas uma ausência ocasionada pela institucionalização.

No ano de 1942 não se tem ainda a inauguração do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, mas desde antes já existia a preocupação em se construir um local para os não adaptados sociais,

apesar do elevado porte do empreendimento da Santa Casa, a Conferência começa a atuar na campanha pela instalação do sanatório para alienados. Foi proposta a confecção de selos de \$100 e \$200, para serem vendidos formando um fundo para as obras” (DOLES Apud FREITAS, 1999, p. 308).

Goiânia, como a nova capital, erguia-se para sustentar um número maior de habitantes, dessa maneira, as relações sociais existentes são transformadas. Ou seja, determinados indivíduos não figuram mais no íntimo da sociedade, mas são relegados a um esquecimento a partir de uma categorização. Antes sua fala poderia ser desprezada, agora além dela, sua própria imagem é retirada e colocada por trás de altos muros que impede, a qualquer um, a sua visualização. Neste ínterim, são retirados da História os “anormais”, tornando-os parte de um vazio quase que eterno representado apenas por tijolos empilhados, uma fortaleza que protege *os de fora*.

Essa ênfase na construção de um hospital para alienados em Goiás justifica-se por a psiquiatria ser parte de um saber médico que atua com eficácia na vida dos indivíduos. Não diz respeito apenas a cuidados com higiene, como o que comer, o que vestir, onde morar, e como morar. Mas como falar, o que falar, o que pensar, como andar, quando andar, como se portar com os olhos, os gestos. Em suma, uma economia do corpo que não está sustentada apenas na mente, nos delírios que são impalpáveis, mas na querência de localizá-los através do comportamento expresso pelo corpo.

Assim, sua consolidação permite uma maior utilização deste saber, deste local do inquestionável, atuar com mais voracidade sobre o comportamento humano.

O exemplo disso foi o primeiro hospício a ser inaugurado no Brasil, o Pedro II no ano de 1852 no Rio de Janeiro que,

passou a ser habitada por homens e mulheres livres ou libertos, muito pobres ou miseráveis, que andavam pelas ruas da cidade assumindo comportamentos diferentes dos considerados “normais”. A grande maioria da população do hospício era internada pelas mãos da polícia na categoria de *indigentes*. Entre estes figuravam alguns poucos escravos que pertenciam a senhores pobres. [...] Os diretores do serviço clínico reclamavam das péssimas condições da instituição e da sua ineficácia para aprisionar, tratar e curar a loucura. As queixas ganharam um tom mais eficaz nos anos de 1880, através da voz do Dr. Teixeira Brandão, considerado por muitos o pai da psiquiatria brasileira. [...] Com a proclamação da República, muitas das reivindicações do eminente psiquiatra foram atendidas. Uma das primeiras medidas do novo regime foi separar o hospício da Santa Casa, passando a designá-lo Hospício Nacional de Alienados (HNA). [...] Sem dúvida, a instituição republicana era muito eficiente no exercício do controle social. Os indivíduos cujas ações ou pensamentos fossem considerados de alguma forma perigosos à ordem estabelecida constituíam o principal alvo das internações. Exemplo expressivo nesse sentido foi o de João Cândido, um dos principais líderes da Revolta da Chibata (1910), que depois de preso e torturado acabou internado no HNA. (ENGEL, 2005, p. 35)

Desde o século XIX, a loucura tem sido utilizada como forma de controle social. A psiquiatria, ainda não consolidada, já permitia através da autoridade atribuída ao médico, auxiliar nas determinações de padrões de comportamento que eram aceitos ou não. Nesse contexto, era auxiliada ou auxiliava o aparelho político em que a própria polícia encaminhava determinados pacientes. No caso citado, de João Cândido, o mesmo é

considerado louco devido a suas ideias que não condiziam com as intenções políticas da época. Tal evidência não significa que aquele padrão foi aplicado ao longo dos anos, pois, segundo Ana Bock, cada cultura constrói suas “*próprias zonas patológicas*” (BOCK, 2003, p. 30).

Neste sentido as fronteiras entre o normal e o patológico não se tornam apenas tênues, elas tornam-se múltiplas, mutáveis ao longo dos processos sociais. Variam de acordo com a própria sociedade, transforma a economia do corpo de acordo com as mudanças que ocorrem e os interesses dos produtores dos discursos. Cabia ao médico o papel de retirar dos tidos como “anormais” o direito de ser o que eram.

É interessante observar que essas relações de poder e essas fronteiras já existiam, porém, não institucionalizadas. As diferenças entre os tipos urbanos são demarcadas pelo direito de dizer, por mais que não houvesse o confinamento. A massificação de todos eles em uma única categoria de exclusão os tornou invisíveis em suas particularidades. Isso cunhou exatamente a distância entre a relevância e a irrelevância das palavras de cada par opositor.

A grande questão que envolve o louco e seu discurso é o fato de que a própria negação de sua condição passa a ser utilizada como sintoma. Os dizeres sobre o que é normalidade e anormalidade são colocados então, entre duas autoridades que de certa maneira se completam: a autoridade médica e a autoridade civil. Essa relação está presente desde a consolidação da psiquiatria no Brasil, fato que ocorre já no século XX.

Diante de um tratamento que era de responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia, os médicos começam uma busca por consolidar seus conhecimentos. Encontrar uma linha de atuação e exercer a psiquiatria no Brasil de uma maneira científica e não vinculada à religiosidade, com características próprias.

Apesar do pensamento científico a psiquiatria funcionava de acordo como as necessidades políticas do momento histórico. Haja vista que no início do século XX encontram-se denúncias acerca do HNA (Hospital Nacional de Alienados) – antigo Hospício Pedro II do período imperial – em que o mesmo parece funcionar como um depósito de pessoas pobres. Um confinamento aos comportamentos não aceitos pela sociedade vigente, sem vistas a tratamentos mais sistematizados.

Sua institucionalização ganha corpo a partir do primeiro terço do século XX quando é criada a LBHM (Liga Brasileira de Higiene Mental), neste período,

a psiquiatria [...] era produto do atraso histórico da Psiquiatria no Brasil. Até Juliano Moreira³, a Psiquiatria⁴ tinha-se limitado

3. Juliano Moreira (1873-1933), baiano de Salvador, é frequentemente designado como fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil. Sua biografia justifica tal eleição: mestiço (mulato), de família pobre, extremamente precoce, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia aos 13 anos, graduando-se aos 18 anos (1891), com a tese “*Sífilis maligna precoce*”. Cinco anos depois, era professor substituto da seção de doenças nervosas e mentais da mesma escola. De 1895 a 1902, frequentou cursos sobre doenças mentais e visitou muitos asilos na Europa (Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Escócia). De 1903 a 1930, no Rio de Janeiro, dirigiu o Hospício Nacional de Alienados. Neste, embora não fosse professor da Faculdade de Medicina do Rio, recebia internos para o ensino de psiquiatria. Aglutinou ao seu redor médicos que viriam a ser, eles também, organizadores ou fundadores na medicina brasileira, de diversas especialidades: neurologia, psiquiatria, clínica médica, patologia clínica, anatomia patológica, pediatria e medicina legal, tais como Afrânio Peixoto, Antonio Austragésilo, Franco da Rocha, Ulisses Viana, Henrique Roxo, Fernandes Figueira, Miguel Pereira, Gustavo Riedel e Heitor Carrilho, entre outros. Um aspecto marcante na obra de Juliano Moreira foi sua explícita discordância quanto à atribuição da degeneração do povo brasileiro à mestiçagem, especialmente a uma suposta contribuição negativa dos negros na miscigenação. A posição de Moreira era minoritária entre os médicos, na primeira década do século XX, época em que ele mais diretamente se referiu a esta divergência, polemizando com o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Também desafiava outro pressuposto comum à época, de que existiriam doenças mentais próprias dos climas tropicais. (ODA, p. 04)

4. Surgiu, no século XVIII, Phillippe Pinel, considerado o pai da psiquiatria, que teve o mérito de libertar os doentes mentais das correntes. Os asilos foram substituídos, então, pelos manicômios, estes somente destinados aos doentes mentais. Desenvolveram-se

a reproduzir o discurso teórico da Psiquiatria francesa e a seguir a prática ditada pelo pessoal leigo ou religioso, encarregado da administração dos hospitais. Juliano Moreira e seus discípulos tentaram transformar esta situação, inaugurando uma Psiquiatria cujos fundamentos teóricos, práticos e institucionais constituíram um sistema psiquiátrico coerente. (COSTA, 1980, p. 23)

A Liga Brasileira de Higiene Mental é inaugurada no Brasil por Riedel, no ano de 1923. Durante os seus dois primeiros anos de atuação a ideia era de que se buscassem estudos que visassem a melhoria no atendimento ao doente, juntamente com o aperfeiçoamento de técnicas. A partir de 1926, os médicos que compõem a Liga passam a dar um novo olhar para a instituição. Começam a preocupar-se não apenas a aperfeiçoar as técnicas de tratamento, mas também a buscar uma prevenção aos males mentais. Dessa forma, o interesse se dirige ao indivíduo sadio e não ao doente.

Neste momento, a psiquiatria volta-se para o social, diante da possibilidade de se realizar uma profilaxia. Este saber começa a se

com isso várias experiências e formas de tratamento nos hospitais La Bicêtre e Salpêtrière que difundiram-se da França para o resto da Europa. O tratamento no manicômio, de acordo com Pinel deveria ser de reeducação do alienado, implicando respeito às normas e desencorajamento das condutas inconvenientes. “A função disciplinadora do manicômio e do médico deve ser exercida como um perfeito equilíbrio entre firmeza e gentileza. Mais ainda, a permanência demorada do médico em contato com os doentes melhora seu conhecimento sobre os sintomas e sobre a evolução da loucura”, afirmava Pinel. Porém com o passar do tempo houve uma leitura modificada do tratamento moral de Pinel, sem os cuidados originais do método. As ideias corretivas para o comportamento dos hábitos dos doentes passaram a ser recursos de imposição da ordem e da disciplina institucional, recursos estes que visavam naquele momento ao bem da instituição. Tudo era justificado para submeter o doente mental. No início do século XIX o tratamento do doente era uma releitura distorcida do tratamento moral de Pinel e utilizava medidas físicas e higiênicas como duchas, banhos frios, chicotadas, máquinas giratórias e sangrias. Aos poucos, o que era considerado como uma doença moral passou também a ter uma concepção orgânica, de acordo com o pensamento de vários discípulos de Pinel. (LOPES, p. 01)

interessar pelo comportamento dos indivíduos normais, ou ainda, traçar um comportamento ideal.

Os psiquiatras, seguindo a nova concepção de prevenção, deslocam-se, pouco a pouco, da prática tradicional e penetram no domínio cultural, até então situado fora dos domínios da Psiquiatria. De 1928 a 1934, acentua-se este distanciamento da teoria e da prática psiquiátrica correntes. Os psiquiatras definem-se cada vez mais como higienistas. Paralelamente, a higiene mental, que era inicialmente uma aplicação dos conhecimentos psiquiátricos, aparece como a teoria geral que contém e orienta a prática psiquiátrica. [...] A eugenia⁵ foi o artefato conceitual que permitiu aos psiquiatras dilatar as fronteiras da Psiquiatria e abranger, desta maneira, o terreno social. (Op. Cit. p. 29)

É exatamente na ideia, não de proporcionar a cura da doença, mas de evitar que haja uma proliferação, que a psiquiatria inicia sua atuação efetiva no Brasil. Haverá, neste sentido, um aumento considerável dos hospitais psiquiátricos na busca de se preservar a parte sadia do corpo social. A questão da eugenia possibilitava não apenas legitimar a exclusão de determinados tipos, como consolidava a dominação de determinado comportamento sobre os demais. Inicialmente, portanto, percebe-se algo mais voltado para o “ser” dos indivíduos nessa perspectiva de higienização.

A preocupação volta-se para as práticas de higiene corporal e mental, neste último caso, o cumprimento do seu papel social. O estado de Goiás, neste contexto da Liga de Higiene Mental, passa por discussões

5. Criada no século XIX por Francis Galton a eugenia é um conjunto de ideias e práticas relativas a um “melhoramento da raça humana” [...]. Essa proposição teve grande sucesso e, mesmo após o seu questionamento como ciência, ainda se manteve por longo tempo como justificativa para práticas discriminatórias e racistas. No Brasil ganhou vulto nas primeiras décadas do século XX, pois, seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do país (que seria de um “atraso”) e, ao mesmo tempo, indicava o caminho para superação dessa situação. (MACIEL, p. 01)

ressuscitadas por Pedro Ludovico Teixeira sobre a transferência da capital.

Esse ideal de uma nova capital para Goiás catalisou discursos acerca de uma modernidade que a psiquiatria auxiliaria a consolidar. Esta assistência viria mediante aplicação de certa eugenia que projetaria um novo homem para esse chamado sertão⁶.

A modernização almejada tanto pela esfera estadual como pela federal, neste momento, justifica a construção do hospital psiquiátrico na cidade de Goiânia. Isso ocorre pelos princípios eugênicos presentes na prática médica psiquiátrica que sofre influência da psiquiatria organicista alemã,

os psiquiatras brasileiros abandonarão a ideia de arianização ou de embranquecimento progressivo e vão reter do racismo a ideologia de “pureza racial”, peculiar aos países europeus e à América do Norte. A passagem de uma a outra dessas teorias coincide com a evolução do ideal eugênico. À ideologia do embranquecimento racial corresponderia a noção de eugenia como “higiene psíquica individual” e à ideologia de pureza racial corresponderia a noção de eugenia enquanto “higiene social da raça”. (Op.Cit. p. 33)

Assim, os médicos da Liga se importarão principalmente em possibilitar a projeção de uma nova “raça”, de um homem brasileiro que estivesse preparado principalmente para o trabalho, apto a tornar-se efetivo contribuinte da riqueza nacional. O homem é visto unicamente como uma matriz biológica.

6. O sertão é compreendido aqui como uma construção narrativa e não apenas um espaço geográfico, é o par opositor do litoral, no sentido da elaboração de uma modernidade, de uma superioridade. Neste sentido, a psiquiatria auxiliaria na transformação do comportamento dos sertanejos especificando a normalidade para um ideal de ser moderno. A modernização representava, principalmente, deixar para trás os laços com a ideia de atraso, da cultura do período pós-mineração encontrado na historiografia goiana do período e nos relatos de viajantes como Saint Hilaire.

II- Psiquiatria: Uso da Loucura.

A grande questão que se faz agora é: O que seria/é a doença mental? O comportamento desconexo – isso implica gestos e até mesmo o olhar – serve como caracterização de um sintoma, mas o que faz a doença? De que forma cada cultura se vê mentalmente saudável a partir da doença mental?

O estado de Goiás na terceira década do século XX também sofre os impactos da revolução de 1930 que implica novos governantes e uma mudança na sua estrutura política. Tal modificação se dá de maneira abrupta no sentido dos discursos sobre a situação da população. Neste momento, Pedro Ludovico Teixeira⁷ surge como uma personagem dessa transformação política e cultural.

Sua formação permitiu que seu discurso acerca da antiga capital e sobre Goiás fosse validado com mais firmeza. Enquanto médico procurou descrever a situação de maneira a exaltar os problemas de higiene e saúde que atingiam a população goiana. Dessa forma conseguiu subsídios para realizar suas estratégias políticas como a construção de uma nova capital. Neste sentido, intensificava a ideia de que o estado estava em uma total precariedade e que a população deveria ser curada, higienizada para que Goiás pudesse alcançar um patamar superior, o patamar da modernidade. Portanto, que se realizasse uma profilaxia desses males.

Esses discursos visavam construir um homem apto ao trabalho, já que o mesmo era visto como algo intrínseco ao homem saudável, não estar apto a realizar tais tarefas colocava o indivíduo em situação de anormalidade. Esse ideal é disseminado a partir do discurso de que seria através de uma população saudável que se poderia alcançar um melhoramento econômico.

7. O mesmo, interventor do governo revolucionário é pai de Mauro Borges já citado nas páginas anteriores deste trabalho.

Por consequência deixar o estágio de precariedade em que o estado se encontrava.

Essas conjecturas permearam o período anterior à construção da nova capital como estavam presentes também após a sua construção. Em ofício da Liga Goiana de Obras Sociais encaminhado ao Secretário do Interior e Justiça de Goiânia, Dr. Camargo Júnior, pede-se que um funcionário encaminhe algum parente doente, ou que se faça a busca em mendigos e pedintes para realização de uma experiência terapêutica em Caldas Novas, assim justificada:

Trata-se de uma campanha não apenas humana, mas de sentido patriótico. Fazendo voltar ao trabalho um doente completamente são, presta-se serviço a este País, que o recupera para seu progresso, e, curando as dores de um ser humano, que sem esse auxílio não teria meios para tratar-se, realiza-se obra de perfeita caridade e amor à humanidade. (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL)

O progresso só poderia se tornar real a partir de um desenvolvimento econômico, de um aumento da produção. Goiás, neste sentido, deveria tornar tanto o homem do campo mais disposto ao trabalho, como também preparar para o processo de industrialização das cidades. Dessa forma, a população deveria estar preparada para este novo período, as transformações deveriam ocorrer no sentido de projetar um novo homem que estivesse sempre apto ao trabalho encarando-o como um dever social.

A classe médica goiana, já na década de 1950, passou a defender a sua faculdade de medicina, buscando apoio em outras localidades. Durante o 1º Congresso da Associação Médica Brasileira, realizado em Ribeirão Preto no ano de 1956, esteve presente o representante da Associação Médica de Goiás, Dr. Francisco Ludovico de Almeida que pronunciou algumas palavras:

A carência de luz elétrica, de água canalizada e de ambiente hospitalar e mesmo a falta de uma vida social mais intensa, são condições que amedrontam os moços acostumados ao asfalto. Por outro lado, também a *ideia de isolamento* e da rotina faz, com justa razão, que o recém saído da Escola, cheio de planos para o futuro, não se sinta encorajado para enfrentar regiões tão inóspitas.[...] obrigatoriedade a todos os alunos que se formarem por essa Faculdade de trabalhar um ano em localidades do interior do Estado, onde não exista profissional de medicina radicado. (Revista Goiana de Medicina, Jan.-Fev. 1959 *grifo meu*)

A faculdade de medicina era apenas um plano, mas se expressa nessa fala a preocupação com o homem do campo. Goiânia não se torna apenas um local privilegiado, a representação da saúde do estado, mas se distancia do isolamento. O isolamento aqui colocado não é o trabalhado por Luís Palacin, de Goiás em relação a outras localidades, mas falo do interior em relação à capital. O que se levanta dessa narrativa composta pelo representante da Associação Médica é a composição de um sertão dentro de outro sertão, uma sobreposição discursiva com base na construção de uma identidade saudável para a nova capital.

O que chamo de sobreposição discursiva atua na possibilidade de emergir de um mesmo local, representações diferentes, que tratam de um processo de autofirmação como é o caso de Goiânia. A capital se torna o espelho do estado, é necessário que a mesma seja vista como diferente do ruralismo em que ainda se encontrava Goiás. Se o homem da cidade fosse curado, o sertão moderno já estava existente, porém, ainda se encontrava delimitado por fronteiras sanitárias no caso da zona rural. Têm-se aí a construção de um sertão dentro do sertão; o que não diminui a importância de estabelecer a cura do sertanejo, de torná-lo apto para o trabalho físico e mental.

A institucionalização da loucura, a produção efetiva da categoria louco terá início a partir do governo revolucionário e o intento de transferência da capital do estado. É neste momento que se configura o ideal de comportamento que servirá a interesses políticos e que, a psiquiatria auxiliará devido ao seu grande poder de intervenção social.

Isso nos faz retornar à autora já citada Ana Bock, onde a mesma afirma que toda cultura cria suas zonas patológicas. O discurso realizado pelo Estado neste momento é de que Goiás se vê enquanto o sertão que dizem sobre ele. Enxerga-se enquanto um dos berços da nacionalidade brasileira e, que, portanto, é necessário realizar cura e profilaxia, isso conduz também a ideia de progresso alcançada pelo trabalho.

É neste contexto que será cunhada a primeira definição de louco em Goiás. Diante deste quadro em que o Estado detém o poder da narrativa, consegue construir juntamente ao saber médico as fronteiras necessárias entre normalidade e anormalidade, de acordo com os interesses políticos do momento. Os tidos como vadios, alcoólatras e agitadores, que possuíam vícios que poderiam conduzir a sociedade ao fracasso na visão do discurso vigente na época, configuravam os anormais.

Em um dos discursos de inauguração do Hospital Psiquiátrico Prof^o Aduino Botelho em Goiânia, o então presidente da instituição Dr. Geraldo Brasil, disse as seguintes palavras endereçadas ao Ministro da saúde que se encontrava presente na solenidade:

Foi para nós, do coração do Brasil, nós que marchamos para o Oeste num verdadeiro sentido de brasilidade, motivo de grande júbilo a criação do Ministério da Saúde. [...] Como é do vosso conhecimento, vosso idolatrado Pai, pioneiro da emancipação do serviço de saúde no Brasil, afirmara em 1930, que: “Não havia ainda penetrado em todas as consciências, que a primeira riqueza de uma nação, é o homem, o seu sangue, o seu cérebro e seus músculos e que ela estaria fatalmente condenada a decadência, quaisquer que fossem os tesouros

que encerrassem quando o homem que os habitasse nos os merecesse.” [...] (ARQUIVOS DE SAÚDE PÚBLICA)

Mais adiante, se refere ao médico Aduino Junqueira Botelho que também estava presente na solenidade:

Para atender as exigências das modernas correntes psicodinâmicas o serviço de Higiene Mental tão sobranceiramente por vós impulsionado é por demais justificado e coaduna-se perfeitamente com o presente e o futuro da psiquiatria. Hoje mesmo tivestes oportunidade de encarecer o valor desta *medida profilática*, ao afirmar que o aumento das psicopatias acompanha o avanço da civilização. Esta assertiva aparentemente paradoxal esta coerente com o que observamos. (Folha de Goiás 03/04/1954 grifo meu)

Neste documento podemos perceber a contextualização que se constrói possibilitando a constituição de uma identidade para o louco neste período. Tais ideais dos discursos emitidos durante o governo revolucionário de 1930 parecem se consolidar nas ações realizadas na década de 1950.

Pode se observar no último trecho do documento, que de fato os psiquiatras se sentem higienistas, a intenção não é curar, mas realizar uma profilaxia. O Dr. Geraldo Brasil recorre à representação da Marcha para Oeste que visava à busca por uma nacionalidade que seria autêntica. No caso goiano, essa brasilidade parece ter sido encontrada quando o mesmo assumi tal identidade como representante da nação.

Outro trecho que nos traz à contextualização é: “*A primeira riqueza da nação, é o homem*”. Ao citar o pai do Ministro da Saúde refere-se à importância do trabalho, porque é exatamente dos braços, ombros e sangue deste homem que se pode produzir a verdadeira riqueza da nação. Tal documento não escapa à própria produção narrativa, o retorno ao passado para realização da busca de sentido para o que naquele momento era o presente, dessa forma,

a narrativa histórica, se trata afinal de contas da identidade daqueles que têm de produzir esse sentido da narrativa (histórica), a fim de poderem orientar-se no tempo. [...] A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana (RUSEN, 2001, p. 64).

Esse resgate das viagens civilizatórias no documento assume a identidade sertaneja, colocando-se como produto do imaginário de 1930. Também traz as justificativas necessárias para a atuação do governo no sentido de buscar uma cura e profilaxia para o sertão.

A Liga Brasileira de Higiene Mental a partir do governo revolucionário passa a ser substituída pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) este,

foi criado durante a ditadura getulista e foi montado e organizado por Aduino Botelho. O sucessor do SNDM é a atual Coordenadoria de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Aduino Botelho, em 1940 assumiu a direção da Divisão de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal e por sua iniciativa foi criado em 1941 o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM).

Decreto 17185 de 18 de novembro de 1944 aprovou o regimento do SNDM destacando entre suas finalidades:

1. Superintender as atividades dos órgãos oficiais de assistência a psicopatas existentes no Distrito Federal;
2. Planejar para o território nacional os serviços de assistência e proteção aos psicopatas, coordenando e fiscalizando as respectivas instalações e atividades.
3. Opinar sobre a organização de qualquer serviço público ou particular de assistência e proteção a psicopatas, rever códigos, regulamentos e regimentos que cuide do assunto;
4. Manter organizado o cadastro de estabelecimentos oficiais e particulares de assistência e proteção a psicopatas, atualizando as respectivas atividades.
5. Incentivar o desenvolvimento das atividades que visem a saúde mental, inclusive, dentro dos serviços estaduais de saúde pública;
6. Realizar estudos e investigar a respeito de etiopatogenia, profilaxia e tratamento das doenças mentais;

7. Facilitar o ensino da Psiquiatria em suas dependências.

Vai ser de acordo com o SNDM que haverá expansão dos hospitais psiquiátricos pelo Brasil, sob direção do médico psiquiatra Aduino Junqueira Botelho. Serão construídos oito hospitais destinados aos *alienados*, sendo um desses o de Goiânia inaugurado no último ano de seu mandato em 1954.

Vale ressaltar ainda que este é um dos primeiros a serem entregues para a população. Sobre as suas determinações há de se perceber a perspectiva de profilaxia e não de cura, um serviço centralizado visto que todo auxílio aos doentes mentais será subordinado a esse órgão, que realiza essa grande proliferação dos hospitais.

Às dezessete horas do dia quatro de abril do ano de 1954⁸ tinha início, no setor Nova Vila, a cerimônia de inauguração do Hospital Psiquiátrico Prof.^o Aduino Botelho. Este nosocômio foi entregue à sociedade em grande estilo, estando presentes o próprio Aduino Junqueira Botelho, o ministro da saúde Miguel Couto Filho, o governador Pedro Ludovico Teixeira, entre outras personalidades.

Em uma espécie de agradecimento a Deus por sua existência, ou autorização do mesmo para funcionamento, o Pe. Luiz de Matos efetuou a bênção do nosocômio. Isso nos remonta a tempos anteriores, quando a igreja católica era responsável pela manutenção dessas instituições. É claro que neste momento a sua influência não será tão grande como antes, contudo, a sua presença ainda se faz de forma marcante, como se não houvesse uma confiança, uma certeza de um bem estar para a instituição caso não realizasse a cena da bênção.

A grande influência da igreja nos manicômios é exemplificada por

8. Informações extraídas do Jornal O Popular arquivado na Secretaria de Saúde do Estado de Goiás datado do dia 04/04/1954.

Foucault em seu livro *História da Loucura*, onde discute a presença marcante da igreja católica quando os leprosários começaram a ser povoados pelos loucos. Esses locais passam a funcionar como uma espécie de caminho para o céu, para a redenção dos pecados, tanto de quem lá estava internado como para quem lá trabalhava. Apesar de não mais no controle dessas instituições, no sentido da libertação, a igreja católica mantém-se presente, apesar de práticas menos intervencionistas.

Assim, é feita a inauguração do nosocômio, nessa perspectiva de caridade, o Secretário de Saúde, José Peixoto da Silveira pronuncia em seu discurso:

E ao ensejo da inauguração do Hospital Prof. Adauto Botelho, eu me felicito, e a todos vós, pela oportunidade que se nos depara, pelo motivo que aqui nos congrega, fazendo-nos vibrar no mais puro e santo entusiasmo, em que nos despersonalizamos, para nos integrar na grande epopeia do amor aos nossos semelhantes.

Este nosocômio nasceu por força do convênio assinado no início de 1947, entre o S.N.D.M., pelo seu Diretor Prof. Adauto Botelho e o Estado de Goiás, pelo Senador Dário Cardoso, como representante desta Unidade da Federação, tendo sido as obras contratadas com a Firma Goianenge que a iniciou em 1948. (Folha de Goiás 03/04/1954).

Vistos apenas como um grupo de desassistidos, a construção do sanatório tem vistas a auxiliar os necessitados. Neste sentido, parece que a intenção não é apenas de confinar os inadaptados, porém, não é a realidade mostrada pela atuação do hospital nos anos em que esteve funcionando. Ao delimitar o louco neste primeiro período que se inicia no ano de 1954, a preocupação foi a de auxiliar nesse processo de limpeza social, evitando que a degenerescência fosse transmitida a gerações posteriores. Aqui já nos cabe concluir depois de toda a contextualização a intenção que se tinha em relação ao homem sertanejo, e, no caso específico ao goiano. No mesmo

documento acima citado o secretário de saúde ainda expõe:

Dentre os deveres primordiais do Governo nenhum pode sobrepor-se ao de assistir à saúde do povo; este problema no nosso vasto Brasil encerra tamanha gravidade, tal amplitude e magnitude, que para ele se deve atentar com grande patriotismo; os recursos e os esforços máximos do Governo precisam ser mobilizados para curar, robustecer e valorizar o homem brasileiro.

Sintetiza-se nestas palavras, o zelo de um homem pela vida de nossa gente, e definem-se os propósitos do Governo de promover o aperfeiçoamento da nossa raça.

Política e medicina estão aqui colocadas de mãos dadas na tarefa benéfica de projetar um novo homem para a representação da nacionalidade. O Estado é tido como veículo condutor porque possui a possibilidade de colocar o controle exercido pela medicina, e aqui no caso a psiquiatria, em prática. Esse enlace proporciona a legitimação dos discursos excludentes tanto por parte do governo como por parte dos médicos. O próprio ideal eugênico estava presente em ambos os discursos que necessitavam um do outro para realização das práticas que acreditavam poder trazer ao Brasil e a Goiás uma nova face.

Seria algo como a metáfora de um corpo, um organismo vivo em que o dever do Estado é a proteção de seu povo. Tal política é colocada em prática por Vargas e seguida pelos seus representantes nas federações, que auxiliam na composição de um governo que é visto como a cabeça, parte responsável pela percepção daquilo que faz mal ao seu componente físico.

Contribuição maior sobre essa metáfora da nação enquanto corpo, nos dá Alcir Lenharo, em sua obra *Sacralização da Política*, em que elucida a forma como o Estado se atribui tal imagem, quando se “*apresenta como o único sujeito histórico adequado ao país para aquele momento (1937) e, ao mesmo tempo corretor da sua linha de evolução histórica*” (LENHARO, 1989, p. 13).

Torna-se então função do governante, elaborar políticas que visem à saúde dos seus, retirando de sua corrente circulatória os ‘vírus’ que poderiam adoecer-lhe, tornando o corpo frágil, passível de mais infecções que o fariam sucumbir. Dessa forma, ao se referir à ‘purificação de nossa raça’, entende-se a exclusão daqueles que poderiam atribuir fragilidade genética ou ao ambiente das gerações futuras, comprometendo a pretensa modernidade que se tinha como expectativa.

A própria caridade discutida em documento anterior não é simplesmente aquela aprendida nos bancos das igrejas, ela deixa de ser algo apenas divino, e no caso individual, para ser a salvação de uma nação inteira sendo representada como um dever patriótico.

Nos primeiros anos de atuação do Hospital Psiquiátrico Aduino Botelho (1954), o mesmo age como legitimador dos discursos acerca da raça, da eugenia e da exclusão dos não adaptados. Incluídos nestes estão os ditos *vadios*, que tinham artigo previsto em lei autorizando sua prisão, sendo que muitos eram levados à internação. Encontra-se em relatório de ano de 1964 do S.N.D.M., considerada como causa Exotóxica da loucura questões relacionadas à profissão.

O louco em Goiás, já estava identificado, sua identidade estava construída e seu lugar estava definido. Se antes da construção do manicômio havia uma relação entre a população e aqueles que, sofrendo de algum distúrbio da norma, encontravam-se ainda presente no corpo social, mesmo que como um errante pelas ruas, agora não mais. Há um local para ele, seu nome ou apelido é substituído pela categoria de ‘doente mental’, que no final da década de 1950 mostra-se definida, como se pode observar no artigo de Alfredo Paes⁹ publicado na ‘Revista Goiana de Medicina’ do ano

9. Durante o ano de 1959, atuou como Neuropsiquiatra do Hospital Psiquiátrico Prof. Aduino Botelho – Goiânia, Goiás.

de 1959 intitulado de ‘Insanos Morais’: *“Personalidade normal, é aquela: livre de sintomas, desembaraçada de conflitos, dotada de satisfatória capacidade de trabalho, apto para amar o próximo como a si mesmo.”*

Essa definição, essa nomeação que se tem no presente artigo nos traz agora dentro da psiquiatria a preocupação de tornar o homem apto para o trabalho. Este, visto como algo não apenas necessário à sobrevivência individual dado ao modo de produção vigente, mas como um dever patriótico de cada componente social. Ainda neste meio certa dose de religiosidade, uma presença cristã, mas que não define as palavras, não define *amor*. Mais adiante, realizando uma classificação, uma relação das causas de insanidade ele acrescenta:

b) Educação defeituosa:

A) Disarmônicos: sobreexcitáveis-explosivos, Instáveis-faltos de perseveração, débeis de vontade, Instintivos ou vagabundos-tendência às toxicomanias em geral, Fraudadores e mentirosos-pseudologia fantástica, Insociáveis ou anti-sociais – ausentes de sentimentos éticos ‘loucos morais’, Pseudopleitistas – discutidores (discutem por esporte).

B) Paredônicos: São os que apresentam perversões da função sexual traduzidas no impulso genético; sadismo, fetichismo, exibicionismo (exposição dos próprios órgãos genitais e masturbação em público), ninfomania, satíriase, homossexualismo, necrofilia (coabitação com cadáveres), bestialidade (congresso com animais).”

Um pouco mais adiante finaliza:

“Um indivíduo portador de insanidade moral apresenta desordem na esfera do sentimento, temperamento ou hábito, com as funções intelectuais quase que íntegras. É a ‘Moral Insanity’ de *Prichard* e vive por meio de uma norma de moralidade de pensamento subjetiva determinada por seu próprio prazer ou por artifícios. Não reconhece que existe um padrão objetivo para o certo e o errado, permanente e independente do seu ponto de vista.” (Revista Goiana de Medicina Julho/Setembro 1959)

A caracterização da personalidade tida como normal por Alfredo Paes estrutura o indivíduo que seja normal como estando livre dos conflitos. Pressupõe e atua de forma a incluir dentro de uma categoria de exclusão social, outros grupos sociais que estejam fora da heteronormatividade cristã e alienada para o mundo do trabalho.

O autor ainda especifica claramente a categorização dos que ele chama de ‘vagabundos-tendência’, dos que discutem por esporte. Aqui estão encerrados aqueles que não se enxergam enquanto membros responsáveis pela edificação do estado e do país através do trabalho, e, os que contestam as normas estabelecidas. O autor deixa claro que os ‘Insanos Morais’, possuem uma moralidade subjetiva criada por eles mesmos, não reconhecendo um padrão de certo e errado estabelecido pelo Estado.

Aqui o que está sendo julgado e interditado, é a consciência do indivíduo, o impedimento de pensar e agir fora dos padrões que determinam as diferenças entre certo e errado, verdade e mentira, em que o comportamento social é pautado. Assim, as zonas de exclusão em torno do considerado normal e do anormal são traçadas a partir desses discursos que constroem essas identidades, que tem como emitente o Hospital Psiquiátrico. Este se torna símbolo dessa exclusão considerada limpeza, onde são trancafiados os discursos que poderiam vir a contrapor a norma vigente nos diferentes contextos históricos. No caso de Goiás, percebe-se a preocupação com higienização e sanitarização na década de 1950 até 1960, quando o comportamento passa a ser mais abarcado pela psiquiatria até meados da década de 1970 em que se tem início às denúncias e a luta antimanicomial.

Conclusão

O Hospital Psiquiátrico Aduino Botelho de Goiânia, foi importante no contexto em que o estado de Goiás estava na primeira metade do século XX. A transferência da capital, alicerçada no discurso médico consolidou uma nova perspectiva a partir da intervenção de Pedro Ludovico Teixeira em 1930.

Naquele momento o ideal de modernidade era parte importante do discurso político, utilizando-se da medicina como forma de alcance das expectativas. O homem do sertão, deveria ser curado e robustecido, a metáfora caracterizada pelo Jeca Tatu de Monteiro Lobato deveria desaparecer e dar espaço a um novo homem sertanejo.

Na busca pela modernidade era necessário transformar o comportamento desta “civilização do interior”, este espaço considerado de uma cultura genuína que deveria ser reorganizado pela Marcha para o Oeste. Goiânia, a nova capital do estado de Goiás não representa apenas os anseios da nova conjuntura política que pretendia se afastar das famílias coronelistas, mas condensava os ideais do governo Vargas.

Uma capital projetada no interior para ser moderna representaria a perspectiva do Estado, e, no entanto, trabalhos acadêmicos como de Nasr Chaul e Eliézer Cardoso de Oliveira nos demonstram a existência da tradição e da modernidade nos primeiros anos da cidade. Era importante demarcar o comportamento, deixar para traz traços que relacionassem com o antigo Goiás e, para isso, a psiquiatria se mostrou uma grande aliada.

Se anteriormente nas pequenas cidades e antiga capital sabia-se o nome dos chamados loucos e seus apelidos, era preciso que a categorização fosse efetivada para que esta pessoalidade ficasse para traz. Ao mesmo tempo em que funcionava como forma de constituir uma categoria, a construção do sanatório também representaria o comportamento aceito naquela nova sociedade.

Neste sentido, a construção do manicômio Adauto Botelho foi importante como legitimador do discurso de exclusão daqueles comportamentos não mais desejados, uma forma de conduzir esta sociedade para algo planejado desde o lançamento da pedra fundamental de Goiânia.

REFERÊNCIAS

- BOCK, Ana *Indivíduo Sociedade: uma relação importante na psicologia social* In: A Perspectiva Sócio-Histórica na Formação em Psicologia Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire *História da Psiquiatria no Brasil* Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Um Palácio para Guardar Doidos* In: Revista de História da Biblioteca Nacional Ano: 01 N° 02 Agosto - 2005
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de *Saúde e Doenças em Goiás – A medicina possível* Goiânia: Ed. UFG, 1999.
- LENHARO, Alcir *Sacralização da Política* Campinas: Ed. Papirus, 1986.
- LIMA, Nísia Trindade *Um Sertão chamado Brasil* Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1999.
- PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás* Ed. Oriente 1976 , Goiânia – GO.
- RUSEN, Jorn *Razão Histórica* Brasília: Ed. UNB, 2001.
- Fontes:
- ARQUIVO PÚBLICO DE GOIÁS, Goiânia. *Revista Oeste* Julho de 1942.
- _____ *Jornal Folha de Goiás* Abril de 1954.
- FACULDADE DE MEDICINA (UFG), Goiânia. *Revista Goiana de Medicina* Julho/Setembro de 1959.
- SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, Goiânia. *Arquivos de Saúde*

Pública Setembro de 1951 a Abril de 1954.

Sites Pesquisados:

<http://www.ufrgs.br/bioetica/psiqpes.htm> acessado em 28/02/2010
23:13.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000400007 acessado em 28/02/2010
23:17.

<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art7.pdf> acessado em
28/02/2010 23:41.

História da Historiografia da Ciência em debate: reflexões, limites e possibilidades teórico-metodológicas

LUIZ CAMBRAIA KARAT GOUVÊA DA SILVA¹

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

RICARDO GIÃO BORTOLOTTI ²

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar diferentes possibilidades teórico-metodológicas para o historiador interessado em empreender uma pesquisa na área da História da Historiografia da Ciência. Valendo-nos de Magalhães, Guimarães, Martins, Prost e outros historiadores, buscamos não apenas problematizar os diversos desafios encontrados nesse tipo de investigação histórica, mas também refletir sobre possíveis caminhos metodológicos para o pesquisador. Nossos esforços sugerem que o trabalho no campo da História da Historiografia da Ciência não apenas proporciona experiências de historicização, mas também lança novas possibilidades de compreensão quanto ao desenvolvimento historiográfico da ciência.

Palavras-chave: História da Historiografia; História da Ciência; metodologia.

Abstract: This article aims to analyze different theoretical and methodological possibilities for the historian interested in the development of a research in History of the Historiography of Science. Using as reference Magalhães, Guimarães, Martins, Prost, and other historians, we intend not only to problematize the various challenges present in this type of historical investigation, but also to reflect on possible methodological ways for the researcher. Our efforts suggest that work in the field of the History of the Historiography of Science not only provides experiences of historicization but also provides new possibilities of understanding in relation to the historiographic development of science.

Keywords: History of Historiography; History of Science; methodology.

Recebido em 21/03/2018 e aceito em 03/12/2018.

1. Pertence ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, *campus* de Assis/SP, onde esta desenvolvendo o trabalho intitulado *Sobre o nascimento da Ciência Moderna: A perspectiva continuísta de Edward Grant* que conta com o financiamento da CAPES.

2. Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor de Filosofia da Ciência da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, *campus* Assis/SP.

Introdução

A pesquisa em História da Historiografia da Ciência é um processo que exige a consideração de vários elementos. Além da seleção do objeto, da construção da justificativa, do desenvolvimento da análise e da reflexão crítica feita a partir dos dados, outro ponto fundamental é a seleção de referenciais teórico-metodológicos que não apenas ofereçam horizontes investigativos para o historiador, mas também proporcionem métodos para o trato dos dados obtidos. Assim, um dos possíveis desdobramentos de uma investigação acadêmica nesta área acaba, muitas vezes, exigindo uma reflexão teórico-metodológica acerca das possíveis formas de se produzir um trabalho histórico, avançando, desta maneira, para além da análise de documentos selecionados.

Essa constatação – que não deixa de apresentar uma aparente obviedade – contrasta com a realidade da oferta bibliográfica no campo da História da Historiografia da Ciência. Em que pese nossos esforços, identificamos poucos trabalhos de natureza teórico-metodológica relacionados a esse campo no Brasil. A reflexão de Hilário Franco Junior sobre as possibilidades do alto medievalista empreender estudos de natureza teórica, e não necessariamente empírica, não poderia ser mais verdadeira no que se refere ao nosso caso:

Elas [as possibilidades de estudos] apresentam, entretanto, uma dificuldade que decorre menos das condições materiais de pesquisa que de um obstáculo talvez mais árduo de ser superado: a falta de estímulo nas nossas universidades para trabalhos de reflexão teórica. Sob um frágil manto de temas vindos da chamada Nova História – mas com frequência desacompanhados dos métodos correspondentes! – ainda sobrevive um certo ranço positivista que só atribui valor a trabalhos empíricos e com fontes (supostamente) inéditas. (FRANCO JR., 2005, p. 27).

Empreender uma análise cujo objeto central seja um documento bibliográfico é uma tarefa mais complexa do que se poderia supor em um primeiro momento. Como adequadamente sinalizado por Guimarães (2011), embora o conceito de “história da historiografia” tenha sido utilizado originalmente por Friedrich Hegel, na obra *Lições sobre a filosofia da história*, no século XIX, sempre foi considerado um campo investigativo auxiliar, como bem nota Guimarães (2011):

A história da historiografia só viria a alcançar um novo *status*, adquirindo os contornos de um campo relativamente autônomo [...] como hoje a concebemos, por volta da segunda metade do século XX, na esteira dos embates entre tendências às vezes antagônicas, mas que demonstravam, cada qual a seu modo, a relatividade do conhecimento histórico. (GUIMARÃES, 2011, p. 21).

Assim, a busca por um referencial teórico para realizar as pesquisas pretendidas levou-nos a entrar em contato com a História da Historiografia, campo em pleno processo de construção e, conseqüentemente, com diversos desafios.

Além disso, o uso de uma obra historiográfica como fonte primária, utilizada normalmente como referencial teórico para a investigação de outros documentos, provoca dúvidas: seria possível, ou mesmo legítimo, transportar uma obra historiográfica da ciência para o patamar de fonte primária para, assim, empreender uma investigação histórica?

Somado ao problema do trabalho com a História da Historiografia está o fato de que a História da Historiografia da Ciência também incorpora problemáticas relacionadas a outro campo investigativo tão complexo quanto: o da História da Ciência. Como bem mostrado por Maia (2013), até pelo menos à metade do século XX, a maior parte da produção no

campo da História da Ciência era feita por cientistas naturais que buscavam analisar o passado de suas próprias disciplinas científicas. Esse fator fez com que a História da Ciência desenvolvesse práticas analíticas distintas das comumente empregadas na seara da disciplina histórica. Portanto, por mais que já conte com uma larga produção reconhecidamente histórica, a História da Ciência ainda está no processo de construção de modelos teórico-metodológicos próprios.

Para Condé (2017), a História da Ciência ainda está em busca de sua consolidação nos departamentos de História das universidades brasileiras. Mesmo que goze de melhor *status* nos dias de hoje, a disciplina ainda sofre resistência, tanto dos departamentos das Humanas quanto dos das Ciências Exatas e Biológicas. Esse fato gera descentralização da produção do conhecimento, o que não é necessariamente ruim, posto que incentiva um caráter interdisciplinar, mas certamente dificulta a construção de uma identidade teórico-metodológica.

Adicionado a esse problema está o fato de que a História da Ciência está em permanente disputa com a Filosofia da Ciência na construção de suportes epistemológicos válidos. Esse fato, por si só, faz com que o historiador da ciência não apenas seja obrigado a tomar conhecimento acerca dos problemas relativos à Filosofia da Ciência, mas também, desenvolva a responsabilidade de munir-se metodologicamente para empreender investigações que têm, muitas vezes, a possibilidade de construção metodológica como um fator de questionamento³.

3. O diálogo com a Filosofia da Ciência gera um tensionamento caro aos historiadores da ciência. Como fica evidente no texto de Paulo Abrantes, *Problemas metodológicos em historiografia da ciência* (2002), a própria escolha de metodologias é questionada por parte da tradição filosófica das ciências. Abrantes, a partir de Lakatos, diz: “É preciso inicialmente compreender a avaliação que faz Lakatos das pretensões da Filosofia da Ciência, após o aporte crítico de Popper. A metodologia proposta por este último está, segundo Lakatos, marcada por uma forte coloração ‘convencionalista’. Ao separar o problema da indução

Ainda que sejam fascinantes os tortuosos debates relacionados aos problemas do processo de produção da História da Ciência, são dignos de um estudo à parte. Não pretendemos, neste artigo, nos debruçar sobre estas questões. O que nos interessa, por ora, é, além de constatar as dificuldades presentes na eleição de referenciais teórico-metodológicos que viabilizem uma pesquisa que tenha por objetivo a análise de um documento classificado como “historiográfico” – e que pretende, como horizonte epistemológico, alinhar-se a estudos relacionados à História da Ciência –, debater possíveis caminhos aos interessados em empreender uma pesquisa na seara da História da Historiografia da Ciência. Assim, algumas perguntas podem orientar a nossa investigação. Seria uma obra historiográfica da ciência um documento válido para se produzir história? Caso afirmativo, quais seriam as possíveis opções teórico-metodológicas para desenvolver uma investigação dessa natureza?

A História da Historiografia da Ciência como uma possibilidade de investigação

A análise historiográfica é uma modalidade bastante profícua de investigação histórica porque é capaz de revelar e estabelecer comparações analíticas em relação às divergências existentes dentro do próprio processo de produção de história. Magalhães afirma que “[...] todas as ciências são fundamentalmente ciências históricas: suas teorias e experimentos se

do problema da demarcação, e ao atribuir à Filosofia da Ciência a tarefa central de resolver o segundo deles através de propostas metodológicas, Popper retirou destas últimas toda determinação epistemológica - defende Lakatos. Uma metodologia é, enquanto tal, uma mera convenção, um conjunto de ‘regras do jogo científico’ ou, se quisermos, uma ‘definição de ciência’. Se não é mais possível que a Filosofia apresente uma metodologia como um meio de conduzir à ‘verdade’ ou de promover o ‘progresso científico’ - ou seja, uma metodologia com credenciais epistemológicas - que critérios utilizaremos para julgá-la ou criticá-la? Como criticar uma convenção?” (ABRANTES, 2002, p. 60).

inserir na história humana” (MAGALHÃES, 2015, p. 12). A historiografia, como campo de produção científica do historiador, não foge a essa regra: é também um proveitoso e vasto conjunto de fontes passíveis de análise.

Para se proceder a uma investigação dessa natureza parece-nos necessário elevar a produção do historiador, ou seja, o texto produzido deliberadamente pelo profissional do campo teórico da disciplina História, ao patamar de fonte primária. Como bem salienta Magalhães, “Há uma divisão tradicional entre documentos primários ou secundários, mas esta não é uma categorização rígida, dependendo do uso do material” (MAGALHÃES, 2015, p. 8). É por isso que, ao sumarizar as possibilidades de fontes que o historiador da ciência pode utilizar, não deixa de incluir em sua lista “Livros e artigos científicos” (MAGALHÃES, 2015, p. 9) como fontes legítimas e produtivas para empreender uma investigação científica.

Na realidade, Magalhães baseia sua reflexão no livro *An Introduction to the history of Science*, escrito por Kragh (1987), que, no capítulo⁴ em que debate as possíveis fontes que o historiador da ciência pode utilizar como objeto de estudo, destaca ao menos 14 tipos de documentos diferentes, entre eles cartas, cadernos de anotação, livros, textos, resenhas, entrevistas, questionários, autobiografias, etc. O item de número 13, *History of Science Works*, destaca o campo da produção historiográfica da ciência como uma fonte passível de ser investigada. Tanto Magalhães (2015) quanto Kragh (1987) não apenas consideram que uma obra historiográfica da ciência pode, sim, ser encarada como fonte legítima para se empreender um trabalho histórico, como preconizam que esse tipo de investigação pode gerar resultados muito profícuos.

Suscitadas as primeiras dúvidas relacionadas à validade de uma

4. Cf. KRAGH, H. *Sources* In KRAGH, H. *An Introduction to the history of Science*. Cambridge University Press, 1987 p. 120.

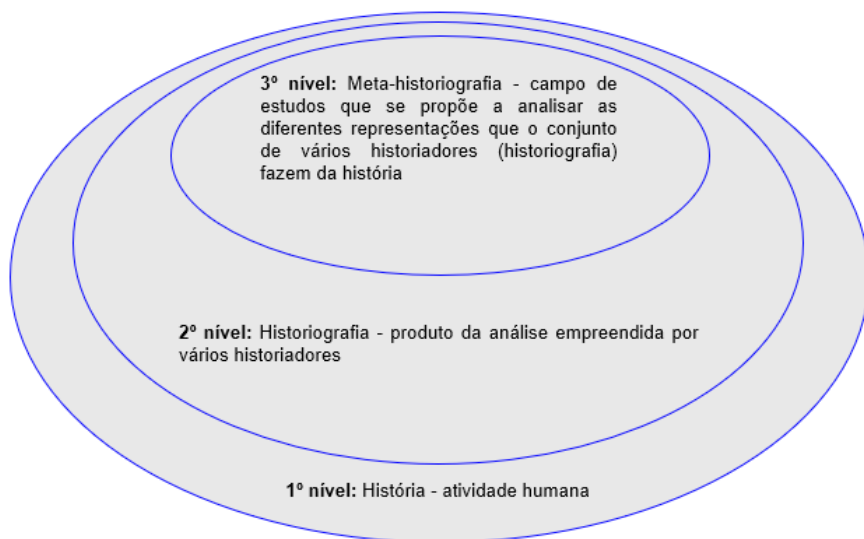
investigação histórica cujo objeto seja, por definição, uma obra, ou conjunto de obras, definidas como pertencentes à historiografia da ciência, outras questões começam a aparecer: como analisar um documento que é fruto da produção de outro historiador? Ou seja, como seria possível operacionalizar uma investigação científica em um texto tido, habitualmente, como teórico?

Como observamos há pouco, parece-nos adequado proceder a um deslocamento da produção historiográfica a ser analisada para o patamar de documento primário. Entretanto, esse deslocamento acarreta um novo desafio epistemológico: diante dessa operação, qual seria o posicionamento – distanciamento – do historiador que pratica a análise da Historiografia da Ciência em relação ao seu objeto?

Diferentemente do trabalho com um documento primário comum, o distanciamento entre o historiador e seu objeto dentro do campo investigativo da História da Historiografia não é tão evidente. Para auxiliar-nos nesta questão, parece conveniente utilizar os diferentes níveis do trabalho meta-historiográfico proposto por Roberto de Andrade Martins no texto *Ciência versus historiografia: os diferentes níveis discursivos nas obras sobre história da ciência*, que compõe o livro *Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas* (ALFONSO-GOLDFARB; BELTRAN (orgs.), 2004). Para Martins, “história” não deve ser confundida com “historiografia”. A primeira corresponderia a “um conjunto de situações e acontecimentos pertencentes a uma época e a uma região”, ou seja, o objeto a ser analisado pelo historiador. Já a historiografia seria “o produto primário da atividade dos historiadores” (MARTINS, 2004, p. 115-116). Assim, a história guardaria certa independência em relação ao historiador, já que é o conjunto das atividades humanas e de seus encadeamentos. Por outro lado, historiografia, produzida pela comunidade dos historiadores, seria o conjunto de interpretações desses encadeamentos.

Martins defende que, nessa relação, um terceiro nível também é possível. Quando o historiador se propõe a analisar as diferentes perspectivas historiográficas está, na realidade, fazendo história da historiografia. O autor chama de “meta-historiografia” essa modalidade de investigação que elege como objeto de análise a própria historiografia. Fizemos uma representação gráfica baseada na explanação de Martins:

Figura 1 - Níveis no trabalho do historiador em geral a partir de Martins (2004)



Fonte: SILVA (no prelo)

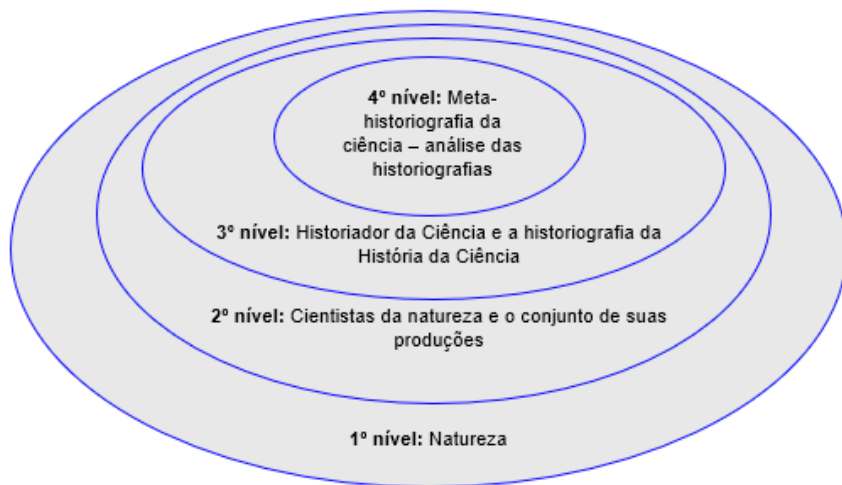
Entretanto, quando o assunto se relaciona à História da Ciência, Martins defende que é possível mais um nível de distanciamento. Para este autor, o historiador da ciência, diferentemente do historiador em geral, trabalha com um objeto que já não pertence ao primeiro nível. Fazemos uma síntese de seu raciocínio.

Martins argumenta que, na História da Ciência, o primeiro nível é ocupado pela natureza, como, por exemplo, os objetos físicos e seus

movimentos. O segundo nível seria ocupado pelo cientista natural, aquele preocupado em analisar a natureza em si, como um físico analisando a trajetória de um movimento. O terceiro nível é ocupado pelos estudos “meta-científicos”, ou seja, os estudos sobre a atividade do cientista. É onde se encontra o historiador da ciência, que “não se interessa [em] desvendar os fenômenos da natureza ou refletir sobre eles e sim esclarecer alguns aspectos da atividade dos cientistas que estão envolvidos no estudo dos fenômenos naturais” (MARTINS, 2004, p. 116-117). Seguindo o nosso exemplo, este nível seria ocupado por um historiador que se propusesse a analisar como Galileu descreveu sua teoria do movimento, ou seja, quais foram suas influências, pressupostos, etc., assim como Koyré (1986a).

Além desses três níveis, o autor defende um quarto, que seria ocupado pelo estudioso interessado nas representações, nas metodologias e na análise das várias correntes historiográficas que estudam os cientistas naturais. Martins, considerando que este seria um nível “meta-meta-científico”, utiliza o nome “meta-historiografia da ciência” para classificá-lo. Esse quarto nível seria ocupado, por exemplo, por um historiador que busca analisar a forma como outros historiadores da ciência operacionalizam suas representações a respeito de Galileu. Alguns dariam maior destaque às influências internas presentes no trabalho galileano e aos conceitos que utiliza, outros dariam prioridade às influências externas e ao contexto em que esse cientista natural estava inserido. Assim, o historiador do quarto nível, ao investigar e correlacionar os pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos de outros historiadores da ciência, acaba por ocupar outro nível de análise discursiva. Isso poderia ser representado graficamente da seguinte forma:

Figura 2 - Níveis do trabalho do historiador da ciência a partir de Martins (2004)



Fonte: SILVA (no prelo)

O historiador de ofício que se proponha a analisar um autor, uma obra bibliográfica, ou uma corrente historiográfica dentro da História da Ciência, encontra-se, exatamente, nesse quarto nível de abstração. Quando, por exemplo, a Professora Francismary Alves da Silva se dispõe a inter-relacionar as obras de Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin – no intuito de investigar os pressupostos teóricos presentes na concepção histórica de Revolução Científica de cada um desses autores – ocupa esse quarto nível de abstração, no qual sua preocupação está menos associada à investigação da vida e obra de Copérnico ou Galileu, e mais interessada em compreender as representações que outros historiadores da ciência fazem desses que são chamados de “protagonistas da revolução científica”⁵.

Desta maneira, o deslocamento de uma obra historiográfica da ciência para o patamar de documento primário faz com que o pesquisador

5. Cf. SILVA, F. A. *Historiografia da Revolução científica: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin*. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2010.

crie um novo distanciamento em relação ao seu objeto. Antes tido como referência teórica, o objeto se torna uma fonte primária passível de análise. O resultado dessa operação acaba por criar a distância necessária para habilitar o historiador a realizar a investigação pretendida. Nesse sentido, a forma como o historiador lida com o texto se altera e a crítica documental se torna possível. Mas, novos problemas aparecem: como proceder à crítica documental? A que autor recorrer?

Reflexões sobre possibilidades teórico-metodológicas em História da Historiografia da Ciência

No meio de uma quantidade razoável de possibilidades, a reflexão de Antoine Prost (2015) em relação à prática da crítica documental parece-nos mais próxima de nossa busca. Historicizando o método crítico, resgatando suas raízes na escola metódica de Langlois e Seignobos, mas compreendendo criticamente suas limitações e desenvolvimentos sofridos durante o século XX, Prost oferece-nos uma profícua reflexão de como lidar com a análise documental. Sua abordagem atualizada ajuda-nos a olhar com criticidade para o próprio método, reconhecendo seus alcances e limitações. Entretanto, é necessário fazer uma ressalva: a análise de Prost está intimamente ligada com o trabalho a partir de documentos primários clássicos, portanto, é fundamental adaptá-la a uma investigação histórico-bibliográfica como as que encontramos no campo da História da Historiografia da Ciência.

Na perspectiva de Prost, uma narrativa produzida por um historiador – como um texto de Alexandre Koyré – deve ser encarada como um “depoimento voluntário”, ou seja, um documento no qual a narratividade é deliberadamente preparada para o leitor. Esta forma documental se opõe ao “depoimento involuntário”, que seria um documento no seu sentido

amplo, no qual o autor não tem a intenção premeditada de ser lido e interpretado, como podemos notar na “[...] correspondência privada, um diário verdadeiramente íntimo, a contabilidade de [uma] empresa [...]” (PROST, 2015, p. 60). Seguindo a recomendação de Prost, no “depoimento voluntário” o que mais interessa não é analisar a “sinceridade” ou mesmo a exatidão do documento, mas sim, “os termos utilizados, por suas redes de oposição ou substituição, para encontrar nessas formas de expressão uma mentalidade, uma representação da guerra, da sociedade e da nação.” (PROST, 2015, p. 60). Em suma, a análise do historiador interessado em fazer História da Historiografia da Ciência deve buscar problematizar as representações de mundo, de ciência, as bases conceituais e outras características próprias que podem ser apreendidas do texto e do autor.

Prost também destaca a importância da formulação de questões para o exercício da análise do historiador. Seria, aliás, um dos elementos metodológicos mais importantes para a construção da narrativa (PROST, 2015). Assim, a análise documental de um texto de História da Ciência pode ser orientada por meio da construção de questões e problemas direcionados para a investigação dos pressupostos do autor do documento⁶.

Entretanto, essas considerações levam-nos a novos questionamentos: como desenvolver essa análise? Quais perspectivas teórico-metodológicas podem nos auxiliar na investigação de um texto que, independentemente

6. Na perspectiva metodológica de análise crítica trabalhada por Prost temos o seguinte conjunto de questionamentos em relação ao documento: “[...] de onde vem o documento? Quem é seu autor? Como foi transmitido e conservado? O autor é sincero? Terá razões, conscientes ou não, para deformar seu testemunho? Diz a verdade? Sua posição permitir-lhe-ia dispor de informações fidedignas? Ou implicaria o uso de algum expediente?” (PROST, 2015, p. 59). Fica evidente que o autor opera uma metodologia crítica apropriada para a análise de documentos históricos primários clássicos, como cartas régias do século XV, por exemplo. O método de problematização, caso adaptado para o trabalho com um documento de natureza historiográfica, apresenta profícuas possibilidades investigativas.

de ter sido deslocado para o patamar de fonte primária, ainda é classificado como historiográfico?

Para tanto, parece-nos que três perspectivas teórico-metodológicas podem nos auxiliar nessa tarefa: as reflexões acerca da prática do estudo da hermenêutica, proposto no livro *Estudos de Historiografia Brasileira* (NEVES, L. M. B. P. (org. et al), 2011); a História das Controvérsias, como anunciada por Magalhães (2015); e o método comparativo adotado por Antônio Beltrán no livro *Revolución Científica, Renacimiento e Historia de la Ciencia* (1995).

Na primeira parte do livro *Estudos de Historiografia Brasileira* (NEVES, L. M. B. P. (org. et al), 2011)⁷, intitulada *Horizontes de investigação*, composta por três textos, encontramos uma profunda reflexão acerca dos fundamentos teórico-metodológicos presentes em uma investigação que tem por objeto central a análise de produção historiográfica. Embora o livro componha uma instigante coletânea de textos que versam sobre a historiografia brasileira, pretendemos nos ater aos elementos que se referem ao trabalho com história da historiografia em geral. O primeiro dos textos, *Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões* – de Guimarães (2011) –, não apenas nos permite compreender o novo papel que a História da Historiografia adquiriu a partir da década de 1980, mas também, nos estimula a pensar uma história da historiografia que busque problemas e tensões, que não seja apenas uma compilação de autores sobrepostos, mas que se proponha a investigar:

[...] relações e tecer comparações; jogar luz sobre as rupturas, sem negligenciar as continuidades, o que implica estabelecer

7. Este livro – organizado por Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Marcia de Almeida Gonçalves, Rebeca Gonjito – é o resultado do I Seminário Nacional de História da Historiografia Brasileira, ocorrido no IFCH/UERJ, em outubro de 2008.

linhagens e ao mesmo tempo identificar posições isoladas; descobrir foco de tensão e evidenciar pontos de confluência; mapear zonas de conflito e acompanhar deslocamentos. (GUIMARÃES, 2011, p. 32).

O segundo e o terceiro textos do livro, escritos por Neves (NEVES, G. P., 2011) e Alberti (2011), respectivamente, fazem uma reflexão filosófica em relação ao conceito de hermenêutica, elegendo algumas linhas de pensamento para empreender uma investigação acerca desse complexo tema⁸. Para Neves, em um primeiro momento, a hermenêutica “remete para uma das etapas da crítica histórica; quer dizer, para aquela que, sucedendo à crítica externa [...] toma para si o encargo central de tornar a fonte inteligível. Por isso, é comum encontrá-la igualmente sob o nome de ‘crítica de interpretação’” (NEVES, G. P., 2011, p. 41-42).

Ainda para esse autor, a hermenêutica teria três grandes significações relacionadas à linguagem: dizer, explicar e traduzir. A interação entre essas três formas de lidar com a hermenêutica produz outra significação do conceito: “[...] o recurso de que se dispõe, graças à linguagem, para viabilizar o diálogo por meio do qual se busca a compreensão de algo” (NEVES, G. P., 2011, p. 45). Além disso, o autor destaca a importância de observarmos que o estudo para a compreensão de correntes de pensamento, tal como a historiografia, deve levar em conta a investigação do próprio pensador que produziu o conteúdo como, por exemplo, analisar a corrente historiográfica que dá sustentação ao que o historiador defende.

Esse trabalho de Guilherme Neves é, por sua vez, analisado por Verena Alberti, que propõe o uso da hermenêutica pelo historiador, sem, no entanto, restringir-se a ele. Para a autora, o que importa nesse método é

8. Guilherme Neves dá preferência à hermenêutica como concebida pelo filósofo alemão Hans-Georg Gadamer.

a descoberta do “[...] ‘sentido profundo’, escondido das coisas” (ALBERTI, 2011, p. 65). Em suas palavras:

[...] ao contrário do jurista e do teólogo, que se atêm aos textos que interpretam, o historiador faz uso de textos principalmente para chegar a uma realidade que está fora deles. Ele precisa entender os textos e por que foram produzidos, mas também colocar-lhes perguntas, as quais os textos não estavam designados a responder originalmente. (ALBERTI, 2011, p. 69).

Assim, o campo da História da Historiografia da Ciência pode valer-se de instrumentos metodológicos como a hermenêutica para proceder a uma investigação de um texto historiográfico em um âmbito mais subjetivo, ou seja, para analisar fatores que, muitas vezes, se encontram em patamares além do texto em si.

Mas, se o fim da História da Historiografia da Ciência é compreender autores, ou obras, em paralelo com um conjunto maior de historiadores, ainda nos resta selecionar formas que nos permitam realizar essa comparação.

Uma possível metodologia pode ser encontrada nas reflexões de Magalhães (2015) sobre a História das Controvérsias. Nesta perspectiva teórica, o investigador não inicia sua análise a partir do conhecimento já consolidado, já institucionalizado, mas dos conflitos inerentes da própria atividade de produção desse conhecimento. Desta maneira, o analista não negligencia as tensões presentes na atividade de produção científica. Quando algum campo de conhecimento elege uma teoria como “vitoriosa”, ou seja, quando uma perspectiva científica se torna o paradigma dominante – por uma série de motivos que, inclusive, não precisam ser científicos⁹ –, esta

9. Muitas vezes as escolhas científicas são motivadas por questões sociais e econômicas. Um exemplo é a denúncia que Boris Hessen faz em relação a Newton. Este teria a sua produção vinculada às necessidades científicas do capitalismo mercantil que crescia com

teoria passa a se impor em relação às outras.

Uma parte considerável do processo de consolidação dessa hegemonia dá-se na tentativa de ofuscamento das linhas científicas “perdedoras”. Este processo de ofuscamento acaba por apagar esforços científicos legítimos que, por conta da própria pressão da comunidade científica, caem no ostracismo. A perspectiva teórico-metodológica da História das Controvérsias visa analisar esse processo de tensionamento teórico no intuito de resgatar o debate e lançar luz às teorias menos conhecidas. Esse procedimento tem como consequência o resgate de uma série de elementos que foram ofuscados e reestabelece antigos questionamentos ainda abertos, o que contribui significativamente para o desenvolvimento científico (MAGALHÃES, 2015).

Deve-se mesmo creditar à possibilidade de controvérsia o principal valor da ciência, pois é ela que garante o poder de crítica que tem sido responsável pelo seu caráter de progresso¹⁰ ininterrupto do conhecimento. (MAGALHÃES, 2015, p. 44).

Por fim, Beltrán¹¹ – que em seu livro *Revolución Científica, Renacimiento e Historia de la Ciencia* (1995) busca analisar as diversas correntes que interpretam a Revolução Científica – oferece-nos uma experiência metodológica muito

força na Inglaterra do século XVII. Isso nos leva a refletir como, algumas vezes, a ciência elege seus paradigmas por influências externas à atividade científica. Cf. HESSEN, B. *As raízes socioeconômicas dos Principia de Newton*, 1992.

10. Longe de sua conotação pejorativa habitual, Gildo Magalhães opera uma problematização do conceito de progresso distinta da positivista. Mas, neste trabalho, não entraremos neste debate que, por conta de sua complexidade, mereceria um estudo detalhado. Cf. MAGALHÃES, G. Energia, industrialização e a Ideologia do Progresso In MAGALHÃES, G. *Ciência e Conflito: Ensaio sobre História e Epistemologia das Ciências e Técnicas*. São Paulo: Book Express Editora, 2015.

11. Falecido professor da Universidade de Barcelona, o historiador espanhol Antonio Beltrán (1948 – 2013) é considerado uma autoridade em estudos relacionados a Galileu.

produtiva dentro da História da Historiografia da Ciência. Mesmo sem a intenção de promover uma reflexão metodológica, ao realizar uma análise das várias historiografias – entre outros campos de pensamento – que versam sobre a origem do pensamento científico moderno, Beltrán acaba por compor um método comparativo-analítico que apresenta uma inegável funcionalidade para os objetivos pretendidos pelo historiador interessado em trabalhar com História da Historiografia da Ciência.

Como o objetivo central de Beltrán (1995) é investigar “o nascimento e [a] consolidação da moderna historiografia da ciência” (BELTRÁN, 1995, p. IX, tradução nossa)¹², julgou necessário separar as correntes historiográficas em tendências diferentes e, para operacionalizar a investigação, construiu quadros comparativos nos quais inter-relacionou várias controvérsias historiográficas que acompanham esse debate. Um exemplo pode ser encontrado na separação que Beltrán opera dentro da Historiografia da Ciência que investiga as origens do pensamento científico moderno nos séculos XVI e XVII. O autor identifica dois principais grupos historiográficos: continuístas e descontinuístas¹³. Historiadores da ciência continuístas do início do século XX – tais como Pierre Duhem (2014) e George Sarton (1975) – teriam, *grosso modo*, uma visão acumulativa da ciência, e entenderiam que a Revolução Científica do século XVI e XVII nada mais foi do que a consequência da evolução natural da ciência antiga e medieval. No lado oposto, os historiadores descontinuístas – tais como Alexandre Koyré (1986b), Thomas Kuhn (2017) e Alfred Rupert Hall

12. No livro encontramos: “*El objeto central del trabajo...*” é estudar “... *el nacimiento y consolidación de la moderna historiografía de la ciencia*” (BELTRÁN, 1995, p. IX).

13. É fato que Beltrán não criou essas terminologias. O mérito do autor está mais relacionado à forma com a qual ele agrupa dezenas de historiadores em diferentes correntes e a forma com as quais as inter-relaciona, mostrando as tensões inerentes ao processo de produção histórica da Historiografia da Ciência.

(1988)¹⁴ – defendem a hipótese de que os séculos XVI e XVII testemunharam uma mudança, tanto na forma de compreender a natureza quanto na de produzir conhecimento, de tal magnitude que justificaria o uso do epíteto de Revolução Científica¹⁵.

Ainda que a análise dos critérios utilizados por Beltrán para realizar essa separação seja instigante, o que nos interessa, neste momento, é entender que o autor desenvolve sua História da Historiografia da Ciência a partir de três passos: em primeiro lugar, opera com a eleição de tendências historiográficas próprias com o fim de agrupar historiadores que partilham determinado ponto de vista. Em segundo lugar, Beltrán realiza uma análise comparativa, na qual, partindo das controvérsias, mostra as divergências e disputas existentes entre esses diversos grupos historiográficos. Por fim, sua abordagem lança hipóteses sobre as possíveis tendências historiográficas que, possivelmente, irão se estabelecer como hegemônicas nas próximas décadas¹⁶.

Esse tipo de reflexão de Beltrán não apenas nos ajuda a compreender, de uma forma mais totalizadora, o conjunto das tendências historiográficas da Historiografia da Ciência do século XX que buscou analisar a Revolução Científica, como também a refletir sobre a própria natureza do desenvolvimento científico em si, lançando hipóteses que podem, muito

14. Os estudos descontínuistas ganhariam força a partir das décadas de 1940, 1950 e 1960.

15. Neste trabalho, como fazemos um uso instrumental das ideias de Beltrán, operamos uma simplificação das divisões historiográficas realizada por este autor. No livro de 1995, Beltrán monta uma complexa e multifacetada teia de inter-relações e opera, inclusive, subdivisões dentro das tendências historiográficas. Um exemplo dessas subdivisões pode ser observado quando Beltrán separa os historiadores continuístas em dois grupos distintos: os medievais – que defendem a Revolução Científica como a continuidade da ciência medieval; e os renascentistas – que observam a ciência moderna como fruto das mudanças de mentalidade vindas do período do Renascimento. Embora fascinante, esse debate foge do escopo do presente trabalho.

16. No caso do livro mencionado, Beltrán entende que a Sociologia da Ciência, perspectiva analítica de característica externalista, tende a se fortalecer nas próximas décadas.

bem, ser aproveitadas pela Filosofia da Ciência. Assim, por mais que não haja uma intencionalidade explícita, Antonio Beltrán (1995) nos oferece um profícuo exemplo teórico-metodológico de como se produzir História da Historiografia da Ciência.

Considerações finais

Os estudos realizados revelaram a dificuldade do historiador em encontrar referências teórico-metodológicas para a análise associada ao campo da História da Historiografia da Ciência. Essa dificuldade nos estimulou a buscar ferramentas para contornar o problema em outras áreas das ciências históricas. Primeiramente, com Magalhães (2015) e Kragh (1987), observamos que um texto historiográfico da ciência pode sim ser um objeto legítimo para empreender uma investigação histórica. Para tanto, o texto historiográfico deve ser deslocado de seu patamar usual – de texto teórico – para o de fonte primária. Com Martins (2004) pudemos perceber que não apenas esse deslocamento é possível, mas também que, a partir do momento em que o texto historiográfico se torna um documento primário, a análise documental apresenta-se como uma possibilidade concreta.

Prost (2015), dentre uma razoável variedade de historiadores, pode nos auxiliar a desenvolver essa análise documental. Entretanto, embora suas reflexões metodológicas sejam bastante atualizadas, devem ser adaptadas para um texto classificado como “depoimento voluntário”, ou seja, um texto no qual o autor sabe que será lido por outras pessoas da área – historiadores no nosso caso.

Já que o texto não deixa de ser uma obra historiográfica, o campo de conhecimento da História da Historiografia pode nos proporcionar outra importante ferramenta analítica. A hermenêutica, como proposta por Neves (NEVES, G. P., 2011) e por Alberti (2011), pode nos auxiliar

a investigar a produção historiográfica em patamares mais subjetivos, que transcendam o próprio texto.

Como recurso metodológico, parece-nos uma possibilidade profícua desenvolver a análise historiográfica da ciência a partir das tensões inerentes ao próprio processo de construção da ciência histórica. Para tal, a História das Controvérsias, como compreendida por Magalhães (2015), e o método historiográfico-comparativo, como trabalhado por Beltrán (1995), fornecem horizontes metodológicos estimulantes para se desenvolver um trabalho em História da Historiografia da Ciência.

O trabalho com a análise da historiografia, como pudemos observar por Guimarães (2011), ainda é uma área bastante aberta no que se refere à teoria e à metodologia. Buscamos, portanto, apresentar possibilidades teórico-metodológicas aos historiadores interessados em empreender uma investigação na área da História da Historiografia da Ciência. Esse campo de conhecimento pode configurar-se como um riquíssimo instrumento analítico cujos resultados não apenas nos ajudam a produzir uma história dos pensamentos historiográficos, como também lança importantes perguntas em relação ao próprio desenvolvimento da ciência histórica. É nesse contexto que a presente investigação se insere.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, P. Problemas metodológicos em historiografia da ciência In SILVA FILHO, W. J. da (Org.). *Epistemologia e Ensino de Ciências*. Salvador: Arcadia/UCSAL, 2002, v., p. 51-91.
- ALBERTI, V. Entre as madalenas de Prost e o riso sob o guarda-chuva de Bataille: breve reflexão sobre a relação entre história e hermenêutica In NEVES, L. M. B. P. (org. et al). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 63-74

- ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; BELTRAN, M. H. R. (orgs.) *Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC/Livraria Editora da Física/Fapesp, 2004.
- BELTRÁN, A. *Revolución Científica, Renacimiento e Historia de la Ciencia*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S. A., 1995.
- CONDÉ, M. L. L. Carta aos jovens historiadores da ciência. *Temporalidades*, v. 9, p. iv-x, 2017.
- DUHEM, P. *Le système du monde: histoire des doctrines cosmologiques de Platon à Copernic* (Éd. 1913). Hachette Livre BNF: Paris, 2014.
- FRANCO JR., H. Por uma outra Idade Média In ANDRADE FILHO, R. O. (org.) *Relações de poder, educação e cultura na Antiguidade e Idade Média*. Santana do Parnaíba, Editora Solis, 2005.
- GUIMARÃES, L. M. P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões In: NEVES, L. M. B. P. (org. et al). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 19-36.
- HALL, A. R. *A Revolução Científica na ciência 1500-1750*. Lisboa: Edições 70, LDA., 1988.
- HESSEN, B. As raízes socioeconômicas dos Principia de Newton In GAMA, R. *Ciência e técnica: antologia de textos históricos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992, p. 30-89.
- KOYRÉ, A. *Estudos galilaicos*. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1986a.
- KOYRÉ, A. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária LTDA, 1986b.
- KRAGH, H. *An Introduction to the history of Science*. Cambridge University Press, 1987.
- KUHN, T. S. *A Revolução Copernicana: A astronomia planetária no desenvolvimento do pensamento ocidental*. Lisboa: EDIÇÕES 70,

2017.

- MAGALHÃES, G. *Ciência e Conflito: Ensaio sobre História e Epistemologia de Ciências e Técnicas*. 1ª edição. São Paulo: Book Express Editora, 2015.
- MAIA, C. A. *História das Ciências, uma história de historiadores ausentes: precondições para o aparecimento dos sciences studies*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.
- MARTINS, R. A. *Ciência versus historiografia: os diferentes níveis discursivos nas obras sobre história da ciência* In ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; BELTRAN, M. H. R. (orgs.) *Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC/Livraria Editora da Física/Fapesp, 2004.
- NEVES, G. P. *História e hermenêutica: uma questão de método?* In NEVES, L. M. B. P. (org. et al). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 37-62.
- NEVES, L. M. B. P. (org. et al). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- PROST, A. *Doze Lições Sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- SARTON, G. *Introduction to the History of Science (3 Vols. in 5)*. Krieger Pub Co.: 1975.
- SILVA, F. A. *Historiografia da Revolução científica: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin*. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- SILVA, L. C. K. G. *Sobre o nascimento da Ciência Moderna: A perspectiva continuísta de Edward Grant*. Dissertação (Mestrado em História da Cultura, Historiografia e Patrimônio) – Universidade Estadual

Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis. [no prelo].

From Jungle to Space: Cartography, Satellites, and the Environment

FELIPE FERNANDEZ CRUZ¹

Tulane University

Abstract: This article explores the history of how humans have come to map and conceptualize geographical space, and its eventual effects on the environment. Focusing on the history of mapping, aeronautics and space flight, the article explores how science and technology has been employed by the Brazilian state to conquer its frontiers, especially the Amazon. It then shifts the analysis to how this spatial conquest came to affect the environment in the region. The governments of Getulio Vargas (1930-1945) and then later the Brazilian military dictatorship (1964-1985) used mapping, airplanes and satellites to promote economic development in the region, and how development caused environmental degradation and conflicts with indigenous peoples. Finally, we see how satellite imagery reversed that trend when it was later deployed to enforce environmental laws, vastly reducing the rate of deforestation in the Amazon.

Resumo: Este artigo explora a história de como os homens tem mapeado e conceituado geograficamente o espaço, e seus eventuais efeitos sobre o meio ambiente. Focando a história do mapeamento, da aeronáutica e dos voos ao espaço, o artigo explora como a ciência e a tecnologia tem sido empregada pelo governo brasileiro na conquista das fronteiras, especialmente da Amazônia. Analisa como essa conquista espacial afetou o meio ambiente na região. Os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e da ditadura militar brasileira (1964-1985) usaram o mapeamento, aeronaves e satélites para promover economicamente o desenvolvimento da região, desenvolvimento que causou a degradação do meio ambiente e conflitos com os povos indígenas. Finalmente, analisamos como as imagens de satélites reverteram essa tendência quando passaram a ser usadas par reforçar as leis ambientais, reduzindo enormemente a taxa de desmatamento na Amazônia.

Recebido em 13/07/2018 e aceito em 04/12//2018.

1. Professor Assistente na Universidade de Tulane especializado em História da América Latina e História da Ciência e Tecnologia.

In 2007, the Google corporation announced its Lunar X-Prize, promising a prize of US\$20 million to the first private team to land a rover on the moon by the year 2015 – along with an extra US\$4 million if the robot navigated to and photographed one of the original moon landings. Over the years, the Lunar X-Prize has caused some controversy. Archaeologists and preservationists were enraged at the possibility of damaging the sites of original moon landings, claiming they are part of humanity’s historical heritage. Others questioned whether it was legal for a private corporation to land on the moon in the first place. After all, who owns space? Who gets to explore it?

As it turns out, there is a body of international law dealing with the rights to navigation in space and other celestial bodies.² Sputnik, the first satellite to orbit the earth, was its first precedent. While historians have focused on the great phobia the Soviet satellite spread among Americans, new research has shown that the administration of President Eisenhower saw a silver lining. As Sputnik flew over the United States, it established a *de facto* principle of free navigation of space, ensuring the Soviets could not protest when American satellites eventually reached orbit.³ In 1967, an international agreement called the Outer Space Treaty set the rules for the exploration and use of outer space.⁴

In 1943, thirteen years before Sputnik, a much smaller event took place that would also help define geographical space and its occupation. It

2. For more on the contemporary controversy surrounding moon landing rights, see the following news story: “Google’s Goal: Inspire First Privately Funded Moon Landing,” Interview, *Tell Me More* (National Public Radio, August 11, 2011), <http://www.npr.org/2011/08/11/139536084/googles-goal-inspire-first-privately-funded-moon-landing>.

3. Paul Dickson, *Sputnik : the shock of the century* (New York: Walker Pub., 2001).

4. Alex Young, “Diplomacy in Space: The Final Frontier of International Law,” *Harvard International Review* 35, no. 3 (2014): 6–7.

was in a remote region along the Araguaia River in central-western Brazil. An expedition had been sent there to explore and colonize the region: It was the Roncador-Xingú expedition, the vanguard of a much larger program of colonization of Brazil's frontiers: The *Marcha para o Oeste* (March to the West). Launched by President Getúlio Vargas, it sought to explore, map and colonize the region, which had been thus far relatively unknown and unreachable by the Brazilian state.

The expedition was building an outpost with a landing strip so that it could be supplied by airplanes. After clearing a stretch of the forest so that airplanes could land, the government sent a military officer specializing in celestial navigation to determine the precise coordinates of this new outpost – the leading edge of Brazil's exploration and conquest of its own territory. The officer spent three days making precise measurements. When he was done, he took them back to the then capital Rio de Janeiro so that this new locale could be added to the map of Brazil, making the conquest official. It was an act of defining a real location as an abstract geographical space.

Going back another 443 years in time, we find yet another moment in humanity's long history of defining places in space: this time, a seafaring expedition of the fledgling Portuguese empire. Even though they were bound for India, the ships turned west in the South Atlantic. They had to follow the winds and currents westward before turning back towards the southern tip of Africa. This time, however, they went just a bit further west and encountered an unknown landmass. It was April of 1500, and the Portuguese expedition led by Pedro Álvares Cabral had just happened upon Brazil. Soon after making a first landing, the master pilot responsible for navigation took celestial measurements with a sextant to determine their precise location. This information was so important that Cabral actually

sent one of the ships back to Portugal with a report of the discovery and its geographical coordinates – handicapping his flotilla for the much longer journey to India. In the Portuguese tradition, historian Patricia Seed has argued, the act of taking these measurements was in fact a way to lay claim to the land.⁵

At this point we might ask: what do these three moments, spread over five centuries, have in common? The answer to this question is the central theme of this article: the mapping and conceptualization of geographical space, particularly in frontiers, and its impact on the environment. The three events are certainly all encounters with new emerging frontiers. Yet they are also episodes on the history of humanity's conceptual understanding of space and its scientific formalization through navigational technologies. As many scholars have argued, geographical space is culturally and socially constructed.⁶ The abstraction of physical locations into conceptual spaces is ever-evolving, varying over places, cultures and time.

Developments in the science and technologies behind the mapping of geographical space are often born out of a necessity, especially when different societies seek to explore and exploit new frontiers. This push onto new frontiers, on the other hand, is often driven by the desire for new economic development, which in turn means the extraction of natural resources. In this article I will analyze the exploration and conquest of Brazil's Amazonian frontiers and its impact on the environment, focusing on the role of mapping, aviation and satellite monitoring on the region's environment in the twentieth century. In doing so, this article delves into

5. Patricia Seed, *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World, 1492-1640* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), 100–106.

6. Henri Lefebvre, *The Production of Space*, trans. Donald Nicholson-Smith (Malden MA: Blackwell, 2007).

how geographical space is created, or in other words, territorialized.

Historian Hal Langfur has offered a good working definition for territorialization which I use here, arguing that “maps, historical geographies, official pronouncements and state policies” are developed in the process of territorializing regions, or rather, exerting “command over space.”⁷ The process of territorialization, however, is also an exercise in the abstraction and simplification of physical environments – an exercise necessary for states to efficiently harvest natural resources, as well as to exploit human labor. In considering how the complexities of different environments and their peoples are simplified for the benefit of states, I turn to the work of James Scott in his seminal book *Seeing Like a State*. Scott, through a variety of case studies, describes this phenomenon as the process by which states make their territories and people “legible,” creating a synoptic view that allows for more control and extraction of resources – or in his words:

“The premodern state was, in many crucial respects, partially blind; it knew precious little about its subjects, their wealth, their landholdings and yields, their location, their very identity. It lacked anything like a detailed “map” of its terrain and its people. [...] How did the state gradually get a handle on its subjects and their environment? [...] In each case, officials took exceptionally complex, illegible, and local social practices, such as land tenure customs or naming customs, and created a standard grid whereby it could be centrally recorded and monitored.”⁸

7. Hal Langfur, *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830* (Stanford: Stanford University Press, 2006), 89.

8. James Scott, *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed* (New Haven: Yale University Press, 1998), 2.

From this perspective, we can think of how the territorialization of space makes previously unknown lands into “legible” maps – environments ready to be exploited. In this article, I will take the concept of territorialization upward, tracing how the conquest of airspace, and even outer space, has helped shape the environment in Brazil’s Amazon and center-west region. Tracing the development of aviation, and eventually the use of satellites, I will argue that the creation and conquest of airspace sharply increased Brazilians’ ability to exploit natural resources in the country’s frontiers, dramatically shaping the environment of these regions. But first, we must understand how humans came to territorialize airspace.

Inventing a three-dimensional world

The long history of how space is conceptualized had to undergo a major paradigm shift in the early twentieth century. The advent of aviation, and with it the newfound ability to fly, forced people to rethink of space as three-dimensional. Topographic maps had done that to some extent, but the ability to navigate through the air, and look down on the earth necessitated a whole new way to think of space. How can one map airspace? Who owns different areas of it? Who can navigate through distinct regions in the atmosphere? How can meteorologists map the currents of air through the atmosphere like nautical charts had mapped oceanic currents? These might seem like settled questions today, but they were critical in the early twentieth century.

The problem of who has the right to fly where was first addressed in the 1910 Paris Aviation Conference. One argument adapted a nautical concept to the atmosphere, proposing that the sky should be like the oceans: international territories with the right to free navigation. Another

line of thought was that airspace should be territorial, with each country controlling access to the space above its territory. In that conference, the German and the French held a position of granting some free access, while the British, concerned about the end of their secure isolation as an island, opposed the idea and defended a proposal for full territorial control. World War I, by demonstrating the potential power of airplanes in warfare, led to a more restrictive agreement, with national airspace being considered sovereign territory.⁹

The evolving science of meteorology also dealt with the problem of envisioning a three-dimensional world. Before the twentieth century most meteorological observations were done at a local scale and were unable to see the broader patterns that could enable long distance flight through the atmosphere. Vilhelm Bjerknes, a Norwegian meteorologist, used data from weather stations spread over large areas that, using principles from applied physics, enabled the understanding of large air masses and fronts – thus understanding movement in the atmosphere from a three-dimensional perspective.¹⁰ It is also worth noting that meteorologists also borrowed from nautical traditions in the terminology used for their science, using the term “aerial ocean” to describe the atmosphere.¹¹

Processes of mapping and territorialization throughout human history have been heavily shaped by culture, science, and technology. That is, we must abstract away from the idea that maps are objective representations of

9. David Courtwright, *Sky as Frontier: Adventure, Aviation, and Empire*, 1st ed. (College Station: Texas A & M University Press, 2005), 43.

10. For a history of the Bergen School of Meteorology, as this paradigm came to be known, see Robert Friedman, *Appropriating the Weather: Vilhelm Bjerknes and the Construction of a Modern Meteorology* (Ithaca: Cornell University Press, 1989).

11. In Brazil, you can see the term used in this text by Brazilian meteorologist Joaquim Sampaio Ferraz. see Joaquim Sampaio Ferraz, *Meteorologia Brasileira (Esboço Elementar de Seus Principais Problemas)* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934).

territories, but rather human projections about what they *imagine* a territory to be, or even what they *want* it to be.¹² Mark Monmonier, in his book *How to Lie with Maps*, explores maps as tools that go much beyond their usage as navigational aids, demonstrating by countless examples how they can be tools used for purposeful deception.¹³ This social and cultural construction of geographical space is a foundation for understanding how the Brazilian state conceived of, mapped, territorialize and came to use both the physical and geographical space of its frontiers.

Aeronautics Advancing the Ranching Frontier

The territorialization of airspace enabled safe long-distance flying, which in turn accelerated incursions into Brazil's frontiers. The Amazon and the country's center-west region are notoriously difficult to access. The terrain made the building of highways and railways very difficult, and there are not many east-west rivers other than the Amazon river itself.

For these reasons, the advent of aviation was celebrated as a panacea for the country's spatial problem. Leaders who decried Brazil's lack of interiorization imagined airplanes crisscrossing the airspace of the nation, helping settle territories and flying back to the coast with the natural resources they hoped to extract from Brazil's untapped bounty. *Aeroclubes*, non-profit organizations dedicated to the promotion of aviation as well as the training of pilots, started appearing in the country's capitals. By the 1920s there was a movement dedicated to the promotion of aviation.

12. D. Graham Burnett, *Masters of All They Surveyed: Exploration, Geography, and a British El Dorado* (Chicago: University of Chicago Press, 2000).

13. Mark Monmonier, *How to Lie With Maps*, 2. ed. (Chicago: Univ. of Chicago Press, 1996).

These evangelizers of the air age saw the new technology both as a path to modernization of the mostly crop export economy as well as a means by which to conquer the vast distances that hindered the territorialization of Brazil's frontiers.

One enthusiastic proponent of the aerial conquest of the frontiers declared in 1915 that “the airplane is a means of locomotion that does not require roads. [...] The network of air roads is varied and infinite; any two points on the surface of the earth's □ surface are always connected by an air route, □ which is the fastest [route], the best conserved and for which the placement and □ maintenance costs nothing□.”¹⁴ While the excitement for the coming air age was ebullient, the statement shows a large dose of naïveté about the realities of air routes. Aviation was still in an era of pioneers flying off in small and precarious airplanes. The new technology was seen through romantic eyes: the lone pilot, in leather jacket, silk scarf and goggles taking off for an adventure into the big blue sky.

But practical air routes certainly do not “cost nothing” – and require much more than a daring pilot – things like landing fields, stockpiles of fuel, radio communication networks and technical expertise. The viability of employing this new technology as a form of transportation also depended on developments in the still incipient atmospheric sciences, in particular the ability to accurately predict the weather. In Brazil's case, another important requirement for the practical use of aviation was also largely absent: accurate maps. As we will see, maps of Brazil's interior were wildly inaccurate, making flying through those regions a dangerous proposition.

There were also challenges of a bureaucratic nature. Brazil's First Republic (1889-1930) was a relatively weak federalist state in which

14. “Aviação - Considerações Gerais,” *Aerophilo*, September 1915.

provincial governments held the most power. This presented a problem for creating a national network of air routes, which required coordination and standards at the federal level. In the First Republic, states often set their own standards and legislation surrounding aviation, and even more troublesome, had their own individual weather bureaus which could not coordinate to provide proper large-scale forecasts with the methods of the Bergen school of meteorology.

This would start changing drastically when Getúlio Vargas came to power through a coup in October 1930. A strong proponent of national unity and centralized power, he reorganized the national framework of agencies administering aviation, eventually centralizing them under a Ministry of Aeronautics in 1941. Vargas believed strongly in the aviation's potential for uniting the fractured nation-state and worked to develop Brazil's aeronautical infrastructure. During the 1930s, he also incentivized the development of air routes by foreign airlines, in particular the American PanAm and the German Lufthansa, which created extensive routes throughout Brazil. The airlines, however, serviced the most economically viable routes along the populated Brazilian coast. The state would have to lead the aerial conquest of the frontiers, and at close of the 1930s it still lacked the technical and human resources to undertake such a project.

That last piece of the puzzle would fall into place with the outbreak of World War II. Brazil held strategic natural resources for the war effort, like rubber, which made it a critical partner for the Allies.¹⁵ It also had another important resource that few historians have discussed – its

15. For more on rubber extraction in Brazil during World War II, see Seth Garfield, *In Search of the Amazon: Brazil, the United States, and the Nature of a Region* (Durham: Duke University Press, 2013).

airspace.¹⁶ Brazil's northeastern city of Natal is the closest point to Africa in the South Atlantic, making it an ideal launching pad for supply routes to the war in Europe and North Africa.¹⁷ This led the United States to make a large investment in the development of Brazil's aeronautical infrastructure, including the construction of large airports and a large supply of aircraft. At the same time, the Vargas regime was leading a large-scale campaign to develop national aviation, training over a thousand new pilots in the first few years of the war. The policies, infrastructure, equipment and human resources were now in place for Vargas to realize his ultimate aeronautical goal – to employ aviation in the exploration, conquest and settlement of Brazil's frontiers.

In the early 1940s, the Vargas government launched the *Marcha Para o Oeste*, a program focused on exploring, settling and connecting with transportation routes the frontiers of central-west Brazil and the southern Amazon. One of the central pieces to this effort was the *Roncador-Xingú* expedition, which started advancing into the region during World War II. Their method was to spearhead colonization by building several airstrips along the route of the expedition. As a result of the Brazilian-American alliance during the war, as well as the National Campaign for Aviation (in which the government and wealthy citizens donated airplanes to aeroclubes to train more pilots), the country became home to a vastly larger fleet

16. These two works discuss the importance of aviation in Brazil during World War II, but from the perspective of diplomacy and physical infrastructure and equipment. William Burden, *The Struggle for Airways in Latin America* (New York: Council on Foreign Relations, 1943); Frank D. McCann, "Aviation Diplomacy: The United States and Brazil, 1939-1941," *Inter-American Economic Affairs* 21, no. 4 (Spring 1968): 35–50.

17. The only historian to discuss this resource at any length is Frank D. McCann. See chapter 8 of Frank D. McCann, *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1974); McCann, "Aviation Diplomacy: The United States and Brazil, 1939-1941."

of airplanes, aviation personnel and infrastructure after WWII. The past dreams of an aeronautical frontier had become feasible.¹⁸

While the state used airplanes to advance into the center-west region of the country, one group of affluent Brazilians was taking advantage of it: farmers and ranchers. Their use of aeronautics to expand farming and ranching operations would have a great impact on the environment of the region. In the settled agricultural frontiers of Mato Grosso, ranch owners were making extensive use of airplanes to manage their properties. Alice Rogers Hager, an American journalist, made extensive observations of their practices while traveling in Brazil. She was sent to Brazil as part of the many cultural programs of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs designed to culturally approximate the Brazilians and Americans as part of the war effort.¹⁹

Hager travelled across Brazil by air as a guest of the Brazilian government, to document how the progress of aviation was changing the country. Her travels resulted in a book titled “Frontier by Air: Brazil Takes the Sky Road.”²⁰ During the trip, she took particular notice of how many ranchers were becoming pilots in order to manage their lands and check their herds.²¹

In Mato Grosso do Sul, where torrential rains often made roads impassable, the advantages were quite clear, and ranchers set about making landing strips across the state – in addition to the ones built by the local

18. Raquel França dos Santos Ferreira, “Uma História Da Campanha Nacional Da Aviação (1940-1949): O Brasil Em Busca Do Seu ‘Brevê’,” *Cantareira* 17 (December 2012): 75–86.

19. For more on the many cultural programs designed for this purpose, see Antônio Pedro Tota, *The Seduction of Brazil: The Americanization of Brazil during World War II*, trans. Lorena B. Ellis (Austin: University of Texas Press, Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies, 2009).

20. Alice Hager, *Frontier By Air: Brazil Takes the Sky Road* (New York: Macmillan, 1942).

21. Hager, 40–41.

aeroclubes. Hager experienced this herself when she was invited by a rancher to a barbecue at his property. She flew one hour south of Campo Grande, the capital of Mato Grosso do Sul, to the ranch of her host: a man she called Colonel Pereira. One of the first things she noticed was that the name of the ranch was painted in big letters on a roof – providing a navigational aid for pilots.²² This was a widely used method in early aviation – the United States air mail, for one, prepared its transcontinental route in a similar way.²³ The state of Minas Gerais had officially adopted the practice as well, ordering all municipalities to create signage for passing pilots, and the FAB (*Força Aérea Brasileira*, the Brazilian Air Force) had also mandated such markings in several other cities.²⁴

Colonel Pereira had pioneered the practice in the region, flying between five other ranches he owned and his home in São Paulo – but others soon followed and at least twenty other ranches in the area built these airstrips, in essence creating a network of potential emergency landing sites and increasing flight safety with navigational markers on their roofs. These airstrips had an added benefit: the animals grazed on the special grass laid on the runway, making for very firm, safe landing strips – a practice that was adopted even in military air mail fields, some of which had in-house donkeys for the purpose. The wealthy ranchers even used their aerial network for social visits. Colonel Pereira often held lavish barbecues for many guests and reminisced that at some of these events he would have as many as twenty-eight airplanes land at his farm for a meal.²⁵ This phenomenon was not limited to these frontier regions. In 1940, ranchers

22. Hager, 54.

23. Courtwright, *Sky as Frontier*, 61.

24. “Minas e a Sinalização de Suas Cidades,” *Aviação*, November 1941; Nélson Freire Lavenère-Wanderley, *História Da Força Aérea Brasileira*, 1975, 141.

25. Hager, *Frontier by Air*, 55.

in the southern state of Rio Grande do Sul started a campaign to train one thousand pilots in the region, which would also help the development of their estates.²⁶

It seems that the animals themselves adapted to the air age. At first, cattle scattered startled by the sound of the airplane – but eventually grew accustomed to it and just kept on calmly grazing. Some early pilots, flying airliners before the wide availability of radio navigation towers, even used the behavior of cattle as a navigational aid. A young pilot apprentice learned this trick from his commanding officer while flying for VARIG airline in Rio Grande do Sul. They were flying above a low cloud layer and were uncertain of their position. The veteran pilot dipped the aircraft below the clouds and quickly rose again, affirming they were on the correct route – despite the lack of any obvious visual references. He explained to the confused young apprentice that those cows were used to them flying on this regular route, and if they had been off the route, the cattle would have scattered in fear.²⁷ Historians have found a similar issue in the early history of US automobiles, when farmers complained that the loud engines of the first cars often caused distress among their livestock.²⁸

But the use of airplanes in ranching went beyond the convenience of wealthy owners. The shipping of produce by air is relatively common today. Pineapples, for instance, are flown from Hawaii to the continental United States. Sheep are regularly shipped by air from New Zealand and Australia.

26. “A Campanha Dos Mil Aviadores Gaúchos,” *Aviação*, December 1940.

27. Lili Lucas Souza Pinto, *Assim e Voava Antigamente* (Porto Alegre: Livraria e Editora Magister, 1990).

28. Ronald Kline and Trevor Pinch, “Users as Agents of Technological Change: The Social Construction of the Automobile in the Rural United States,” *Technology and Culture* 37, no. 4 (1996): 768–69.

Fresh seafood is also often found in the cargo holds of airliners.²⁹ It is a common enough practice that it is protested by environmentally conscious consumers concerned with the carbon footprint of flying – enough that one British chain of sandwich shops even proudly advertises that they have stopped the practice.³⁰

Yet one would assume that in the 1940s and 50s, when travelling by airplane was a privilege for the wealthy, that only very expensive cargo would be shipped by air. That does not seem to be the case. While it is hard to collect hard data on what kind of cargo was shipped (as far as I know, the PanAm archives, for example, have no such records) there is enough anecdotal evidence to indicate all sorts of less valuable cargo, including produce, was flown in these early days.

One PanAm mechanic flying from British Guyana to Brazil in 1952 to investigate an accident in the Amazon, noted this fact when he noticed a strange odor in the plane. Fearing some mechanical mishap, he inquired with the flight attendant who simply pointed out that on that leg of the trip they usually carry cabbages being exported to Brazil. Once in Brazil, where his duty was to investigate the crash of an airliner in the Amazon, he noticed the same pattern. They were using the airstrip of a rancher to get closer access to the site of the accident, and he learned that the owner used the airstrip to ship his beef to market in Belém, some 400 miles away – a feat that would be impossible by river navigation.³¹ In fact, the Brazilian Air

29. Stacey Vanek Smith, “Tired Of Paying For Checked Baggage? You’re Actually Getting A Good Deal,” *All Things Considered* (National Public Radio, January 21, 2015), <http://www.npr.org/2015/01/21/378905601/tired-of-paying-for-checked-baggage-youre-actually-getting-a-good-deal>.

30. One German colleague of mine, an aviation historian, in order to reduce her carbon footprint, refuses to fly unless crossing the Atlantic for this very reason.

31. “Accident: Brazil, Amazon Jungle Boeing 377 StratoCruiser NX1039V Flight 202” (1952), Series I, Box 120B, Folder 130, PanAmerican World Airways Collection, University

Force also resupplied frontier bases the same way, with regular flights for meat and produce, and some small regional airlines even existed for the sole purpose of transporting beef from frontier regions.³²

In fact, the scenes described by air mail pilots aboard their aircraft suggest that local populations started to forego their riverine navigation altogether for the free flights (any Brazilian citizen could board an air mail flight for free). Passengers on the FAB air mail planes often included an assortment of Indians and local peasants, along with their cargo: chickens, parrots, crops, monkeys, cattle, sacks of flour, jerked meats and bundles of clothes. One pilot remembers a man who brought an enormous live turtle and loaded it with much difficulty – he refused to use one of the bench seats, and so he sat on his turtle during the entire journey.³³ The famed anthropologist Claude Levi-Strauss also noticed this phenomenon when flying in Brazil's frontier regions, saying that in local flights he would often share the space with the hens and ducks of farmers, along with crates of their produce, too heavy to haul through the forest.³⁴

An article in the aviation magazine *Asas* prompted readers to consider air cargo for their commercial needs, arguing that it was not exclusively for the priciest of merchandise. “Certainly, you would not want to ship a 5kg bag of beans from Rio de Janeiro to Recife,” as those circumstances would

of Miami Libraries.

32. Ary Barbosa, “Paraense Transportes Aéreos,” *Catalineiros*, May 30, 2011, http://www.catalineiros.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93%3Aparaense-transportes-aereos&catid=10%3Anossas-origens&Itemid=10; Siudmar Machado de Carvalho, “Missão de Evacuação Aero-Médica (EVAM),” *Catalineiros*, February 11, 2013, http://www.catalineiros.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=242%3Amissaoevam1953&catid=3%3Aamazonia-nossa-vida-nosso-mundo&Itemid=3.

33. Newton Marcos Leone Porto, “O Correio Aéreo Nacional,” *O Popular*, February 23, 2002.

34. Claude Levi-Strauss, *Tristes Tropiques*, trans. John Weightman and Doreen Weightman (New York: Penguin Classics, 2012), 31.

make it prohibitively expensive. But under the right ratios of distance and weight, all sorts of merchandise might be economically transported by air. Many hotels in Rio regularly flew in higher quality lettuce from São Paulo, which would have wilted on the train – without being much more expensive than the train trip. The examples abounded: fledgling chicks from Rio to a farm in the Amazon, fresh shrimp from Florianópolis to Rio, orchids from the south of the country all the way to the amazon, and even prize cattle for breeding.³⁵

The use of aviation in the countryside was not limited to cattle ranching and transportation, but also involved other early agricultural uses. Another author in the *Asas* magazine also proposed to replace the old practice of lighting tar filled cans to generate smoke in advance of a frost. It could easily be substituted by more efficient smoke generating airplanes – which were being used in World War II to conceal troop movements.³⁶ Also of note, one of the first airplanes designed by EMBRAER, the Brazilian aircraft manufacturer, was the *EMB Ipanema*, a crop-duster. In that sense, aviation for farming also facilitated the spread of pesticides, causing yet another environmental impact in these regions.

While the benefits of aeronautics were obvious in the settled agricultural frontier of Mato Grosso do Sul, some private enterprises wanted to press on, further into the hinterlands. With a mind towards pushing into more isolated areas, three airline executives formed a real estate company, the *Colonizadora Imobiliária do Vale do Araguaia* (Colonizing Real Estate of the Araguaia Valley). In 1955, the company bought a substantial amount of land on the banks of the Araguaia river. Their idea was to use a large barge to transport supplies up the lengthy river, where they would build a

35. “O Que Se Pode Transportar Por Via Aérea,” *Asas*, April 1944.

36. “Defesa Aérea Contra As Geadas,” *Asas*, March 1945.

landing strip. The large runway would then be used in conjunction with the river to transport construction materials and build a town that would be primarily reached by air – the village of Santa Teresa. Their effort to build an aeronautical town in a faraway location was praised by the aviation press.³⁷

The expansion of farming and ranching into Brazil's western frontiers, along with other economic activities like mining, has had an enormous environmental impact in the region. The use of airplanes did much to extend the reach of these commercial operations into Amazon and center-west regions of the country, and with this vast expansion also came an increase in deforestation and conflicts with indigenous peoples. But the process of territorializing space, and its impact on the Amazon, did not end with the development of aviation. The push into outer space and the advent of satellite imaging would eventually accelerate, and then later help halt, deforestation in the region.

Reaching new heights: seeing the Amazon from space

As described above, one of the biggest challenges encountered in the exploration and settlement of Brazil's frontiers was the lack of reliable cartography. But starting in the 1970s, the use of new forms of radar mapping and satellite imagery would drastically change the Brazilian state's ability to map these remote regions and exploit their resources. This was also a time when the Brazilian military dictatorship (1964-1985) sought to aggressively assert state control of the amazon and promote economic development in the region. Project RADAM (*Projeto Radar da Amazônia*,

37. "Gente de Aviação Funda Cidade No Oeste," *Aviação*, April 1955.

Amazon Radar Project), which first started in 1968 but came to fruition in the early 70s, was the first major step in taking the colonization of the Amazon into outer space.

The project began after several Brazilian experts worked with NASA (National Aeronautics and Space Administration in the United States) to get training on new advances of a technology called SLAR (Side Looking Airborne Radar), which was a vast improvement on traditional photographic aerial mapping.³⁸ Mapping by aerial photography is particularly ineffective in tropical regions because these rainy environments almost always have some form of cloud cover blocking the view. SLAR, on the other hand, does not rely on direct visual observation but rather on sensing radio waves bouncing back from the ground – and while clouds or rain may affect the radio signals, they are still very efficient at sensing the ground underneath.³⁹ By equipping high altitude aircraft with SLAR equipment, scientists were able to map 32 kilometer wide area under the flight paths of these aircraft. The technology can go beyond simply mapping topography. SLAR, later combined with satellite imagery and sensing data, could measure a variety of data items such as types of soil, vegetation type and density, water pollution and mineral deposits.⁴⁰

RADAM was a cooperation between several government agencies. It was first spearheaded by INPE (*Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais*, the National Institute for Space Research). But another major player was the Ministry of Mines and Energy, which was focused on the direct development of natural resources in the Amazon. A wide variety of experts

38. Claudio Rolando Sonnenburg, “Overview of Brazilian Remote Sensing Activities. [Amazon Region]” (São José dos Campos, SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, August 1, 1978), <https://ntrs.nasa.gov/search.jsp?R=19790005263>.

39. John Noble Wilford, *The Mapmakers* (New York: Vintage Books, 1982), 243–46.

40. Sonnenburg, “Overview of Brazilian Remote Sensing Activities. [Amazon Region],” 8.

were employed in analyzing data from the project, with scientists working the fields of “geology, geography, oceanography, agronomy, forestry, hydrology, pollution and image processing.”⁴¹

Despite the eventual use of satellite data, the project was not a complete departure from the previous methods of aeronautical colonization. In fact, it depended on the network of airstrips built during the earlier period of frontier expansion with efforts by the Vargas regime, local ranchers and later the FAB’ frontier territories. The planes carrying SLAR equipment have to navigate with a high degree of precision, flying for thousands of kilometers on a perfectly straight line. To do so in the 1970s, before the advent of GPS (Global Positioning System) which requires a network of satellites, the RADAM surveyors used SHORAN (Short Radio Navigation). This consists of setting up ground stations with antennas that communicate with the aircraft via radio signals – the time it takes for the signals to travel is measured and sent back, which allows for the calculation of the distance between the ground station and the airplane. The deployment of these ground stations presented a big challenge, but one that was ameliorated by the availability of airstrips into which equipment and personnel could be flown in – airstrips built in the earlier period described above.⁴² This was also a two-way street: the development of precise maps resulting from RADAM also did much to improve safe flying conditions in the region, enabling wider use of jungle airstrips. The project did not depend on airplanes alone. By the mid-70s, with a new satellite receiving station built in Brazil, a lot of the data started being gathered by satellites, transitioning the process of territorialization of airspace and Brazil’s frontiers into outer space.⁴³

41. Sonnenburg, “Overview of Brazilian Remote Sensing Activities. [Amazon Region].”

42. Wilford, *The Mapmakers*, 249.

43. Sonnenburg, “Overview of Brazilian Remote Sensing Activities. [Amazon Region].”

RADAM's goals were twofold: to help map potential natural resources but also provide accurate geographical and topographical data to support the construction of a massive infrastructure project: the building the Trans-Amazon Highway, a road of over 4,000 km through the heart of the Amazon.⁴⁴ A report produced by INPE about the early results of RADAM shows that the project yielded great results for the Ministry of Mines and Energy, identifying a wealth of natural mineral resources to be exploited in the Amazon. Among its findings were a manganese deposit estimated at 500,000 tons, gold, phosphate, cassiterite and a variety of other rare minerals. The resulting data also identified areas that had rich soils for farming, and well as identifying areas of great hydrologic potential for hydroelectric dams.⁴⁵ In fact, the Brazilian government found RADAM to be so successful that the project was extended to cover the entire national territory, being renamed as RADAMBRASIL.⁴⁶

It is hard to understate the massive environmental impact of this process of mapping and territorializing Brazil's frontiers – which itself was enabled by the human conquest of the atmosphere and outer space. The expansion of farming and ranching has caused massive deforestation since the 1970s. The mining of gold and other minerals has caused both deforestation but also contamination of air and water with mercury and cyanide.⁴⁷ The building of hydroelectric dams also enabled further commercial

3–5.

44. Wilford, *The Mapmakers*, 243.

45. Sonnenburg, "Overview of Brazilian Remote Sensing Activities. [Amazon Region]," 17.

46. Sonnenburg, 2.

47. Marjo de Theije and Ton Salman, "Conflicts in Marginal Locations: Small-Scale Gold-Mining in the Amazon," in *Between the Plough and the Pick*, ed. KUNTALA LAHIRI-DUTT, Informal, Artisanal and Small-Scale Mining in the Contemporary World (ANU Press, 2018), 261–74, <https://www.jstor.org/stable/j.ctt22h6r60.17>; Gregory P. Asner et

expansion in the region, while also having a great impact on the hydrology and biodiversity of the region. With 140 dams built and under construction in the Amazon by 2017 and projections for a potential total 428 potential dams, disruptions to the water flow have affected the biome of floodplains as well as causing further conflicts over encroachment into indigenous territory. Hydroelectric dams in the Amazon affect the environment far beyond the rainforest itself. The reduction of the Amazon river's flow into the Atlantic affects coral reefs and can even alter the trajectories of Atlantic storms, which can affect the Caribbean, Central America and the United States.⁴⁸ All of these have caused other problems beyond environmental impacts, with the expansion of commercial operations frequently causing further conflicts with indigenous groups.⁴⁹

While these technologies and projects like RADAM were employed to expand economic activity beginning the early 1970s, especially under the military dictatorship's promotion of economic activity in the region, they would later be employed to help contain environmental damage in the region. A later report on the RADAM published by INPE in 1978 already showed a marked transition in its primary concerns, with an increased focus on environmental monitoring. The report had a somber tone and focused on the environmental changes and their negative impacts, saying that the increased economic activity in the region would lead to, "in a not so distant future" where "life in large urban centers would become untenable."⁵⁰

al., "Elevated Rates of Gold Mining in the Amazon Revealed Through High-Resolution Monitoring," *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 110, no. 46 (2013): 18454–59.

48. Edgardo M. Latrubesse et al., "Damming the Rivers of the Amazon Basin," *Nature* 546, no. 7658 (June 2017): 363–69, <https://doi.org/10.1038/nature22333>.

49. de Theije and Salman, "Conflicts in Marginal Locations."

50. Carlos Rolando Sonnenburg, "INPE Remote Sensing Program. [Brazil]" (São José dos Campos, SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, August 1, 1978), 2, <https://ntrs>.

While construction of hydroelectric dams in the Amazon has accelerated in recent years, satellites and remote sensing technologies like the ones used in RADAM have been deployed to drastically reduce deforestation. By using satellites and remote sensing, the Brazilian government has created a deforestation monitoring system that has enabled effective enforcement of environmental laws. With the use of these technologies, the rate of deforestation in the Brazilian Amazon was reduced by 77% between 2004 and 2011.⁵¹

Historians have traditionally studied environmental change largely through socio-economic, demographic and cultural lenses. More recently, however, historians of technology have turned their focus to the multifaceted relationship between the environment and technological developments. The Society for the History of Technology, the main organization on the subject in the United States, now has a thriving community of historians working on the subject, organized as a group they named “envirotech.”⁵² Scholars of Latin America have also turned their attention to the subject, with recent publications focusing on histories of water management and droughts.⁵³ In the past decades, Brazilian historians have also showed a renewed interest in environmental history, as seen by the publication of

nasa.gov/search.jsp?R=19790005297.

51. Javier Godar et al., “Actor-Specific Contributions to the Deforestation Slowdown in the Brazilian Amazon,” *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 111, no. 43 (2014): 15591–96.

52. “Envirotech — Bridging the Histories of Environment and Technology,” accessed December 18, 2018, <http://www.envirotechweb.org/>.

53. Here are two books dealing with these issues in Mexico and Brazil. Eve E Buckley, *Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil*, 2018, <http://dx.doi.org/10.5149/northcarolina/9781469634302.001.0001>; Vera Candiani, *Dreaming of Dry Land: Environmental Transformation in Colonial Mexico City* (Stanford, California: Stanford University Press, 2014).

some anthologies on the subject in the past decade.⁵⁴ This article adds to this historiographical trend by focusing on aeronautical and space history and its impact back on the ground. As historians, we should diversify our studies of technology and environment by looking at how previously unstudied technologies and histories shape the environment over time. New studies, by expanding our understanding of diverse technological mechanisms and their environmental impacts will help better understand the bigger picture, and to analyze the history of technology and the environment as broader, interconnected systems.

BIBLIOGRAPHY

“A Campanha Dos Mil Aviadores Gaúchos.” *Aviação*, December 1940.

“Accident: Brazil, Amazon Jungle Boeing 377 StratoCruiser NX1039V Flight 202,” 1952. Series I, Box 120B, Folder 130. PanAmerican World Airways Collection, University of Miami Libraries.

Asner, Gregory P., William Llactayo, Raul Tupayachi, and Ernesto Ráez Luna. “Elevated Rates of Gold Mining in the Amazon Revealed Through High-Resolution Monitoring.” *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 110, no. 46 (2013): 18454–59.

“Aviação - Considerações Gerais.” *Aerophilo*, September 1915.

Barbosa, Ary. “Paraense Transportes Aéreos.” *Catalineiros*, May 30, 2011.

54. Jó Klanovicz et al., *História Ambiental No Sul Do Brasil: Apropriações Do Mundo Natural* (São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012); Paulo Henrique Martinez, *História Ambiental Paulista: Temas, Fontes E Métodos* (São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2007).

http://www.catalineiros.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93%3Aparaense-transportes-aereos&catid=10%3Anossas-origens&Itemid=10.

Buckley, Eve E. *Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil*, 2018. <http://dx.doi.org/10.5149/northcarolina/9781469634302.001.0001>.

Burden, William. *The Struggle for Airways in Latin America*. New York: Council on Foreign Relations, 1943.

Burnett, D. Graham. *Masters of All They Surveyed: Exploration, Geography, and a British El Dorado*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

Candiani, Vera. *Dreaming of Dry Land: Environmental Transformation in Colonial Mexico City*. Stanford, California: Stanford University Press, 2014.

Carvalho, Siudmar Machado de. “Missão de Evacuação Aero-Médica (EVAM).” *Catalineiros*, February 11, 2013. http://www.catalineiros.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=242%3Amissaoevam1953&catid=3%3Aamazonia-nossa-vida-nosso-mundo&Itemid=3.

Courtwright, David. *Sky as Frontier: Adventure, Aviation, and Empire*. 1st ed. College Station: Texas A & M University Press, 2005.

“Defesa Aérea Contra Às Geadas.” *Asas*, March 1945.

“Envirotech — Bridging the Histories of Environment and Technology.” Accessed December 18, 2018. <http://www.envirotechweb.org/>.

Ferraz, Joaquim Sampaio. *Meteorologia Brasileira (Esboço Elementar de Seus Principais Problemas)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

Ferreira, Raquel França dos Santos. “Uma História Da Campanha Nacional Da Aviação (1940-1949): O Brasil Em Busca Do Seu ‘Brevê.’” *Cantareira* 17 (December 2012): 75–86.

Friedman, Robert. *Appropriating the Weather: Vilhelm Bjerknes and the Construction of a Modern Meteorology*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

Garfield, Seth. *In Search of the Amazon: Brazil, the United States, and the Nature of a Region*. Durham: Duke University Press, 2013.

“Gente de Aviação Funda Cidade No Oeste.” *Aviação*, April 1955.

Godar, Javier, Toby A. Gardner, E. Jorge Tizado, and Pablo Pacheco. “Actor-Specific Contributions to the Deforestation Slowdown in the Brazilian Amazon.” *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 111, no. 43 (2014): 15591–96.

Hager, Alice. *Frontier By Air: Brazil Takes the Sky Road*. New York: Macmillan, 1942.

Klanovicz, Jó, Gilmar Arruda, Ely Bergo de Carvalho, and Alessandro Casagrande. *História Ambiental No Sul Do Brasil: Apropriações Do Mundo Natural*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

Kline, Ronald, and Trevor Pinch. “Users as Agents of Technological Change: The Social Construction of the Automobile in the Rural United States.” *Technology and Culture* 37, no. 4 (1996): 763.

Langfur, Hal. *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil’s Eastern Indians, 1750-1830*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

Latrubesse, Edgardo M., Eugenio Y. Arima, Thomas Dunne, Edward Park,

Victor R. Baker, Fernando M. d'Horta, Charles Wight, et al. "Daming the Rivers of the Amazon Basin." *Nature* 546, no. 7658 (June 2017): 363–69. <https://doi.org/10.1038/nature22333>.

Lavenère-Wanderley, Néelson Freire. *História Da Força Aérea Brasileira*, 1975.

Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. Translated by Donald Nicholson-Smith. Malden MA: Blackwell, 2007.

Levi-Strauss, Claude. *Tristes Tropiques*. Translated by John Weightman and Doreen Weightman. New York: Penguin Classics, 2012.

Martinez, Paulo Henrique. *História Ambiental Paulista: Temas, Fontes E Métodos*. São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2007.

McCann, Frank D. "Aviation Diplomacy: The United States and Brazil, 1939-1941." *Inter-American Economic Affairs* 21, no. 4 (Spring 1968): 35–50.

———. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1974.

"Minas e a Sinalização de Suas Cidades." *Aviação*, November 1941.

Monmonier, Mark. *How to Lie With Maps*. 2. ed. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1996.

"O Que Se Pode Transportar Por Via Aérea." *Asas*, April 1944.

Pinto, Lili Lucas Souza. *Assim e Voava Antigamente*. Porto Alegre: Livraria e Editora Magister, 1990.

Porto, Newton Marcos Leone. "O Correio Aéreo Nacional." *O Popular*. February 23, 2002.

Scott, James. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

Seed, Patricia. *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World, 1492-1640*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Smith, Stacey Vanek. "Tired Of Paying For Checked Baggage? You're Actually Getting A Good Deal." *All Things Considered*. National Public Radio, January 21, 2015. <http://www.npr.org/2015/01/21/378905601/tired-of-paying-for-checked-baggage-youre-actually-getting-a-good-deal>.

Sonnenburg, Carlos Rolando. "INPE Remote Sensing Program. [Brazil]." São José dos Campos, SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, August 1, 1978. <https://ntrs.nasa.gov/search.jsp?R=19790005297>.

Sonnenburg, Claudio Rolando. "Overview of Brazilian Remote Sensing Activities. [Amazon Region]." São José dos Campos, SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, August 1, 1978. <https://ntrs.nasa.gov/search.jsp?R=19790005263>.

Theije, Marjo de, and Ton Salman. "Conflicts in Marginal Locations: Small-Scale Gold-Mining in the Amazon." In *Between the Plough and the Pick*, edited by KUNTALA LAHIRI-DUTTA, 261–74. Informal, Artisanal and Small-Scale Mining in the Contemporary World. ANU Press, 2018. <https://www.jstor.org/stable/j.ctt22h6r60.17>.

Tota, Antônio Pedro. *The Seduction of Brazil: The Americanization of Brazil during World War II*. Translated by Lorena B. Ellis. Austin: University of Texas Press, Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies, 2009.

Wilford, John Noble. *The Mapmakers*. New York: Vintage Books, 1982.

Young, Alex. “Diplomacy in Space: The Final Frontier of International Law.” *Harvard International Review* 35, no. 3 (2014): 6–7.

Artigos

A Interação entre História, Memória e Anacronismo em uma pintura de Portinari

ALMERINDA DA SILVA LOPES¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O artigo reflete sobre o painel *Tiradentes* (1948-49), executado a têmpera pelo pintor brasileiro Cândido Portinari (1903-1962), encomendado ao artista pelo empresário mineiro Francisco Inácio Peixoto, para o colégio de Cataguases (MG), projetado por Oscar Niemeyer (1907-2012). Embora aborde um tema histórico, o artista não se propôs executar uma obra ilustrativa. Recorre a cores vibrantes e a uma gramática visual não naturalista - o que motivou na época algumas críticas. Reconfigura poética e anacronicamente cenas, cenários, imagens, personagens históricos e ficcionais, de diferentes tempos e espaços, dispendo-os lado a lado, em um mesmo écran cinemático. A reflexão sobre o painel, que aborda a saga da condenação à execução do revolucionário brasileiro, é respaldada nos conceitos de anacronismo e de memória e esquecimento, emprestados de Didi-Huberman (2000) e Ricoeur (2007).

Palavras-chave: Inconfidência Mineira; Portinari; Memória e Imaginação; Anacronismo.

Abstract: The article contextualizes and reflects on the panel *Tiradentes* (1948-49) performed on tempering by the Brazilian painter Cândido Portinari (1903-1962), ordered to the artist by the Minas Gerais entrepreneur Francisco Inacio Peixoto, for the school of Cataguases (MG), designed by Oscar Niemeyer (1907-2012). Although it addresses a historical theme, the artist did not propose to perform an illustrative work. Resortes to vibrant colors and a non-naturalistic visual grammar - what motivated at the time being some criticism. Reconfigures poetically and anachronically scenes, pictures, images, historical and fictional characters, from different times and spaces, arranging them side by side, in a same cinematic screen. The reflection over the panel is backed by the concepts of anachronism and memory and forgetfulness, taken from Didi-Huberman (2000) and Ricoeur (2007).

Key words: Inconfidência Mineira; Portinari; Memory and Imagination; Anachronism.

Recebido em 14/02/2018 e aceito em 28/11/2018.

1. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Professora de História da Arte da Graduação em Artes e dos Programas de Pós-graduação em Artes e Em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora de Produtividade do CNPq.

Introdução

Para Didi-Huberman (2000, p.9-10), “diante de uma imagem estamos diante do tempo – e por mais antiga ou por mais contemporânea que ela seja – o passado não deixa jamais de se reconfigurar”, o que torna (...) “possível pensar a imagem como uma construção da memória e não como obsessão”. Respaldando-nos nesses conceitos refletimos sobre o emblemático painel *Tiradentes* (1948-49), de autoria de Cândido Portinari (1903-1962). Observa-se que, mesmo tratando-se de encomenda governamental para um trabalho de temática histórica, o artista não se desviou de seu projeto poético, nem se propôs fazer mera ilustração ou uma narrativa do fato histórico.

O encadeamento inventivo e a visualidade do painel *Tiradentes* tiveram como referência a pesquisa feita em documentos e bibliografia sobre a Conjura, segundo informação do artista em depoimentos concedidos à imprensa. Destacou, porém, como uma de suas principais fontes de inspiração, o livro de poesia de Cecília Meireles, escrito poucos anos antes dele ter iniciado a pintura, na década de 1940. Tratava-se do *Romanceiro da Inconfidência*, série de poemas que impressionou o pintor e teria contribuído para a concepção arquitetônica da trama dramática daquele painel. Portinari confirmava, assim, ter se balizado mais na imaginação que na narrativa histórica oficial, recusando-se a fazer mera ilustração da saga do herói.

Após o recebimento da encomenda Portinari realizaria viagem à cidade de Ouro Preto - palco da Conjura Mineira – deslocando-se durante alguns dias por ruas e vielas do local onde viveram e atuaram os inconfidentes. Observou e capturou aspectos da arquitetura e da paisagem, que depois de transfigurá-los e recriá-los iria inseri-los nos cenários e cenas do painel a ser executado. As referências à tipografia mineira transparecem de modo especial, na estruturação geométrica do espaço pictórico, na demarcação

do relevo, na luz e nas cores terrosas do solo. Tais recursos permitem-lhe fundir espaço público e espaço geométrico, “tempo narrado e tempo construído”, “tempo cósmico e tempo fenomenológico”. Não se propõe, portanto, precisar ou demarcar “lugares privilegiados, mas formular lugares quaisquer” (RICOEUR, 2008, p.158-9).

O mesmo ocorre na criação das figuras de algumas das cenas, em que autor subverte a hierarquia da pintura clássica, diminuindo as proporções da figura do herói e representando esse mesmo protagonista da saga histórica não no primeiro plano, mas em um plano visual distante. Em outras cenas faz uso de elementos simbólicos - objetos, cores e luzes - que desempenham função primordial na configuração do espaço e do tempo. Subverte aspectos pontuais da narrativa histórica e reconstituindo-os imaginária e livremente na pintura do painel. Esta tem início com a representação simbólica do momento em que ocorre a leitura da sentença de Tiradentes, e termina com a exposição das partes do corpo do herói em locais públicos, acontecimento ocorrido cerca de um século e meio antes do artista aceitar a encomenda para executar a pintura em análise.

Portinari atribuiu ao painel uma estrutura cinemática, para articular criativamente, em seis cenas pictóricas, a representação dos momentos finais da vida de Tiradentes. Acusado de liderar o movimento revolucionário contrário ao pagamento de pesados impostos cobrados pela Coroa Portuguesa, pela extração do ouro em Minas Gerais (Século XVIII), seria preso, julgado e condenado à pena máxima por enforcamento. Os autos da sentença determinaram, ainda, o esquartejamento do cadáver e a exposição pública das respectivas partes, nas estradas que ligavam o Rio de Janeiro a Minas Gerais - locais esses por onde Tiradentes transitou para incitar os mineiros à insubmissão a Portugal – e o arrasamento da residência do mártir, seguido do salgamento do respectivo terreno, para que nenhum dos

descendentes do mártir lá pudesse viver. Entretanto, essa última atrocidade não seria enfocada pelo artista na pintura. Portinari atualiza e recodifica a história do passado pela ótica e experiência do presente.

Através desse encadeamento cinemático das cenas, o artista parece apontar, mesmo que de maneira velada ou pouco explícita, para a farsa da história. Basta citar que apenas o humilde alferes da cavalaria em Vila Rica (atual Ouro Preto), Joaquim José da Silva Xavier - mais conhecido pela alcunha de Tiradentes, por ter atuado como prático de dentista - foi acusado nos autos de “lesa majestade” e o único participante do movimento revolucionário condenado à pena máxima: a execução por enforcamento em praça pública, o que ocorreu três dias depois, em 21 de abril de 1792.

Embora tivesse lutado ao lado de intelectuais, profissionais liberais e homens abastados - grandes proprietários de terras, clérigos, militares, escritores, comerciantes, parte dos quais formados em academias europeias: escolas militares, cursos de direito e medicina, onde foram influenciados pelas ideias iluministas – apenas a Tiradentes foi imputada a pena máxima. Os revolucionários mais influentes foram absolvidos ou receberam penas bem mais brandas, tendo sido enviados para o degredo em colônias portuguesas na África, onde sequer seriam presos.

Na concepção criativa do painel Portinari optou pelo tríptico, em uma sequência de seis cenas (duas em cada parte do tríptico), analisadas adiante. Foi essa a solução encontrada por ele para estruturar a composição, em um espaço retangular e de proporções desconúas, pois a parede onde a obra seria instalada media 310 x 1770 cm. Para a execução de trabalho com tamanhas dimensões, o artista, além de solucionar problemas de natureza espacial e técnica, teve que construir novo ateliê que lhe possibilitasse executar a maior encomenda recebida por ele, até então.

A temática nacionalista e o reconhecimento internacional de Portinari.

Para se entender a deferência concedida ao artista, alguns fatos foram determinantes para que o recatado artista, criado no interior de São Paulo, se transformasse, na segunda metade dos anos 1930, no único artista brasileiro conhecido internacionalmente, angariando, assim, o maior número de encomendas do Governo de Getúlio Vargas, razão pela qual alguns lhe atribuíram a pecha de “pintor oficial”.

Depois de se aperfeiçoar na Europa (1929-1931), com o prêmio conquistado no Salão Nacional de Belas Artes - onde teve contato com as diferentes tendências estéticas modernas e também com a pintura mural dos renascentistas italianos -, após seu retorno ao Brasil Portinari iria recorrer a figuras agigantadas, de gramática expressionista, e a temas voltados para a realidade local. A lida no campo assumia lugar de destaque, a partir de então, sendo seus principais protagonistas os trabalhadores mulatos de braços e pés descomunais. Tal peculiaridade foi atribuída por alguns ao diálogo particular que o brasileiro estabeleceu, de modo especial com a pintura mural de Diego Rivera, que ele conheceu nos Estados Unidos e que parece ter exercido também sobre Portinari algum impacto. Todavia, o possível contágio de nosso artista pela pintura internacional é contestado por outros estudiosos e deve ser analisado com muito cuidado.

Para Annateresa Fabris (1996), os propósitos que o brasileiro e os mexicanos imprimiram às respectivas pinturas suscitam diferentes articulações reflexivas, considerando que as diferentes realidades dos países em que atuavam esses artistas. O México acabava de sair de uma revolução de caráter popular e a pintura muralista confirmaria o quanto os mesmos se sentiam atraídos pelas ideias socialistas e se declaravam herdeiros das tradições ancestrais indígenas, acreditando na revolução do proletariado, à maneira do que aconteceu na Rússia (1917). Portinari, por sua vez, jamais imprimiria às obras pintadas por encomenda do governo

brasileiro, o mesmo viés ideológico e didático que caracterizou a pintura mexicana, nem iria transpor para suas obras questões peculiares ao realismo socialista. Entretanto, outras referências certamente também não passariam despercebidas ao brasileiro, como as obras de Picasso, que faziam parte dos acervos de alguns dos principais museus americanos.

Foi também tal temática social que o artista angariou o já citado reconhecimento internacional e conquistou importantes prêmios, que lhe propiciaram realizar algumas viagens aos Estados Unidos. A primeira delas ocorreu em 1935, quando lhe foi concedida uma Menção Honrosa pela tela *O Café* (1934), em exposição Internacional no Instituto Carnegie em Pittsburgh, na Pensilvânia. Nessa pintura, o autor aborda a colheita do café, destacando a força e o labor do mulato, de pés solidamente fincados no solo, cuja cor se confunde com a da pele do trabalhador. Por sua vez, a colona, isto é, a figura de mulher branca, que aparece sentada no canto esquerdo da tela, tem o olhar distante e desolado, alheia a uma atividade na qual não se reconhece nem se identifica. Essa pintura foi premiada, curiosamente, na cidade americana conhecida como “Cidade do Aço”, o mais importante polo siderúrgico americano da época, atividade econômica essa que era o reverso daquela expressa por Portinari em sua tela.

Entretanto, se no caráter agigantado das mãos e dos pés dos trabalhadores pintados pelo brasileiro, parece possível estabelecer alguma analogia com o muralismo mexicano, deve-se considerar que Portinari não recorreu a tal estrutura visual por acreditar no poder revolucionário da arte, mas para enobrecer o trabalhador, em especial o negro. Isso se confirmava, por exemplo, em *Construção de Rodovia* (1936), conjunto de painéis executados pelo pintor brasileiro para o Monumento Rodoviário, na Rodovia Presidente Dutra, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. Repetiria essas mesmas características nos trabalhadores dos afrescos, quem têm por

temática os *Ciclos Econômicos* do Brasil (executados entre 1939 e 1944). A encomenda desses doze murais foi feita ao artista por Gustavo Capanema, para a antessala do gabinete do ministro, no edifício sede do Ministério de Educação e Saúde - ícone da arquitetura modernista -, que foi projetado por uma equipe de arquitetos brasileiros, encabeçados por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, e assessoria de Le Corbusier.

Nos estudos preliminares desse conjunto de pinturas, o artista reforçaria igualmente o ideário de uma arte social, exaltando o trabalhador braçal, em especial o negro, de pés e mãos disformes e agigantados, como símbolo da força do trabalho e de sua efetiva contribuição para a riqueza do país. Revelaria, ainda, a “ideologia imagética da burguesia estado-novista”, como bem observa Annateresa Fabris (1996, p. 81-2):

Ao forjar uma imagem heroica do negro, nega a teoria da inferioridade racial então divulgada pela Liga de Higiene Mental e pela Comissão Central Brasileira de Eugenia. Se, com a ideia da inferioridade do negro, a elite dirigente transformara em racial o que era social, o que era decorrência do sistema de produção adotado no país, não deve causar surpresa o fato de uma obra como *Café* ter vetada sua inclusão na Exposição Internacional de Paris de 1939. O Brasil que perseguia a imagem de país branco não podia reconhecer-se, como escreve Santa Rosa, na ‘representação de homens pretos e mulatos, na sua rude labuta, produzindo a riqueza nacional’.

Em 1939, quando da instalação, por Portinari, de três grandes painéis no pavilhão do Brasil, na Feira Mundial de Nova York, foi adquirida ao artista a tela *O Morro*, por Alfred Barr, diretor do Museu de Arte Moderna (MoMA), para integrar a coleção da instituição, o que confirma o reconhecimento internacional da obra do brasileiro. No ano seguinte, o artista de Brodóski realizava mostra individual no Instituto de Artes de Detroit, onde Diego Rivera havia pintado, no início da mesma década, vários murais alusivos à indústria automobilística. Essa exposição seguiu

depois para o Museu de Arte Moderna (MoMA), de Nova York, com sucesso absoluto de vendas e de público, e referências elogiosas da crítica.

No início da década de 1940, Portinari voltaria aos Estados Unidos para a entrega de quatro grandes murais a têmpera, encomendados para a Fundação Hispânica, na Biblioteca do Congresso, em Washington, denominados: *Descobrimento*, *Desbravamento da Mata*, *Catequese dos Índios* e *Garimpo de Ouro* (1941). Embora o artista afirmasse ter feito a pesquisa para a criação dos murais em livros de História do Brasil, as composições revelam que o foco do autor não foi a narrativa histórica, mas a linguagem poética. De modo especial o último trabalho citado – cujo tema parece antecipar o envolvimento do artista com a saga de *Tiradentes*, cuja encomenda receberia pouco tempo depois, a linguagem expressa nas imagens e composições das duas obras são muito distintas.

Se em *Garimpo de Ouro* o artista parece dialogar com as formas expressionistas de Picasso, no painel *Tiradentes* faria reverberar uma linguagem geometrizada e fragmentária reveladora de um olhar superficial ou ingênuo sobre a gramática cubista, no sentido de que o artista brasileiro não se mostrou tributário do programa teórico dessa tendência. Pautado na autonomia e na liberdade poética Portinari ousou na inventividade desse painel, sem se prender à narrativa histórica, consciente que nem a narrativa dos historiadores, nem as obras de arte correspondem à realidade ou à verdade absoluta dos fatos. Mas, como bem observa Paul Ricoeur (2007, p. 152-3), “ao serem confrontados o quadro (pintado) e a narrativa no nível propriamente literário da historiografia: o quadro faz acreditar na realidade, por força daquilo que Roland Barthes chama de efeito do real”.

Por sua vez, o teórico Didi-Huberman (2000, p.10) observa que as imagens artísticas possuem “mais memória e mais de futuro que aquele que as olha. Diante de uma imagem devemos humildemente reconhecer

(...) que somos elementos frágeis, elementos de passagem, enquanto que ela é elemento do futuro, elemento de duração”. E não deixa de ter razão, considerando que, enquanto bens espirituais, as obras de arte incorporam uma espécie de “imortalidade” ou de “perenidade”, que prolonga sua existência para além daqueles que as elaboraram e dos interlocutores que as interrogam. À maneira de palimpsestos, as obras vão acumulando novas camadas de significado, atualizando-se e se renovando continuamente, a cada novo olhar ou diálogo que estabelecemos com elas. Isso constitui também um processo de potencialização, de transformação, de sobrevivência e de persistência da memória, possibilitando que a amplitude dinâmica do presente, contamine, atualize e atribua novo sentido ao passado, retirando-o do esquecimento. Nesse sentido, dialogar com obras de arte significa mais que repetir o que já sabemos e conhecemos delas ou o que elas representam, consiste em desvelar novas possibilidades visuais e articulações criativas, processo que é ao mesmo tempo dialético, ético e estético.

Embora o painel *Tiradentes* seja uma pintura relativamente recente, concluída no final da década de 1940, a articulação construtiva das cenas nele arroladas configura-se como uma montagem de tempos cronológicos e imaginários, realocados por Portinari como em um enredo teatral ou fílmico, em que o tempo não se revela necessariamente linear ou cronológico, mas circular.

O painel *Tiradentes* de Cândido Portinari:

A encomenda dessa obra foi feita ao artista pelo advogado, industrial do ramo de tecidos, latifundiário, escritor e colecionador Francisco Inácio Peixoto (1909-1986), natural de Cataguases (MG), na Zona da Mata mineira, tendo sido ele também o responsável por ter levado para a cidade a arte e a arquitetura moderna. O painel destinava-se a uma das paredes do saguão de

entrada do colégio mantido naquela cidade pelo empresário e mecenas, cujo edifício, em fase de finalização, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer (1907-2012), que teria também sugerido ao comanditário o nome do pintor.

Título: *Tiradentes*



Fig.1. Cândido Portinari, 1948-49, têmpera sobre tela, 309 x1767 cm. Localização atual: Memorial da América Latina, São Paulo. Fonte: Cândido Portinari, Catálogo Raisonné (DR Rom), Projeto Portinari (RJ).

Embora Portinari não fosse um homem letrado, considerando ter interrompido os estudos formais na terceira série do ensino fundamental, usou de grande perspicácia na arquitetura da trama pictórica e na maneira como articulou a sequência de cenas e cenários do painel para fazer referência à saga de Tiradentes. A pesquisa bibliográfica e documental foi o ponto de partida para a concepção da trama histórica, mas o artista se balizaria muito mais em sua própria imaginação, que na busca de formular uma narrativa histórica. Engendrou, assim, um verdadeiro jogo da memória, por meio do qual instiga os potenciais interlocutores da obra a montarem, desmontarem e remontarem a trama visual por ele inventada.

Até chegar à versão final do painel, o artista realizou inúmeros desenhos, esboços e gravuras das imagens dos personagens históricos, figurantes, objetos, além de estudos de composição e paleta de cores. Constituiu, assim, uma espécie de dossiê, que pode ser entendido como desdobramento da obra e como laboratório criativo e experimental, na

busca de soluções que se adequassem ao seu projeto poético e ao propósito de subverter a narrativa histórica.

Na primeira cena que integra o painel representa a leitura da sentença que condenou o revolucionário à morte na forca, enquanto que na sexta e última cena mostra a exposição pública das partes resultantes do esquartejamento do corpo de Tiradentes. Se tais fatos não ocorreram simultaneamente em um mesmo tempo e espaço, o artista representou-os imaginária e criativamente um ao lado do outro, em uma mesma superfície ou écran pictórico. Formulou, assim, um processo dialético que rompe a dicotomia sincronia versus diacronia, avanço e recuo, tempo contínuo e descontínuo, reafirmando que nada pertence a um único tempo, mas aos diferentes tempos, que Didi-Huberman denomina *destempos*. Recorre a um recurso cinematográfico para realocar e fazer desfilar diante dos olhos do espectador figuras, expressões e cenas inventadas, até porque dos conjurados não há retratos. Portinari transforma os protagonistas dos acontecimentos de um passado histórico distante, em agentes de sua trama pictórica. Essas figuras lembram espectros mal delineados ou seres fantasmáticos, que são projetados pelo autor contra uma grade geométrica. Parecem assim emergir de um mosaico de planos geométricos, que atribuem certa instabilidade às cenas, tal como se apresentam à imaginação. Dotados de forte carga expressiva, envolvem o espectador nessa espécie de trama, instigando-o a tecer os fios soltos ou a remover as camadas empoeiradas da história, para desenterrar, arrolar e reconstituir os personagens de um episódio traumático ocorrido em um tempo que ele não vivenciou, e ao qual temos acesso pela memória simbólica.

Na primeira cena, a partir da esquerda do painel, aparece em destaque, no primeiro plano, o que o artista imaginou ser a figura de Tiradentes. Este usa botas e traja farda militar – pois exercia na época da

Conjura, o cargo de Alferes da Cavalaria (cargo equivalente ao de Segundo Sargento), na Sexta Companhia do Regimento de Dragões da antiga Vila Rica. Possui as feições jovens, e não exibe as barbas longas que lhe foram imputadas por vários artistas brasileiros, em pinturas, gravuras e esculturas elaboradas entre o final do século XIX e o início do século XX.

Título: *Leitura da Sentença* (cena 1: pormenor painel *Tiradentes*)



Fig. 2. Cândido Portinari, 1948-49 Fonte: AJZENBERG (2003, p. 26)

O fato de a fotografia ter surgido quase na metade do século XIX, os atributos físicos atribuídos ao herói por historiadores e artistas foram objeto de divergências e contradições. Durante o Império Tiradentes não são conhecidas representações de Tiradentes, pois foi visto como ser

maldito e indigno de ser representado nas diferentes expressões artísticas. Logo depois da Proclamação de República brasileira (1889) foi elevado à condição de herói e mártir, passando a ser retratado por inúmeros artistas.

Os primeiros retratos conhecidos do inconfidente datam dessa época, elaborados pelo positivista Décio Villares (litografias, pinturas a óleo, esculturas), sendo representado com barba e cabelos longos, numa tentativa de comparar Tiradentes à figura de Cristo. Esses mesmos atributos passariam a ser repetidos nas obras executadas seguidamente por outros artistas. Apenas em 1940, José Wash Rodrigues interrompia essa tradição, ao pintar o retrato do alferes destituído da característica barba, talvez respaldado no fato de que os condenados à morte na forca costumavam ter o cabelo e a barba raspados.

Parece possível que Portinari tenha se inspirado nesse retrato, para representar, no painel em análise, o inconfidente de rosto imberbe. Todavia, conjetura-se que para executar o retrato de Tiradentes, o pintor teria usado como modelo seu amigo Luiz Carlos Prestes, e seu companheiro e militante no Partido Comunista brasileiro. A hipótese parece se confirmar considerando existir semelhança física entre os retratos de Prestes e a expressão que o pintor atribuiu a Tiradentes. Coincidentemente a atuação mais marcante de ambos os revolucionários ocorreu em faixas etárias bastante próximas. Assim, ao procurar remontar imaginariamente um fato histórico do passado, Portinari insere no contexto da obra personagens e elementos plásticos de seu tempo, criando uma nova temporalidade e rompendo a linearidade do tempo cronológico, impulsionando-o para frente ou para trás.

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é representado por Portinari, nessa cena, com porte altivo, corpo viril e hierático, tendo uma grossa corrente de ferro atada aos punhos, símbolo da submissão do Brasil

a Portugal, cujo elo o revolucionário lutou para romper. Subsequentemente ao herói alinham-se outras figuras masculinas, que com ele comungavam do mesmo ideal libertário, sendo que a sequência de cabeças imprime alguma profundidade ao grupo. O pintor denunciava assim sua formação acadêmica, da qual em alguns trabalhos parece querer se desvencilhar, enquanto que em outros tira partido de tal artifício. Ladeando Tiradentes, mas guardando certa distância do mesmo, posiciona-se a figura do Escrivão, Desembargador Francisco Luiz Álvares da Rocha, que lê, em pé, a sentença que condenou o inconfidente à morte na forca. O revolucionário houve a sentença em posição altiva, depois de ter passado cerca de três anos preso em uma masmorra da *Cadeia Velha* (na antiga Câmara do Rio de Janeiro, onde se localiza hoje o Palácio Tiradentes), de onde foi retirado pouco antes para ouvir a leitura dos autos. O desembargador segura firme com as duas mãos, o volumoso livro do processo condenatório, pouco abaixo dos olhos, ocultando-lhe quase que inteiramente o rosto. A leitura da sentença, segundo relatos, teria consumido longo tempo, aumentando assim a ansiedade e a apreensão do réu, no aguardo do desfecho de seu destino.

A reação de revolta e perplexidade é expressa pelo grupo de mulheres e crianças negras acorrentadas, que dão as costas para o escrivão e elevam as mãos ao rosto, como se repudiassem o resultado da pena ou manifestassem terror diante da iminência da morte de Tiradentes. O artista parece referir-se, assim, aos acontecimentos que sucederam a leitura da sentença, quando foram proferidos discursos panegíricos de exaltação à condenação de Tiradentes, por ter sido imputada a pena máxima por lesa-majestade à rainha de Portugal e Brasil, D. Maria I, o que, segundo informam alguns historiadores, gerou protestos e atizou a revolta do povo presente. No primeiro plano e à frente desse grupo feminino, Portinari posicionou um baú fechado, objeto frequente e iterativo da obra do artista. O baú

não deixa de remeter à “caixa de Pandora”, como depositário da memória. Instiga a curiosidade e desafia o interlocutor a abri-lo imaginariamente para desvendar o desfecho da história.

Na segunda cena pictórica, a geometria dos planos do fundo e o chão ganham tons mais sombrios, contrabalançados por planos brancos de luz, o que põe em destaque a figura do herói, que caminha cabisbaixo pelas ruas do Rio de Janeiro até o cadafalso, acompanhado por um grupo de figuras do povo. As cabeças dessas últimas reverberam luz, seccionadas por um plano branco, que desfoca as expressões e as equaliza. As cabeças parecem assim terem sido deslocadas do corpo para localizar-se em um plano superior, que lembra um altar de oferendas ou de ex-votos.

Portinari repete a figura de Tiradentes de botas, agora vestindo uma caminha vermelha ao invés da farda militar, ou do tradicional camisolão branco com que os condenados à morte costumavam ser executados. A figura do herói ganha destaque na cena, ressaltada por uma forma geométrica retangular, luminosa e vertical, que se coloca atrás dele. Essa forma permite estabelecer analogia com a coluna à qual foi atada a figura de Cristo durante a sua flagelação, em representações artísticas clássicas de autoria de estrangeiros e de brasileiros. Tiradentes possui expressão serena e resignada, braços cruzados sobre o peito, e as proporções corporais bem delineadas, e parece ter interrompido a caminhada ao deparar-se com a multidão que se acotovela diante da forca onde o herói seria executado.

À esquerda do revolucionário posiciona-se o grupo mais numeroso e compacto de mulheres do painel, que são identificadas apenas pelas vestes, uma vez que essas configurações ou arcações nas revelam grande detalhamento anatômico. O rosto de algumas das figuras situadas em um plano mais próximo e voltado para o observador, além de melhor esboçado é destacado pela luz. Aquelas cujos pés alinham-se próximos à

borda inferior da pintura estão de costas para o observador. As cabeças das figuras mais distantes parecem mais uma vez decepadas, agora por um plano marrom escuro, o que as faz parecer uma massa informe. À esquerda desse agrupamento e distanciando-se um pouco dele, Portinari insere outro grupo feminino, menos numeroso e mais disperso. As figuras mais próximas voltam o rosto para o espectador e parecem lamentar o destino imputado ao herói, enquanto que o restante do grupo posiciona-se de costas para observador e de frente para o patíbulo, que curiosamente foi inserido em um plano muito distante.

Título: *Tiradentes* (pormenor do painel cenas 3 e 4: a Força e o Corpo)



Fig. 3. Cândido Portinari, 1948-49. Fonte: AJZENBERG (2003, p. 27).

Embora se saiba que participaram da Inconfidência Mineira representantes somente do sexo masculino, como explicar que grande parte dos figurantes das cenas do painel é de mulheres? Embora a questão certamente não se restrinja a uma única explicação, talvez se possa aventar

a hipótese de que por meio de tais representações Portinari faz alusão à “liberdade”, substantivo feminino que também inspirou algumas imagens pictóricas da República francesa. Vale lembrar que Portinari teve contato com tais obras alegóricas e de forte teor político em Paris, durante o período em que permaneceu naquela capital, como pensionista do governo brasileiro (1928-1930). As alegorias femininas tornaram-se recorrentes na imagética positivista que se difundiu na fase inicial da República brasileira, sendo que um de seus maiores expoentes foi o já citado pintor Décio Villares (1851-1931).

Atrás desses dois blocos de representações femininas e em um plano longínquo Portinari coloca, curiosamente, o que seria a cena principal da pintura: a execução de Tiradentes. De um lado enfileira-se, em uma estrutura triangular, a guarda montada - referência à Companhia da Cavalaria, que integrou o séquito fúnebre do revolucionário – sendo que os membros da guarda mais parecem fantoches ou soldadinhos de chumbo. Exatamente no centro do painel o artista inseriu o cadafalso, no qual tem destaque uma sequência de degraus e no centro do mesmo o mastro vertical da forca. Desse mastro pende sem vida o corpo branco, desfigurado, informe ou amorfo do herói, que lembra um espantalho ou um ser fantasmático, apesar de parcialmente obstruído pelos limites da tela, ou completar-se fora dela. Tal artifício transforma a execução em um acontecimento secundário, ou menos trágico, como se o artista refutasse a pena e a execução do revolucionário. Todavia, é o patíbulo que divide o painel exatamente ao meio. Por outro lado, essa localização, no centro do painel, coloca a forca e o corpo do herói no ponto focal da pintura, atraindo para lá o olhar do espectador. Tal representação simbólica do revolucionário teria alguma relação com a frase bíblica: “Os teus olhos viram a minha substância ainda informe”, para remeter à onipotência e onipresença dos

ideais de Tiradentes para além de sua morte?

Se ao inserir a forca em um plano distante, Portinari evitou a representação minuciosa e trágica da cena macabra do herói morto por estrangulamento, essa opção se tornaria um dos alvos do ataque que o crítico Mario Pedrosa faria ao painel, quando da exposição do mesmo no Rio de Janeiro em 1949, antes de seguir para o colégio de Cataguases, onde seria instalado.

Uma grande diagonal separa a terceira da quarta cenas pictóricas, na qual o autor inverte a ordem da representação, em relação à cena anterior. Em uma estrutura compositiva triangular, cuja base é a borda inferior do painel e o vértice superior situa-se fora do painel, a composição não deixa de apontar para o barroco. Em dimensões agigantadas, situa-se nesse espaço o corpo martirizado no herói destituído da cabeça, com o sangue vertendo vivo por todos os poros, no momento que antecede a carnificina macabra à qual ainda seria submetido o cadáver. O nó da grossa corda que enforcou Tiradentes, mais parece uma engrenagem mecânica perfurando as entranhas do mártir. O corpo acéfalo foi representado em *close up*, remetendo mais uma vez ao cinema. Desliza de encontro à trava vertical da forca estatelando-se no piso branco do patíbulo, onde será esquartejado, enquanto a cabeça decepada jaz entre as pernas do herói, com o rosto voltado para o espectador, ainda vertendo sangue, acentuando o sentido trágico da cena. Se a cabeça é o órgão gerador do pensamento, do discernimento e da força vital do ser humano, ao aparecer decepada e vertendo sangue coloca-se como símbolo de transcendência e de salvação, de modo semelhante a Cristo que morreu para salvar a humanidade.

Título: *Tiradentes* (pormenores cenas 5 e 6: A exposição pública das partes do corpo e da cabeça)



Fig.4. Cândido Portinari, 1948-49. Fonte: FABRIS (1996,p.136)

À direita do corpo sanguinolento do revolucionário, aparecem enfileiradas várias cabeças (ou seriam máscaras?), expressões que parecem representar simbolicamente os algozes do herói e cujos corpos são obstruídos pelo patíbulo. Apenas uma dessas figuras se destaca entre as duas fileiras de máscaras e possui um arremedo de corpo. Protesta de braços erguidos e mãos cerradas, entre as estranhas cabeças de horripilantes expressões, que não deixam de remeter simbolicamente ao teatro da vida ou à farsa da história. Teria Portinari usado de estratégia semelhante à que adotou Aleijadinho nas esculturas em madeira localizadas nas capelas dos Passos da Paixão, no adro da Igreja de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, cujos corpos dos soldados romanos que flagelaram Cristo foram deformados por ele, e as expressões reduzidas a máscaras ou carrancas? Se atentarmos para o fato de que um dos pés ensanguentados do cadáver parece prestes a desferir nessas máscaras um certo pontapé, talvez se possa aventar a hipótese de que tais representações referem-se aos

algozes do mártir.

Na cena seguinte, a de número cinco, uma seqüência de quatro formas cilíndricas produz um efeito de perspectiva, obtida pela gradativa diminuição das alturas e das espessuras dos cilindros, que também atribuem ritmo à composição. O espaço que rodeia os cilindros é o mais iluminado de todo o painel, o que contribui para acentuar a verticalidade desses elementos e para atrair para o cimo dessas formas abstratizantes, onde estão fincadas as partes do corpo esquartejado do revolucionário: nos dois primeiros os braços e nos dois últimos as pernas. Essa estrutura não deixa de remeter, de alguma maneira, às representações renascentistas da crucificação de Cristo e dos ladrões, e parece ter “por objetivo elevar-nos acima das próprias imagens, instigando-nos a refletir sobre elas para além de sua forma representativa universal” (SARTRE, 2008, p. 33).

Portinari faz referência à exposição das partes esquartejadas do corpo de Tiradentes, no alto de postes ao longo do *Caminho Novo* - estrada real que ligava a zona mineradora de Minas Gerais ao Rio de Janeiro -, por onde transitou vários anos Tiradentes, como chefe de patrulha da estrada e, posteriormente, para propagar os ideais de liberdade àqueles que por ali passavam. Se, curiosamente, essas partes do corpo de Tiradentes são as que possuem o arcabouço formal mais detalhado, o que permite estabelecer alguma analogia com a força dramática do arcabouço anatômico da figura de Cristo, a musculatura entumecida dessas partes do corpo do herói é acentuada por um traço de tinta mais escuro, tal como ocorre em outra série de obras: as 14 cenas da via sacra, pintadas por Portinari na capela de São Francisco, na Pampulha, em Belo Horizonte (1944-1945).

Atrás dos referidos postes destaca-se a topografia de Minas Gerais, que serve de cenário de fundo da composição, sendo também esta a mais ordenada, simbólica e equilibrada das cenas do painel. Foi arquitetada pelo

artista recorrendo à intersecção de diagonais, geradoras de planos piramidais preenchidos com tracejados em feixes, em tons de ocre amarelado, marrom e bege, o que atribui às montanhas uma configuração facetada, que trás à lembrança algumas das pinturas de *Le Mont Saint Victoire*, de Cézanne.

No plano do chão, entre os dois postes encimados pelos braços do herói, aloja-se uma enorme imensa flor rosa, de pétalas regulares, cujo formato e cor lembram a Vitória régia (planta aquática sul americana abundante na Amazônia), símbolo da esperança, da paz, da força e das virtudes. Para os índios brasileiros representa o sonho e a luz das estrelas. À frente desta, e em um plano mais distante do observador aparecem três abutres, símbolo antagônico que tanto tem relação com a morte, como com a regeneração da vida. Tal associação parece traduzir o pensamento do artista, considerando que os animais parecem prestes a retirar-se de cena, o que significa que o sacrifício de Tiradentes não foi em vão, pois seus ideais permaneceram vivos.

Portinari volta a empregar nessa cena um recurso utilizado em alguns dos afrescos dos ciclos econômicos executados por ele no Palácio Capanema, aos quais já nos referimos: o rebatimento ou projeção das figuras. Neste caso, deve-se observar que tanto a flor quanto os abutres projetam-se à direita em um plano mais distante, entre os dois postes dos quais pendem as pernas de Tiradentes, enquanto que a flor muda de cor, assumindo um tom soturno nesse processo de rebatimento.

Na sexta e última cena, o ponto focal é uma caixa/vitrina/relicário pregada no alto de um cilindro/poste, que expõe a cabeça de Tiradentes, e para onde convergem as linhas de força, engendrando uma composição piramidal, que remete novamente ao Renascimento italiano. Esboçada em gradações de vermelho e de castanho, a cabeça do herói reforça o sentimento trágico da morte do revolucionário, enquanto a ideia do pintor

de acondicioná-la dentro de uma caixa, parece remeter, ironicamente, à forma intrigante e misteriosa de seu desaparecimento, no mesmo dia em que foi amarrada no topo de um poste situado na praça central da antiga Vila Rica (atual Praça Tiradentes, em Ouro Preto), sem que jamais se descobrisse seu paradeiro. É possível visualizar a cabeça do herói levemente voltada para cima, no interior da caixa, como se a face anterior da mesma fosse de vidro, característica que faz lembrar um relicário, o que atribui, simbolicamente, dignidade e santidade à cabeça do mártir da Inconfidência e a situa a igual distância entre o divino e o humano. Isso parece confirmar-se se atentarmos tanto para o fato que no cenário original o poste localizava-se a igual distância do antigo palácio do governo de Minas Gerais e da antiga Casa de Câmara e Cadeia e que o desaparecimento misterioso da cabeça do herói desse local, encontra seu contraponto no sumiço da cabeça de São João Batista, decepada por ordem de Herodíade.

À direita do poste posicionam-se duas figuras femininas, sentadas e em posturas suplicantes, uma das quais mantém a cabeça voltada para alto do poste onde se encontra a cabeça do herói. Trajam vestes vermelhas lembrando mantos sagrados e amparam os filhos com as mãos, formando um bloco triangular, cujos elementos formais estão de tal forma enredados, que se tornam indissociáveis. À esquerda do poste Portinari repete o agrupamento feminino que aparece na parte inicial do mural, remetendo, assim, ao rebatimento e à circularidade do tempo.

Representado em gradações de marrom e de verde azulado, possuem rostos indefinidos ou apenas sugeridos, voltados para a lateral. Erguem os braços exibindo, como troféus, as correntes quebradas, símbolo do rompimento dos grilhões que libertaram o Brasil do domínio português. Essa recorrência às figuras do povo em todas as cenas do painel parece ter um único propósito: enfatizar os anseios populares contra a indiferença

da classe dominante, com a qual se digladiavam Tiradentes e os demais revolucionários. Recorrendo mais uma vez, a um desfecho cinematográfico, o artista sinalizava assim que o sacrifício de Tiradentes manteria a chama da liberdade viva, sendo que apenas trinta anos após a sua morte ocorria a Independência do Brasil, mesmo que o regime imperial ainda vigorasse por longo tempo, até a instituição da República.

O painel *Tiradentes* permaneceu no colégio de Cataguases até 1975, quando foi adquirido pelo governo de São Paulo, para ser integrado ao acervo do Palácio dos Bandeirantes. Ali permaneceu até 1989, quando foi transferido para o Memorial da América Latina, projetado por Oscar Niemeyer, onde está exposto no Salão de Atos Tiradentes.

Considerações finais:

Ao sobrepor memória e invenção na construção do painel *Tiradentes*, Portinari dá asas à imaginação afastando-se de uma visão descritiva ou laudatória dos fatos e de uma representação naturalista das figuras. Centrou forças na simplificação reducionista ou geometrizada das estruturas formais e na intensidade das cores, enquanto recursos transfiguradores de cenas e cenários de um passado distante, que não pode se reconstituído a não ser pela memória. Numa sequência de planos visuais, que não seguem a lógica nem o enquadramento visual da perspectiva linear clássica, o artista manipula e desmonta a ideia de tempo cronológico ou linear, estabelecendo uma espécie de montagem ou entrelaçamento de tempos e narrativas heterogêneos, tencionando-os para frente ou para trás. Propõe, assim, a criação de paradoxos visuais e anacronismos, recorrendo à memória simbólica e ao pensamento do presente, para postular, refletir e interrogar fatos alocados do passado, atribuindo-lhes novo sentido.

Enquanto ser cultural de um tempo muito distante do fato histórico representado no painel, o artista constrói uma pintura de matriz figural,

que se distancia da gramática naturalista e dos valores clássicos veiculados pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde se deu sua formação. Reconstitui visualmente de maneira particular e original o período final da saga do herói brasileiro, enredando na obra diferentes conceitos, ideias e atributos plásticos, que confirmam a criação de uma temporalidade própria da memória e da imaginação, que Didi-Huberman denomina de “tempo anacrônico”.

A trama pictórica e os atributos visuais engendrados pelo artista ratificam o atravessamento da linearidade da história, e a negação do caráter evolucionista da arte, interrogando e reordenando cenas e cenários e promovendo verdadeira arqueologia das imagens, como propõe Michel Foucault (apud DIDI-HUBERMAN, 2000, p.11). E se concordarmos com Deleuze que “a imagem não é o presente”, mas um “conjunto de tempos” que se imbricam na imagem desde o momento de sua formulação, a articulação criativa proposta por Portinari confirma que, para dialogar com uma obra de arte não basta o espectador se posicionar diante dela, buscando captar o que suas formas dão a ver. É necessário que, enquanto intérprete dessa obra, esteja devidamente instrumentalizado para perscrutá-la, apreendê-la e recodificá-la, entendendo seus códigos visuais como ambivalências simbólicas e enunciações inesgotáveis de significados.

Diante dessas imagens de personagens reais ou ficcionais relativos a acontecimentos do passado, mas que nos parecem onipresentes e ao mesmo tempo familiares, a memória e o pensamento de cada interlocutor são ativados e instigados a dialogar e a interrogar a narrativa histórica articulada pelo pintor. Como observa Didi-Huberman (2000, p. 19), “o anacronismo torna-se necessário e fecundo quando o passado se revela insuficiente”, ou seja, “quando constitui um obstáculo à compreensão do passado ou do tempo cronológico”. Ao ser revigorado pela experiência criativa e pelo

olhar atual, esse passado ganha novo sentido no presente.

Portinari, embora aborde pictoricamente um tema histórico ocorrido no passado distante, detém-se muito mais na solução de problemas plásticos, equacionando linhas, formas e cores, do que na tentativa de tornar o conteúdo convincente da verdade dos fatos. Hibridiza estilemas abstratos, expressionistas e resultantes de um olhar particular sobre o expressionismo e o cubismo, sem esmiuçar ou entrar na especificidade teórica dessa última tendência.

REFERÊNCIAS:

- AJZENBERG, E. “Portinari”. *Nossa América*, São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, n. 20, p. 25-29, 01 nov. 2003.
- ALONSO, Paulo H. e CASTRIOTA, Leonardo B. *Conhecer para preservar: documentação e preservação do patrimônio modernista tombado em Cataguases, Minas Gerais*. www.docopmomo.org.br/seminário208/pdf/081.pdf. Acesso em 14/11/2016.
- CÂNDIDO PORTINARI, *Catalogue Raisonné* (CD Rom), Projeto Portinari, RJ.
- DIDI-HUBERMAN, G.. *Devant le Temps*. Paris: Éditions de Minuit, 2000.
- FABRIS, A. *Cândido Portinari*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- PEDROSA, Mário. “O Painel Tiradentes”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1949.
- RICOUER, P. *A Memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alan François et al. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2007.
- SANT’ANA, R. M. T. *O Movimento modernista Verde, de Cataguases, MG*. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 10, p. 172-177, dez. 2006.
- SARTRE, J.P. *A Imaginação*. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre (RS): L&P, 2008.

A incidência de fatores internos na formulação da política externa: O Brasil e seu projeto de nação na fronteira com a Argentina durante a transição do Império para a República

MAXIMILIANO ZUCCARINO¹

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires

BRUNO PEREIRA DE LIMA ARANHA²

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo pretende explicar a política externa do Brasil em relação à sua fronteira com a Argentina – mais especificamente, a zona litigiosa que circunda o território de Misiones- entre o final do século XIX e o início do século XX. A partir da análise dos trabalhos de vários analistas do campo das relações internacionais, será dada especial atenção à incidência de fatores internos na formulação e execução da política externa, especialmente o que toca o tipo de regime prevaiente, já que, naquele momento, estava ocorrendo no Brasil a passagem da Monarquia para a República, o que, como se verá, exerceu um impacto direto no avanço e consolidação da fronteira sul pelas autoridades brasileiras.

Palavras-chave: Fatores internos da política externa, Fronteira Brasil-Argentina, Projeto de nação brasileiro no fim do século XIX.

Abstract: This article intends to explain Brazil's foreign policy in relation to its border with Argentina -especially the litigious zone that surrounds the territory of Misiones- in the late nineteenth and early twentieth centuries. To this end, taking into account the work of various analysts in the field of international relations, special attention will be given to the incidence of internal factors in the formulation and execution of foreign policy, especially the type of prevailing regime, since at that moment it was happening in Brazil the transition from the Monarchy to the Republic, which, as will be seen, had a direct impact on the advance and consolidation of the southern border by the Brazilian authorities.

Keywords: Internal factors of the external policy, Argentine/brazilian border, Brazilian national project at the end of the 19th century.

Recebido em 03/11/2017 e aceito em 20/12/2018.

1. Doutor em História pelo Instituto de Estudios Histórico-Sociales, Facultad de Ciencias Humanas (FCH), Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Argentina. Membro da Planta Estable do Centro de Estudios Interdisciplinarios en Problemáticas Internacionales y Locales (CEIPIL-UNICEN-Comisión de Investigaciones Científicas de la Provincia de Buenos Aires (CICPBA), Argentina). E-mail: maximilianozuccarino@yahoo.com.

2. Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: bruno.aranha@usp.br.

Marco Teórico

É importante iniciar o presente estudo, referenciando à tese de Rubén Perina (1988). O autor aponta que a política externa deve ser entendida como um conjunto de decisões e medidas tomadas pelo Estado, em resposta às demandas e determinantes internos e externos, com o objetivo de defender e promover os seus interesses no **âmbito** internacional. Esta afirmação -que procuramos corroborar nesta pesquisa- deve ser complementada por outras duas: a política externa, como política pública, tende a legitimar e sustentar esses valores e interesses no interior do seu espaço nacional e, por outro lado, a sua concepção e implementação também atendem, juntamente com os interesses do Estado, à classe dirigente que circunstancialmente esteja no exercício do poder.

Estes pressupostos, que guiam esta investigação, permitem também outorgar dentro da presente análise um maior peso às variáveis internas ao interpretar a formulação de política externa, sem ignorar a incidência de condições externas ou sistêmicas, as que historicamente -desde o campo disciplinar das relações internacionais e além dos avanços no corpus teórico que serão referidos abaixo- tem sido os principais fatores explicativos do comportamento externo dos países da América Latina em geral e do Brasil em particular.

A este respeito é importante salientar que, embora a literatura a respeito dos aspectos internos da política externa tenha começado a se desenvolver nos Estados Unidos no final de 1950 -sendo complementada, na próxima década, com a obra de Pierre Renouvin sobre o desenvolvimento do conceito das *forces profondes* (forças profundas) como fator que influencia na tomada de decisões em assuntos internacionais (RENOUVIN e DUROSELLE, 2000)- a temática **não encontrou eco imediato na**

América Latina, onde recebeu muito menos atenção do que as variáveis exógenas, devido, entre outros fatores, ao fato de que, a nível latino-americano, a abordagem predominante considerava a posição “periférica” dos países da região, a qual colocava o sistema internacional como principal fator determinante do seu comportamento externo, conseqüentemente, subestimando a importância dos fatores internos na formulação e aplicação da política externa (RUSSELL, 1990).

Diante dessa realidade, e também em sintonia com o surgimento de novas abordagens, tratamos de valorizar a incidência de variáveis internas na formulação da política externa, destacando a incidência da adoção de um modelo político-econômico. Nesse sentido, são extremamente úteis os trabalhos de analistas e teóricos do campo das relações internacionais, entre os quais se destaca o cientista político alemão Volker Rittberger. Ao fazer referência ao liberalismo utilitarista, o autor enfatiza o que ele chama de estudo sub-sistêmico, buscando explicar a política externa dos Estados através do enfoque que toca os aspectos internos das nações, em oposição ao Neorrealismo, teoria que coloca ênfase nas restrições e normas de comportamento do sistema internacional como determinantes da conduta internacional dos Estados. Assim mesmo, a perspectiva construtivista considera que, tanto os fatores internos, como os externos, afetam o desempenho dos Estados na arena internacional. Já Roberto Miranda (2011), aponta a diferença entre as previsões realistas e o institucionalismo internacional, que considera as variáveis domésticas, especialmente no que toca o tipo de regime no poder, como eixo das decisões de política externa, assim como o estruturalismo, que analisa a política externa como um instrumento da classe dominante, para finalmente concentrar a sua análise sobre outras abordagens que combinam componentes nacionais e internacionais.

Dentro as correntes teóricas de cunho anglo-saxão, se destaca a do institucionalismo neoliberal, que considera os fatores nacionais como fundamentais para compreender a política externa, pois é nesta área onde os grupos ou indivíduos envolvidos na formulação de projetos políticos exercem a sua influência, além de coordenar coalizões e redes com os seus homólogos estrangeiros para influenciar nos processos internacionais (KEOHANE e NYE, 1988). A este respeito, Robert Putnam (1988) considera que os fatores internos podem determinar a política externa de um país, seja para alcançar os objetivos do Estado ou dos grupos que influenciam suas ações, estabelecendo assim uma coalizão entre as duas partes.

Em relação a estes grupos responsáveis pela teoria da formulação da política externa, é relevante a contribuição de Lawrence Stone, que proporciona o conceito de prosopografia, ou método prosopográfico, definido como “*una investigación retrospectiva de las características comunes de un grupo de protagonistas históricos, a través de un estudio colectivo de sus vidas*” (STONE, 1986, p. 61). Segundo esse autor, o seu valor é que permite descobrir as intenções de fundo que subjazem à retórica política ou analisar as afiliações sociais e económicas dos agrupamentos políticos, a partir de um estudo sobre o papel social de grupos com certo status, tais como, diplomatas, funcionários públicos, etc., a fim de demonstrar a força coesiva do grupo em questão, ligado pelo sangue, formações educativas semelhantes, interesses económicos comuns, compartilhando também preconceitos, ideais e ideologia.

Nesta linha que tende a valorizar os fatores ou variáveis internos, Helen Ingram e Suzanne Fiederlein (1988) afirmam que o estudo das influências internas sobre a política externa é um campo crescente que enfatiza o papel desempenhado por várias forças e instituições políticas,

como o Legislativo, a burocracia, a opinião pública e alguns grupos de interesse. Manfred Wilhelmy (1991), por sua vez, propõe uma abordagem semelhante aplicada ao caso da América Latina, argumentando que a política externa é uma política pública e, como tal, é passível de ser submetida a processos de análise análogos às demais.

Passando para as análises dentro do âmbito latino-americano, Roberto Russell assinala que, no processo de formulação da política externa, embora exista envolvimento de atores governamentais e não governamentais, do país e do exterior, os quais, por sua vez, exercem influência através de diferentes mecanismos, a adoção da decisão só pode ser realizada por atores governamentais nacionais autorizados para comprometer os recursos da sociedade (RUSSELL, 1990). Outro autor que têm enfatizado a importância do estudo dos fatores internos é Marcelo Lasagna (1995). Ele destacou como fatores explicativos importantes, embora não exclusivos, os relacionados à conduta externa de um Estado em relação às crenças e ações dos formuladores de políticas das instituições burocráticas estatais, que são, por sua vez, influenciados pela sociedade, sobretudo pela classe política. Lasagna também dá ênfase especial sobre o regime político, porque é o núcleo central do processo de tomada de decisões do governo. Neste sentido, torna-se altamente relevante a análise dos princípios e valores que justificam as orientações das políticas públicas adotadas por um determinado governo, incluindo a política externa, que por sua vez, é condicionada pelos princípios básicos do regime e, conseqüentemente, pela ideologia do grupo ou partido no poder e a coalizão de interesses que o sustentam.

Outros autores, como William Hazleton e Heraldo Muñoz (1987), enfatizam os vários fatores e atores que influenciam no processo de tomada de decisões dentro da política externa dos Estados (especialmente os da América Latina), tais como as empresas transnacionais, a teoria realista do

poder e as percepções ou imagens que cada país tem do sistema internacional, da potência hegemônica e dos Estados vizinhos, destacando assim a importância de atores e influências internas e externas no processo. A este respeito, Peter Gourevitch (2007) vai ainda mais longe e alerta para a existência de uma interação e influência mútua entre política externa e estrutura interna, considerando que elas devem ser analisadas simultaneamente como um todo. Finalmente, o cientista político e diplomata chileno Alberto Van Klaveren (1984) é um dos autores que provavelmente sistematiza de forma mais clara a questão das variáveis externas e internas. Dentro do primeiro grupo inclui as perspectivas “sistêmicas”, “de la dependencia”, “cuantitativas sobre dependencia y política exterior” e as “políticas de poder”, enquanto que em relação aos fatores internos, destaca a importância da orientação do regime, os processos de tomada de decisão e política interna e a política burocrática.

Além dos autores citados, há que acrescentar outros cujos trabalhos têm sido publicados recentemente. Neste sentido, devemos mencionar a linha de investigação seguida pelo *Centro de Estudios en Relaciones Internacionales de Rosario*, Argentina (CERIR), que valoriza a incidência das variáveis domésticas na formulação da política externa. Esteban Actis (2012) e Eliana Calderón (2014), por exemplo, propõem este olhar para analisar diferentes aspectos da política externa brasileira. Anabella Busso (2014), por sua vez, argumenta que, sem ignorar o impacto das variáveis sistêmicas, as mudanças na política externa são, em grande parte, explicadas pelas causas internas, entre as quais se destacam as crises político-econômicas, as tensões entre diferentes modelos de desenvolvimento e suas respectivas estratégias de inserção internacional -liberalismo e alinhamento de um lado, desenvolvimentismo e autonomia por outro- e as variações na concepção de democracia. Finalmente, Ornella Fabani (2016), seguindo alguns autores contemporâneos árabes e outros clássicos como James Rosenau (1997),

reafirma a necessidade de adotar uma abordagem que combine variáveis internas e externas (ou “intermésticas”) na análise da política externa de um Estado.

Além destas contribuições, outros autores contemporâneos têm destacado a necessidade de considerar os condicionamentos internos na formulação da política externa. Entre eles podemos citar Mauricio Alice (2009), que argumenta que analisar a estratégia internacional de um país deveria observar o perfil, comportamento e condições dos responsáveis pela execução da política externa. Neste contexto, o autor destaca os atores oriundos do âmbito privado -opinião pública, mídia, associações de certos setores políticos ou econômicos, ONGs e organizações representativas da sociedade civil, entre outros- que possam vir a exercer uma influência considerável.

Leandro Sánchez (2013) aborda a participação do “*cuerpo decisional legislativo*” na elaboração da agenda de política externa, vendo-o como uma restrição interna, já que em grande parte responde à relação de forças na sociedade e atua como um intermediário e articulador entre o poder institucional e os cidadãos. Pablo Valenzuela (2013), por sua vez, propõe o conceito de “*actores domésticos autónomos*”, entendidos como grupos de interesse que procuram realizar legitimamente suas próprias agendas e, portanto, influenciar o governo a tomar ou deixar de tomar certas diretrizes de políticas públicas que podem prejudicar os seus interesses. No entanto, quando as questões de política externa estão relacionadas com a guerra e a paz ou assuntos de segurança, é plausível esperar que essas desempenhem um papel limitado.

Nesse sentido, Schenoni e Ferrandi Aztiria (2014) reconhecem a influência de vários grupos de interesses nacionais na tomada de decisões de política externa, e vão ainda mais longe, propondo que o aumento

no número de atores envolvidos neste processo gera três efeitos: maior estabilidade, maior poder de negociação e mais poder de agenda. Hugo Dalbosco (2014), por sua vez, toma elementos de três abordagens teóricas da ciência política para estudar a política externa: a teoria das elites, a teoria da burocracia (nesse caso, o serviço diplomático profissional) e a análise de políticas públicas.

Assim, levando em consideração todas estas contribuições, pode-se argumentar como a principal hipótese de trabalho, que a política externa deve ser considerada como uma das muitas políticas públicas -através da qual se procura satisfazer os interesses internos do Estado, assim como os da classe dirigente que conjunturalmente esteja no exercício do governo- que é o resultado de uma combinação de variáveis internas, próprias do modelo de desenvolvimento político-económico, e externas, dependentes do contexto internacional e hemisférico. Em relação a este ponto de vista surge a necessidade de ampliar o espectro teórico nos estudos de política externa e desenvolver novos marcos e ferramentas para analisá-la, no sentido de incorporar elementos para a construção de uma perspectiva que combine o impacto das variáveis externas e, acima de tudo, internas na formulação da política externa das nações. No caso particular do Brasil, constituiu um estudo de caso paradigmático a política deste país em relação à questão da sua fronteira com a Argentina entre o final do século XIX e o início do século XX, um período de transição entre o Brasil imperial e o republicano.

A política externa brasileira em relação à disputa de fronteira com a Argentina após a queda da Monarquia.

Durante o século XIX, em meio ao contexto da emergência das

novas nações americanas recém independentizadas, o Brasil era um caso peculiar em meio aos seus vizinhos. Era a única nação independente da América onde a monarquia continuou vigente após o fim do domínio das coroas europeias.³ Outro fator peculiar era que a dinastia reinante no país era uma continuação da linhagem europeia dos Habsburgos e dos Braganças. Sendo assim, o Brasil era visto por seus vizinhos como um tipo de continuidade do imperialismo europeu, sendo considerado como uma possível ameaça às nações independentes do continente.

Simón Bolívar, em seu ideário de construção de uma grande nação sul-americana unificada, não enxergava o Brasil como parte desse projeto. Para ele, a nação imperial representava os interesses da Santa Aliança, uma coligação que defendia os interesses das monarquias europeias, capaz até mesmo de recolonizar as nações americanas libertadas do domínio europeu. Assim registrou o libertador em 1825:

(...) temo que trate de enganar-nos de acordo com o imperador do Brasil. Soube que os espanhóis se haviam posto de acordo com aquele príncipe para ligar seus interesses sob os auspícios da legitimidade (...). Também parece certo que o rei de Portugal chegou a um acordo com seu filho, o príncipe do Brasil; tudo com o fim de legitimar a América Meridional. Por desgraça, o Brasil limita com todos os nossos estados; por conseguinte, tem facilidades muitas para fazer-nos a guerra com sucesso, como o queira a Santa Aliança. De fato eu penso que será agradável a toda a aristocracia européia que o poder do príncipe do Brasil se estenda até destruir o germe da revolução (ALEIXO, 1983, p. 12).

3. O México foi o único outro caso onde existiram dois breves períodos de governos monárquicos: 1821-1823 (Imperador Agustín de Iturbide) e 1863-1867 (Maximiliano I). O segundo e último imperador pertencia à Dinastia dos Habsburgos, a mesma que reinou no Brasil durante 67 anos. O caso brasileiro foi único na América no que se refere a um Império de tamanha longevidade temporal.

Para Bolívar, o fato de o Império Brasileiro possuir fronteiras com todas as nações hispânicas, representava uma ameaça, um perigo real de expansão territorial por parte da nação vizinha.

O plano bolivariano de unificação das nações hispânicas não obteve resultado. Anos depois, em 1850, o intelectual e político argentino Domingo Faustino Sarmiento planteou um projeto de nação -que igualmente não deu resultado efetivo- onde haveria uma espécie de releitura do antigo Vice Reino do Prata, com a diferença de que seria adotado um sistema republicano. Para ele, somente a configuração de uma grande nação platina, composta pela Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai, poderia fazer frente ao Império Brasileiro:

Los Estados del Plata están llamados, por los vínculos con que la naturaleza los ha estrechado entre sí, a formar una sola nación. Su vecindad al Brasil, fuerte de cuatro millones de habitantes, los ponen en una inferioridad de fuerzas que sólo el valor y los grandes sacrificios pueden suplir (...) (SARMIENTO, 1850, p. 18).

Em 1889, após um período de 67 anos sob um sistema monárquico, o Brasil tornou-se uma República. O fato ocorreu mediante um golpe orquestrado pela elite militar do país, insatisfeita com a falta de poder político desta classe após a vitória na Guerra do Paraguai. Tratava-se de um novo projeto de nação, o qual, no que tocava à sua Política Exterior, não deixou de aspirar às pretensões imperialistas do período monárquico. O maior símbolo dessa continuidade era o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores de quatro governos republicanos, era um monarquista convicto, tendo, inclusive, sido nomeado conselheiro do Império pelo imperador Dom Pedro II nas vésperas do Golpe Republicano. O diplomata também evocava a República como uma continuidade da “civilização” do Império, herdeiro das tradições europeias, em contraposição às “repúblicas

bárbaras” do lado castelhano do continente, resultado da fragmentação e “barbárie” do antigo Império Espanhol. O Barão usou este argumento para justificar o alinhamento brasileiro com os Estados Unidos, “o Império do Norte”, em contraposição a uma possível aliança com os países vizinhos considerados por ele como nações atrasadas (MELLO E SILVA, 1995).

No que tocava a sua política exterior, o Barão do Rio Branco planteava uma posição de potencia regional para o Brasil. Reconhecia a liderança dos Estados Unidos a nível continental, e, mediante uma aliança com esta nação, buscava assegurar uma liderança brasileira a nível sul-americano. Parte desta política girava em torno da consolidação das fronteiras da nação. O Barão alcançou o posto de Ministro das Relações Exteriores após atuar como advogado da delegação brasileira em duas vitórias no que se referiu a dois litígios fronteiricos: em 1895 com a Argentina (questão de Misiones) e em 1900 com a França (questão das Guianas).

O maior nome da diplomacia brasileira era íntimamente ligado às maiores figuras do período monárquico, no entanto, essa não era a posição de grande parte da classe militar que apoiou o Golpe Militar em 1889, sobretudo do contingente mais jovem. Para esse grupo, a Monarquia representava um passado de atraso a ser superado. A tarefa de assegurar as fronteiras e de consolidar a “grandeza” do Brasil estaria nas mãos dos jovens republicanos e não mais do Império, cujo projeto teria sido falho.

Resulta importante lembrar que a questão da ocupação das fronteiras também era um tema importante para o governo imperial. Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, Ministro das Relações Exteriores entre as décadas de 1840 e 1850, deu bastante ênfase para o problema dos “vazios” dos espaços internos da nação: “Pode-se dizer que a população do interior não se fixou bem ainda” (SOUSA, 2002, p. 118). Em 1857, Jerônimo Francisco Coelho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra

do Império, lançou a ideia de uma “colonização militar” para ocupar esses espaços “vazios” de fronteira com os antigos domínios castelhanos. A fundação de colônias militares foi parte de um amplo projeto, de modo que na década de 1850 foram criadas 21 colônias militares, espalhadas de norte a sul do Brasil. Na região sul, na zona limítrofe com a Argentina, foram criadas as seguintes colônias militares: Chopim (1859), Alto Uruguai (1879), Chapecó (1882) e Iguazu (1889) (NUNES, 2012).

Figura 1 - Colônias militares no Brasil, fim do século XIX.



Fonte: Wood (1972), citado em Bruggemann (2013, p. 43).

A criação do Território Nacional de Misiones, junto à área de litígio fronteiriço com o Brasil, foi considerada como uma resposta do presidente argentino Julio A. Roca ao Império do Brasil, que havia criado colônias

militares no lado brasileiro da fronteira (MONIZ BANDEIRA, 2004).

Sendo assim, o olhar sobre a fronteira resulta num problema chave para entender os fatores internos que influenciaram na política exterior brasileira em relação à Argentina entre o final do Império e o início do período republicano. Ocupar os espaços “vazios” internos do país era de fundamental importância para que o problema “externo” não resultasse em uma possível ameaça. Ou seja, tratava-se da possibilidade de um avanço das nações vizinhas sobre territórios que os republicanos defendiam que fossem essencialmente brasileiros.

Nesse sentido, não se tratava meramente de um litígio de fronteira com outros países. Era um processo de um contínuo avanço da ocupação do território brasileiro no sentido oeste, uma vasta região que ainda carecia de uma presença efetiva do Estado. Seria um processo semelhante ao da ocupação do oeste dos Estados Unidos durante o século XIX. Nesse caso, seguindo os pressupostos de Frederick Jackson Turner, a fronteira não é simplesmente uma linha demarcatória, trata-se de uma vasta região onde ocorre todo um processo gradativo de ocupação da terra (TURNER, 1893).

No caso brasileiro, o avanço desta fronteira interna fatalmente iria chocar-se com a fronteira externa. No que tocava às questões fronteiriças com a Argentina, os limites ainda não estavam definidos durante o início da República brasileira. Portanto, para os militares, ocupar as vastas regiões do sudoeste, significava assegurar os interesses brasileiros ante uma possível cobiça argentina de querer dominar o território litigioso que era considerando de vital importância para o novo governo brasileiro.

Levando-se em conta os fatores internos que influenciaram na política exterior brasileira do período, cabe perguntar: quem eram esses jovens militares que sustentaram apoio ao novo governo Republicano? Para responder a essa questão, é importante apontar para a existência da Escola

Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do país. Instituição criada em 1857, ainda no período imperial, passou a ser conhecida como “Tabernáculo da Ciência” nos anos que antecederam o início da República, justamente porque era nesse espaço que seus alunos tomavam contato com as ideias científicas de vanguarda, oriundas da Europa. Era um conjunto eclético de ideias científicas que iam do positivismo ao evolucionismo (ABREU, 1998).

O diferencial desta escola residia na valorização do ideal meritocrático. Poderia ingressar nela, qualquer cidadão maior de 16 anos que sabia ler, escrever e efetuar as quatro operações. Isso já não ocorria nas outras escolas destinadas à “aristocracia de berço”, essa “sociedade de corte” (ELIAS, 2001) consistia em um modelo onde somente pessoas com um grande capital social herdado poderia ter acesso às carreiras mais tradicionais, caso das faculdades de direito (ABREU, 1998).

A Escola Militar estava atrelada a um contexto não somente nacional, tratava-se de uma demanda global que tocava a modernização dos exércitos. Nesse aspecto, as funções técnicas como a do engenheiro, função que ganharia muito prestígio dentro do ambiente militar no final do século XIX, ganharam extrema importância no período. A problemática de demarcação de fronteiras, atividade importantíssima para os Estados modernos da época, estava ligada diretamente à atuação dos engenheiros militares (ABREU, 1998).

No entanto, essa era uma área rejeitada pelos bacharéis em direito, mas que poderia ser preenchida por pessoas que não possuísem origem “nobre”. Essa geração de jovens militares se opunha à Sociedade de Corte brasileira, a qual conformava um grupo relativamente homogêneo por ter uma formação jurídica realizada nas duas principais escolas de direito do país, localizadas em São Paulo e Olinda (ABREU, 1998).

Muitos alunos da Escola Militar eram oriundos do interior do país, não possuíam origem “nobre”, mas enxergavam a Instituição como uma maneira de alcançar algum tipo de inserção ou alguma oportunidade de conquistar um trabalho de relevância na capital. Isso tampouco significava que estavam inseridos efetivamente na elite militar que estava descontente com o Império. O que cabe salientar é o fato de ter sido um grupo que deu forte sustentação ao processo que culminou com a queda do imperador e com a conseqüente Proclamação da República. Esses jovens militares se encarregariam de dar prosseguimento à tarefa de avançar efetivamente as fronteiras do Estado brasileiro. No caso deste artigo, enfocaremos a questão referente à fronteira com a Argentina, localizada entre o oeste dos estados do Paraná e Santa Catarina e o nordeste da província argentina de Misiones.

O avanço da fronteira sul através do relato do militar José Maria de Brito.

No fim do século XIX, em meio à transição entre Monarquia e República, várias expedições e viagens foram patrocinadas pelo governo brasileiro, em busca de maiores informações e relatos sobre essa área de fronteira, ainda pouco explorada, e que, de acordo com a mentalidade da época, era passível de desenvolvimento econômico. As extensas áreas dotadas de erva-mate, a paisagem natural e uma vasta área apta para a colonização chamaram a atenção desses viajantes, conforme seus relatos nos mostram. Dentro da variada gama de relatos dos viajantes que se dirigiram para o território litigioso entre Brasil e Argentina, selecionamos para análise, o relato do militar José Maria de Brito, intitulado *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*.

O militar era natural do estado do Piauí, mudou-se para a capital do

país com o intuito de estudar na Escola Militar da Praia Vermelha, o que influenciou diretamente em sua adesão à causa republicana. Foi membro da Comissão Estratégica de Guarapuava, criada em 1888 pelo Ministério da Guerra do Império com a finalidade de ocupar a região de fronteira com a Argentina. Essa Comissão foi responsável por fundar a Colônia Militar do Iguazu em 1889, localizada entre os rio Iguazu e Paraná, na fronteira com a Argentina e com o Paraguai. Cabe salientar que na área onde o Iguazu desemboca no Paraná -por isso o nome Foz do Iguazu- a fronteira já estava delimitada. A área que era objeto de litígio, situava-se a 80 km a leste de colônia.

Figura 2 - Mapa argentino apontando as atuais áreas do oeste de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná como territórios pertencentes à Argentina, 1882.



Fonte: Amable, Rojas e Braunig (2011, p. 154).

Outro ponto importante a enfatizar é que o relato se trata de uma

memória póstuma sobre os fatos relatados. Embora fosse lançado pela primeira vez em 1938, ainda carregava um teor altamente influenciado pelo contexto do final do século XIX. O autor teceu pesadas críticas à Monarquia e exaltou o “dever republicano” de ocupar a fronteira com a Argentina. Para ele, tratava-se de uma nova política exterior que corrigiria os erros do governo anterior.

O fato de utilizar o termo “descoberta” no título da obra denota o quanto acreditava estar fazendo um tipo de releitura do colonialismo e dos “descobrimientos” dentro do contexto do século XIX, seria uma espécie de colonialismo interno praticado pelas novas nações americanas que buscavam integrar os seus cantos recônditos de fronteira ao sistema capitalista, o que pode estar associado à própria expansão do capitalismo e do neocolonialismo praticado pelas nações europeias na África e na Ásia. (ZUSMAN, 2010 e SERJE, 2005).

Brito se autodenominava como um dos “descobridores” da região. Projetava uma centralidade -baseada no Rio de Janeiro- em relação a uma periferia -região de Iguazu- a ser conquistada de maneira efetiva pelo Estado brasileiro. Se o projeto imperial havia cessado, caberia ao governo republicano levar adiante tal empreitada, e ele julgava-se um representante nato desse projeto:

Depois (...) da *descoberta*⁴ e fundação da Colônia Militar da Foz do Iguazu, é tempo de escrevermos algo sobre estes acontecimentos (...). O principal móvel que me anima o sentimento, publicando este trabalho não é outro senão o de prestar mais um serviço ao meu país (...) (BRITO, 2005, p. 23-24).

O primeiro capítulo, intitulado *A Fronteira no fim do Império*, faz uma

4. Itálico nosso.

contextualização da área fronteira nos momentos prévios à expedição. Se o título já denota o quanto o fim da Monarquia estava próximo, a tônica principal do texto vai no sentido de atribuir aos militares republicanos o papel de levar adiante o projeto de ocupar a fronteira e fazer frente à Argentina “por ser um ponto estratégico (...) bem como a fundação de uma Colônia Militar e a construção de um forte, com capacidade suficiente para opor obstáculos a nações estrangeiras que (...) tentassem invadir o nosso território” (BRITO, 2005, p. 29).

Na visão do autor, essa era uma preocupação exclusiva do Ministério da Guerra, e não necessariamente do governo imperial. Eram os militares que pressionavam o imperador a desenvolver políticas em relação à fronteira: “(...) cogitavam de influenciar junto ao Governo Imperial, para fazer estacionar uma flotilha da Marinha Nacional, nas águas brasileiras, no Majestoso Paraná, a fim de melhor fiscalizar os interesses brasileiros na região” (BRITO, 2005, p. 29). Não obtendo êxito nessa questão, o próprio imperador foi alvo de críticas por parte dos militares, conforme aponta Brito: “(...) Pedro II (...) e especialmente a malfadada política, protelaram a ideia nascente até cair no esquecimento (...) a ideia da descoberta da Foz do Iguçu continuou de lado; desapareceu mesmo das conversas usuais” (BRITO, 2009, p. 29-30 e 34).

Há que aclarar, uma vez mais, que o relato foi escrito tempo após a queda da Monarquia, portanto, era um espaço livre para o autor legitimar historicamente o golpe que findou o Império e estabeleceu a República. Essa é a tônica de todo o primeiro capítulo da obra, é somente a partir do capítulo seguinte que Brito relata os acontecimentos da expedição da qual fez parte como sargento. Ainda assim, não deixou de tecer críticas ao império e enaltecer a República, que, segundo ele, foi a responsável por levar o progresso à região. É uma narrativa fortemente influenciada

pelo positivismo característico da época e que influenciou a classe militar brasileira. O fato de destacar o tenente da expedição, José Joaquim Firmino, como um eficiente engenheiro, nos revela uma conotação simbólica de oposição entre a nova classe republicana, que seria vinculada ao progresso, e a antiga nobreza imperial dos bacharéis.

Em 7 meses conseguiu o intrépido tenente Firmino efetuar a descoberta de tão desejada quão necessária Foz do Iguaçu, que comodíssimo de uns e a política de outros não haviam permitido antes! (...) se este fato (ou descoberta) houvesse se realizado em outra época, quantos zeros acrescentar à direita do total supra? E por quantos meses seriam necessários multiplicar o número dos que foram empregados no grande feito? (...) não houve político que se interessasse pela descoberta da Foz do Iguaçu. Foi preciso a intervenção de oficiais do Exército, para se realizar o acontecimento que nos ocupamos! (...) César venceu em combates cruentos, com a espada em punho, ao passo que Firmino venceu em combates incruentos, com o instrumento de engenharia na mão, fato nobilitante (BRITO, 2005, p. 48-49 e 55).

Vimos até agora como o contexto da ascensão dos militares provocou uma ruptura na política brasileira com a mudança do regime de governo. Através do relato de Brito, detectamos o discurso dos republicanos de menosprezar tudo o que era relacionado à Monarquia. O autor tinha a intenção de passar a mensagem de que foi somente com a República que foi possível ser iniciada uma política de efetiva ocupação da fronteira. Tal afirmação não deixa de ser passível de uma análise mais crítica. Não é nossa preocupação se aprofundar nesse tema, no entanto, é importante aclarar, conforme já foi visto, que foi o Império que iniciou tal política através da implementação das colônias militares por toda a fronteira oeste brasileira, incluindo as quatro que foram construídas junto à fronteira com a Argentina.

Os viajantes argentinos que se dirigiram à Misiones durante o final

do século XIX atentaram para esse fato e lamentavam que seu governo não realizasse a mesma política fronteiriça. É o caso de Juan Bautista Ambrosetti, que registrou o seguinte relato quando visitou a Colônia Militar do Alto Uruguai:

La Colonia Militar fue fundada por iniciativa del Barón de San Jacob, Coronel Diniz Dias, quien se empeñó con el Gobierno Imperial, siendo decretada su fundación en 1879.

El fin de esta Colonia no fue simplemente la Agricultura, sino más bien político bajo el punto de la Estrategia Militar, según ellos, pero yo no veo qué importancia estratégica puede tener, cuando cerca no hay poblaciones, (sino) la Costa Argentina desierta e inaccesible (...). El único beneficio que reporta esa Colonia es empezar a poblar la región del Alto Uruguay, honor indiscutible que corresponde a los Brasileños; no por la prioridad, sino por la forma que lo han hecho (AMBROSETTI, 1892, p. 65-66).

Outro viajante argentino, Florencio de Basaldúa, seguiu essa mesma tônica: o projeto de ocupação da fronteira por parte do governo brasileiro seria um exemplo a ser seguido pela Argentina, cuja fronteira, todavia, seguia deserta de povoamento e de civilização:

Una línea de vapores brasileiros (sic) navega todo el Alto Ú-guaizú (sic), desde Curitiba, ciudad capital de la provincia de Paraná, hasta las cercanías del río Oiarbide que hoy decimos San Antonio-guaizú, donde existen otras cataratas. El ejemplo progresista de los brasileiros (sic) merece ser imitado por los argentinos, cerrando el circuito fronterizo con vapores que testimonien la civilización argentina en las puertas mismas del desierto (BASALDÚA, 1901, p. 171).

Voltando ao relato de Brito, nos cabe perguntar: qual era a sua visão a respeito da presença argentina na fronteira? O militar revela uma posição contrária ao dos viajantes do país vizinho. Para ele, eram os argentinos que se faziam presentes na fronteira e que tiravam proveito econômico da região. Outro dado importante, apresentando pelo autor brasileiro, está relacionado às comunicações entre a costa marítima brasileira e a região de

Iguaçu, que tinham que passar obrigatoriamente por território argentino. Para realizar uma viagem do Rio de Janeiro até a Colônia do Iguaçu, era necessário ir por mar até Buenos Aires, em seguida, subir o rio Paraná até alcançar território brasileiro. O centro urbano mais importante da região era a cidade de Posadas, capital do então Território Nacional de Misiones. Não existia, até então, uma rota terrestre que pudesse conectar o litoral brasileiro e a fronteira oeste paranaense. As comunicações entre Iguaçu e a capital eram realizadas via Posadas: “A partir dessa data foi possível o tenente Firmino se comunicar com o Chefe da Comissão, via Pozadas, República Argentina” (BRITO, 2005, p. 55).

A preocupação com a presença argentina em território brasileiro foi relatada no momento em que chegou a Iguaçu: “por ocasião da descoberta da foz do Iguaçu o território brasileiro já era habitado. Existiam no mesmo 324 almas, assim descritas: brasileiros, 9; franceses, 5; (...) argentinos, 95 (...)” (BRITO, 2005, p. 57). Logo, concluímos que a “descoberta” era somente por parte da expedição militar brasileira, já que a ocupação do espaço já era realizada pelos argentinos, e muito antes pelas etnias indígenas dos Guaranis e dos Kaingangs.

O discurso em relação aos argentinos fica ainda mais agressivo quando vem à tona a questão da exploração da erva-mate. Tratava-se de uma denúncia de um problema que o novo governo republicano teria que resolver:

Há poucos anos existiam mais de 20 portos na costa brasileira: atualmente apenas 7, até Mendes! Os demais desapareceram não só por serem ocupados clandestinamente por estrangeiros, em sua maioria argentinos (...), que fizeram com o objetivo de explorar as matas brasileiras somente, como devido à questão da erva-mate na Argentina. De fato! Estes estrangeiros exploram as mesmas matas por espaço de 36 anos mais ou menos e não deixaram o menor benefício! Como demonstração de sua passagem deixaram

a devastação! Do solo pátrio apossaram-se, legislaram, impuseram o seu jugo (...). Governavam com prepotencia e obedeciam com subserviência! Extraíram erva-mate e madeira e transportaram-nas para seus países (...) (BRITO, 2005, p. 80).

Tendo em conta tal contexto, Brito não deixou de enfatizar que, com a ascensão do novo governo republicano, a fronteira já não estaria mais abandonada. A partir desse momento, existiria ali, de fato, uma autoridade brasileira. O momento foi registrado apenas sete dias apenas após a proclamação da República, realizada pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Enquanto ocorria a mudança de regime, a expedição chegava até a Foz do Iguaçu:

(...) atingimos a foz do Iguaçu a 22 de Novembro de 1889, dia em que completamos 69 dias de viagem! No dia 23 o 1º tenente Vice-Diretor publicou a ordem do dia sob n.º 1. Tomou as providências necessárias para que a população iguaçuense e as repúblicas vizinhas tivessem conhecimento que na foz do Iguaçu já havia autoridade constituída para os efeitos legais (...). Eis a verdade histórica (BRITO, 2005, p. 78-79).

Por se tratar de um relato póstumo, escrito quarenta anos após a expedição, o militar salientou, na conclusão da obra, que o governo republicano logrou ter êxito no que tocava o desenvolvimento da fronteira. Em sua visão, já não existia mais o “problema argentino”, existiam caminhos que ligavam a região a outros pontos do Brasil, não havendo mais a dependência de importar produtos argentinos via Posadas:

Devido ainda ao Governo Federal, nós (...) do oeste paranaense conhecemos a Aviação, a maior maravilha do século, obra de um brasileiro -o genial Santos Dumont. Como sinal de progresso, observamos mais que no período de 1931 a esta data estabeleceram 12 casas comerciais, 2 máquinas para descascar arroz, uma para fabricar gelo (...)

possui edifícios notáveis, como o Quartel da Companhia do Exército Nacional (...) atestado evidente do progresso de um povo.

Graças aos agricultores (...) não importamos mais cereais da República Argentina, conforme acontecia (...) antes daquela era (BRITO, 2005, p. 90-91).

A região de Misiones e o Paraguai na disputa argentino-brasileira.

De certa maneira, o relato anterior reflete algo sobre as relações entre Brasil e Argentina durante o final do século XIX. O problema do litígio fronteiriço foi resolvido em 1895, através de uma arbitragem internacional sob o auspício do presidente dos Estados Unidos, Stephan Grover Cleveland, que arbitrou em favor do Brasil, acarretando a assinatura do Tratado de Palmas, estabelecendo assim a linha de fronteira que perdura até os dias de hoje.

Em relação a esta sentença arbitral, deve-se notar que alguns jornais da época em Buenos Aires criticaram o suposto favoritismo de Cleveland pelo Brasil. A este respeito, de acordo com Moniz Bandeira, a decisão respondeu às demandas econômicas e critérios políticos. Estados Unidos já era então o principal destino das exportações brasileiras: comprava-lhe cerca de 60% da produção de café, bem como grandes quantidades de cacau, borracha e outros produtos. Para isto deve ser adicionado o fato de que há alguns anos, este país tinha aprovado a proposta norte-americana de União Aduaneira, apresentada pelo Secretário de Estado James Blaine na Conferência Pan-Americana de 1889 (MONIZ BANDEIRA, 2004).

Após este tratado, Brito enfatizou que “já não existem mais inimigos na fronteira”; no entanto, citando o militar Floriano Peixoto, segundo presidente da República Brasileira (1891-1894), registrou que sempre é necessário desconfiar de quem está do outro lado da mesma:

(...) Do lado do Iguaçu é povoado até os Saltos de S. Maria (...) pela sua configuração geográfica (...) serve de atalaia -contra alguma investida estrangeira que porventura surgir... Não temos inimigos na costa, é certo, mas não devemos desprezar o dilema do insigne “Marechal de Ferro” -Floriano Peixoto: “confiar desconfiando sempre” (BRITO, 2005, p. 88-89).

Esta desconfiança para com os vizinhos não só foi professada em relação à Argentina, mas também para com o Paraguai, cujo destino, sendo conectado com o mundo exterior apenas através do rio Paraná por 1300 quilômetros até o Rio da Prata, o conecta diretamente à Argentina. Este imperativo geográfico, ao longo dos anos, foi se aprofundando e teve grande influência sobre as relações políticas e econômicas entre Paraguai e Argentina, em detrimento dos interesses brasileiros.

É significativa a ideia -esboçada por políticos e militares argentinos e paraguaios- de considerar o Paraguai como um “aliado natural” da Argentina ante uma hipótese de conflito com o Brasil. Isto não é surpreendente se levarmos em consideração não só as condições objetivas de dependência do país Guarani respeito ao seu vizinho do sul após a Guerra da Tríplice Aliança, mas também os laços políticos estreitos que prendiam as classes dominantes de ambos os países. A este respeito é de salientar que, embora entre 1880 e 1904 o Partido Colorado (sob a influência brasileira) dominara a cena política paraguaia, a partir desse ano até 1936 houve governos representativos do Partido Liberal, que respondia -direta ou indiretamente- aos interesses argentinos.

Este processo possibilitou uma consolidação da penetração econômica da Argentina, que tinha sobre o Brasil uma posição singularmente vantajosa pela afinidade natural da língua e das tradições comuns e à influência que necessariamente se deriva da sua posição geográfica: estava mais perto que o Brasil da parte principal do país e, por sua vez, o Paraguai

dependia das linhas telegráficas argentinas e de suas águas para se comunicar com o resto do mundo⁵. Assim, o Paraguai era um país destinado a manter seus principais laços econômicos com a Argentina, para onde passavam a maioria das suas exportações; além disso, Buenos Aires se constituiu no seu principal centro fornecedor, enquanto capitais argentinos investiram somas substanciais no Paraguai. Para citar alguns números, na véspera da Primeira Guerra Mundial, sessenta e oito empresas anglo-argentinas possuíam 10 milhões de hectares no Chaco Boreal dedicadas à pecuária e madeira (incluindo quebracho) e os primeiros frigoríficos funcionavam como uma simples extensão dos da Argentina, país que já monopolizava 90% do comércio exterior (SOLVEIRA, 1995).

Esta crescente influência da Argentina sobre a economia paraguaia não se deu de forma isolada; acompanhando esse processo se desenvolveu um circuito econômico que, deliberadamente promovido, contribuiu para a consolidação territorial do país do Prata naquela região recentemente disputada com os seus vizinhos, o Chaco, sendo o que Bitloch e Sormani (1997) chamam de *enclave forestal primitivo* parte essencial deste circuito. Assim, a organização da produção de madeira e tanino (bem como a de erva mate no caso de Misiones) refere-se ao processo de apropriação e incorporação destas terras ao espaço nacional da Argentina⁶. Em termos semelhantes,

5. O tráfego fluvial para o Paraguai foi conduzido por três companhias de navegação, dois das quais foram argentinas, cujos proprietários eram Domingo Barthe e Nicolás Mihanovich, respectivamente; e a restante de capitais brasileiros (SOLVEIRA, 1995).

6. A este respeito, cabe salientar entre os vários esforços por parte do Estado argentino para povoar, organizar e controlar a região as campanhas do comandante Luis Jorge Fontana; o Decreto Presidencial de 31 de janeiro de 1872 que instituiu a *Gobernación de los Territorios del Chaco*, com capital em Villa Occidental; a fundação da cidade de Formosa em 1879 e, finalmente, a Lei 1.532 de organização dos territórios nacionais, promulgada em 1 de Outubro de 1884, que afirmava em suas disposições gerais, no artigo I, parágrafos 7, 8 e 9, a organização das províncias de Misiones, Formosa e Chaco, fixando seus limites precisos, bem como no parágrafo “*Del gobernador*” previa que eles seriam nomeados pelo

María Teresa Alarcón (2011) enfatiza a criação do que ela chama de *la ruta del tanino* (a rota do tanino) como uma parte essencial desse processo, propiciado pelo Estado Nacional Argentino em procura da colonização de novos espaços produtivos na região da fronteira do Chaco, para o qual a estrada de ferro foi o agente mais importante, contribuindo para a expansão territorial e para o desenvolvimento das empresas estabelecidas na região.

No caso de Misiones, tratava-se de uma área estratégica, não só por seu caráter fronteiriço com Brasil e Paraguai, mas também por ser rica em ervais naturais, considerando o alto nível de consumo de erva-mate na Argentina, precisamente quando estava em discussão no seio da elite do país a questão da dependência das importações de erva-mate brasileira. Neste sentido, apesar da derrota diplomática que significou a sentença arbitral do presidente Cleveland, o país do Prata continuaria interessado na região, dando assim razões certas à desconfiança mostrada por Britos e Peixoto. Ezequiel Ramos Mexía, Ministro das Obras Públicas e Agricultura da Argentina entre 1898 e 1913, mostrou uma preocupação especial por Misiones e, portanto, incentivou a construção da estrada de ferro de Buenos Aires para Posadas, estendendo a linha até Assunção. Para alguns teóricos isso foi um fato geopolítico importante, pois significou consolidar a presença argentina contra a brasileira no Paraguai. Isso mostra que, embora definida a fronteira binacional argentino-brasileira pelo Tratado de Palmas, a disputa sobre a prevalência e influência regional entre os dois países ainda não terminaria: as negociações sobre a paz no Chaco após o conflito entre Paraguai e Bolívia no início da década de 1930 são uma prova completa disso.

Poder Executivo com o acordo do Senado (Lei 1.532 (980) de Organização dos Territórios nacionais (RN 1882-1884: 857), em SABSAY, 1967, p. 316-325).

Reflexões finais.

Levando em consideração o que foi apresentado nas páginas anteriores e, como já dissemos no início deste estudo, as variáveis ou fatores internos são necessários para entender o comportamento da política externa de um Estado. Entre eles, o estudo de caso analisado demonstra principalmente -como se referem Marcelo Lasagna, Alberto van Klaveren e correntes como o institucionalismo internacional- a centralidade do tipo de regime no poder como eixo das decisões de política externa, ao verificar a importância que teve, no caso brasileiro, a passagem do Império para República no final do século XIX e como isso influenciou no sentido de assumir uma política mais firme com relação ao povoamento da fronteira com a Argentina e sua revalorização como área de desenvolvimento estratégico.

No entanto, essa nova atitude não só deve ser entendida em relação à mudança na orientação do regime, mas também se explica, entre outros fatores, pela composição e os interesses daqueles atores que começaram a influir, com peso cada vez maior, nas decisões sobre fronteiras e política externa. Assim, torna-se relevante a análise prosopográfica proposta por Lawrence Stone ao estudar este novo grupo de militares republicanos que, como resultado de uma formação ideológica e interesses comuns (rejeição do regime imperial anterior, grandeza da pátria, ocupação de “espaços vazios”), levaram à prática esses ideais a partir de políticas específicas sobre a fronteira com a Argentina. Isso está também na mesma linha de análise proposta por Marcelo Lasagna quando ele diz que a política externa é condicionada pelos princípios basais do regime (republicano neste caso) e pela ideologia da classe dominante e a coalizão de interesses que a sustenta.

Finalmente, destaca-se também o impacto que tiveram na formulação da política externa brasileira do período -em relação ao afirmado por William Hazleton, Heraldo Muñoz e Alberto van Klaveren- a teoria realista do poder (ou política de poder) e as percepções ou imagens sobre o sistema internacional, a potência hegemônica e os Estados vizinhos. A este respeito, cabe salientar a política decididamente pró-norte-americana dos sucessivos governos brasileiros, os quais não só aceitaram a liderança estadunidense no hemisfério, mas, ainda mais, fizeram uso dela em sua tentativa de ganhar posições de poder e influência regional em relação à maior ameaça imediata para o país, segundo a percepção da classe dirigente da época: as ambições expansionistas da Argentina na bacia do Prata e, além disso, as do seu “aliado natural” numa possível guerra, o Paraguai. Sob essa lógica e neste contexto deve ser interpretada a resolução da última disputa de fronteira entre a Argentina e o Brasil sobre o território de Misiones, que não casualmente encontrou o Presidente norte-americano Stephan Grover Cleveland emitindo sentença, como árbitro da disputa, em favor das reivindicações do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.
- ACTIS, E. Los condicionantes domésticos en los diseños de política exterior: la internacionalización de capitales brasileños como nuevo objetivo de la política exterior de Brasil. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 1, n. 3, p. 399-423, 2012.
- ALARCÓN, M. *La ruta del tanino en el Chaco, Argentina*. Rivera (Uruguai): Centro de Documentación Histórica del Río de la Plata, 2011.
- ALEIXO, J. Simón Bolívar e o Brasil. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 10, n. 29,

- p. 11-20, 1983.
- ALICE, M. El funcionamiento del proceso de toma de decisiones y las características del negociador argentino. *Serie de artículos y testimonios*, n. 55, Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, 2009.
- AMABLE, M., ROJAS, L. e BRAUNIG, K. *Historia Misionera: una perspectiva integradora*. Posadas: Montoya, 2011.
- AMBROSETTI, J. *Misiones Argentinas y Brasileñas por el Alto Uruguay*. La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892.
- BASALDÚA, F. *Pasado - Presente - Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*. La Plata: s/d, 1901.
- BITLLOCH, E. e SORMANI, H. Los enclaves forestales de la región chaqueño-misionera. *Revista de Divulgación Científica y Tecnológica de la Asociación Ciencia Hoy*, v. 7, n. 37, p. 41-52, 1997.
- BRITO, J. *Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar*. Foz do Iguaçu: Travessa dos Editores, 2005.
- BRUGGEMANN, A. *A sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Therêza (1854-1883)*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- BUSSO, A. Los vaivenes de la política exterior argentina re-democratizada (1983-2013). Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos. *Estudios Internacionales*, v. 46, n. 177, p. 9-33 2014.
- CALDERÓN, E. Variables domésticas y política exterior: el condicionamiento del contexto interno brasileño sobre las políticas de seguridad en la frontera con Colombia. *Relaciones Internacionales*, v. 23, n. 47, p. 67-86, 2014.
- DALBOSCO, H. *Los Diplomáticos de Carrera y la Formulación de la Política Exterior Argentina (1983-2007)*. Tese de doutoramento em Ciências Políticas, Facultad de Ciencias Sociales, Políticas y de la Comunicación,

Instituto de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Argentina, 2014.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FABANI, O. Condicionantes domésticos, regionales e internacionales y su incidencia sobre la política exterior de Bahrein tras los levantamientos en el mundo árabe. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 5, n. 3, p. 518-544, 2016.

GOUREVITCH, P. La “segunda imagen” invertida: los orígenes internacionales de las políticas domésticas. In: ACUÑA, C. (Comp.). *Lecturas sobre el Estado y las políticas públicas: Retomando el debate de ayer para fortalecer el actual*. Buenos Aires: Proyecto de Modernización del Estado, 2007, p 473-504.

HAZLETON, W. Los procesos de decisión y las políticas exteriores. In: WILHELMY, M. (Ed.). *La formación de la política exterior. Los países desarrollados y América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987, p. 176-193.

INGRAM, H. e FIEDERLEIN, S. Traversing boundaries: a public policy approach to the analysis of foreign policy. *The Western Political Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 725-745, 1988.

KEOHANE, R. e NYE, J. *Poder e interdependencia: la política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editorial Latinoamericano, 1988.

LASAGNA, M. Las determinaciones internas de la política exterior: un tema descuidado en la teoría de la política exterior. *Estudios Internacionales*, n. 111, p. 387-409, 1995.

MELLO E SILVA, A. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 95-118, 1995.

- MIRANDA, R. Una clave en el análisis de la política exterior argentina: su sustentabilidad. In: MIRANDA, R. e outros. *Política exterior: conceptos y enfoques en torno a Argentina*, Rosario: Pía, 2011, p. 9-47.
- MONIZ BANDEIRA, L. *Argentina, Brasil y Estados Unidos. De la Triple Alianza al Mercosur. Conflicto e integración en América del Sur*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004.
- MUÑOZ, H. El estudio de las políticas exteriores latinoamericanas: temas y enfoques dominantes. In: WILHELMY, M. (Ed.). *La formación de la Política Exterior*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987, p. 287-316.
- NUNES, F. Aspectos da Colonização Militar no Norte do Império: Povoamento, segurança, defesa do território e conflitos. *Revista Brasileira de História Militar*, n. 7, p. 6-24, 2012.
- PERINA, R. El estudio de la política exterior y las relaciones internacionales. In: RUSSELL, R. e PERINA, R. (Eds.). *Argentina en el mundo (1973-1983)*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988, p. 11-18.
- PUTNAM, R. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.
- RENOUVIN, P. e DUROSELLE, J. *Introducción a la historia de las relaciones internacionales*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- RITTBERGER, V. *Approaches to the Study of Foreign Policies Derivated from International Relations Theories*. Tübingen: Center for International Relations/ Peace and Conflict Studies, Institute for Political Science, University of Tübingen, 2004, pp. 1-32.
- ROSENAU, J. *Along the Domestic-Foreign Frontier: Exploring Governance in a Turbulent World*. Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 1997.
- RUSSELL, R. *Política exterior y toma de decisiones en América Latina*. Buenos

Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

SABSAY, F. *Historia económica y social argentina II. Argentina documental*. Buenos Aires: Editorial bibliográfica argentina, 1967.

SÁNCHEZ, L. *Condicionantes internos de la política exterior argentina. La participación del cuerpo decisorial legislativo en el diseño de la agenda internacional de la política exterior argentina (1999-2003)*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2013.

SARMIENTO, Domingo. *Argirópolis o la Capital de los Estados Confederados del Río de la Plata*. Santiago: Imprenta de Julio Belin, 1850.

SCHENONI, L. e FERRANDI AZTIRIA, A. Actores domésticos y política exterior en Argentina y Brasil. *CONfines de relaciones internacionales y ciencia política*, v. 10, n. 19, p. 113-142, 2014.

SERJE, M. *El revés de la nación, Territorios salvajes, fronteras y tierra de nadie*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2005.

SOLVEIRA, B. *Las relaciones argentino-paraguayas a comienzos del siglo XX*. Córdoba: Centro de Estudios Históricos, 1995.

SOUSA, P. *Entre a Autoridade e a Liberdade*. São Paulo: Editora 34, 2002.

-STONE, L. *El pasado y el presente*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

TURNER, F. O significado da fronteira na História Americana. In: KNAUSS, P. (Org.). *Oeste Americano*. Niterói: Editora da UFF, 2004, pp. 23-54.

VALENZUELA, P. *Elementos para el análisis de la formulación de política exterior*. Santiago: Instituto de Asuntos Públicos para la Universidad de Chile, 2013.

VAN KLAVEREN, A. El análisis de la política exterior latinoamericana: perspectivas teóricas. In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. (Comps.). *Entre*

la autonomía y la subordinación. Política exterior de los países latinoamericanos, Tomo I. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1985, p. 14-49.

WILHELMY, M. Los objetivos de la política exterior latinoamericana. In: *Estudios Internacionales*, v. 24, n. 94, p.176-193, 1991.

WOOD, D. *Abortive panacea: Brazilian military settlements, 1850 to 1913*. Tese de doutoramento, Salt Lake City: University of Utah, 1972.

ZUSMAN, P. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). *Doc. Anál. Geogr*, v. 56, n.3, p. 503-524, 2010.

A educação Patrimonial e os lugares de memória: A cidade de Cambira-PR

JOÃO PAULO P. RODRIGUES¹

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Esse artigo tem como finalidade pontuar a aproximação entre a Educação Patrimonial e a rede de Ensino fundamental e médio, partindo da premissa da história local e da memória. Para isso tomamos como fonte a arquitetura em madeira da cidade de Cambira, no Paraná. Como é válido, a discussão sobre o que é patrimônio e como poderíamos tratar da questão da Educação Patrimonial é ampla e está sendo discutida em várias frentes. A questão não é nova, mas vêm tomando novos contornos e são estes que nos interessam no presente trabalho.

Palavras-Chaves: História Local, Educação Patrimonial, Norte Paranaense

Abstract: This article aims to highlight the approximation between Patrimonial Education and the network of Elementary and Secondary Education, starting from the premise of local history and memory. For this we take as source the wood architecture of the city of Cambira, in Paraná. As is valid, the discussion on what heritage is and how we could address the issue of Heritage Education is broad and is being discussed on several fronts. The question is not new, but they are taking on new contours and these are those that interest us in the present work.

Keywords: Local History, Patrimonial Education, North Paranaense.

Recebido em 01/03/2018 e aceito em 18/11/2018.

1. Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em História pela mesma, Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes-RJ. Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (2007). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, História do Paraná e Patrimônio Cultural.

O referido estudo faz parte do projeto História local: a educação patrimonial e o exercício da cidadania, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Sandra de Cássia Araújo Pelegrini nos anos de 2009 e 2010, financiado pela Secretaria de Estado da Tecnologia (SETT). A pesquisa tinha o objetivo de “fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre a Educação Básica Pública e o Ensino Superior” e promover a “popularização das atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico”.

A cidade de Cambira--PR

Antes de enveredarmos pela reflexão sobre a arquitetura em madeira de Cambira, torna-se necessário apresentar um breve histórico do município, com o intuito de observar a origem dos primeiros migrantes responsáveis pelas construções das primeiras moradias.

Segundo o memorialista Narciso Capeloto, a primeira família a reocupar as proximidades da região de Cambira foi a do Sr. Francisco Carneiro de Souza, em 1936. Três anos depois, o Sr. Souza, natural de Jacarezinho, fixou residência na propriedade juntamente com sua família. Neste espaço produziam rapadura, açúcar, industrializavam farinha e comercializavam cereais em Apucarana-PR. Por volta de 1937, João Piovesan se mudou com os familiares para a mesma região. No ano seguinte, Pedro Blanco adquiriu um lote na Gleba Dourados, Dito Alves, Carrascoso, Grossi e José Rodrigues estes últimos instalaram-se na região atualmente conhecida como atual Bairro da Bela Vista. Em 1939, as famílias Campanholi e Marafon desembarcaram no vilarejo e passaram a se ocupar da limpeza de sítios e do cultivo do café.

Entretanto, somente a partir da década de 1940, essa região onde se encontra Cambira passou por um processo de parcelamento, comercialização e ocupação do solo de modo mais ofensivo. A partir desta

década, intensificou a atuação de companhias de colonização, entre elas, a da Companhia de Terras Norte do Paraná que viria a se tornar a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Para Tomazi (2000), por meio da atuação desta empresa imobiliária, grande parte de sua área foi sendo “re-ocupada”, mediante a plantação de extensos cafezais que substituíram a mata fechada, e depois, contaram com a fundação de cidades, a implantação de ferrovias e rodovias.

Tal avanço se iniciou na cidade de Londrina, a partir de 1930 e persistiu até meados da década de 1950. Para France Luz (1997) a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, promovia a venda dos lotes rurais intensificando a propaganda em três aspectos, o primeiro sobre a fertilidade do solo, ou seja, a valorização da terra roxa muito produtiva; o segundo chamava a atenção para as vantagens do pequeno e médio agricultor que poderia adquirir pequenos lotes com preço mais acessível; por último, difundia-se a questão da versatilidade da produção, uma vez que as qualidades da terra tornava possível o cultivo de vários produtos como o café, o algodão, cereais, hortaliças.

A propaganda se dava através de jornais, rádios, cartazes, panfletos e agentes de vendas espalhados principalmente pelo Oeste Paulista. Luz (1997) ressalta que a Companhia vendeu datas nas cidades fundadas por elas com extensão média de 500 ou 600 m² cada, chácaras em volta das cidades e vilas numa área de cinco alqueires e também lotes rurais numa extensão superior a cinco alqueires, destinado para sítios e fazendas.

Sobre a forma de pagamento Luz exemplifica:

As condições de aquisição eram diferentes, conforme se tratasse de: a) lotes agrícolas: 30% de entrada e quatro anos de prazo para o pagamento; b) chácaras 40% de entrada e dois anos para o pagamento; c) datas urbanas: 50% de entrada e 50% no prazo de um ano. Os juros cobrados eram de 8% ao ano. Os funcionários da Companhia gozavam de

um desconto especial de 20% (LUZ, 1997, p. 40).

Em Cambira, assim como quase em todo o norte do Paraná a produção cafeeira foi significativa até meados da década de 1970, no entanto com a famosa “A Geada Negra”, ocorrida no dia 18 de julho de 1975, inúmeras plantações foram abandonadas, dando espaço paulatinamente para o cultivo da soja, trigo, milho e principalmente nos últimos vinte anos para a atividade pecuária, especificamente em Cambira.

História Local e Educação Patrimonial: o caso do norte paranaense.

Os objetivos que estabelecem o fio condutor do presente texto buscam mostrar a importância de uma arquitetura ainda pouco contemplada pela comunidade em geral e pelas pesquisas acadêmicas quando se pensa nela como objeto de valor histórico a ser conservado. Quando ouvimos falar em uma obra arquitetônica a ser preservado, na maioria das vezes o que é dito nos remete a edifícios públicos de importância política, palco de eventos históricos já bastante sedimentados ao longo do tempo. Outras vezes, a importância atribuída a estas edificações são nominadas pela sua antiguidade, como no caso da arquitetura colonial brasileira, por exemplo.

Existe ainda outro fator, ligado mais à história da arquitetura, muitas vezes canonizada, não só em nosso país, mas de forma geral, que classifica o que é a arquitetura que pode ser considerada “nobre” e a arquitetura “sem importância”. Como exemplo maior disso, podemos falar do Movimento Moderno no Brasil como um estilo que vem sendo preservado e estudado, tido como bastante relevante para a memória. O movimento modernista nas artes e na arquitetura se deu a partir da influência das vanguardas européias do princípio do século XX. Ainda que, em alguns casos, tenha sofrido uma influência permeada de “adaptações” e diálogos com traços culturais nacionais, esta trás consigo características internacionais que a valorizam,

cujo grande feito foi o rompimento com a estética da arquitetura colonial. Não temos o intuito aqui discutir o Movimento Moderno no Brasil e nem mesmo os cânones dessa prática e sim procurar levantar uma discussão sobre a relevância da arquitetura feita pelas pessoas comuns, que chamamos de arquitetura popular (conceito que será retomado mais adiante).

No caso do Paraná, para nos aproximarmos do nosso objeto de estudo, as cidades consideradas “históricas” estão relacionadas com alguns ciclos econômicos como o da erva-mate e o tropeirismo. Portanto, a busca pela preservação de sítios e edificações esteve sempre muito centrada neste contexto. Se observarmos os bens patrimoniais tombados no Paraná se nota que a grande maioria está concentrada na região do litoral e central do Estado, abrangendo municípios como Antonina, Curitiba (com mais de meia centena de unidades tombadas), Lapa, Morretes, Paranaguá, entre outros.

Também inúmeros monumentos históricos reconhecidos pelo IPHAN são resultado da tradição da arquitetura moderna. A grande maioria a partir das obras feitas para as comemorações do Centenário da Emancipação do Paraná, em 1953, momento em que as artes e a arquitetura foram essenciais para reforçar a redefinição de uma identidade coletiva paranaense. A partir da década de 1950 podemos destacar dentre as principais obras a criação do Centro Cívico que ainda hoje abriga a sede do governo e suas adjacências. Também a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra são edifícios tombados pelo Iphan em Curitiba (RUBIM, STEINKE, 2009).

Já no norte paranaense não podemos observar semelhantes casos de preservação. Entre os bens tombados nesta região, podemos citar na cidade de Maringá o edifício do Hotel Bandeirantes, e em Londrina três processos de tombamento aprovados (Estação Ferroviária de Londrina, Praça Rocha

Pombo e o edifício do Cine Teatro Ouro Verde). Tal quadro mostra que a preocupação efetiva em pesquisar e estudar o patrimônio histórico material e imaterial do norte paranaense ainda permanece tímida.

Em relação à edificação arquitetônica especificamente, vemos a preservação de imóveis em diferentes estilos, principalmente na capital paranaense (colonial, neoclássico, eclético, art decor e modernista). Também há estudos sobre a arquitetura paranaense que sofreu influência étnica como a alemã, japonesa e polonesa. Com isso, sobre o norte paranaense podemos observar que ainda não há exemplares da arquitetura local popular, em madeira, que tenha sido contemplada para preservação.

A seguir, iremos expor algumas questões sobre o porquê da larga presença da arquitetura em madeira na região estudada e algumas de suas características, procurando mostrar a sua importância para a memória dos seus habitantes. O norte paranaense foi sendo ocupado efetivamente a partir da década de 1930, com a inserção da cafeicultura. Antes habitado por índios e caboclos e recoberto por extensa cobertura vegetal, sofre um processo migratório acelerado, com a implantação de ferrovia, estradas e inúmeras cidades. Este período, acentuadamente marcado pela derrubada da mata para a plantação de café e outras culturas, também permitiu o aparecimento de uma cultura arquitetônica local, a partir do extrativismo. Ao mesmo tempo se colonizava a região e desbravava-se a mata.

Muitos estudos mostram como derrubar a mata era tido como um empreendimento civilizador, pois as árvores tombadas simbolizavam a abertura de clareiras que viriam a formar centros urbanos de diferentes tamanhos e do cultivo agrícola, o que estava em consonância com o pensamento da época, cujo intuito (tanto federal como estadual) era promover a expansão de fronteiras e incentivar a migração para lugares como o Norte do Paraná, Mato Grosso e Goiás (STEINKE, 2007). Por outro

lado, ironicamente a exuberância da mata também indicava a fertilidade do solo, o que foi frequentemente usado pelas companhias loteadoras como chamariz atrair compradores para suas terras, por meio de intensa propaganda. Assim, entre a década de 1930 e 1960, o norte paranaense sofreu um rápido e intenso processo migratório, resultando na fundação de mais de uma centena de cidades. Em quase sua totalidade, nestas cidades, as edificações eram em madeira. E é deste elemento presente na paisagem urbana que nos ocuparemos agora.

Arquitetura em madeira no município de Cambira-PR

Para a arquitetura em madeira usaremos a denominação popular. Segundo Weimer, a opção por usar tal denominação não significa dar ao termo uma conotação pejorativa ou diminutiva em relação aos objetos que denomina (WEIMAR, 2005). Ao contrário, permite que se fale das virtudes contidas nesse tipo de arquitetura, pois se consolidaram como resultado de um longo processo de adequação aos requerimentos das ambiências brasileiras em determinadas localidades (WEIMAR, 2005; CASTELLS, 2009, p. 6).

Quando se considera a possibilidade de tipificar essas arquiteturas, é porque se pressupõe que elas são depositárias de certas características próprias de especificidades locais, o que além de permitir que possam ser definidas como populares, as coloca em clara oposição à denominação arquitetura *erudita*, sempre inevitavelmente associada a modelos e padrões culturais internacionais (CASTELLS, 2009, p. 8-9).

Weimar identifica quatro características distintas na arquitetura popular: a simplicidade (por se valer do material fornecido pelo meio natural do entorno), a adaptabilidade (por se adequar a condições e necessidades

locais), a criatividade (pela ausência de preconceitos nos aspectos construtivos e na seleção do uso de materiais) e pela forma como resultado da materialidade construtiva, não resultando em uma intencionalidade plástica prévia, como a tradição da arquitetura erudita planejada (CASTELLS, 2009). Partindo de tais pressupostos, podemos destacar a arquitetura do norte paranaense e, em especial, da cidade de Cambira.

Em primeiro lugar, vale destacar a abundância da madeira na região norte paranaense para servir de matéria-prima para as construções. Por outro lado também podemos levar em conta a dificuldade dos meios de transporte no período em questão para se obter outro tipo de material de construção. Num primeiro momento, conforme mostram os relatos dos antigos moradores e os registros fotográficos, foram erigidas ranchos feitos de palmito com pequenas tábuas servindo de telhado. Estas habitações serviam de abrigo provisório. Depois, iam sendo construídas, já contando com os serviços de carpinteiros e artesãos, casas com vários cômodos e que pudessem abrigar com certo conforto a família inteira. Estas casas, feitas de peroba-rosa, entre outros exemplares de árvores presentes na mata nativa, ainda hoje podem ser vistas na paisagem urbana e rural regional.

Tanto nas pequenas e médias cidades como em áreas próximas às propriedades agrícolas era costume implantar alguns edifícios que serviam como ponto de apoio e de forte caráter simbólico, como a igreja, a escola, salão de festas, juntamente com campo de futebol e de bocha, entre outros espaços de atividades de socialização e lazer da comunidade.

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988 (2003), o patrimônio cultural brasileiro, compreende os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os

modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços, destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos, entre outros (FONSECA, 2009, p. 59 – 60).

As técnicas construtivas fazem parte de “saber fazer” de uma comunidade e é geralmente passado de pai para filho, ou de mestre para aprendiz, na profissão de artesão e carpinteiro. Este tipo de conhecimento abrange as técnicas e ferramentas a se usar, como o uso do conjunto de martelos e serrotes, arco de pua, metro de dobrar, lápis de carpinteiro, linha, plaina, formão, entre outros. Saber utilizar tais ferramentas pode ser considerado aspecto a ser valorizado como patrimônio imaterial e que vem desaparecendo rapidamente na região. São objetos que hoje causam curiosidade se expostos de modo a serem compreendidos dentro de suas funções.

Portanto, a importância da arquitetura religiosa pode ser percebida nas imagens antigas, nos registros das comemorações e nos relatos dos moradores e é um fator preponderante na paisagem local. A igreja, desde a fundação da cidade, é um edifício a ser erguido imediatamente. Para Zani, a sociabilidade dos sitiantes e colonos eram impulsionadas pela presença da capela, nas quais eram realizados os casamentos, batizados, funerais, festas de padroeiras, quermesses e bingos. Construídas quase sempre em mutirões e com material doado ou comprado com arrecadações das festas. As orientações ficavam sob a responsabilidade de um mestre carpinteiro (Zani, 2003, p. 146).

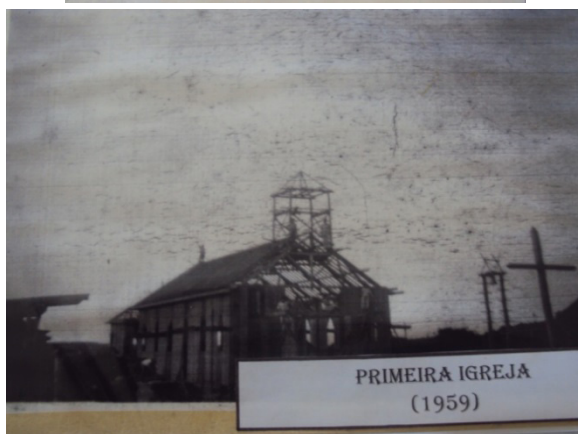


Imagem 1 e 2: Construção da primeira igreja católica, em 1959, em Cambira. Fonte: Biblioteca Municipal de Cambira.

Embora a maioria dessas capelas tenha sido substituída gradualmente por outras de alvenaria, a iconografia mantém estes registros, conforme pode ser observado ao longo do texto. Na cidade estudada, ainda restam alguns exemplares destes edifícios, principalmente na zona rural. Também era usada a peroba rosa e os procedimentos e ferramentas utilizadas eram semelhantes.

Já o sistema construtivo diferenciava-se dos outros edifícios pelo

uso de uma viga horizontal para dar sustentação em função do vão. Outras edificações da primeira década destas cidades são construção de galpões para diversos usos, como as serrarias, e tulhas para acondicionar o café. Outro tipo de arquitetura que faz parte da paisagem urbana e é essencialmente importante para as memórias dessas cidades são os pequenos comércios, como farmácias, as antigas vendas, também chamadas armazéns ou casa de secos e molhados. Locais como esses eram – e ainda são atualmente – pontos de encontro da comunidade, tanto da comunidade urbana como desta com os moradores da zona rural.

A arquitetura não pode ser pensada fora do conjunto de tais espaços. É neles que se entrelaçam as relações sociais, os vínculos e as memórias dos seus habitantes. Portanto, a memória dos moradores está relacionada ao uso destes espaços e, por sua vez, dos conjuntos urbanos e dos edifícios. Pensando assim, podemos considerar a importância da arquitetura popular.

As antigas casas de madeira, algumas mais amplas e com um porte que revelava o poder aquisitivo de seu habitante, outras pequeninas figurando na paisagem, tem suas características ímpares que podem ser destacadas a seguir. Geralmente são casas de sete cômodos, comuns em nosso país a partir da década de 1930 e 1940 (sala, cozinha, três quartos, banheiro e varanda). A maioria tinha o assoalho de madeira elevado, formando um porão (fechado ou não), elevado por um pedestal de tronco de peroba.

A casa e seu entorno revelam o cotidiano da comunidade interiorana. Uma casa de madeira, à moda antiga, preserva um espaço de sociabilidade e de conhecimento que está intimamente ligado com o modo de vida das pessoas da localidade. Nelas vemos uma série de elementos agregados como a varanda, a horta e o jardim. No caso do jardim, o cultivo de ervas, a troca de impressões sobre as diferentes espécies de chás e unguentos, entre outros, e o intercâmbio de mudas entre seus moradores mostram um

conhecimento sobre a medicina popular passada de geração a geração.

Do ponto de vista estético podemos destacar a ornamentação, como o detalhe dos rendilhados nas fachadas, principalmente na varanda. Esta última adquire um lugar simbólico, pois representa a mediação entre a rua e o espaço privado da casa, sendo um ponto de comunicação entre o interior e o exterior. A varanda pode ser vista como um lugar de encontros ou, dependendo do momento, apenas um lugar de convívio familiar para se observar o movimento da rua quando o tempo parecia passar mais vagarosamente. O destaque ainda deste cômodo era dado pelo frontão com rendilhado ou algum outro detalhe que o diferia e pelo contraste da cor em relação a pintura externa da casa.



Imagem 3: Primeira loja de Cambira, 1963.



Imagem 4: primeiro mercado de Cambira, 1956.

Conforme Zani (2003), o repertório arquitetônico no norte paranaense no começo tinha um caráter mais provisório, se constituindo de casas mais simples, com volumetria pura, composta por telhados de quatro de duas águas, sem ornamentos nem cor. A partir da década de 1940, pode ser observada uma arquitetura com a intenção de ser mais permanente, o que pode ser notado na volumetria mais complexa e riqueza de ornamentos. Se no início a paisagem era dominada pela cor e a textura natural da madeira, com o passar do tempo as cores foram ganhando espaço e era comum o interior das casas tinha cada cômodo pintado de uma cor. Outro aspecto peculiar deste tipo de habitação é a superfície marcada pela intercalação de tábua e mata-junta, formando um ritmo constante (ZANI, 2003).

Com o tempo, alguns cômodos vão sendo substituídos em alvenaria, como o banheiro e a cozinha, por exemplo. Muitas vezes eram anexadas

ao corpo principal desta moradia. Hoje a falta de matéria prima (madeira) se soma à falta de pessoas qualificadas para tal função. Outro fator que tem que ser levado em conta é que, com a grande oferta da madeira, principalmente até a década de 1960, o preço da mesma era baixo. Então, ao se tornar a edificação mais comum, a casa de madeira contrasta com as casas construídas em alvenaria, mais caras por conta do material e, por isso mesmo, criando um símbolo de status para seus donos. Pode-se dizer que, com o tempo, morar em casa de alvenaria foi se tornando sinônimo de melhoria de vida, de uma aparente ascensão de classe social. Talvez este seja um dos motivos que leva as pessoas a não perceberem o valor histórico deste tipo de arquitetura.

Apontamentos

Concordamos com Fonseca Fonseca (2003) quando esta afirma que as ações de educação patrimonial não são apenas fundamentadas em critérios técnicos e igualmente políticos, visto que, para esta autora é essencial a “representatividade” dos bens, em termos da diversidade social e cultural do país, para que a função de patrimônio realize-se no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer em seus repertórios (FONSECA, 2003, p. 65).

A imagem que a expressão “patrimônio histórico e artístico” evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes referidos em documentos e em narrativas dos historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizaram a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado (FONSECA, 2003, p.56).

Contijo (2003) adverte para o fato de que o tema pluralidade cultural é caracterizado pela dificuldade inerente ao trato com as diferenças. Falar de uma arquitetura popular em três pequenas cidades do interior paranaense pode ser uma forma de avançar nesta discussão. Portanto, ampliar o conceito de patrimônio cultural, dentro da escola, trazendo a discussão para o entorno e o cotidiano dos alunos e de seus antecedentes, pode ser um interessante exercício. Ao se trabalhar com professores e alunos do ensino fundamental pode-se contribuir para o surgimento ou fortalecimento de uma discussão sobre a memória local e em formas da própria comunidade discutir e buscar valorizar o que ela considera patrimônio local.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, E. J. F. **Cultura popular e patrimônio cultural**. In: VIII Reunión de Antropología Del Mercour – RAM. Buenos Aires, Argentina, 2009.
- CAPELOTTO, Narciso. **Cambira**. Cambira: Governo do Paraná/Secretaria de Estado da Cultura, 1998.
- CONTIJO, R. *Identidade nacional e ensino de história. A diversidade como “patrimônio sociocultural”*. In: ABREU, R.; SOIHET (Orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- FONSECA, M. C. L. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro. DP & A Editora, 2003, p. 56 - 80.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relação dos Bens Tombados**. Disponível em < <http://www.iphan.gov.br> >.

Acesso em: 10 nov. 2010.

- LUZ, France. Maringá: A fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p.123-140.
- RUBIM, S.; STEINKE, R. **Imaginário social e figuras imagéticas: a busca de uma identidade coletiva paranaense**. Secretaria de Estado da Educação SEED/PR, 2009.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- WEIMAR, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZANI, A. C. **Arquitetura em madeira**. São Paulo: Eduel/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

Os arquivos da repressão no Brasil e no Cone Sul: uma análise historiográfica.

PEDRO ERNESTO FAGUNDES¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: A abertura de arquivos, anteriormente fechados e classificados, após o fim das ditaduras militares na América do Sul, no início dos anos 1990, foi uma experiência notável para as pesquisas que trabalham neste campo. Nosso objetivo é pesquisar os impactos desses eventos na História do Tempo Presente.

Palavras-chave: História dos Arquivos; Arquivos da repressão; Tempo Presente.

Abstract: The opening of archives, previously closed and classified, after the end of the military dictatorships in South America in the early 1990s, was a remarkable experience for the researches working in this field. Our goal is to investigate the impacts of these events on the History of Present Time.

Keys word: History of Archives; Archivos of Repression; Time presente.

Recebido em 23/10/2018 e aceito em 19/12/2018.

1. Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS).

Introdução

Ao longo das décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em diferentes países, surgiram as chamadas polícias políticas. Assim, o aprofundamento da atuação das chamadas polícias políticas ocorreu durante a chamada Guerra Fria: disputa política, econômica e tecnológica entre as duas super potências Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS).

Como consequência dessa disputa, em inúmeros países, essas forças de segurança interna intensificaram suas ações, especialmente na espionagem, no monitoramento, na censura e na repressão política em torno das atividades políticas de seus próprios cidadãos. Contudo, no presente, o destino dos acervos dessas antigas polícias políticas se converteu em um dos mais importantes objetos de estudos para diferentes áreas de conhecimento, como a História, o Direito, as Relações Internacionais, a Arquivologia, etc.

Nesse mesmo sentido, a partir da década de 1990, o destino, a salvaguarda e a utilização dos documentos dos arquivos das antigas polícias políticas deram origem a decretos, leis, movimentos, enfim, a uma série de iniciativas para preservar esses acervos documentais. Por outro lado, ainda naquela época, a possibilidade de acessar os acervos documentais da República Democrática Alemã (RDA), especialmente, os arquivos da Stasi,² motivou a reflexão de Étienne François (1998), sobre esse contexto

2. A chamada Stasi é a abreviatura de Ministerium für **Staatssicherheit**, ou em português: Ministério para a Segurança do Estado. Criada oficialmente em 08 de fevereiro de 1950, esse órgão de segurança da antiga RDA personificou o modelo de polícia política do período da chamada Guerra Fria. Segundo Anna Funder, entre a década de 1950 e o ano de 1989, a *Stasi* estruturou uma rede de 97 mil funcionários, diversas sedes, centro de detenção, equipamentos para vigilância de última geração e, numa população de 17

documental. O pesquisador alertou a comunidade acadêmica sobre os problemas do “fascínio” ou “deslumbramento” em torno da noção que o acesso a “todos o segredo do passado”.

[...] muito rapidamente [...] renuncia-se a essas pretensões e começa-se a perceber que tudo não é assim tão simples, que os novos arquivos não falam por si só, que, como todos os outros arquivos, eles devem ser submetidos a uma crítica exigente das fontes, que seu manuseio só pode ser feito se forem respeitadas as preocupações éticas e Metodológicas elementares, e que mesmo bem utilizados, e interrogados a partir de questões pertinentes, não dispensam o historiador de seu trabalho habitual de reconstituição e de interpretação – e não têm resposta para tudo (FRANÇOIS, 1998, p. 157)

Cientes dos limites do estudo dos “arquivos da repressão, pretendemos demonstrar nesse artigo, como o acesso a esses conjuntos documentais motivou ações de caráter efetivo e simbólico (anistias, criação de leis de reparação, edificação de monumentos, abertura de centros de memória etc.) passaram a compor o cotidiano político nos mais diferentes continentes.

Prova disso que, na atualidade entre os temas mais destacados na agenda dos Direitos Humanos estão os debates sobre o direito à memória, o direito à informação, o surgimento de leis de anistia, a abertura de acervo de órgãos de repressão e as comissões da verdade. A abertura dos arquivos, durante aquele período, possibilitou que em diferentes regiões, inúmeros setores da sociedade pós-experiências traumáticas pressionasse os governos no sentido da abertura dos chamados “arquivos das ditaduras” (KECSKEMÉTI, 2015).

Esse movimento contou também com pesquisas, sobretudo, de

milhões de habitantes, um número impressionante de 173 mil informantes (FUNDER, 2008).

arquivistas, historiadores e cientistas políticos. Esses estudos – somados ao contexto do fim dos regimes do bloco soviético, do *apartheid* na África do Sul e das ditaduras na América do Sul – reverberaram na sociedade ampliando o interesse pelas questões do chamado Tempo Presente. Nesse sentido, antes de tratar esses casos específicos iremos apresentar os conceitos teóricos que embasaram as pesquisas desses acervos, em especial, o conceito de História do Tempo Presente.

Os arquivos da repressão e o Tempo Presente

Podemos dizer que, sobretudo para os historiadores franceses, o surgimento da chamada História do Tempo Presente está ligada aos eventos e acontecimentos no pós-1945. Esse contexto trouxe novas interrogações para uma nova geração de pesquisadores. Dessa forma, a partir da segunda metade da década de 1950, muitos historiadores começaram a externar suas opiniões sobre os acontecimentos imediatos, utilizando os meios de comunicação, com destaque para os jornais, rádios e televisão. Os avanços tecnológicos proporcionaram uma intensa aproximação dos historiadores com as análises dos fatos do presente. (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012).

Entretanto, foi durante o movimento de “retomada” da História Política, durante a década de 1970, que surgiram as bases teóricas da História do Tempo Presente. Esse movimento teve seu ápice em 1978, quando foi criado – sob a direção de François Bedárida – o *Intitut d’Histoire du Temps Présent* (IHTP). Inicialmente, esse espaço teve que “defender a sua legitimidade científica”, principalmente acerca de questões sobre sua temporalidade, sua objetividade e sua relação com as fontes. Participaram dessa construção epistemológica diversos pesquisadores, tais como: Henry Rousso, Michel Pollok, Denis Peschanski, Paul Ricoeur, Pierre Nora,

Philippe Joutard, entre outros (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012).

Inicialmente, a preocupação desses pesquisadores concentrou-se em temas ligados ao surgimento dos regimes nazi-fascistas, a memória do Holocausto e as experiências de colaboracionismo nos países ocupados durante a Segunda Guerra. Contudo, ao longo dos anos 1990, houve uma série acontecimentos, tais como fim do Bloco Soviético, queda dos regimes autoritários no Leste Europeu e no Cone Sul, que provocou mudanças políticas, econômicas, militares e nas relações internacionais. Buscando compreender esses novos “eventos traumáticos” e, sobretudo, seus impactos na sociedade contemporânea foram realizados estudos sobre testemunho, história oral, memórias coletivas, trauma, comemorações e usos políticos do passado.

Segundo Henry Rousso, a partir da década de 1990, esse cenário repercutiu na historiografia, principalmente, através do acúmulo de estudos sobre os chamados “eventos traumáticos”. Como destaca esse autor, a preocupação com o esquecimento em torno da “última catástrofe” teve impactos nos estudos da chamada História do Tempo Presente. (ROUSSO, 2016).

O próprio uso do termo “arquivos sensíveis” como utilizamos nesse texto, foi cunhado pelo próprio Henry Rousso (1996). Segundo esse autor, chamar um arquivo de sensível tem como fundamento a origem e a forma como foram produzidos esses conjuntos documentais. Assim, como destaca o autor, a análise de tais series documentais demanda inúmeros cuidados, sobretudo, na recontextualização desses documentos. Entre esses casos o autor cita os acervos da antiga polícia política soviética, conhecida pela sigla KGB.

é o caso dos autos policiais - para tomar apenas um exemplo entre os arquivos ditos “sensíveis” -, que muitas vezes são apenas o resultado de transcrições escritas e conservadas de

depoimentos orais que foram objeto de uma mediação, de uma narrativa, a qual não pode senão alterar a declaração original feita pelo ator ou a testemunha interrogada

Podemos afirmar que o contato e, principalmente o resgate de um conjunto documental originário dos arquivos dos antigos órgãos de repressão representou um acontecimento impar para os estudos da História do Tempo Presente. Considerando, especificamente, o contexto histórico do fim dos regimes do Leste Europeu, como destaca Bernhard H. Bayerlein, podemos afirmar que, a partir dos anos 1990, aconteceu uma verdadeira “revolução dos arquivos” (BAYERLEIN, 2016).

Como abordaremos a seguir, esse movimento possibilitou que fundos documentais de diversos países que passaram por experiências ditatórias passassem por modificações em relação a leis de acesso, organização e utilização dos fundos documentais. A seguir veremos como as demandas por Direito à Memória e à Informação repercutiu também nos países do Cone Sul.

Os arquivos da repressão: os países do Cone Sul

Entre as décadas de 1960 e 1970, inúmeros países da América do Sul passaram por experiências autoritárias. No contexto da Guerra Fria, a justificativa para a implantação desses regimes autoritários era conter o avanço da influência comunista na região. Dessa forma, no caso do Chile, podemos destacar a estruturação de um aparato repressivo logo após o golpe de 1973, que destituiu o presidente Salvador Allende. Uma das ações da ditadura chilena, comandada até 1989 pelo general Augusto Pinochet, foi a criação de um órgão específico para assumir essa tarefa: a chamada Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), através do Decreto-Lei n.º 521, publicado no Diário Oficial em 14 de junho de 1974 (POLICZER, 1998).

Desde 1977, o governo chileno substituiu a DINA através da criação do chamado Centro Nacional de Inteligência (CNI). Apesar das controvérsias sobre o número total de mortos durante a ditadura chilena, um fato é evidente: a DINA e seu comandante – o general Manuel Contreras – são os maiores símbolos da repressão política durante a aparato da ditadura Pinochetista (1973-1990), especialmente devido ao adensamento da repressão interna e externa, sobretudo na perseguição e assassinato de exilados políticos.

Em 1990, após um plebiscito, o Chile retornou à normalidade democrática com a posse de Patricio Aylwin, primeiro presidente civil eleito após o golpe de 1973. Os governos civis que se sucederam desenvolveram inúmeras políticas de reparação, tais como: criação de museus, monumentos e a instalação de duas comissões da verdade. No âmbito dos documentos da repressão um dos poucos acervos recuperados, segundo Maria Angélica Cruz (2002), são os arquivos da *Vicaria de la Solidaridad*.

A Argentina, no contexto da década de 1970, passou por outra experiência ditatorial. Além das crises econômicas e políticas, outro fator que desestabilizou o governo de Isabella Péron (1974-1976) foi a radicalização política. O adensamento da crise institucional – marcada por enfrentamentos entre grupos armados da extrema-esquerda e da extrema-direita – permitiu que os comandantes das forças armadas, com amplo apoio da maioria da população interessada em restabelecer a ordem, capitaneassem mais um golpe de Estado.

Esse novo regime ditatorial, que vigorou entre 1976 e 1983, ficou conhecido como Processo de Reorganização Nacional. Durante o Processo, uma escalada repressiva sem precedentes marcou os momentos iniciais do golpe militar argentino. A repressão política foi marcada por sequestros, torturas, prisões e execuções.

Durante seu processo de “limpeza ideológica” as forças de segurança estruturaram um rede de grupos paramilitares. As operações anti-subversivas contaram com a atuação conjunta da estrutura oficial do Estado e grupos paramilitares. Na Argentina também existem controvérsias sobre o número de atingidos pela repressão durante os anos do “Processo”.

O trauma causado pela Guerra das Malvinas³ acelerou o desgaste da ditadura argentina, haja vista que o resultado do conflito provocou a renúncia do general Leopoldo Galtieri. Seu sucessor – general Reynaldo Bignone –, em meio a protestos populares, iniciou a transição do poder para os civis através de eleições. A posse de Raúl Alfonsín, em dezembro de 1983, é considerada o marco do fim da ditadura na Argentina.

Ludmila Cateta (2008), afirma que a posse de Raúl Alfonsín, em 1983, significou um marco na redemocratização do país. No plano da recuperação da memória do período repressivo a ação mais efetiva foi a criação da chamada *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), que no ano seguinte elaborou o relatório Nunca Más documentando os crimes de Estado ocorridos durante a ditadura. No mesmo sentido, foi revista a *Ley de Pacificación Nacional*, na prática uma autoanistia aprovada pelos militares, ainda durante a ditadura.

Ainda segundo a autora, esse ato do governo Alfonsín permitiu que ex-oficiais das forças armadas fossem julgados pelos crimes cometidos durante a ditadura Argentina (1976 e 1983). Contudo, o contexto político polarizado no país, durante a segunda metade da década de 1980, foi marcado por leis que significaram um reprocesso nas políticas de memória na Argentina. Nesse aspecto podemos citar as chamadas leis do *Punto Final*

3. A Guerra das Malvinas foi um conflito entre a Argentina e o Reino Unido, entre 02 de abril e 14 de junho de 1982, pela disputa da posse das chamadas Ilhas Malvinas, localizadas no Atlântico Sul.

(1986) e da da *Obdiencia Debida* (1987). Na sequencia, durante os governo do presidente Carlos Menem (1989-1999), os antigos chefes dos governo militares foram anistiados

A partir da década de 2000, com a posse de Nestor Kirchner o Estado argentino iniciou uma série de ações de políticas de memória sobre o período da última ditadura. Importante destacar que grupos ligados aos direitos humanos na Argentina permaneceram atentos as questões jurídicas. Dessa forma, em 14 de 2005, a Corte Suprema de Justiça argentina declarou nulas as leis do *Punto Final* e *Obdiencia Debida*

Segundo Ludmila Cateta (2008), o governo Nestor Kirchner aproveitou a efeméride dos 30 anos do golpe militar de 1976, em 2006, para realizar em conjunto com grupos de direitos humanos uma série de ações públicas em torno da memória dos perseguidos políticos. Na época, o Estado Argentino realizou um conjunto de ações simbólicas em reverencia a memória dos mortos e desaparecidos. Entre elas, a criação de centro de memórias, museus e lugares de memória identificadas com a oposição a ditadura. Em relação aos acervos documentais da época da ditadura, pode-se afirmar que a Argentina não conta com uma lei de acesso ou uma política de arquivos.

Apesar da intensa participação da sociedade civil em torno das questões jurídicas, principalmente em torno do julgamento dos ex-chefes das Forças Armadas, o conjunto documental recuperado sobre a atuação do aparato repressivo não é, se comparado ao Brasil ou Paraguai, muito significativo. Existem acervos nos planos municipais, estaduais e federal que concentram documentos produzidos por órgãos de repressão durante a ditadura argentina. Os espaços que concentram o maior volume documental são os da causa Faced (150 mil documentos).

O Paraguai, com o general Alfredo Stroessner no comando (1954-

1989), vivenciou a mais longa das ditaduras do Cone Sul. Contudo, em 1989, após a queda da ditadura e o exílio de Stroessner no Brasil, os mesmos grupos políticos que comandavam o país permaneceram no poder. Nos anos seguintes, mesmo com a redemocratização do país, os familiares e grupos de atingidos pela ditadura buscavam documentos sobre a repressão política Stronista (BOCCIA PAZ, 2008).

A partir da denúncia de Martin Almada – ex-presos político – a situação mudou com a descoberta dos arquivos do Departamento de Investigação, em dezembro de 1992, em uma delegacia de polícia da cidade de Lambaré. Com auxílio do juiz José Augustin, foram descobertos os primeiros documentos sobre prisioneiros políticos da época da ditadura Stronista.

Imediatamente após a descoberta, esse conjunto documental relativo a quatro décadas de repressão foi transferido para o Palácio de Justiça. Outra iniciativa da Justiça do Paraguai determinou, pouco depois dessa primeira descoberta, uma busca nas dependências de outro local identificado com a repressão: o prédio da Direção Técnica do Ministério do Interior. Posteriormente, documentos recuperados em diversos órgãos do governo (Departamento Judicial da Polícia, Comissão Terceira de Assumpção e da Delegação do Governo de Caaguazú) foram incorporados ao chamado “Arquivos do Horror” ou “Arquivos do Terror”, criado em 1993 (BOCCIA PAZ, 2008).

A descoberta dos “Arquivos do Horror” no Paraguai teve reflexos históricos, políticos e documentais, sobretudo nos estudos relativos à chamada Operação Condor. No aspecto simbólico, para os paraguaios, a descoberta dos documentos da repressão política Stronista possibilitou que a palavra memória passasse a ser diretamente ligada aos relatos no conteúdo do conjunto documental do período da ditadura. Em 1998, uma

lei declarou esse acervo “patrimônio nacional e cultural” do Paraguai. Em 2009, o “Arquivo do Horror” foi declarado pela Unesco como Memória do Mundo. Depois da discussão sobre os acervos da repressão em outros países, no próximo tópico, trataremos do situação do arquivos brasileiro.

Os arquivos da repressão no Brasil:

Antes de tratarmos do caso brasileiro é preciso fazer algumas considerações com base na observação apresentada por Ruti G.Teitel (2002). Segundo essa autora, o movimento internacional que possibilitou a criação das comissões da verdade foram utilizadas com maior frequência e tiveram maior repercussão em países que sofreram com o desaparecimento de pessoas – principalmente nos países da América do Sul, da América Central e da África (TEITEL, 2002).

Contudo, nos países do Leste Europeu, ainda segundo a autora, em razão dos inúmeros casos de manipulação do passado realizados pelos agentes do Estado, da repressão política e da censura, a maior demanda foi em torno da busca pelos acervos dos arquivos públicos, especialmente das antigas polícias políticas. Tal iniciativa visava salvaguardar esse conjunto documental de possíveis tentativas de destruição.

Truth commissions are most popular where the predecessor regime disappeared persons or repressed information about its persecution policy, as was typical in Latin America. In contrast, truth commissions have been of less interest in post-Communist Europe, where the use of history by various governments was itself a destructive dimension of Communist repression. Accordingly, in Eastern Europe, the main critical response by the successor regime was not to create official histories but rather to guarantee access to the historical record (TEITEL, 2002, p. 79).

A primeira observação é que no Brasil o processo de abertura dos

acervos da ditadura foi o mais lento da região. Como afirma Georgete M. Rodrigues (2011), o percurso entre o fim da ditadura militar, em 1985, e a entrada em vigor da chamada Lei do Acesso à Informação, em 2012, foi marcado por uma série de controvérsias políticas e jurídicas.

Ainda para a autora, apesar dos esforços de alguns arquivos públicos estaduais e da iniciativa de pesquisa de diversos pesquisadores, como destacamos, o ambiente de insegurança jurídica foi a tônica que pontuou as marchas e contramarchas do período seguinte. O panorama da legislação de acesso aos chamados “arquivos sensíveis” foi marcado por uma série de leis e decretos que pretendiam normatizar essa situação.

Outra importante observação é que no campo da apuração das graves violações de direitos humanos, no Brasil somente em 2012 teve início os trabalhos de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV). Ou seja, após vinte sete anos do fim da ditadura militar e, sobretudo, de décadas de reivindicações de familiares de mortos e desaparecidos políticos foi efetivamente instalada uma Comissão Nacional da Verdade.

Concretamente, a sanção da Lei n.º 12.527/2011 e da Lei n.º 12.528/11 (criando a CNV), em 18 de maio de 2012, foi, em décadas, a mais contundente ação do Estado brasileiro em torno dessa temática. Sendo assim, podemos fazer uma terceira observação: o Brasil vivenciou o mais longo processo de abertura dos arquivos e, sobretudo, de atendimento as demandas por Direito à Memória e à Informação

No campo institucional as reivindicações em torno das questões de direito a acesso dos acervos da ditadura militar tiveram maior visibilidade a partir de 1985. Essa data marcou o fim de fato da Ditadura Militar. A eleição, mesmo que indiretamente, do primeiro civil, Tancredo Neves, para a presidência da República foi o símbolo desse momento. Entretanto, a posse de José Sarney e todos os reflexos dessa situação na transição política,

inclusive com o funcionamento do SNI, mantiveram inalterada a situação da política transaccional. A única ressalva desse período foi a introdução no cenário jurídico brasileiro do *Habeas Data*, na Constituição de 1988.

O ano de 1990 foi marcado pela posse de Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito diretamente desde 1960. Outro evento emblemático daquele mesmo ano foi a extinção do SNI, uma das primeiras medidas do novo presidente. No sentido de garantir o direito irrestrito aos documentos públicos produzidos pelo Estado, foi aprovada a Lei Nº 8159\91, também conhecida como Lei dos Arquivos, que estabeleceu uma regulamentação em torno dos documentos produzidos pelo governo, inclusive os de caráter sigiloso.

A despeito da insegurança jurídica, essa época significou os primeiros avanços na legislação de acesso. Tanto que pouco depois os acervos de algumas DOPS estaduais de parte dos documentos das antigas polícias políticas de São Paulo e do Paraná foram liberados para consulta. Seguindo o mesmo ritmo das políticas de Estado sobre o passado recente, no dia 4 de dezembro de 1995, por meio da Lei nº 9.140, foi sancionada a chamada Lei dos Mortos e desaparecidos. Na prática, essa lei significou o reconhecimento oficial do Estado brasileiro, 16 anos depois da Lei da Anistia, dos mortos e desaparecidos. Entre os casos de mortos reconhecidos pelo Estado Brasileiro constava o nome do jornalista Vladimir Herzog.

Conjuntamente, para os pesquisadores brasileiros ainda havia muitas barreiras para a efetiva pesquisa nos documentos das antigas polícias políticas. Sendo assim, apesar de todas as polêmicas sobre a legislação de acesso aos arquivos no plano federal, a partir da década de 1990, alguns estados brasileiros iniciaram – lentamente e com muita cautela – trabalhos no sentido de tratar, organizar e disponibilizar para pesquisas os acervos

das antigas Delegacias de Ordem Política e Social. (DOPS).

A possibilidade de acesso a essas novas fontes, nos primeiros anos da década de 1990, teve como consequência a produção de uma série de pesquisas sobre o aparato repressivo de âmbito estadual. Dentre esses trabalhos podemos destacar a obra *DOPS: a lógica da desconfiança*.⁴ Editada em 1993, essa publicação foi organizada pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Além de seu caráter pioneiro essa obra teve como grande mérito apresentar uma série de artigos que destacavam o potencial interdisciplinar das pesquisas sobre os acervos da repressão política.

Seguindo o mesmo objetivo, em 1994, a APERJ lançou *Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea*,⁵ trabalho que destaca os aspectos da organização e arranjo arquivístico do acervo. Ainda na década de 1990 houve avanços nos arranjos e disponibilidade para pesquisa dos acervos das arquivos públicos de dois outros estados: São Paulo e do Paraná. O acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) reuniu os mais relevantes conjuntos documentais das antigas polícias políticas.

Durante as décadas de 1990 e 2000, esse espaço concentrou as atenções de pesquisadores, jornalistas e, sobretudo, familiares de mortos e desaparecidos. Nessa época, o APESP custodiou o conjunto documental da antiga Delegacia Especial de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP). Esse acervo serviu de base para as inúmeras pesquisas, entre elas a coleção *Dossiês DEOPS/SP: Radiografia do Autoritarismo Republicano Brasileiro*, conjunto de publicações coordenadas pela professora Maria

4. DOPS: A lógica da desconfiança. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça; Arquivo Público do Estado, 1996.

5. Os Arquivos das Polícias Políticas: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça; Arquivo Público do Estado, 1994.

Aparecida de Aquino.⁶

Esse trabalho, em parceria com o Arquivo do Estado de São Paulo, contou com os esforços de pesquisa de dezenas de professores, graduandos e pós-graduandos da Universidade de São Paulo (USP) que, entre os anos de 1998 e 2002, tiveram contato com o acervo da polícia política paulista. Como resultado foram, publicados cinco livros que tratam dos mais diversos aspectos da atuação do DEOPS/SP. Contudo, essas iniciativas estavam concentradas apenas em alguns arquivos públicos de âmbito estadual.

Isso porque, em plena década de 2000, apesar dos esforços da comunidade acadêmica, dos arquivos públicos estaduais e, sobretudo, dos familiares dos mortos e desaparecidos os conjuntos documentais do aparato repressivo ligado aos órgãos federais permaneciam vedados para a sociedade brasileira. Ou seja, no caso brasileiro persistiu a cultura do sigilo, haja vista o quadro de decretos, medidas provisórias e portarias que se sucederam entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. (RODRIGUES, 2011)

A título de registro, ao longo desse período, foram importantes as iniciativas de diferentes setores da sociedade brasileira para superar esses obstáculos e essa lógica do sigilo, com destaque para o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e para a Associação Nacional de História (ANPUH). Como destaca Vicente A. C. Rodrigues, igualmente importante foram as matérias na imprensa sobre a destruição de “arquivos perdidos” da ditadura (RODRIGUES, 2017).

6. AQUINO, Maria Aparecida de et. al (Orgs.) A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político; famílias 10e 20. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002.

Em 17 de outubro de 2005, 20 anos após o fim da ditadura militar, um novo episódio envolvendo o jornalista Vladimir Herzog⁷ levaria o debate sobre os acervos da ditadura para as primeiras páginas do jornais. Nessa data foram publicadas, na primeira página do jornal *Correio Brasiliense*, duas supostas fotografias do jornalista assassinado sob tortura, em 1975.

Em ambas as fotos, o homem esconde parcial ou totalmente o rosto com as mãos, o que dificulta sua identificação, mas a manchete do jornal é categórica: “Exclusivo: Herzog, humilhação antes do assassinato”. Praticamente toda a primeira página é dedicada ao assunto, seguida de mais seis também sobre outros documentos localizados no mesmo lugar. Apesar da certeza inicial também da viúva de Herzog, alguns dias depois constatou-se que as fotos eram do padre canadense Leopoldo d’Astous...

A repercussão das fotografias, mesmo após os esclarecimentos, motivou a retomada de um conjunto de iniciativas pelo governo federal, em parceria com o Arquivo Nacional. Como resposta dessas pressões, o ano de 2005, foi criado um centro de referência para a guarda de documentos dos órgãos de repressão, a partir da entrega de parte do conjunto documental

7. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, marcou um dos momentos mais emblemáticos de graves violações aos direitos humanos ocorridos no Brasil durante a ditadura militar. Em 25 de outubro de 1975, após comparecer voluntariamente para prestar esclarecimentos nas dependências do Departamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado na capital de São Paulo, o então diretor de jornalismo da *TV Cultura* de São Paulo, Vladimir Herzog, foi encontrado morto, supostamente enforcado, em sua cela nas dependências do 2^a Exército, na mesma cidade. As forças de segurança alegaram que o jornalista cometeu suicídio. Entretanto, essa versão não foi aceita pelos familiares e colegas de Herzog. Seu velório e, especialmente, e um culto ecumênico em sua memória transformou-se num dos momentos mais significativos da redemocratização brasileira. Depois de três décadas, diversos livros, reportagens, documentários, Lei da Anistia de 1979, redemocratização do país (1985), Lei dos Mortos e Desaparecidos (1995) e da apresentação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014), ainda pairam dúvidas sobre a identidade dos responsáveis pelo assassinato de Vlado – como era conhecido o jornalista brasileiro.

do SNI, na época sob posse da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), finalmente foi entregue ao Arquivo Nacional.

Em 2009, através de outra iniciativa – tardia, mas mesmo assim importante – do Estado brasileiro surgiu, através da portaria n.º 204/2009, o chamado Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): *Memórias Reveladas*. É inegável que, no presente, o acesso aos arquivos brasileiros, se comparado a outros países do Cone Sul que passaram por regimes autoritários, passou por transformações – qualitativas e, sobretudo, quantitativas –, a partir da instalação da CNV e da promulgação da Lei n.º 12528/11.

Contudo, a situação permanece inalterada em relação aos acervos dos antigos órgãos de repressão ligados às Forças Armadas, notadamente os do Centro de Informação do Exército (CEI), do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) e do Centro de Informação da Aeronáutica (CISA). Durante os esforços de pesquisa para a elaboração do Relatório Final da CNV, em parceria com o projeto *Memórias Reveladas*, o Arquivo Nacional realizou uma importante ação na preservação dos acervos produzidos durante a ditadura militar: digitalizou, aproximadamente, 16 milhões de páginas de documentos.⁸

Como é possível contatar, a transição política no Brasil, como salienta Alexandra Barahona de Brito (2013), ocorreu em “câmera lenta”. Os militares tiveram um alto grau de controle do processo político. Entre os elementos que ratificam essa transição pactuada podemos citar a Lei de Anistia (1979), que beneficiou os torturadores e membros das forças

8. OAB-RIO DE JANEIRO. Documentos da ditadura militar serão digitalizados. 2013. Disponível em: <<https://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100431577/documentos-da-ditadura-militar-serao-digitalizados>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

repressivas. No mesmo sentido, a eleição indireta de Tancredo Neves e a posse do seu vice José Sarney, em 1985, são outros momentos que marcaram essa conjuntura.

No caso brasileiro, anos após o fim de fato da ditadura militar, ocorreram poucos avanços no direito à informação. Os governos que se sucederam realizaram medidas tímidas nesse sentido. Na questão do acesso aos documentos da repressão, inclusive, mesmo durante os mandatos de FHC (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010), ambos antigos militantes da oposição aos militares, foram marcados por medidas ambíguas em relação as “políticas do passado”.

Ainda sobre as políticas de acesso durante o governo Lula, muito pela pressão dos militantes dos direitos humanos e de familiares de desaparecidos, aconteceram alguns avanços, notadamente, através da criação do projeto Memórias Reveladas, do Memorial da Anistia e as Caravanas da Anistia. Contudo, a pressão dos setores militares esteve presente nos debates sobre o destino dos arquivos da repressão e até mesmo da criação de uma Comissão da Verdade.

Somente a partir do primeiro governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2014), efetivamente, políticas de transição mais incisivas foram adotadas pelo Estado brasileiro. São símbolos desse contexto a criação e funcionamento da Comissão Nacional da Verdade, entre 2012 e 2014. Outro importante avanço foi a sanção da Lei de Acesso à Informação, em 2012.

Entretanto, a partir de 2015, com a posse do presidente Michel Temer, após um polêmico processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff, as políticas de memória sofreram um novo revés. No presente espaços e projetos – por exemplo, a Comissão Nacional da Anistia e o Arquivo Nacional – sofrem com profundos cortes de verba. No

contexto memorial brasileiro da atualidade, nos últimos anos, emergiram grupos, candidatos e figuras públicas que fazem apologia aos ex-generais presidentes e de torturadores da época da Ditadura Militar

Usos políticos dos arquivos

No presente, os usos políticos do passado traumático têm gerado um conjunto de debates e polêmicas em torno dos acontecimentos que marcaram esses regimes ditatoriais. Independentemente da localização geográfica e da orientação política, durante a segunda metade do século passado, diferentes países adotaram regimes autoritários.

Nesse cenário, Pierre Nora afirma que, na atualidade, os chamados arquivos da repressão se encontram no centro da disputa política pelo passado. Basta observar os debates arquivísticos, históricos, políticos, jurídicos e éticos em torno da utilização de tais acervos documentais, em especial no atual cenário de disputas em torno da memória, dos silêncios e do esquecimento.

Em nosso país, o acesso a esses conjuntos documentais é uma importante ferramenta para a construção da democracia principalmente, levando em consideração o caráter históricos dos acervos das antigas polícias políticas. Segundo Henry Rousso, no presente, o volume de documentos e testemunhos produzidos não deve ser confundido com um mero “fetichismo do documento”. O autor faz esse alerta em um texto onde analisava a importância – apesar das inovações tecnológicas – dos arquivos e dos documentos na recuperação dos vestígios do passado recente.

No geral, essas experiências autoritárias na nossa região tiveram como elemento em comum lentos e tortuosos processos de redemocratização. Sobretudo, nas questões relativas as políticas de acesso à informação e

direito à memória. Como procuramos sublinhar, entre os mecanismos para a superação dessas experiências traumáticas passaria pela abertura e divulgação dos conjuntos documentais dos antigos aparatos repressivos dos países do Cone Sul, em especial, no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maria Aparecida de et. al (Orgs.) **A constância do olhar vigilante**: a preocupação com o crime político; famílias 10e 20. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002.
- BAYERLEIN, Bernhard H. Arquivos do comunismo e perspectivas de pesquisa 25 anos após a “Revolução dos Arquivos”: um balanço global. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 29, n. 59, p. 787-812, 2016.
- BARAHONA DE BRITO, Alexandra. “Justiça transicional” em câmara lenta: o caso do Brasil. In.: In.: PINTO, António Costa. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). **O passado que não passa**: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.
- BOCCIA PAZ, Alfredo, Los “archivos del horror” del Paraguay: los papeles que resignificaron la memoria del Stronismo. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Org). **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- CATELA, Ludmila da Silva; Violencia politica y ditadura em Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Org). **Ditadura e Democracia na**

América Latina. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes Históricas na França: séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012 (Tradução: Roberto F. Leal), p.350-354.

FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da STASI ou a miragem dos arquivos. In: JULIA, Dominique; BOUTIER, Jean. **Passados recompostos: campos e canteiros da história.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.

FUNDER, Anna. **Stasilândia: como funcionava a polícia secreta alemã.** São Paulo: Cia das Letras, 2008.

KECSKEMÉTI, Charles. Les archives des policie politique. Exposé introductif. In: CORNU, Marie; FROMAGEAU, Jérôme (Org.). **Archives des dictatures: enjeux juridiques, archivistiques et institutionnels.** 1. ed. Paris: L’Harmattan, 2015.

POLICZER, Pablo. A Polícia e a Política de Informações no Chile durante o governo Pinochet. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 12, n. 22, 1998.

RODRIGUES, Gergete. M. . Arquivos, anistia política e justiça de transição no Brasil: onde os nexos?. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, v. 1, p. 136-138, 2009.

_____, Georgete M. Legislação de acesso aos Arquivos no Brasil: um terreno de disputas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro: v. 24, n. 1, RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. **Documentos (in)visíveis: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil** Aracaju: EDISE, 2017.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

_____. O arquivo ou indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996.

TEITEL, Ruti G. Transitional Justice Genealogy. **Harvard Human Rights Journal**, Cambridge: v. 16, p. 69-94, 2003. Disponível em: <<http://www.qub.ac.uk/home/Research/GRI/mitchell-institute/FileStore/Filetoupload,697310,en.pdf>>.

Agências internacionais de notícias, telegramas e política: expedientes e práticas dos jornais brasileiros no alvorecer da Guerra Fria

EDVALDO CORREA SOTANA¹

Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Este artigo está inscrito na fronteira entre as áreas de história e comunicação. Nossa pretensão é apresentar alguns dados sobre a história das agências internacionais de notícias para, em seguida, refletir sobre aspectos do trabalho efetuado por jornais brasileiros com os telegramas utilizados para a produção do noticiário internacional sem, contudo, desconsiderar interesses econômicos e políticos nos momentos iniciais da Guerra Fria. Além da bibliografia consultada, utilizamos como fontes os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Correio de Manhã*, *Tribuna Popular*, *Hoje* e *Voz Operária*, bem como a revista *Publicidade e Negócios* e o *Boletim da Associação Brasileira de Imprensa*.

Palavras-chave: História, agências internacionais de notícias, Guerra Fria.

Abstract: This article is between the areas of history and communication. We intend to present information in the history of international news agency. Then, our ambition is think about the work performed by Brazilian newspapers with telegrams used for the production of international news. Therefore, we consider economic and political interests in the early stages of the Cold War. Beyond the bibliography, we use as documents the newspapers *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna Popular*, *Hoje*, *Voz Operária* and *Vanguarda Socialista*, as well as the magazine *Publicidade e Negócios* and the *News Brazilian Press Association*.

Keywords: History, International News Agencies, Gold War.

Recebido em 28/11/2017 e aceito em 13/10/2018.

1. Doutor em História pela FCL – UNESP/Assis. Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Aquidauana, Curso de História. Coordenador do Laboratório de Estudos da Imagem, Imprensa e Som (LEIIS). E-mail: sotana.ufms@gmail.com

Já se foi o tempo dos doces isolamentos provincianos; hoje, todo o jornal que mereça este nome está no centro do mundo, pois os meios de comunicação e a teia incessante das relações humanas põem-no em contato quase instantâneo com todos os pontos do globo (*O Estado de S. Paulo*, 18 dez. 1951, p. 30)²

Publicado nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, o texto chama a atenção para as modificações no processo de produção do noticiário nos jornais brasileiros em meados do século XX. Segundo o matutino paulista, jornais deveriam romper os “isolamentos provincianos” e estabelecer contato com “todos os pontos do globo”. O periódico da família Mesquita aludia, provavelmente, à utilização de telegramas provenientes das agências internacionais de notícias e ao peso do noticiário internacional nas páginas dos jornais publicados em território nacional.

É certo que pesquisadores brasileiros têm se ocupado em estudar o jornalismo internacional. João Batista Natali (2004), Sidney Garambone (2003), Verônica Goyzueta e Thierry Ogier (2003), Andreia Carolina Schwartz Peres (2005), Orivaldo Biagi (2001), Igor Marx Freire Ferreira Lima e Silva (2006), Fhoutine Marie Reis Souto (2009), Pedro Aguiar (2008, 2009) e Rafael Henrique Antunes (2013) são exemplos de estudiosos interessados em analisar o noticiário acerca de acontecimentos que passam no mundo e são veiculados pela imprensa escrita brasileira.

No entanto, poucas linhas foram dedicadas ao trabalho dos jornais brasileiros com o material enviado pelas agências internacionais de notícias. Dentre os pesquisadores, Souto (2009) abordou a cobertura do 11 de

2. Nas citações subsequentes, os periódicos serão assim abreviados: *O Estado de S. Paulo* (OESP), *Folha da Manhã* (FM), *Jornal do Brasil* (JB), *Correio da Manhã* (CM), *Tribuna Popular* (TP), *Hoje* (H), *Voz Operária* (VO), *Publicidade e Negócios* (PN) e *Boletim da Associação Brasileira de Imprensa* (ABI).

setembro feita pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, analisando, ainda que muito pontualmente, a influência das agências de notícias e de jornais estrangeiros no material publicado. Já Aguiar (2008), após detectar a carências de textos, procurou tratar da história das agências de notícia, comparando as práticas realizadas no mundo com aquelas adotadas no território brasileiro. Por sua vez, Antunes (2013) discutiu o noticiário da grande imprensa brasileira sobre a Revolução dos Cravos (1974) e buscou compreender as fontes, as formas e os significados impressos pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Para tanto, investigou as agências internacionais de notícias e os correspondentes estrangeiros que forneceram material para os periódicos brasileiros. Para além dos trabalhos citados, livros sobre a história da imprensa brasileira apresentam dados para compor a história do jornalismo internacional e da utilização dos telegramas pelos jornais brasileiros, como pontualmente fazem Sodré (1966) e Barbosa (2007).

A despeito das pesquisas citadas, ainda existem lacunas nos estudos voltados para o trabalho dos jornais brasileiros com material proveniente das agências internacionais de notícias, especialmente no que diz respeito ao levantamento de dados e elementos para o entendimento de momentos históricos específicos.

Parece possível investigar, por exemplo, os laços estreitos entre Guerra Fria, agências internacionais de notícias, jornais brasileiros, noticiário internacional e propaganda.³ Pouco tempo após a Segunda

3. Entre o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e o fim da década de 1980, adeptos do capitalismo e do comunismo, liderados, respectivamente, por EUA e URSS, cultivaram um diferente estado de beligerância denominado Guerra Fria. Munhoz (2004) apresenta consistente balanço bibliográfico e situa as ideias centrais de cinco correntes analíticas sobre o início da Guerra Fria: a ortodoxia, a história oficial soviética, o revisionismo, o pós-revisionismo e o corporativismo. Ainda para os leitores interessados no debate, seu estudo sugere ampla bibliografia especializada acerca do debate historiográfico

Guerra Mundial, ficava patente o esfacelamento da aliança firmada na luta contra o nazifascismo. Segundo Vizentini (2000, p. 200), o discurso proferido por Churchill, em 1946, sobre a cortina de ferro estabelecida em diversas capitais europeias, transformou-se em “símbolo maior dos ventos da Guerra Fria”. Para o autor, a rivalidade foi impulsionada, em 1947, pela proclamação da Doutrina Truman e pelo Plano Marshall. Também precipitou o acirramento das tensões o discurso em que Zdanov, então dirigente soviético, afirmou ser irredutível o antagonismo entre socialismo e capitalismo. Não obstante Estados Unidos e União Soviética terem mantido relações hostis no período anterior à Segunda Guerra Mundial, as pesquisas históricas comumente atribuem papel central aos acontecimentos da segunda metade dos anos 1940 (SMITH, 1989).

Embora a corrida armamentista e o confronto militar tenham aparecido como “aspecto mais óbvio da Guerra Fria”, suas maiores consequências foram políticas e contribuíram para a polarização do “mundo controlado pelas superpotências em dois ‘campos’ marcadamente divididos” (HOBSBAWM, 1995, p. 234; 235). Por certo, o embate travado entre Estados Unidos e União Soviética foi marcado por disputas militares, políticas, econômicas, diplomáticas e ideológicas, assim como por incontáveis lances de propaganda. A própria denominação *Cold War* provém da pena de um jornalista estadunidense. O termo Guerra Fria se popularizou a partir de Walter Lippmann, também responsável pelo emprego do conceito de “opinião pública”, em decorrência do seu livro *Public Opinion* (1922). A repercussão de seus artigos no *New York Herald Tribune*, em 1947, contribuiu para a “universalização do termo Guerra Fria para qualificar os conflitos envolvendo a União Soviética e os Estados Unidos após a conclusão da

Segunda Guerra Mundial” (MUNHOZ, 2004, p. 263-264).

Assim, se a Guerra Fria ajudou a moldar a política externa e a política interna da maioria das nações ao redor do globo (LEFFLER; PAINTER, 2005), parece plausível que tenha influenciado o modo de fazer jornalismo, especialmente a produção noticiosa, bem como o conteúdo veiculado na editoria internacional. Corrobora a proposta aqui apresentada o estudo desenvolvido por Heloisa Reichel (2004). Para ela, nos momentos iniciais da Guerra Fria, o comunismo “substituiu o nazismo como inimigo e foi representado, principalmente na imprensa, como a grande ameaça que o comunismo devia combater” (REICHEL, 2004, p. 207).

Sem diminuir o papel exercido por outros meios de comunicação para a divulgação de imagens relativas ao embate entre EUA e URSS, a imprensa escrita pode ser tomada como fonte para o pesquisador ocupado com os efeitos da Guerra Fria em território brasileiro⁴, pois, assim como os filmes, as canções e as histórias em quadrinhos, a imprensa também produziu “imagens extremamente ideologizadas e estereotipadas do confronto, motivo pelo qual, tais fontes, outrora menosprezadas, têm sido reconhecidas como de grande relevância para o estudo dos efeitos gerados pela Guerra Fria ao longo do século XX” (MUNHOZ, 2004, p. 275).

E cabe perguntar: como os jornais brasileiros produziram seu noticiário internacional no quadro histórico da Guerra Fria? Esse questionamento instiga a refletir sobre a relação de jornais nacionais com

4. Dois estudos são inspiradores para pensar a relação entre imprensa brasileira e Guerra Fria. O primeiro é a dissertação de mestrado em que Rodolfo Gauthier Cardoso dos Santos (2009) analisa o comportamento da imprensa, da comunidade científica nacional e de outros atores da sociedade brasileira no debate público sobre discos voadores entre 1947 e 1953. Embora voltado para período um pouco posterior à proposta em nosso trabalho, também chama a atenção a pesquisa de Júlio Barnez Pignata Cattai (2011) sobre a atuação da *United States Information Agency* (USIA) no Brasil, entre 1953 e 1964, a partir do material veiculado nos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*.

o material telegráfico enviado pelas agências internacionais de notícias nos anos iniciais da Guerra Fria.

Dados da história das agências internacionais

Algumas invenções conferiram outra dinâmica à vida social, encurtaram distâncias e transformaram a produção da notícia. Em fins do século XIX, a maior agilidade na produção da informação estava profundamente vinculada à expansão da rede telegráfica mundial e ao surgimento de outras inovações que possibilitaram a rápida circulação da notícia e ofereceram novas possibilidades para a imprensa brasileira (DE LUCA, 1999). Para veicular o material telegráfico, muitos jornais chegaram a criar uma página internacional (SODRÉ, 1966). É possível inferir, então, que a invenção do telégrafo foi fundamental para o surgimento e consolidação das agências noticiosas internacionais e, conseqüentemente, criou condições para a formação de uma rede mundial de notícias (BARBOSA, 2007).

Em 1874, o *Jornal do Comércio* inovou ao recorrer ao telégrafo para publicar notas enviadas pela agência *Reuter-Havas*, fundada em 1825 por Charles Havas na França. Tal agência serviu por 71 anos à imprensa brasileira e, ao final da Segunda Guerra Mundial, passou a chamar-se *France-Presse* (SODRÉ, 1966). A partir de 1902, o *Correio da Manhã* passou a ter acesso ao material divulgado pela agência *Havas*. O impresso alardeou a novidade e tratou da implantação do serviço telegráfico como uma importante inovação para acompanhar os outros diários cariocas da época (BARBOSA, 2007).

Em pouco tempo, contudo, a *Havas* deixou de ser a única agência responsável pela distribuição de notícias em solo brasileiro. No curso da

Primeira Guerra Mundial, a agência *Americana* também enviou telegramas para o eixo Rio-São Paulo (GARAMBONE, 2003). Pouco depois, a *United Press Internacional* (UPI) entrou no mercado nacional. Caracterizada por comercializar noticiário redigido em moldes diferenciados da sua principal concorrente (a *Havas*) e integrada ao modelo norte-americano de jornalismo, a UPI se apresentava como preocupada com a transmissão da informação e não com a interpretação da notícia. Além disso, começou a fornecer abundantes informações sobre atividades estadunidenses, as quais passaram a interessar mais de perto ao público brasileiro, em virtude da previsível entrada dos Estados Unidos no primeiro conflito mundial.

Jornais perceberam a conveniência de repartir seu espaço de publicação entre os telegramas da *Havas* e da *United Press* (JOBIM, 1960). Em 1918, a *United Press Internacional* começou a fornecer material ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 1922, passou a atender o *Jornal do Brasil* e, no final da década, responsabilizou-se por fornecer material para *O Jornal* (BARBOSA, 2007).

Já durante a década de 1920, Nova Iorque começou a figurar como centro irradiador de noticiário para a América Latina. Antes de chegar ao Brasil, as informações passavam pelo escritório da UPI em Buenos Aires ou, então, eram remetidas por telégrafo, em inglês, via *Wertern*, *Pal American* ou *Italcabo*. Nesse mesmo período, a *Associated Press International* (API) instalou seu escritório no Rio de Janeiro e iniciou seus serviços, fornecendo material noticioso ao *Correio da Manhã* (BARBOSA, 2007).

É pertinente evidenciar que tais agências noticiosas contribuíram no processo de consolidação da presença cultural estadunidense em território brasileiro. Bandeira (1978) ressaltou, por exemplo, que, até a Primeira Guerra Mundial, a formação cultural brasileira se caracterizava como predominantemente europeia. Como observou Bandeira, as agências

noticiosas de origem norte-americana se transformaram em presença constante no noticiário internacional da imprensa escrita brasileira e, em pouco tempo, passaram a fazer frente àquelas situadas na Europa. Além de concorrerem com a francesa *Havas*, os profissionais norte-americanos começaram a “contra-atacar o serviço de propaganda da Alemanha, presente na América Latina com a agência Transoceânica Alemã, que fornecia notícias e fatos a preços insignificantes” (TOTA, 2000, p. 55). De acordo com Gerson Moura (1991, p. 98), as iniciativas dos Estados Unidos para eliminar a influência do Eixo no Brasil e construir um “*sistema de poder americano*” implicavam ações na área econômica, na organização militar, na política externa e também na atuação frente aos meios de comunicação.

Também é importante sublinhar que a implantação do *Estado Novo* repercutiu na estrutura material dos jornais e, conseqüentemente, na produção da notícia. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, permitiu a intervenção estatal sobre os meios de comunicação. Com o objetivo de formular uma imagem “uníssona do Estado para a sociedade”, o DIP instalou censores nas redações dos jornais e forneceu grande parte do noticiário a ser impresso. A publicação de muitos fatos ou nomes foi proibida e muitos jornalistas foram perseguidos, presos e aliciados com propina ou outras formas de cooptação pelo governo federal. Paralelamente a esse quadro de censura característica do regime ditatorial e da ausência de liberdade para exprimir os conflitos e os interesses políticos internos, a imprensa escrita brasileira ampliou o volume de informação fornecido pelas agências internacionais de notícias que, na época, encontravam-se em franco fortalecimento. Durante o Estado Novo, UPI, API e *Reuters* se consolidaram como significativas fornecedoras de informação para a imprensa brasileira (RIBEIRO, 1998).

Com a Segunda Guerra Mundial e a opção do governo brasileiro

de lutar ao lado dos países aliados, ampliou-se a influência norte-americana em território nacional. Esta, no entanto, não se restringiu à imprensa, pois também atingiu diversas áreas da vida social. O cinema⁵, a música, as formas de comportamento e os padrões de consumo são exemplos da introdução do *american way of life* no Brasil (RIBEIRO, 2007). Na década de 1940, o território brasileiro foi alvo de múltiplas missões culturais oficiais e de diversas ações de jornalistas, professores universitários, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas e empresários norte-americanos. Esse organizado processo de difusão cultural possuía um objetivo extremamente delineado, já que o governo estadunidense pretendia obter o apoio brasileiro na luta contra o nazifascismo (MOURA, 1984). Para isso, foi criado o *The Office for Coordination of Inter-American Affairs* (Ociaa). Sob o comando de Nelson Rockefeller, o órgão se responsabilizou pelas relações culturais dos Estados Unidos com países da América Latina. Entre 1940 e 1946, procurou difundir informações positivas sobre os Estados Unidos e combater a propaganda do Eixo. Sua estrutura organizacional contemplava diversas divisões, como, por exemplo, a Divisão de Informações, que, desde o início do programa, auxiliou as agências *United Press* e *Associated Press* na elaboração e difusão das notícias favoráveis aos Estados Unidos em solo brasileiro. Assim, centenas de jornais e revistas brasileiras recebiam “dezenas de milhares” de notícias, fotografias e artigos sobre “as relações interamericanas” (MOURA, 1984, p. 33-4). Nesse processo, as agências noticiosas norte-americanas ganharam poder e espaço internacional e, mesmo após a extinção do Ociaa, passaram

5. Sobre a produção cinematográfica estadunidense em cartaz em território brasileiro entre 1945 e 1954, consultar a tese de Alexandre Busko Valim (2006). Em trabalho recente, Valim (2017) investigou a documentação do *National Archives* para analisar as ações do *Office of the Coordinator of American Affairs*, seu *Motion Picture Division* e a *Brazilian Division*, com vistas a estudar o emprego do cinema no Brasil como instrumento de persuasão política pelos Estados Unidos durante a chamada política de Boa Vizinhança no transcurso da Segunda Guerra Mundial.

a ser a principal fonte de consulta dos jornais brasileiros (PRADO, 2000).

Mas aprofundar os laços entre os serviços de mídia locais e as agências noticiosas internacionais não foi incumbência somente do escritório de Rockefeller. Em 1948, o governo norte-americano externou posição oficial sobre a utilização de agências privadas de notícia, pois “as competências inscritas no *Smith-Mundt Act*, de 1948, posteriormente incorporadas à USIA, já aceitavam a utilização dos serviços governamentais junto às audiências internacionais”. Além disso, a *Central Intelligence Agency* (CIA) também atuou “junto às agências internacionais de notícias, no sentido de que publicassem material favorável à imagem dos Estados Unidos no exterior”. A CIA possuía “uma rede de contatos dentro e fora dos Estados Unidos que oferecia acesso direto a um grande número de jornais e periódicos, dezenas de serviços de imprensa e agências de notícias” (CATTAL, 2011, 45-46).

Aos poucos, *Reuters*, UPI e API começavam a exercer papel fundamental na distribuição de informações para os jornais brasileiros (MARTINS; DE LUCA, 2006), processo expressado em matéria veiculada no *O Estado de S. Paulo*:

[o redator] redigia notícias, corrigia comunicados, traduzia telegramas. Traduzia telegramas? Essa expressão tem uma história. Muitos anos antes, os três ou quatro telegramas que o jornal publicava ficavam-lhe a peso de ouro. Eram mandados por correspondentes estabelecidos nas grandes capitais da Europa e aqui chegavam em francês ou inglês, devendo ser traduzidos para o português, a fim de serem publicados. A função do redator de telegramas era traduzir. Com o tempo, surgiram as agências que facilitaram e ampliaram o serviço. Os telegramas passaram a chegar ao jornal já traduzidos e quase prontos para a publicação. No entanto, a palavra traduzir subsistiu. O redator, diante dos despachos, chegados pelo *Telegrafo Nacional* ou pelo *telegrafo das estradas de ferro*, continuava a traduzi-las... (*OESP*, 4 jan. 1946, p. 6).

Telegramas no início da Guerra Fria: informação x propaganda

No período inicial da Guerra Fria, a UPI e a AP praticamente monopolizaram a distribuição de notícias e começaram a mostrar um mundo dividido em partes antagônicas e irreconciliáveis. É certo que uma multiplicidade de outros fatores econômicos, políticos, diplomáticos e culturais devem ser levados em consideração para tratar dessa influência cultural norte-americana (MOURA, 1984). Mesmo assim, é considerável o papel exercido pelas agências de notícia ao distribuírem informações no quadro de Guerra Fria, posto que algumas empresas se tornavam responsáveis por quase todo o “noticiário estrangeiro utilizado por meios de comunicação de massa em todo o mundo” (MOREIRA, 1996, p. 23).

Também é preciso considerar que as agências distribuem textos “a partir de uma perspectiva particular”, relacionada à cultura ou a política governamental do seu país de origem (MOREIRA, 1996, p. 23). Assim, os EUA se transformavam em centro a partir do qual as agências internacionais de notícias recebiam e divulgavam informações aos jornais brasileiros. Material veiculado pelo *Jornal do Brasil* revela isso:

Se Nova York já era a grande metrópole que todos sabem, ficou ainda maior em sendo a sede, provisória, das Nações Unidas. Daqui partem os milhões de despachos com assuntos para os jornais do mundo, e para aqui convergem as boas e más notícias desse mundo e de outros. Quando essas notícias interessam ao espírito americano, são elas, então, divulgadas para o conhecimento deste tribunal da opinião pública. É, pois, interessante visitar as agências, onde se encontram jornais a telegrafar de toda a parte e a ouvir o que se passa a respeito. O mundo, ali, se desdobra diante dos olhos da gente, dando mais asas ao espírito. Os acontecimentos giram, muitas vezes, como as modas femininas. Ficam no cartaz, saem de cartaz, voltam ao cartaz (*JB*, 21 jul. 1946, p. 01, seção 2).

Países do bloco capitalista controlavam o “circuito mundial de notícias através de cinco agências” e reiteravam um fenômeno econômico com os países da América Latina, consumindo os produtos industriais e comerciais do mundo desenvolvido, bem como “as informações dali procedentes” (ROSSI, 1980, p. 81; 89).

Em algumas ocasiões, os periódicos comunistas adquiriam material de agências noticiosas do mundo capitalista, como sugere a veiculação de material noticioso distribuído pela UPI ou pela API por parte dos jornais *Tribuna Popular*⁶ e *Hoje*⁷.

Esse tipo de material também foi utilizado por órgãos responsáveis por comentar a situação dos meios de comunicação no Brasil. As notas telegráficas alimentaram o espaço intitulado “Notícias do Estrangeiro” da revista *Publicidade e Negócios* (PN, jan. 1947, p. 26-28) e figuraram no Boletim publicado quinzenalmente pela *Associação Brasileira de Imprensa*, tal como demonstra a edição de julho de 1952 (ABI, jul. 1952, p. 3).

A própria localização geográfica das agências influenciava o acesso aos pronunciamentos dos líderes políticos do chamado “Bloco Ocidental”, tal como demonstra a veiculação dos discursos e entrevistas de Harry Truman e Winston Churchill. Como exemplo, entre 1945 e 1953, *O Estado de S. Paulo* veiculou 37 matérias com entrevistas ou pronunciamentos de Truman sobre o tema paz mundial. Com frequência, a posição do presidente norte-americano também foi estampada nas páginas de dois periódicos cariocas, pois sua opinião foi publicada em 31 edições do *Correio da Manhã* e 22 edições do *Jornal do Brasil*. No mesmo período, os pronunciamentos

6. *Tribuna Popular*, 2 ago. 1945, p. 1; 3 ago. 1945, p. 1; 8 ago. 1945, p. 1; 10 ago. 1945, p. 1; 4 set. 1945, p. 1.

7. *Hoje*, 13 nov. 1945, p. 1; 7 jan. 1947, p. 1; 28 jan. 1947, p. 2; 19 abr. 1947, p. 2; 2 maio 1947, p. 1.

do líder soviético Josef Stálin raramente figuraram nas páginas da grande imprensa, pois os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* fizeram uso das entrevistas de Stálin, respectivamente, em oito, seis e quatro edições.

Além disso, alguns jornais utilizavam expediente bastante engenhoso para publicar as declarações de Stálin. A *Folha da Manhã*, por exemplo, recorreu à API. Essa agência, por sua vez, remeteu perguntas sobre a situação internacional ao governo soviético. As respectivas questões e respostas foram irradiadas pela emissora de Moscou (*FM*, 23 mar. 1946, p. 1).

As próprias agências situadas no mundo capitalista criavam estratégias para buscar informações referentes ao mundo soviético, como bem ilustram as situações em que captaram informações da Rádio Soviética e, em seguida, venderam aos jornais brasileiros. Assim reconhecia o jornal *O Estado de S. Paulo*: “só podemos saber o que acontece naquele país por intermédio das transmissões oficiais da Rádio Moscou” (*OESP*, 2 abr. 1948, p. 1). Essa não foi, contudo, uma novidade do final da década de 1940. De acordo com Jeanneney (1996), as emissoras de rádio desempenharam um papel fundamental na transmissão de informação no desenrolar da Segunda Guerra Mundial e, paulatinamente, militares e políticos alemães, russos e franceses descobriram a importância dessa arma de propaganda, tanto para difundir suas ideias quanto para criar obstáculos e interferir nas transmissões dos seus adversários. Por sua vez, os norte-americanos passaram a utilizar as emissoras de rádio após o ataque japonês ao Pearl Harbor em dezembro de 1941. Criaram o Serviço de Informação de Guerra para “escutar atentamente” aquilo que o adversário difundia e reagir às notícias por eles consideradas falsas e ardilosas ou mesmo aos rumores. Em princípios da década de 1940, portanto, usavam as emissoras de rádio

para captar informações provenientes de regiões de difícil acesso.

A falta de informações sobre a URSS até chegou a ser alvo de debate nas páginas do *O Estado de S. Paulo*. Em meio aos comentários sobre uma possível preparação militar soviética para futuros combates, um editorial sentenciou: “[...] o que se lê nesses despachos parece indicar que a União Soviética se encontra antes em fase de recomposição interna do que, propriamente, em períodos de preparativos bélicos agressivos ou defensivos”. E concluiu: “tão poucas e tão falhas são a informações que temos acerca da vida interna na União Soviética, que não devemos desperdiçá-las numa interpretação simplista e apressada, sobretudo se há perigo de um futuro conflito” (*OESP*, 9 out. 1946, p. 3).

Em outro momento, a falta de informações sobre a União Soviética foi novamente reconhecida pelo matutino paulista. Ao tratar da posição soviética na Conferência de Paris, o articulista do *O Estado de S. Paulo* destacou que “a falta de informações suficientes impossibilita uma clara percepção do princípio básico da política externa soviética”. Carente de informações, o jornal reconheceu a possibilidade de estabelecer “muitas hipóteses” sobre a posição soviética (*OESP*, 18 ago. 1946, p. 3). Essa não foi, porém, uma postura predominante na imprensa do período. Os articulistas raramente assumiram que a falta de informações provenientes da União Soviética se transformava em obstáculo para a produção das análises internacionais. O Conde Emanuel de Benningsen apareceu como uma voz preocupada com essa situação ao indicar que os jornais continuavam “a publicar declarações das mais variadas, acerca das probabilidades de uma nova guerra”, embora os autores dessas “previsões” não alegassem qualquer motivo razoável para justificá-las. Desse modo, o jornalista afirmava:

Diz-se geralmente que a Rússia se prepara para desencadear nova guerra, mas é interessante notar que, enquanto as

pessoas que estiveram nesse país afirmam, por ocasião do seu regresso, que ela não se acha em condições de participar de um novo conflito armado, os jornalistas que nunca transpuseram a chamada ‘Cortina de Ferro’ são geralmente os que se mostram mais alarmistas em suas previsões (*OESP*, 8 out. 1946, p. 16).

Em poucas oportunidades, os jornais brasileiros utilizavam material proveniente de agências noticiosas soviéticas. *O Estado de S. Paulo* recorreu a esse material, mas fez questão de mostrar ao leitor brasileiro que a informação veiculada fora divulgada por uma agência noticiosa soviética. Para isso, usou o expediente de começar o texto, tratando a informação como produzida pela agência e apenas veiculada pelo jornal. Ao se referir às notícias provenientes da União Soviética, o jornal paulista adotou como prática rotineira iniciar o texto com os seguintes registros: “telegramas de Moscou informam que...”, ou mesmo: “A ‘Agência Tass’ divulga pormenores...”⁸, algo que não ocorria quando os telegramas vinham da UPI, API e *Reuters*.

Além da escassez de material, os poucos telegramas utilizados foram tomados pelos articulistas como difusores de propaganda política. Em 1946, o jornalista Frederico Heller salientava a estratégia soviética de enaltecer sua própria política externa. Afirmava que “a política externa da União Soviética merece, reiteradamente, observações e análises”, sendo que “uma de suas características mais destacadas é a utilização metódica e persistente da arma de propaganda” (*OESP*, 8 mar.1946, p. 14).

Em 1947, um artigo publicado pelo *O Estado de S. Paulo* comentou o início de “uma campanha da verdade” para neutralizar propaganda inimiga dos EUA. O texto destacou que autoridades de vários departamentos do exército norte-americano, parlamentares, publicistas e muitos observadores

8. *OESP*, 08 out. 1946, p. 16 e 01 jul.1947, p. 1.

leigos pleiteavam uma campanha que poderia irritar, magoar e causar desespero, mas que, no fim, faria a verdade triunfar (*OESP*, 14 nov. 1947, p. 16).

Ainda no mesmo ano, o matutino paulista publicou outro artigo enfocando a Guerra Fria como uma “guerra de nervos”, a qual fazia um duplo uso de notícias sensacionais para impressionar e, até certo ponto, aterrorizar o adversário (*OESP*, 25 nov. 1947, p. 20). Já em 1948, o jornal publicou um editorial evidenciando “as armas de propaganda” como os “únicos recursos de que dispõe os russos para enfrentar os norte-americanos” (*OESP*, 16 jan. 1948, p. 3) — tema retomado pelo periódico em princípios da década de 1950: “Propaganda é propaganda e não vale a pena polemizar” (*OESP*, 26 out. 1951, p. 20).

Em contrapartida, os periódicos comunistas acusavam a grande imprensa brasileira de reproduzir a propaganda política remetida pelas agências internacionais de notícias. Fundando em 1949 por Aydano do Couto Ferraz e Mário Alves, o periódico *Voz Operária* se mantinha com recursos provenientes de atividades organizadas pelos militantes comunistas e exercia importante papel na formação política dos seus leitores, refletindo “a orientação justa” do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a palavra de ordem de Prestes, principalmente na divulgação do movimento comunista pela paz.⁹ O periódico veiculou, por exemplo, que o material distribuído pelas principais agências internacionais de notícias incentivava a participação na Guerra da Coreia. Na matéria sugestivamente intitulada “Desmascarar as agências propagandistas de guerra”, o periódico registrou:

Não podemos silenciar diante desse crime nefasto que

9. *Voz Operária*, 08 jul. 1950, p. 10. Sobre o movimento mundial pela paz, consultar Ribeiro (2003).

é a propaganda de uma nova guerra. Devemos levar o povo a boicotar os pasquins da propaganda de guerra — propaganda que é destilada diariamente pelas agências norte-americanas: United Press, Internacional News Service, pela inglesa Reuters ou a francesa France Press. Essas agências não passam de porta-vozes dos incendiários de guerra de Wall Street, transmitem para o nosso país um noticiário padronizado e visando um objetivo fundamental — incentivar animosidade e ódio contra outras nações, sobretudo contra a União Soviética e a República Popular da China. [...] *É uma propaganda de guerra diária e sistemática que devemos desmascarar diária e sistematicamente, esclarecendo às massas que tais agências telegráficas não passam de instrumentos dos monstros que querem impor uma nova guerra aos povos.* E que é nosso dever não só estar vigilante diante do veneno que elas destilam, mas também desmascarar os seus objetivos e boicotar os jornais que utilizam seu noticiário (VO, 27 jan.1951, p. 4, grifo nosso).

Outra matéria do jornal comunista tratou de uma entrevista concedida pelo líder soviético Josef Stálin. Entremeando observações ao conteúdo da entrevista, o periódico abordou a relação entre agências internacionais de notícias e a imprensa brasileira, assim como da produção de notícias e de questões financeiras:

Aí está a imprensa das classes dominantes do Brasil repleta de propaganda de guerra, a mais cínica, a mais desprezível, a mais criminosa. Aí estão os pasquins imundos do agente norte-americano Chateaubriand, sua cadeia de “Diários Associados” financiados pelos trustes norte-americanos, escrevendo monstruosidades (VO, 17 mar. 1951, p. 4).

Ainda que raramente, os jornais da chamada grande imprensa levantavam suspeita acerca da neutralidade do material distribuído por agências internacionais de notícias. Em 1947, *O Estado de S. Paulo* tratou da imparcialidade do material telegráfico em texto sobre a Organização das Nações Unidas (ONU):

Basta relancear os olhos pelo noticiário telegráfico dos jornais para se verificar que os tropeços suscitados às iniciativas, quer da ONU quer dos governos em conferências diretas, para um acordo, surgem da irredutibilidade da posição da Rússia, em relação aos pontos de vista dos outros “grandes”. Descontando mesmo o aspecto tendencioso que possam ter as informações divulgadas pelas agências, que estão longe de ser imparciais, os fatos permanecem. Podemos considerar suspeitas e parciais as explicações e razões dos correspondentes (*OESP*, 4 jul. 1947, p. 14).

Em 1948, o documento norteador da produção jornalística da *Folha da Manhã*, intitulado *Programa de Ação das Folhas*, apresentou ressalvas ao trabalho com material enviado por agências telegráficas. O Programa estabelecia a intenção do jornal em noticiar de “forma objetiva”, com suas páginas espelhando “fielmente os fatos”, sem servir aos “propósitos religiosos, políticos, econômicos ou sociais”. Em seguida, ressaltava que “o propósito de fidelidade aos acontecimentos é muitas vezes perturbado pela deficiência de agências telegráficas, de correspondentes e de repórteres”. Com o intento de evitar ou, ao menos, diminuir a enunciada deficiência, propunha a substituição daqueles elementos de informação por outros “mais capazes e idôneos”, sempre que isso se tornasse necessário e possível (MOTA; CAPELATO, 1980, p. 134).

As críticas ao trabalho das agências também ganharam as páginas de outros órgãos da imprensa. A falta de neutralidade no trabalho da *United Press* não foi bem acolhida numa matéria veiculada pela *Tribuna da Imprensa*, em 5 de maio de 1950, e reproduzida pela revista *Publicidade e Negócios*. De acordo com a matéria, os serviços prestados pela UP deveriam ser “meditados” por todos os diretores e secretários de jornais:

Com a acentuação da Guerra Fria, morna ou quente, essas informações [da UP] vão sendo filtradas para o Brasil de tal modo que não raro os telegramas se transformam em mera propaganda. [...] No Brasil, é preciso que a UP compreenda,

não estamos dispostos a dar aos leitores, como informação, propaganda política. Quando queremos comentar, fazemos por nossa conta. Não pagamos uma agência para que nos dê pontos de vista. [...] Pedimos publicamente providências à United Press para que cumpra os seus contratos, fornecendo notícias e não propaganda (PN, maio 1950, p. 27).

As informações produzidas pelas agências também foram questionadas em editorial publicado pelo *Jornal do Brasil* que, ao comentar os resultados da IV Consulta de Chanceleres, realizada em 1951, em Washington, salientou:

As agências telegráficas e os enviados especiais dos jornais não têm prestado, desta vez, informações muito esclarecedoras sobre os debates das teses em que não houve concordância absoluta, de modo que os comentários não podem ser muito precisos. Houve, indiscutivelmente, na transmissão das notícias, uma prudência circunspecta, e, se não conhecêssemos o respeito que a América volta à liberdade de imprensa, suspeitaríamos até que tivesse sido exercida certa censura ou, pelo menos, que todos, governo norte-americano e delegados, tivessem tido a preocupação de não permitir que sobre os superficiais contrastes acerca da técnica de colaboração política, militar e econômica surgissem equívocos de interpretação (JB, 8 abr. 1951 p. 5).

Além da quantidade de informação disponível, os articulistas percebiam a falta de qualidade do material enviado pelas agências. No *Correio da Manhã*, o jornalista Raul Brandão ressaltou o grande volume de telegramas existentes, o fato de os jornais brasileiros não serem obrigados a publicar as mensagens telegráficas e salientou: “é de entristecer a pobreza das notícias do Brasil nos jornais da Europa e da própria América. Em alguns deles a sua falta é absoluta. Parece que não havendo aqui revolução ou coisa que se pareça, nada há para eles informar”. Em contrapartida, o jornalista constatava que “pelo volume de telegramas, nossos jornais dão

provas do quanto são benevolentes. Tudo o que vem de fora serve, mesmo o que não presta” (CM, 01 jul. 1947, p. 1).

Em algumas situações, os próprios periódicos publicavam notas para tratar dos equívocos cometidos pelas agências. O *Correio da Manhã* veiculou, por exemplo, matéria em que tratou de despachos telegráficos publicados e, em seguida, desmentidos. Como o próprio jornal colocou: “A Casa Branca publica documentos, desmentindo os despachos das agências telegráficas” (CM, 01 dez. 1951, p. 1).

Mesmo com as críticas pontuais ao aspecto propagandístico, à falta de neutralidade, à imparcialidade do material telegráfico e às suposições formuladas pelas agências internacionais de notícias, é possível salientar que algumas agências praticamente monopolizavam o noticiário do exterior veiculado na imprensa escrita brasileira, notadamente no período inicial da Guerra Fria. É certo que *Reuters*, *Associated Press*, *United Press International* e *France Presse* remetiam material para jornais destinados a grupos diferenciados de leitores, de tendências e gostos diversos (JOBIM, 1960), bem como forneciam informações para periódicos com diferentes orientações políticas e “editoriais”, funcionando como empresas capitalistas com o objetivo de transformar a informação em “mercadoria” para vendê-la aos periódicos interessados (SOMAVIA, 1979, p. 133). Isso posto, concordamos que a rede de agências internacionais de notícias “é tentacular”, isto é: “elas estão presentes na grande maioria dos países do mundo e vendem seus serviços, da mesma forma, para quase todos eles” (ROSSI, 1980, p. 83). Ao considerar essa perspectiva, Somavia (1979, p. 138) argumentou que as agências

“apropriam-se” da realidade e de suas características, pela circunstância única de dispor da capacidade técnica para fazê-la conhecer. Sua ‘comercialização’ modifica a natureza e a importância relativa dos acontecimentos, os quais, de fato, não acontecem para o público em geral, a menos que sejam escolhidos para a publicação pelas fontes noticiosas.

A agência transforma, assim, um fato, cuja dimensão e compreensão específica estão dadas pelos contextos e circunstâncias que o rodeiam, em uma “notícia”, que para sê-lo, necessita seja apresentada de tal maneira que resulte “vendável”.

Vale lembrar, por fim, que a construção do noticiário internacional se inicia com uma seleção por parte das agências internacionais de notícias, pois, como frisou Ribeiro (1994), nem tudo o que acontece no mundo é passível de ir para as bancas. Ao contrário, somente a parte mínima que atrai e preocupa as pessoas ou que o leitor aprecie e o anunciante aprove (BERGER, 2002).

Considerações finais

Nos momentos iniciais da Guerra Fria, os jornais brasileiros tinham um volume muito maior de informação proveniente do bloco capitalista do que do bloco comunista. Como salientou Peres (2005, p. 38), uma espécie de “seleção natural” permitia que os jornais brasileiros tivessem acesso a uma quantidade maior de telegramas provenientes dos lugares com ampla cobertura da mídia em detrimento de outros em que a cobertura jornalística era escassa. Também deve-se considerar, de acordo com Sotana (2010), o alto custo para manter correspondentes internacionais em território estrangeiro, a incipiente especialização dos jornalistas brasileiros e a complexidade da conjuntura política internacional. Mesmo levando em conta os requisitos necessários para as agências atenderem à lógica de mercado, não podemos afirmar que a neutralidade política caracterizava os telegramas e, principalmente, os usos que os jornalistas brasileiros faziam deles no início da Guerra Fria.

A utilização de material proveniente de agências noticiosas

internacionais, a veiculação de artigos produzidos por articulistas estrangeiros, a reprodução ou o comentário das matérias publicadas por periódicos internacionais foram práticas rotineiras do jornalismo brasileiro do período. É preciso indicar, entretanto, que os textos não foram reproduzidos mecanicamente pela imprensa do Brasil. Os jornais selecionavam, traduziam e recortavam o material noticioso proveniente das agências internacionais de notícias e escolhiam o espaço para veiculá-lo. E, esporadicamente, criticavam a qualidade do material recebido e suspeitavam da sua neutralidade. Como ressaltou Pierre Bourdieu (1997, p. 35), é fundamental refletir sobre como “são informadas as pessoas encarregadas de nos informar” e entender que os jornalistas mantêm relações de troca muito complexas com as agências internacionais de notícias, tema que carece, certamente, de estudos numa perspectiva histórica.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* recorreram às agências *Reuters*, *United Press International* e *Associated Press International* para produzirem o noticiário internacional e municiarem os redatores dos seus editoriais, mas também de olho no alinhamento do governo brasileiro às diretrizes estadunidenses e, com frequência, alimentados por uma tradicional posição anticomunista e ambicionando abocanhar uma fatia maior das verbas publicitárias provenientes de empresas multinacionais que se mostravam promissoras na órbita capitalista do planeta. Ainda que com eventuais críticas e suspeições, a opção dos periódicos brasileiros contribuiu para o fortalecimento da “ordem americana”¹⁰.

Há de se notar a influência do padrão norte-americano de jornalismo sobre a imprensa brasileira sem, no entanto, afirmar que ela se tornou

10. “Ordem americana” é uma expressão tomada de empréstimo do instigante livro de Vizentini (2004).

completamente submissa e meramente reprodutora de valores e conceitos alheios. Mesmo assim, o trabalho dos jornalistas com os telegramas internacionais não pode ser caracterizado como uma atividade neutra, imparcial e apolítica. A opção feita pelos jornais faz parte de um conjunto de estratégias fundamentais para a viabilização financeira da publicação, integra seus interesses políticos e demonstra vinculação aos Estados Unidos em detrimento da URSS (BIAGI, 2001). Portanto, nos anos iniciais da Guerra Fria, os jornais brasileiros utilizavam material de agências situadas na área de influência capitalista, fato que, muito provavelmente, pode ficar ainda mais evidente ao pesquisarmos a história da utilização de material noticioso proveniente de agências e jornais soviéticos, trabalho ainda por ser feito por pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Pedro. Por uma história do jornalismo internacional no Brasil. *Anais do VI Encontro Nacional de História da Mídia*. 2008 (CD-Rom). Niterói: Rede Alfredo de Carvalho, 2008.
- AGUIAR, Pedro. Notas para uma história do jornalismo de agências. *Anais do VII Encontro Nacional de História da Mídia*. 2009. Fortaleza: Rede Alfredo de Carvalho, 2009. Disponível em: <http://memoriadojornalismo.com.br/upload/imagem_0140603052729.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- ANTUNES, Rafael Henrique. *Pra não dizer que não se falou de flores: a repercussão da Revolução dos Cravos na imprensa brasileira, 1974-1976*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: PORTO, Sérgio Dayrell; MOUILLAUD, Maurice. *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2002. p. 273-284.
- BIAGI, Orivaldo. *O imaginário e as guerras da imprensa: estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada “fase americana” (1964-1973)*. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- CATTAL, Júlio Barnez P. *O estandarte silencioso: a United States Information Agency na mídia impressa do Brasil – Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa, 1953-1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- DE LUCA, Tânia Regina. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo. Editora Unesp, 1999.
- GARAMBONE, Sidney. *A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- GOYZUETA, Verônica; OGIER, Thierry. *Guerra e imprensa: um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque*. São Paulo: Summus, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JEANNENEY, Jean-Noel. *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar, 1996.
- JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. Rio de Janeiro: Livraria São José,

1960.

LEFFLER, Melvyn P.; PAINTER, David S. *Origins of the Cold War: an international history*. New York: Routledge, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, Sônia Virgínia. O mundo pelas agências de notícias. *Comunicação e Educação*, n. 5, p. 23-26, jan./abr. 1996.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Immpress, 1980.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural norte-americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004. p. 261-281.

NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta, a experiência brasileira: a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000. p. 321-347.

PERES, Andréa Carolina Schvartz. *Enviado especial à...: uma análise antropológica da cobertura da imprensa brasileira das guerras da ex-Iugoslávia (anos 90)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

- RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os “combatentes da paz”*: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre alerta*: condições e contradições do trabalho jornalístico. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. *A institucionalização do jornalismo no Brasil*: 1808-1964. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- REICHEL, Heloisa Jochims. O “perigo vermelho” na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1955). *Diálogos*, v. 8. n. 1, p. 189-208, 2004.
- ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SANTOS, Rodolfo Gauthier Cardoso dos. *A invenção dos discos voadores*: Guerra Fria, imprensa e ciência no Brasil (1947-1958). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- SILVA, Igor Marx Freire Ferreira Lima e. *Enquadramentos de guerra*: a cobertura do recente conflito no Iraque em dois jornais brasileiros. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- SMITH, Joseph. *The Cold War (1945-1965)*. New York: Basil Blackwell, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.
- SOMAVIA, Juan. A estrutura transnacional de poder e a informação internacional. In: WERTHEIN, Jorge (org.). *Meios de comunicação*: realidade e mito. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p.

129-146.

SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita: representações jornalísticas sobre*

a manutenção da paz mundial (1945-1953). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

SOUTO, Fhoutine Marie Reis. Depois da queda das torres: a cobertura jornalística do 11 de Setembro nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. *Ponto-e-Vírgula*, n. 5, p. 230-235, 2009.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

VALIM, Alexandre Busko. *Imagens vigiadas: uma história social do cinema no*

alvorecer da Guerra Fria (1945-1954). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. *O Triunfo da Persuasão: Brasil, Estados Unidos e o Cinema da Política de Boa Vizinhança durante a II Guerra Mundial*. São Paulo: Alameda, 2017.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria. In: REIS FILHOS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O século XX: o tempo das crises (revoluções, fascismos e guerras)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 195-223.

_____. *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

Espaços e práticas: arranjos afetivos e sexuais na Porto Alegre das primeiras décadas republicanas

CARLOS EDUARDO MILLEN GROSSO¹

Unisociesc

Resumo: O presente artigo objetiva analisar as maneiras de interação social em Porto Alegre entre os anos de 1890 e 1920. Por meio de processos criminais de defloramento e de crônicas literárias, busco relacionar o processo de organização e controle do espaço público com as formas de sociabilidade vividas pelos diversos atores urbanos. A ideia é relacionar o impulso urbanizador, o crescimento populacional e o desenvolvimento cultural com as práticas de sociabilidade, dando especial atenção aos arranjos afetivos e sexuais que envolveram estes atores.

Palavras-chave: Formas de sociabilidade; Processos criminais; Crônicas literárias.

Abstract: The goal of this article is to analyze the social interaction practices in Porto Alegre between the years of 1890 and 1920. Making use of the records of deflowering criminal processes and literary chronicles, I intend to relate the process of organization and control of the public space to the sociability practices in which the several urban parts involved took part. The idea is to relate the urbanizing impulse, the population growth and the cultural development with sociability practices, paying particular attention to the affective and sexual arrangements in which these parts were involved.

Keywords: Forms of sociability; Criminal processes; Literary chronicles.

Recebido em 13/02/2018 e aceito em 20/10/2018.

1. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da Unisociesc.

Introdução

O objeto principal deste artigo refere-se às práticas sexuais e afetivas de homens e mulheres na Porto Alegre do final do século XIX e início do século XX. Mais do que tratar o relacionamento amoroso como meio de expressão dos sentimentos (MAUSS, 1968, p.482), ele deve ser analisado enquanto conjunto de práticas particulares e gerais, relacionados não apenas à honra sexual, mas também a aspectos tão variados quanto àqueles relacionados à organização disciplinada do espaço urbano e aos padrões de comportamento idealizados dentro dos ideais burgueses (PESAVENTO, 2008, p.12-16).

É importante, para a apreensão de relacionamentos que envolvem tanto a intimidade sexual quanto a afetividade, considerar o contexto em que estes são estabelecidos – isto é, por quem, com quem, quando, e com que propósito. Isso porque junto aos valores convergiam diferenças de origem e de experiências sociais, sendo a vida social sempre (re)inventada e (re)significada em cada situação cotidiana (CERTÉAU, 2005).

A delimitação cronológica escolhida para a condução desta pesquisa foram as primeiras décadas republicanas e, mais exatamente, o período entre os anos de 1890 e 1920. A opção se deu em função de um período histórico. Até os anos iniciais da década de 1920, o Rio Grande do Sul, e mais especificamente Porto Alegre, apresentou um quadro de instabilidade e de reordenação social, cultural, econômica e político-administrativa (PESAVENTO, 2002, p.263-264). Foi um período no qual o controle da sexualidade feminina tinha evidência na pauta republicana (CORRÊA, 1992, p.13-16). O Estado e segmentos sociais, como os constituídos por médicos, jornalistas e juristas, manifestavam preocupação com a honra das mulheres solteiras, uma vez que a reputação das mulheres passava pela virgindade (MAUCH, 2004, p.94-102). A perda da virgindade antes do

casamento era motivo de desonra e as mulheres que não se adequavam ao modelo feminino tido por ideal viravam alvo das ações policiais.

O conceito de honra pode ser reconhecido como um dos conceitos clássicos da teoria social, fundamental para a apreensão de determinados sistemas sociais. O conceito em jogo às vezes parece ser tão abrangente que não conseguimos apreender a sua acepção, ficando a sensação de que a honra pode tanto conter de tudo um pouco quanto parecer oca. Esse comentário tem como objetivo atrair a atenção para a distância que pode haver entre a noção de honra tal como é pensada nos padrões de comportamento idealizados dentro dos ideais burgueses e empregada pelos agentes do Estado na sua prática – o que muitas vezes já implica diferentes conteúdos – e os comportamentos de homens e mulheres que muitas vezes não se coadunavam com o que era prescrito por eles.

Não é objetivo deste trabalho analisar exaustivamente a produção que incide sobre a temática da honra. Mas é interessante mencionar que vários estudos, basicamente de antropologia e história, têm chamado a atenção à relevância da categoria honra, destacando problemáticas específicas e apontando críticas, especialmente acerca da homogeneização e naturalização de certos “traços” culturais, psicológicos e/ou comportamentais (CORRÊA, 1981).

Quando se observa princípios de honra e desonra, se está, a rigor, analisando como os grupos sociais ajuízam a escala de adequação do comportamento de seus membros aos valores e normas constituídas, instituindo mecanismos de aprovação e reprovação social. O conceito de honra está relacionado à dignidade e à honestidade vivida pelas pessoas, ou seja, é o seu ajuste à moral social normatizada. O que as etnografias têm mostrado com bastante clareza é que o conceito de honra não é único e estável. Ela está intimamente relacionada às condicionantes sociais,

sua defesa é a defesa contra a violação de um sentimento socialmente construído e que está em constante reelaboração. É, portanto, sempre construído historicamente. O antropólogo Julian Pitt Rivers, ao discutir a honra no mundo mediterrâneo, ressaltava haver nesse contexto uma estreita relação entre honra masculina e pureza sexual feminina, embora essa ligação não fosse a única possível. Como ele mesmo afirma, além dos termos específicos variarem enormemente entre diferentes sociedades, não é possível universalizar ou generalizar uma única noção de honra, pois sofrem variações e redefinições a partir de atualizações concretas (PITT-RIVERS, 1993, p.21-22).

Em outras palavras, não se pretende em qualquer tempo desvalorizar os aspectos sociais, econômicos e culturais como influenciadores das práticas afetivas e sexuais das mulheres e dos homens. Procuo dar ênfase também aos aspectos criativos propriamente ditos, não desejando conter, nos termos Michel De Certeau (1994), a “liberdade gazeteira das práticas”. E, como veremos detalhadamente adiante, a capacidade de proceder num movimento “tático” coloca a questão da existência particular e histórica das prática afetivas e sexuais: à medida que deixa de ser uma substância transcendente e universal e acima das práticas dos atores e passa a ser um qualificativo de diferentes tipos de cruzamentos, como organização do espaço urbano e padrões de comportamento burgueses.

A honra sexual, nessa perspectiva de análise, só pode ser analisada a partir de um vir a ser que não se estabiliza de maneira definitiva (STEWART, 1998, p.237-246). É perceber que os sujeitos não estão presos a uma certa honra sexual vinculada a um determinado segmento social como uma espécie de destino, a honra não está dada, mas se compõe nos dados das experiências individuais e do grupo social, na relação com os acontecimentos.

Nesse sentido, discuto as mudanças urbanas (infraestrutura de serviços, desenvolvimento econômico) e as tentativas de ordenamento implementadas pelo nascente governo republicano, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul. Utilizando como fontes de pesquisa crônicas de época e processos criminais de defloramento, a intenção foi traçar um paralelo dessas mudanças com novas formas de interação social da população porto-alegrense, focalizando especialmente as relações sexo-afetivas.

Espaços e práticas

Com o fim da Revolução Farroupilha, que ocorreu entre 1835 e 1845, período no qual a cidade permaneceu sitiada pelas tropas farroupilhas, mais precisamente entre os anos de 1836-1840, Porto Alegre se constituiu no principal ponto de convergência de um complexo sistema urbano e mercantil, dirigido principalmente para o comércio e o consumo, e guiado por um processo em que a circulação comandava a produção.

Nos últimos anos do século XIX, Porto Alegre concentrava o capital comercial, desenvolvia um mercado consumidor importante, dentro do qual o mercado de trabalho livre começou a ganhar centralidade, sediando o maior e mais variado número de fábricas da Província do Rio Grande do Sul. A produção industrial – centralizada nos ramos de alimentos, bebidas, produtos metalúrgicos, tecidos, vestuário – esteve, sobretudo, atrelada ao mercado regional e foi financiada por pequenos capitais acumulados através do comércio (PESAVENTO, 1980, p.55). Além disso, os imigrantes europeus dinamizavam sua produção agrícola², passando a exigir serviços administrativos e comerciais da capital (SINGER, 1977, p.160). Nesse

2. Especialmente farinha de mandioca, feijão e fumo.

sentido, Porto Alegre, que já abrigava um dos principais portos, passou a concentrar, de forma crescente, grande parte do movimento importação-exportação dos negócios do Estado, superando Rio Grande e Pelotas (PETERSEN; LUCAS, 1992, p.47).

Apesar de o setor terciário ser o mais dinâmico da cidade (ligado ao comércio e à prestação de serviços), o setor secundário (da produção manufatureira), que em meados do século XIX era bastante incipiente e de caráter familiar, desenvolveu-se a partir de 1890, após o advento da República.³ As indústrias tanto de Porto Alegre como de outros núcleos do Estado (como Pelotas, Rio Grande, Vale dos Sinos e Caxias) notabilizaram-se pelo grande número de pequenas empresas, com limitado capital, e predomínio do trabalho artesanal.

De maneira relacionada às transformações sofridas pela cidade de Porto Alegre na perspectiva econômica, distingue-se também, nesse contexto histórico do final do século XIX, o desdobrar do processo de expansão do tecido urbano. Esse processo teve início nos anos 1850, com a transferência do cemitério, antes localizado nos fundos da Igreja Matriz na área central da cidade, para o distante Morro da Azenha, onde atualmente está localizado o Cemitério São Miguel e Almas. Em linhas gerais, pode-se dizer que a cidade se expandiu para várias direções, em um movimento que se desenrolava para além da área central e se alongava para regiões até então pouco habitadas. Esse processo foi também resultado da implantação do primeiro transporte coletivo sobre os trilhos, em 1872, a Companhia Carris. Como no caso de outras cidades brasileiras, a expansão da cidade acompanhou em grande parte – mesmo que não exclusivamente – a linha

3. Segundo Jean ROCHE (1969, p.505), o início da atividade industrial em Porto Alegre estava voltado para a fabricação de navios, a fundição, a fabricação de charutos, serralheria, vinagre e a cerveja.

do trem (ROLNIK, 1997).

Considerando os limites urbanos definidos pela Intendência Municipal, é possível observar também a expansão da cidade através do aumento dos números de distritos no final do século XIX: de quatro distritos em 1892 para oito em 1896.⁴ Sendo que os três distritos considerados urbanos eram:

Distrito 1 – Limitado pela Rua Conceição, lado N° do Campo da Redenção; Ruas 3 de Novembro, General Lima e Silva e Coronel Genuíno; litoral do Guaíba entre Coronel Genuíno e Conceição.

As ilhas fronteiras também fazem parte do Distrito 1.

Distrito 2 – Limitado pelas Ruas Coronel Genuíno, Lima e Silva e 3 de Novembro lado N° do Campo da Redenção, Estrada do Meio até os limites urbanos; limites urbanos desde a Estrada do Meio entre aquela estrada e o litoral do Guaíba em Menino Deus e deste ponto pelo litoral até a Coronel Genuíno.

Distrito 3 – Partindo da Rua da Conceição, lado N° do Campo da Redenção; Estrada do Meio até os limites urbanos entre aquela e o litoral do Guaíba, no Arraial dos Navegantes, litoral entre este arraial e a Rua da Conceição.⁵

Nos últimos anos do século XIX, Porto Alegre passou por um processo de organização e controle do espaço público (PESAVENTO, 2008, p.7-55). Em 1892, no mandato do primeiro intendente de Porto Alegre – Alfredo Augusto de Azevedo⁶ –, foi formulada a Lei Orgânica

4. Leis Municipais de 1892 a 1900. *Acto* n°27, de 18.12.1898. Porto Alegre: Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre, p.66-71.

5. Leis, Decretos, Atos e Resoluções. Porto Alegre: A Federação, v.10/1892; 12/1895, p.21-22. Os distritos suburbanos eram do 5° ao 8°, a saber: Belém Novo, Pedras Brancas, Barra do Ribeiro e Mariana Pimentel.

6. Permaneceu na intendência de 12 de outubro de 1892 a 3 de janeiro de 1896.

do Município que atribuía à Intendência a organização do sistema viário, a regulação e inspeção da educação e do serviço higiênico, entre outras responsabilidades. No mesmo ano, foram estabelecidos os limites urbanos, determinando que o novo regime tivesse como propósito – de acordo com a letra da lei – “estender a todos os núcleos da população esparsos nas proximidades da capital os benefícios da vida, administração e policiamento da cidade”.⁷

Entretanto, ao mesmo tempo em que Porto Alegre passava por um movimento em função da instabilidade dos primeiros anos da República, ao que se somou a destituição do então governador Júlio Castilhos, no chamado “governicho” (1890-1891)⁸, e a Revolução Federalista (1893-1895), as duas primeiras gestões municipais (Alfredo Augusto de Azevedo e José Luís de Farias Santos) mantiveram os esforços de normatização da vida e reordenamento do espaço. A Intendência Municipal, no Ato n.3, de 11 de abril de 1894, instituiu o cargo de fiscal da higiene, para atender os problemas de saúde pública atrelados ao planejamento urbano.

Na gestão de José Montauray de Aguiar Leitão, as tentativas de ordenamento e reestruturação da cidade passaram a ser tratadas de forma mais sistemática, tanto em função da paz que se seguiu ao término da Revolução Federalista – ocorrida entre 1893 e 1895 –, quanto pela continuidade administrativa em que o intendente esteve à frente da cidade, entre os anos de 1897 e 1924 (BAKOS, 1986, p.39).⁹ Entretanto,

7. Ato nº12, de 31 de dezembro de 1892. In: *Leis, decretos e resoluções*. Porto Alegre: A Federação, 1893, p.77.

8. Governo provisório foi formado por republicanos dissidentes, organizados no Partido Republicano Federal. O chamado “governicho” viria a cair pouco tempo depois, sendo reconduzido ao poder Júlio de Castilhos (FRANCO, 1996, p.114).

9. Amparado no preceito constitucional, que permitia a reeleição consecutiva do intendente, tal como do presidente do estado, José Montauray foi reconduzido diversas vezes pelo então presidente do estado do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros.

os consecutivos governos positivistas não conseguiram realizar, de forma efetiva, o projeto de modernização da cidade até o início da década de 1920. Isso só veio a ocorrer, segundo a pesquisa de Charles Monteiro, a partir da década de 1920, na administração municipal de Otávio Rocha, entre os anos de 1924 e 1928, mantida nas administrações de Alberto Bins (1928-1937) e Loureiro da Silva (1937-1943) (MONTEIRO, 1995, p.48).

Amparado e orientado pelo governo estadual em transformar a cidade de Porto Alegre em uma capital “moderna”, o intendente José Montauray buscou realizar uma série de melhorias urbanas, como iluminação, fornecimento de água, educação, transporte, saneamento, assistência social, policiamento (LOPES, 2013, p.132-184). No entanto, foram as áreas centrais da cidade as que mais passaram por modificações no período (SPALDING, 1967). Conforme relato do jornalista e escritor carioca Vivaldo Coaracy (1962, p.5-7)¹⁰, que viveu em Porto Alegre entre os anos 1905 e 1919, sobre a realidade urbana da cidade naqueles anos:

Das ruas, muito delas íngremes ladeiras a galgar a encosta abrupta para atingir o espigão estreito, poucas calçadas a paralelepípedos. Na maioria, o pavimento era de pedras irregulares. [...] A maioria dos habitantes comprava água em barris, dos carros-pipas que a vendia percorrendo as ruas pela manhã. [...] A parte central da cidade dispunha de luz elétrica, fornecida por uma companhia, a Fiat Lux. [...] Noutras zonas da cidade havia iluminação a gás. Bondes elétricos, evidentemente, não havia. Os bondes que serviam os vários bairros eram de tração animal.

No trecho fica claro que o incômodo aspecto provincial que Porto Alegre apresentava aos olhos do cronista da época não dizia respeito

10. Vivaldo Coaracy nasceu no Rio de Janeiro em 1882 e morreu na mesma cidade em 1967. Ele foi engenheiro, jornalista e escritor.

somente às ruas sujas, sem calçamentos, ou à inexistência de esgotamento sanitário, mas à abrangência precária dos mesmos. Nesse aspecto, Sandra J. Pesavento (1992, p.40) observa:

[...] nem todas as ruas eram iguais e a cidade reproduzia, na ocupação do espaço e na atuação da municipalidade, as distorções sociais. Colônia Africana, Cidade Baixa, Santana, Navegantes, uns arrabaldes, outros nem tanto, ostentavam em suas ruas mazelas da administração pública. Todos pagavam impostos, mas os serviços de iluminação, coleta de lixo, esgotos, arruamentos, eram desiguais.

Pensando em uma geografia dos “lugares infernais” de Porto Alegre, conforme a expressão de Jacques Le Goff (1989, p.119), os 1º, 2º e 3º Distritos apareciam em destaque. Entretanto, foi no 1º Distrito que ocorreram a maioria das transformações urbanas. Centro econômico e núcleo administrativo, o 1º Distrito era a área mais populosa da cidade. Nessa região se localizavam os edifícios públicos e os núcleos culturais (teatro, cinema, livraria), bem como as moradias de propriedade da elite urbana do período. Contudo, em meio a esta área central e nobre da cidade, existiam os lugares de discriminação (cortiços, becos), habitados pela população pobre (MONTEIRO, 2006, p.266).¹¹ É o que se verifica no relato de Achylles Porto Alegre¹², jornalista e cronista do final do século XIX e início do século XX, sobre o Beco do Oitavo: “Era uma colmeia de vagabundos, gatunos, desordeiros, faquistas. Naqueles casebres moravam mulheres, soldados e jornaleiros em confusa convivência, por vezes pouco harmoniosas” (PORTO ALEGRE, 1994, p.69-70).

11. MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p.266.

12. Nasceu em Porto Alegre em 1848 e faleceu na mesma cidade em 1926. Foi professor, escritor, jornalista e funcionário público.

A preocupação com o saneamento básico e as novas construções motivou a elaboração de diferentes regulamentos que foram propostos pela administração municipal, como regulamento de polícia, normativas sobre higiene e as regras de operação da Diretoria de Obras do Município de Porto Alegre, em 1896. A partir de então, buscava-se a extinção dos cortiços. Do processo de limpeza das ruas também faria parte tirar de circulação os indivíduos “turbulentos, desordeiros e vagabundos” (PESAVENTO, 2002, p. 267-269).

Outra medida foi a de fixar regras para serem observadas nas construções da cidade, definidas pelo Código de Posturas Municipais sobre Construções, de 13 de março de 1893.¹³ Com essa regulação, a municipalidade buscava ordenar, padronizar, regulamentar e fiscalizar o surgimento de novas edificações, seguindo padrões de alinhamento, respeitando alturas mínimas de pé-direito interior, obrigando o arejamento e áreas mínimas, proibindo edificações em madeira no alinhamento das ruas ou adjacentes a diferentes prédios, entre outros.

As ações públicas, de certa forma, conduziam a um processo de organização e controle do espaço público, indiferentes aos trabalhadores pobres, resultando na criação de inúmeros mecanismos de repressão e controle da vida mundana porto-alegrense, como a criação da Polícia Administrativa, em 1896, cuja principal função era a prevenção de delitos e de transgressões, tais como desordens, prostituição, embriaguez (STAUDI, 2009, p.17-82). Considerando esse crescente controle policial, é de se pensar que a população buscasse muitas vezes formas alternativas de se encontrar às escondidas. É o que se verifica no caso da doméstica Maria, 19 anos, que contratou casamento há cerca de 10 meses com Affonso; e que há cinco

13. Código de Posturas Municipais sobre Construções. Atos do Intendente. Ato nº22, Lei nº2, 1893.

meses, mais ou menos, Affonso convidou-a para irem nuns “matos” próximo de casa, onde a deflorou.¹⁴ Já na história do casal de namorados Gustavo e Helena, o controle policial acabou interferindo no relacionamento¹⁵ Eles namoravam aproximadamente há um mês. Na madrugada do dia 13 de setembro de 1915, Helena, de apenas 15 anos, e Gustavo, de 20 anos, foram abordados pelo agente Marcílio na rua 7 de setembro (1º distrito). Segundo relatório de polícia, “a uma hora mais ou menos, o agente n.76, Marcílio [...], de serviço na rua 7 de Setembro, foi surpreendido com a presença de um casal, muito jovem, que procurava entrar no prédio n.25, casa comercial daquela rua”. O sentimento de surpresa manifestado por Marcílio diz respeito ao comportamento suspeito de Gustavo e Helena. O agente tratou de avaliar a conduta moral de Helena:

Observando as maneiras tímidas da moça, para logo verificou o agente não se tratar de uma meretriz que ali fosse com o intuito de pernoitar com o moço que a conduzira; antes, afagou a suposição, mais tarde verificada verdadeira, de que no caso tratava-se de uma menor seduzida; pelo que conduziu a ambos, a comparecerem a esta delegacia, a fim de prestar esclarecimentos, [...].

A decisão do agente em leva-los para a delegacia foi pautada por uma observação cuidadosa sobre a menor, estabelecendo uma rede de analogias entre certo e errado (RAGO, 2005). A conduta moral das mulheres, especificamente quanto ao comportamento sexual, era elemento essencial para a comprovação da “honestidade” das mulheres. Essa atenção para com a conduta moral das mulheres estava em consonância tanto com alguns preceitos do direito como também com o pretexto político mais

14. APERS. Comarca de Porto Alegre. Processo criminal, nº 1193, maço 79, caixa 2034, 1921.

15. APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 599, maço 34, caixa 1978, 1915.

amplo de formação da nação republicana, assentada na valorização do trabalho e na “civilização” dos costumes (CAULFIELD, 2000).

O controle da sexualidade é resultado de um intrincado conjunto de processos sociais, culturais e históricos, que engloba tanto mecanismos biológicos de reprodução como formação de regras e normas ancoradas em instituições judiciárias, médicas (FOUCAULT, 1988). Para o sociólogo Luís Antonio Francisco de Souza, que estuda a polícia nas primeiras décadas do século XX em São Paulo, o projeto das instituições policiais brasileiras tinha sempre em vista a rua, uma vez que esta se tornava um espaço de preocupação do Estado e que tinha como um dos objetivos, projetos destinados a “domesticar” as instituições de controle da ordem urbana. As instituições policiais brasileiras assumiram posição de destaque no ideário republicano, sendo atribuído à alçada policial poderes destinados “à repressão de regras sociais e morais” (SOUZA, 2009, p.25).

As ações da polícia administrativa se concentravam especialmente na área central da cidade (1º distrito), pois era nesta região que ocorria a convivência social dos segmentos médios. Essas ações se davam, frequentemente, contra as casas duvidosas (prostíbulos) que se multiplicavam em meio às residências familiares, forçando um convívio indesejável para a moral das “famílias de bem”. Conforme o escritor Ary Veiga Sanhudo (1975, p.10):

Os alcouces¹⁶, situados quase todos nos estreitos becos do Poço e do Fanha, eram antros sórdidos, povoados por desgraçadas mulheres em ambiente de miséria. Meretrizes de melhor categoria, pouco, aliás, viviam isoladas, com simulado recato, em respeito constrangido às famílias da vizinhança. Frequentavam as casas de encontro a que o povo, em grotesco eufemismo, dava o nome de maternidade.

16. Alcouce significa prostíbulo.

O escritor entendia que o problema não residia somente na existência desses estabelecimentos, mas nas atitudes daqueles que moravam e/ou trabalhavam naqueles locais. Num período em que muito se debatia nos jornais sobre a posição da mulher na sociedade, a prática da prostituição, por exemplo, se tornou um problema social amplamente discutido, ocupando as ações policiais. Cláudia Mauch explica, ao pesquisar dois periódicos porto-alegrenses (“Gazeta da Tarde” e “Gazetinha”) do final do século XIX, que existia um discurso higienista montado pela imprensa da época:

Na opinião dos jornais porto-alegrense, a polícia deveria impedir que a ‘parte ruim’ da sociedade contagiasse a ‘parte sã’, proibindo a circulação de turbulentos e prostitutas em locais frequentados por famílias, ou simplesmente eliminado o problema através do fechamento de bordéis e botequins (MAUCH, 1994, p.12).

A imprensa porto-alegrense apresentava maior interesse sobre temas da vida e dos conflitos urbanos, lidos e interpretados a partir de noções como “desordem” e “imoralidade”, abrindo espaço para crônicas de cotidiano e para a movimentação urbana da cidade. Não apenas o cenário político e econômico chamava a atenção da imprensa local, como se pode ver nas páginas dos jornais porto-alegrenses como, por exemplo, “A Gazetinha”.¹⁷

O ideal de modernização – que será encampado pelo estado do Rio Grande do Sul, ao longo da República e tratado por literatos – estará encadeado ao projeto desenvolvido pela Capital Federal, cuja racionalidade procurava a reformulação do espaço urbano, a reforma sanitária e a

17. O período de circulação do jornal *Gazetinha* foi de maio de 1891 a março de 1900. Esse periódico caracterizou-se pela crítica e sátira dos costumes dos porto-alegrenses (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p.195).

reorganização dos logradouros públicos, com a abertura de praças e avenidas, símbolos do progresso, em uma estratégia capaz de nortear os indivíduos (HERSHMANN; FERREIRA, 1994, p.26-27).

Os anseios dessa modernização adquiriam múltiplos significados na cidade de Porto Alegre. Se, por um lado, esta era materializada nos projetos de urbanização, por outro, significava transformar as relações que, desde os tempos coloniais, eram produzidas por homens e mulheres nos espaços públicos, incentivando, agora, a família burguesa a atravessar o espaço do privado, da casa, onde havia permanecido por todo o período colonial e em parte do Império, para o público, da rua. Essa mudança de comportamento é destacada por Achylles Porto Alegre (1923, p.81), quando ele demonstrou surpresa com a presença intensa das mulheres nos espaços públicos da cidade:

Aonde quer que conduza meus passos e por cedo que seja, encontro sempre no meu caminho, senhoras e senhoritas que fazem o seu “footing”, andam as compras e obedecem a prescrições médicas. Algumas são empregadas, moças que vão para seus empregos. E são muitas as damas e as senhoritas que andam sós, a qualquer hora do dia. E isto é tão natural, tão do “meio”, que a gente não repara quando encontra uma amiga, mesmo as de antanho, só, na rua.

A rua constituía-se desde a época colonial como um local genuinamente popular e que foi, com as reformas urbanas do final do século XIX, sendo ocupada, gradativamente, pelas famílias da elite (SOIHET, 1989, p. 303). Nos relatos das vítimas, dos acusados e das testemunhas que povoam os processos criminais de defloramento, bailes, bondes, praças apareciam como locais habitualmente frequentados para a prática sexo-afetiva.

Dentro dos limites morais da época, as mulheres vivenciavam, no dia-a-dia, formas diversificadas de namorar. O passeio era uma forma muito

apreciada de encontro dos casais. É o caso da doméstica Danielina, de 15 anos, que contou na delegacia que, no dia 13 de maio de 1921, foi passear na casa de sua avó e de volta deste passeio encontrou-se com o seu noivo Luiz, 28 anos.¹⁸ Ela o convidou para terem uma conversa em particular na Praça Conde de Porto Alegre, ele atendeu ao chamado de Danielina e com ela seguiu. Após passarem um tempo na praça, Danielina disse que eles resolveram seguir passeio para os lados do Caminho Novo, onde aproximadamente às 20h30 tomaram um bonde da linha dos Navegantes, vindo da Praça do Mercado; que ali estiveram até as 22h30, horário em que tomaram um bonde da linha do Menino Deus, conduzindo Danielina para a sua casa, localizado na avenida 13 de maio nº1, onde com ela pernoitou e deflorou-a.

É precisamente do impulso transformador que veremos florescer as relações modernas de namoro nas novas ruas, praças, bondes e jardins, ainda que a demonstração de afeto em público fosse possível e realizável nas relações de namoro em restaurantes e teatros da cidade. É o caso de Alzira, 17 anos, solteira, que disse que na manhã do dia 5 do mês janeiro foi ao centro da cidade comprar remédios a mando de sua mãe, com a pretensão de regressar à casa dos pais às 14 horas. Porém, recebeu o convite do comerciante Isaías, 30 anos, sírio, solteiro, para almoçar no restaurante localizado na rua Riachuelo – o que, de fato, fizeram às 13 horas. Após almoçarem, o acusado fez-lhe um pedido para irem à casa de uma conhecida dele, de nome Guilhermina, moradora da rua General Paranhos nº70. Após muita insistência de Isaías, a menor disse que foram para respectiva casa e lá praticaram “atos libidinosos”.¹⁹

No processo entre Antonio, 18 anos, solteiro, barbeiro, e Guilhermina,

18. APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº1285, maço 85, caixa 2042, 1921.

19. APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº1131, maço 75, caixa 2030, 1920.

17 anos, solteira, empregada doméstica, o defloramento ocorreu após uma ida ao teatro.²⁰ Conforme depoimento na delegacia, Guilhermina contou que há 8 meses mantinha namoro com Antonio, que costumava visita-la na casa de seus patrões. No dia 28 do abril de 1919, como de costume, o acusado acompanhou a depoente e sua irmã ao Teatro Apollo. A menor narrou que, terminado o espetáculo às 23 horas, Antonio deixou Maria, sua irmã, em casa de seus patrões. Logo após, conduziu Guilhermina até a barbearia em que trabalhava, localizada na rua dos Andradas. Lá a menor disse ter sido deflorada por Antonio. Alguns passeios permitiam ao casal manter o encontro com alguma privacidade. É o que se percebe no processo de Arnaldo, empregado do engenho de arroz, que convidou para passear em uma “aranha” pela cidade a menor Jesumina. O acusado dirigiu-se para o Prado da Boa Vista e conseguiu ali deflorá-la.²¹

Considerações Finais

Na virada do século XIX para o século XX, Porto Alegre passou a ser vista como cidade que deveria se transformar em “modelo” do estado do Rio Grande do Sul. O governo estadual e municipal iniciou um enorme programa de obras públicas na capital. Essa nova dinâmica foi, aos poucos, sendo incorporada às práticas de namoro, permitindo novas formas de encontros em espaços públicos – muitas das quais caracterizadas pelo binômio privacidade e intimidade.

Os relacionamentos afetivos se deram no contexto em que diferentes “mundos” se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito ou em negociação. Por meio dos cronistas de época, foi possível enxergar a ordem e a transgressão, bem como as desigualdades de classe na sociedade

20. APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 973, maço 63, caixa 2015, 1919.

21. APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 198, maço 9, caixa 1942, 1909.

porto-alegrense do período. No mesmo caminho, os processos criminais de defloramento conduziram diretamente para o aspecto mais importante do artigo: expor o dinamismo das relações sexo-afetivas, salientando suas fissuras e contradições numa cidade em intensa mudança.

REFERÊNCIAS

Leis e fontes impressas

Código de Posturas Municipais sobre Construções. *Atos do Intendente*. Ato nº22, Lei nº2, 1893.

Leis, Decretos, Atos e Resoluções. Porto Alegre: A Federação, v.10/1892; 12/1895, p.21-

Ato nº12, de 31 de dezembro de 1892. In: *Leis, decretos e resoluções*. Porto Alegre: A Federação, 1893.

Leis Municipais de 1892 a 1900. *Acto nº27*, de 18.12.1898. Porto Alegre: Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre.

Processos criminais

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº198, maço 9, caixa 1942, 1909.

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 599, maço 34, caixa 1978, 1915.

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 973, maço 63, caixa 2015, 1919.

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº1131, maço 75, caixa 2030, 1920.

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº 1193, maço 79, caixa

2034, 1921.

APERS. Comarca de Porto Alegre. *Processo criminal*, nº1285, maço 85, caixa 2042, 1921.

Bibliografia

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUC, 1986.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 4 ed.. Campinas: Papyrus, 2005.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COARACY, Vivaldo. *Encontros com a vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, Sílvio Marcus de Souza. *Sexualidade e Poder na Belle Époque de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

HERSHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil?. In: HERSHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A Invenção do Brasil Moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994, p.9-42.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LOPES, André Luís Borges. “*Sanear, prever e embelezar*”: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitário e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUHRs, 2004.

_____. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: MAUCH, Cláudia et al. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/UNISINOS, 1994, p.9-24.

MAUSS, Marcel. L’expression obligatoire des sentiments. In: MAUSS, Marcel (Org.). *Essais de sociologie*. Paris: Éditions de Minuit, 1968.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ordem, limites da ordem: violência e sensibilidades no sul do Brasil, final do século XIX. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; GAYOL, Sandra (Orgs.). *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.7-55.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra J. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. Da Universi-

dade/UFRGS/PMPA, 1992.

_____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

_____. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

PETERSEN, Sílvia; LUCAS, Maria Elisabeth. *Antologia do movimento operário*. Porto Alegre: UFRGS/Tchê!, 1992.

PITT-RIVERS, Julian. La maladie de l'honneur. In: GAUTHERON (Org). *L'honneur: image de soi ou don de soi: um ideal equivoque*. Paris: Autrement, Serie Morales n°3, p.20-36, 1993.

PORTO ALEGRE, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1994.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Noites de luar*. Porto Alegre: Globo, 1923.

RAGO, Margareth. Amores Lícitos e Ilícitos na Modernidade Paulistana ou no Bordel de Madame Pommery. *Teoria & Pesquisa*, n.47, jul./dez., p.93-118, 2005.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Nobel, 1997.

SANHUNDO, Ary Veiga. *Crônicas da minha cidade*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.

SILVA, Jandira M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-riograndense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Luís Antonio Francisco de. *Lei, cotidiano e cidade: polícia e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)*. São Paulo: IBC-CRIM, 2009.

SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.

STEWART, Frank H. De l'honneur. *Débats. L'homme*, n.144, p.237-246, 1998.

Margem e cultura marginal nas Minas Setecentistas: poder, trabalho e controle social.

RENATO DA SILVA DIAS¹

Universidade Estadual de Montes Claros

JEANETH XAVIER DE ARAÚJO DIAS²

Universidade Estadual de Montes Claros

Resumo: Este artigo analisa alguns aspectos do processo de marginalização nas Minas setecentistas e sua relação com a dinamização e o ordenamento social desta capitania. Sinalizar as formas de marginalização possibilita aos pesquisadores perceber não somente as formas de integração e exclusão existentes nas sociedades, mas também compreender que a história é construída por uma miríade de sujeitos que, à sua maneira, transformavam o seu mundo, contribuindo para a alteração da própria história. Neste sentido, o mais importante não é apontar ou listar as categorias marginais existentes nas Minas do século XVIII, mas indicar como elas se definiram e estabeleceram conexões com o seu meio social.

Palavras-chave: Marginalização, poder e relações sociais.

Abstract: This article analyses some aspects of the marginalization process in the eighteenth century Minas Gerais and its relationship with the social order and dynamics of this captaincy. To signal marginalization forms enables the researchers to perceive not only the integration forms and exclusion that exist in societies but also to understand that history is built by a myriad of subjects who in their own way transformed their world, contributing to change their own history. In this sense, to point or to list marginal categories existing in the eighteenth century Minas Gerais is not the most important action, but to indicate how they defined and established connections with their social environment.

Keywords: Marginalization, power and social relationships.

Recebido em 07/09/2018 e aceito em 21/11/2018.

1. Doutor em História pela UFMG (2004). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado) em História da Universidade Estadual de Montes Claros – PPGH/Unimontes. E-mail: dias.reno@gmail.com

2. Doutora em História pela UFMG (2010). Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado) em História da Universidade Estadual de Montes Claros – PPGH/Unimontes. E-mail: jeanethxavier@gmail.com

O conceito de margem e cultura marginal

A fundação da Escola dos *Annales* por Marc Bloch e Lucien Febvre resultou em profundas transformações na historiografia contemporânea. Contudo, o seu grande movimento, sua “revolução copernicana”, nos dizeres de Jean Claude Schmitt (1990, p. 261-262), ocorreu mais tarde, na terceira geração dessa escola, a partir dos anos 1960. Nesse sentido, esta disciplina se renovou, abarcando novos problemas, novos objetos, novas abordagens e, principalmente, dando vazão aos “marginalizados”. A partir desse ponto tornou-se imperativo escrever a história “de baixo para cima”.³

Com a renovação dos estudos históricos pela Escola dos *Annales*, a perspectiva tradicional, da historiografia positivista, mostrou-se insuficiente, pois seus atores sociais se restringiam ao centro, às “figuras de proa”, tornando-se improvável compreender toda a sociedade a partir da reprodução dos discursos oficiais dos detentores do poder, uma vez que:

a compreensão brota da diferença: é preciso, para tanto, que se cruzem múltiplos pontos de vista que revelem o objeto – considerado, dessa vez, a partir de suas margens ou do exterior – múltiplas faces diferentes, reciprocamente ocultas (SCHMITT, 1990, p. 261-2).

Era necessário abarcar as suas margens, considerando-se a multiplicidade dos atores sociais e as suas diferentes “visões de mundo”. A tomada de consciência desta relatividade na disciplina histórica pode ser observada em obras como *Montaillou*, de Emmanuel Le Roy Ladurie (2000); *Culturas do Povo*, de Natalie Zemon Davis (1990); *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg (1989) e *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*, de Robert Darnton (1986). Nestes trabalhos seus autores – a partir de objetos e perspectivas teórico-metodológicas distintas –, assumiram novos pontos de vista em relação à História, introduzindo o homem comum na ação, demonstrando que esses indivíduos e essas

3. Sobre cultura marginal conferir: (GEREMEK, 1990, p. 233-248; SCHMITT, 1990, p. 261-292; HOBBSAWM, 1998, p. 216-231).

camadas “sem voz e sem história” participavam ativamente da cena pública, moldando, ressignificando e transformando o mundo em que viviam, ou, por outro lado, demonstrando que as suas atitudes eram decisivas até mesmo para o cálculo político dos governantes. Desse modo, o estudo dos sujeitos simples, das minorias sociais e dos grupos marginalizados ganhou nova dimensão, tornando-se necessário para se desvendar o passado. Nesse ínterim, os conceitos “margem” e “marginal” assumiram maior relevo na chamada Nova História.

O conceito história “marginal” surgiu primeiramente na imprensa, e, entre os historiadores, em 1968, mas não por acaso, uma vez que naquele ano multidões insatisfeitas saíram às ruas e exigiram a ampliação de seus direitos políticos. Esses movimentos de contestação irromperam inicialmente nos Estados Unidos, e, depois, se espalharam freneticamente pela Europa, atingindo valores caros à civilização ocidental. Estes “beatniks”, “hippies” e ecologistas – na maioria constituída por jovens – atacaram a moral sexual tradicional, a família, a ética do trabalho e a ideologia do progresso, para falarmos apenas dos temas mais candentes (SCHMITT, 1990, p. 263). A partir desses movimentos, tão variados como as revoltas parisienses e o festival musical e pacifista de Woodstock, nos Estados Unidos, tornou-se muito difícil ignorar o poder das massas, e também do que Eric Hobsbawm denominou de “cultura jovem” (HOBSBAWM, 1995, p. 314-336).

Do ponto de vista metodológico observa-se que, para se falar de margem, torna-se necessário ter consciência da relatividade e multiplicidade das perspectivas científicas, dos novos objetos que são postos em cena, e do uso de novas técnicas e processos. Grandes possibilidades foram dadas a partir do uso de documentos quantitativos, como atas de batismo, registros fiscais, censos civis ou eclesiásticos. A partir do exame deste conjunto documental foi possível reconstituir o número de moradores de aldeias ou cidades, a proporção entre os gêneros, a razão entre os contribuintes nos impostos, ou de escravos nos “fogos”, etc. Para a história tais informações são valiosas, pois nos dão a exata medida dos habitantes, sua composição, possibilitando, dentre outras coisas, a melhor compreensão das estratégias tomadas pelos governantes para administrar uma dada região, ou uma situação de tensão social (SCHMITT, 1990, p. 262-5; GEREMEK, 1990,

p. 233-240).

Tomar em consideração este conceito significa também pôr em xeque o lugar do historiador, pois não se pode mais acreditar – como se fazia a pouco mais de um século – que ao escrever história este traga à tona a “verdade”, que se escondia nos documentos “oficiais” (LE GOFF, 1992, p. 547-8). É sabido que os historiadores reconstituem o passado (mas nunca o “revelam”), a partir de suas perspectivas, vivenciadas no presente, com as perguntas que sua própria sociedade lhe dirige. Paul Ricoeur ensina que a atividade do historiador não é a de restabelecer as coisas tais como elas se passaram, não é fazer reviver, mas recompor, reconstituir, constituir um encadeamento retrospectivo. Dessa forma, o historiador, “como qualquer outro sábio”, acrescenta o autor, procura recompor a relação entre fenômenos após a sua análise, e o faz a partir de sua interação com o texto e, para isso, precisa transpor o nível da crítica documentária, o fetichismo pelas fontes (RICOEUR, 1968, p. 23-44). Assim, os conceitos “margem” e “marginal” tornam-se relevantes, pois permitem considerar os conflitos vividos pelos homens nas diversas épocas e lugares, e a sua relação com o poder (SCHMITT, 1990, p. 264).

Segundo Jean-Claude Schmitt (1990, p. 264-5), o conceito “marginal” é fluido, sendo difícil estabelecer uma definição teórica única para o mesmo, evitando-se as ambiguidades, duplicidade de sentidos e outros problemas dessa natureza, uma vez que outros podem ser distinguidos, como o de marginalidade. O autor assinala duas noções complementares ao conceito: a de *integração*, que indica a perda ou ausência de um estatuto marginal no seio da sociedade e, ao contrário, a de *exclusão*, “que assinala uma ruptura em relação ao corpo social”. Além disso, essas noções são postas diante de dois planos, que são os valores socioculturais, e os socioeconômicos. De tal modo, “um indivíduo ou um grupo pode participar das relações de produção, recusando as normas éticas de sua sociedade, ou sendo excluído da hierarquia dos valores dessa sociedade”. Portanto, a noção de marginalidade diz respeito a todo indivíduo ou grupo desprezado, considerado socialmente inferior, ou mesmo vil, e colocado no nível mais baixo da hierarquia – forma mais corrente de marginalidade – ou a sujeitos e grupos que, apesar de exercerem funções úteis à sociedade são, por diversos

motivos, deixados “à margem” do *corpus* social.

A partir dessas definições iniciais pretende-se tecer algumas considerações sobre o processo de marginalização nas Minas setecentistas. Observa-se de imediato que as alterações das estruturas sociais, econômicas e políticas concorreram significativamente para a modificação da noção de “marginalidade”, principalmente através do processo de integração ou exclusão de elementos ou grupos culturais (SCHMITT, 1990, p. 265).

As Minas setecentistas e as “margens do mundo”

O atual Estado de Minas Gerais formou-se pioneiramente a partir da descoberta de aluviões auríferos nos últimos anos do século XVII (BOXER, 1969). Com a divulgação da notícia da descoberta do ouro, e a promessa de rápida fortuna, a ambição se encarregou de conduzir milhares de pessoas de todas as regiões da América portuguesa, e principalmente de Portugal, às Minas. O período inicial de ocupação dessa região – que se estendeu de 1693, data oficial da descoberta do ouro, a 1711, momento da fundação das primeiras vilas pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, marco que define a tentativa do Estado de se impor nestas paragens – foi caracterizado pela efemeridade e desapego à região (ANASTASIA, 1999). Essa sociedade, improvisada, tinha sua razão no espírito aventureiro dos primeiros povoadores que, ao se lançarem em penosa e longa viagem ao interior, faziam-no na expectativa de posteriormente desfrutarem da magnificência que o rápido enriquecimento poderia lhes propiciar. Ou seja, vieram “fazer a América”, por isso não se ocupavam em providenciar maiores comodidades às suas vidas que um casebre de pau a pique para se protegerem das intempéries, um jirau, ou uma rede, para dormirem, algumas poucas ferramentas e alimentos (MAGALHÃES, 1987). O enriquecimento rápido era certamente o propósito maior, e muitos não se importavam com os meios para atingi-lo. Contudo, se esses primeiros moradores viviam em construções rústicas, estavam literalmente pisando em ouro, o que gerava tumultos, requerendo maiores atenções das autoridades administrativas.

De tal modo, a partir do povoamento inicial, a Coroa portuguesa tratou rapidamente de administrar a região, implantando o Senado da Câmara, instituindo os agentes da justiça local, dividindo lavras e sesmarias. Todavia, a exploração da área mineradora, que passou a contar com alguns milhares de almas, superpovoando as pequenas vilas e arraiais, demandava grande elasticidade na estrutura econômica. Tornava-se imperativo abastecer os novos núcleos urbanos de víveres e de toda uma gama de mercadorias. Mafalda Zemela (1990), Alcir Lenharo (1977), Cláudia Chaves (1999) e Flávio Silva (2008), dentre outros, analisaram os mercados abastecedores das Minas setecentistas, e demonstraram a sua importância para a política régia em sua fase inicial.

Apesar dos sonhos fastos alentados pelo ouro e pedras preciosas, a maior parte da população que se dirigiu a essa região obviamente não se enriqueceu. Se no início precisava-se de uma bateia, muito trabalho e um pouco de sorte para se encontrar o nobre metal e adquirir bens, com a organização da exploração das lavras pelo Estado fazer fortuna tornou-se cada vez mais difícil. Devido à necessidade de víveres, e de uma grande gama de atividades mais ou menos especializadas, muitos homens, livres e pobres, bem como forros e escravos, voltaram-se para os seus antigos afazeres, ou se puseram a aprender os chamados ofícios mecânicos. Assim, dentre várias outras atividades existentes nas Minas citam-se: cuteleiros, ferreiros, marceneiros, pedreiros, latoeiros, seleiros, bem como sapateiros, alfaiates, cirurgiões e boticários, pintores, escultores, douradores, entalhadores, músicos, além de comerciantes, tropeiros, comboieiros, e, é claro, agricultores, e criadores de animais de pequeno e grande porte para o abastecimento local (ARAÚJO, 2003). Ainda nesta primeira época, marcada pela instabilidade, insegurança e violência, uma nova sociedade foi sendo forjada, momento em que surgiram as primeiras categorias “marginais”.

Uma primeira marginalização surgiu na diferenciação das atividades econômicas. De tal modo, podem-se distinguir as áreas de extração aurífera, e diamantífera, das criadoras de gado. Rota de comércio entre

os núcleos mineradores e o nordeste, a região norte desta capitania⁴ se especializou, desde a mais tenra idade, e mesmo antes da descoberta do ouro, na criação de gado *vacum*, e passou, logo em seguida, a abastecer os “centros” mineradores. Região “marginal” – tomando este termo em seu sentido primevo, como limite de um espaço geograficamente organizado –, o norte de Minas construiu sociabilidades que independiam da organização burocrático-administrativa e, em diversos momentos, contestou os poderes do centro, como em 1736, no afamado “motim do sertão” (ANASTASIA, 1998; FIGUEIREDO, 1995).

A construção do “outro” se dá, *a priori*, a partir de análise contrastiva. Desse modo, a oposição entre os núcleos de mineração e o sertão revela aspectos da marginalização. Destaca-se, neste caso, a oposição entre dois arquétipos: o “mineiro”, entendido como homem civilizado, culto, católico, bom vassalo *versus* o “sertanejo”, habitante e produto da convivência com os ermos das matas, incivilizado, arredio, resistente aos poderes e às autoridades. Observa-se, nesse caso, que a imagem do sertanejo foi sendo construída a partir dos centros de poder. Ela possui uma forte conotação etnocêntrica, servindo para diferenciar os “de dentro” daqueles “de fora” a partir de critérios absolutamente vagos e imprecisos, como “civilização” e “cultura” (DIAS, 2009). Para além dessa aparente dicotomia se apresentam diversos tipos marginais, e foi muitas vezes nas fímbrias das florestas e do cerrado, que separam o mundo dos homens “civilizados” dos “selvagens”, que eles desenvolveram suas atividades econômicas, viveram e construíram suas redes de sociabilidades.

Entre estes sujeitos marginalizados podem-se destacar os lenhadores, caçadores e pescadores, pois nos sertões são encontrados recursos naturais

4. O atual Estado de Minas Gerais teve, durante o século XVIII, três denominações, resultado da sua progressiva separação e autonomia em relação às capitanias vizinhas. Assim, entre 1693 a 09 de novembro de 1709 foi chamada de “Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro”, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro; entre 09 de novembro de 1709 a 02 de dezembro de 1720 tornou-se “Capitania de São Paulo e Minas do Ouro”, mantendo a sede ora em Vila Rica, ora no planalto de Piratininga. Enfim, após esta última data foi denominada de “Capitania das Minas do Ouro”, mantendo sede em Vila Rica.

exploráveis, como a madeira, de ampla utilização, tanto na construção de casas, mobiliário, ferramentas, utensílios e mesmo como lenha; a caça de animais silvestres e a pesca, complementos nutricionais importantes nos séculos passados. Destaca-se ainda a coleta de alimentos, como o palmito, raízes, mel, frutos e frutas,⁵ como o pequi, o buriti, o coquinho azedo, o araticum⁶ e o umbu, e esta especialização terminou por resultar numa categoria marginal que, para a Coroa, tornava-se muitas vezes inoportuna, pois esta não tinha como tributá-la. Mas apesar da sua inexistência para o fisco – e para muitos historiadores, ressalta-se –, não era esta a categoria que causava maiores dissabores para o Estado, senão os bandos de salteadores, facínoras e quilombolas que infestavam as zonas marginais.

Desde praticamente o período inicial de instauração do processo produtivo na região mineradora, e concomitantemente ao enfrentamento dos potentados, as autoridades coloniais estavam atentas, tomando uma série de medidas no combate e destruição dos quilombos e na perseguição aos escravos fugidos. Em região marcada pela instabilidade política, o controle da escravaria tornava-se questão de Estado, uma vez que qualquer movimento que incentivasse, ou servisse de exemplo para a quebra da ordem constituía-se em um perigo potencial. Os quilombolas personificavam o tipo marginal mais contundente, pois apesar de representarem, para a Coroa, a “negação da ordem escravista” (GUIMARÃES, 1996, p. 139-163), eles não se excluíam totalmente do convívio social, e se inseriam marginalmente no sistema, visitando seus “parentes” (SOUZA, 2002, p. 181-2); frequentando as cidades nos momentos festivos e à noite, quando transitavam com maior liberdade, negociando produtos com as muitas vendas e tavernas que havia nas vilas e arraiais mineiros, ou praticando delitos, fatos que criavam uma atmosfera de insegurança. Devido ao perigo das zonas mineradoras se

5. Sobre o uso dos recursos naturais das Minas no período de ocupação conferir: (HOLANDA, 1994; RIBEIRO, 2005).

6. O araticum (*Annona Crassiflora* Mart.) recebe diversas denominações regionais, entre as quais cabeça de negro, panam, marolo e ata.

tornarem uma “República negra” nos moldes de Palmares,⁷ esses exemplos negativos deveriam ser rapidamente extirpados.

As montanhas de Minas eram refúgios naturais, onde bandos de escravos podiam esconder-se, e como estes ameaçavam a vida de transeuntes em suas andanças pelas estradas, causando mortes e roubos nas vilas e nos campos, suscitando verdadeiro pânico coletivo, eles precisavam ser extirpados. Para dominar um grande contingente de negros rebeldes muitas foram as medidas empregadas pelos senhores e pelos governantes. Algumas eram preventivas, como a proibição do porte de armas, da circulação de pretos à noite, a restrição ao seu ajuntamento, a interdição à venda de bebidas e as ameaças de castigos físicos, outras tinham caráter punitivo, como os açoitamentos nos pelourinhos, a prisão e execução dos “cabeças”, nos casos de rebeliões ou ataques a vilas, estradas e sítios (RUSSELL-WOOD, 1982).

Apesar de a violência grassar por toda a parte, o local menos seguro para se estar era nas estradas à noite, em viagens, e nos locais ermos. Aproveitando-se da fragilidade da lei, e da impossibilidade das tropas guardarem todas as estradas e caminhos, grupos de salteadores e quilombolas atacavam viajantes – grande oportunidade de obter lucro ilícito nos setecentos, mas que gerava muitas mortes e aumento da violência. Este era um dos pontos mais recorrentes a constar no rol das reclamações feitas pela população, que se sentia insegura. Exemplo claro de bandidos que se mantinham nas margens da sociedade foi o “bando da montanha” nos sertões do Distrito da Mantiqueira, estudado por Carla Maria Junho Anastasia (2005, p. 87-95), e os casos de marginalidade narrados por Laura de Melo e Souza (1982). Para sua segurança, os mineradores mantinham pequenas tropas bem municadas, constituída geralmente por negros, gerando uma das maiores contradições neste sistema social: a manutenção de escravos armados. Mas a lista de “marginais” era ainda mais ampla, e,

7. Esse era um dos temores do conde de Assumar – D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, o que o fez recomendar medidas draconianas para o controle da escravaria na região. Sobre o medo de uma revolta negra nas Minas nos moldes de Palmares, conferir: (DIAS; SILVA, 2013, p. 45-68).

nestes casos, restava aos órgãos administrativos excluí-los do convívio social e castigá-los exemplarmente.

As barreiras naturais, como as densas matas, as montanhas, a vastidão do cerrado, os muitos rios que cortavam esta capitania também dificultavam a imposição da lei e o controle dos vassallos. O ouro, meio de troca universal, frustrava grande parte das medidas intentadas pela Coroa para coibir os desvios da tributação e a ação dos contrabandistas, outra categoria “marginal” bastante comum nas terras mineiras. A proibição da circulação de ouro em pó, a vigilância nas estradas, ou ainda a criação das “passagens” – postos onde se vistoriava e tributava as mercadorias e pessoas que entravam ou saíam das terras minerais –, instaladas nos locais de difícil acesso, como nas embocaduras dos rios, não impediam a sua ação (SC-109, fl. 354).⁸

Mas será que todos os tipos marginais eram considerados danosos à sociedade mineradora, e, portanto, deveriam ser expulsos? Não verdade não, pois podemos citar grupos, como os capitães do mato, que apesar de terem má reputação – tanto entre os senhores, que os viam com desconfiança, pois muitos eram negros ou mestiços, quanto entre os escravos, por motivo bastante óbvio – eles eram necessários ao sistema escravista, já que perseguiram e capturavam cativos que evadiam, e combatiam e destruíam os quilombos. Portanto, a marginalização diz respeito a categorias sociais ou a indivíduos que, por uma situação especial, ficavam nas bordas da sociedade. No primeiro caso compreendem-se grupos que, apesar de participarem das relações sociais de produção, são rebaixados em relação a outros, situados em posição mais elevada da hierarquia social, o que se discutirá mais adiante.

Mas, para castigar, era preciso primeiramente capturar os quilombolas, e essa era a função prioritária dos capitães do mato, uma possibilidade aberta a forros, mestiços e mesmo escravos obterem melhor rendimento e certo prestígio social, já que estavam investidos de

8. Vide referência completa em “documentos citados”. Nem sempre o contrabando era feito com o ouro em pó, muitas vezes, tentava-se burlar a fiscalização transformando-o em objetos, como correntes de ouro, às vezes, fabricadas toscamente, como ocorreu em 1734 (SC-05, fl. 169). Conferir ainda: (CHAVES, 1999). .

autoridade. Dessa forma, não foram raros os exemplos de negros e mulatos atuando nessa atividade.⁹

Em seus assaltos, os quilombolas não só furtavam alimentos, armas e munição, mas tudo aquilo que pudessem carregar e servir-lhes de proveito pessoal, ou como mercadoria de troca, como roupas e sapatos, artigos caríssimos na época, uma vez que estes mantinham estreita conexão com comerciantes inescrupulosos (GUIMARÃES, 2003). Contraditoriamente, se os escravos, negros, bastardos, carijós, mulatos e libertos, categorias marginais que estavam nos patamares mais baixos da hierarquia social foram considerados os “inimigos mais perniciosos” para o Estado, eles eram incorporados às tropas de homens do mato para reprimir os cativos que evadiam e, em situações de guerra, eram reunidos nas companhias de negros e mulatos, denominada os “Henriques”.¹⁰ Percebe-se que, em relação aos marginais, o Estado toma duas medidas opostas: ou excluí-los, ou incorporá-los.

A transgressão marginal

Para dirimir a violência social e melhor controlar os colonos nas Minas, o governo português achou por bem capturar e extraditar os vadios e os criminosos. Os ciganos – grupos marginais já há muito estigmatizado na Europa, onde eram assimilados aos ladrões, indigentes e vagabundos – estavam na lista. Expulsos de Portugal e enviados à América portuguesa, muitos deles se dirigiram para as Minas. Dessa forma, para a “quietação dos moradores” e no intuito de evitar as “grandes desordens” que os mesmos

9. Veja, por exemplo, as seguintes cartas patentes: (SC-21, fl. 116-116v; SC-21, fl. 93; SC-34, fl. 20-20v)

10. O termo refere-se à Companhia criada pelo negro forro Henrique Dias que, ao lado de um batalhão de negros descalços combateu os holandeses na Guerra dos Guararapes. Assim, o termo Batalhão ou Companhia de Henrique Dias, ou dos Henriques foi adotado pelos batalhões de homens de cor que surgiram posteriormente. (MOURA, 2004, p. 127-129)

poderiam provocar, o governador D. Lourenço de Almeida expediu ordem aos seus oficiais de Itabira para que sejam imediatamente detidos “todos os ciganos, ciganas e quaisquer outras pessoas que os acompanharem ou favorecerem”. Além disso, ordenou-se o sequestro de todos os seus bens, que seriam negociados, e com os rendimentos pagar-se-iam as despesas em sua condução ao Rio de Janeiro (SC-21, fl. 35).

Na Vila do Carmo, a audácia dos criminosos era tanta, a ponto de roubarem os cavalos da Companhia dos Dragões, quando ficavam no pasto. Para coibir esses crimes, foi emitido um bando, informando àqueles que conhecessem os autores dos furtos que eram obrigados a avisar à justiça, sob pena de dois meses de cadeia, e de serem forçados a restituir o valor dos animais. Além de pagar o dobro da importância relativa aos equinos, os ladrões que fossem pegos seriam degredados para Angola ou Benguela (SC-37, fl. 09). No mesmo dia em que foi emitido este documento, por se acharem nas Minas um número significativo de ciganos, causando “grande escândalo e prejuízo destes povos pelos muitos furtos e insultos que todos os dias andam cometendo”, mandou-se proclamar outro bando, ordenando a prisão dos mesmos, “sem embargo de que mostre[m] qualquer licença ou despacho que tenha[m] em contrário”, e o seu envio ao Rio de Janeiro à custa de seus bens.¹¹

Além dos bandidos e ciganos, havia muitas outras atividades marginais, algumas consideradas “desonestas”, como o meretrício, as vendas e tabernas ilícitas, os usurários e prestamistas, além das atividades tidas como “degradantes”, como os açougueiros, peixeiros, limpadores de fossas e tigreiros.¹²

No Serro do Frio eram as prostitutas que perturbavam a serenidade de André de Melo e Castro, 4º conde das Galveias e governador da capitania das Minas do Ouro. Preocupado tanto com as “ofensas a Deus”

11. Além do estímulo, em punições, aos oficiais que fossem omissos à ordem, foi dada a permissão a qualquer pessoa “para que possa prender todo o cigano ou cigana que achar contando que os tragam a cadeia desta Vila”. (SC-37, fl. 8v).

12. Veja, a esse propósito, o trabalho de John Russell Wood (1981) que, ao discutir os problemas epidemiológicos e de saúde de Salvador, no período colonial, explora a utilização dos escravos tigreiros.

e especialmente com os “pecados públicos que com tanta soltura correm desenfreadamente no arraial do Tejuco”, local ocupado por grande número de “mulheres desonestas”, cuja vida “dissoluta e escandalosa” chegava a ponto de as mesmas “andarem em cadeiras e serpentinhas acompanhadas de escravos”, além de se atreverem com irreverência a “entrar na casa de Deus com vestidos ricos e pomposos”, o conde governador tomou as providências cabíveis. Não podendo se eximir das leis “divinas e humanas” e temendo o “contágio dos pobres, e estragos dos bons costumes”, foi dada notificação a todas as mulheres que viviam escandalosamente, que saíssem dentro de oito dias daquela comarca, pois, do contrário, seriam presas (SC-33, fl. 13). Para a Igreja, as prostitutas encarnam o vício da luxúria, e o seu pecado está no venderem os “encantos” de seus corpos, obra do pai celestial, por isso estas ofendem a Deus (SCHMITT, 1990, p. 268). Neste caso, a única solução possível era a exclusão do seio social, através da expulsão das Minas, ou ainda a prisão.

Nas Minas, as vendas e tavernas também eram lugares de transgressão, fato que preocupava tanto as autoridades seculares quanto as eclesiásticas. Nos morros onde se minerava o comércio de alimentos tornou-se uma das principais formas para os escravos, forros, mestiços, e principalmente para as chamadas “negras do tabuleiro” obter algum rendimento. Estas acorriam às lavras vendendo bolos, carne cozida, mel, doces de vários tipos, além de bebidas, como o aluá e a aguardente, o que era terminantemente proibido (SC-07, fl. 37v). Os sitiantes também comercializavam ingredientes essenciais da cozinha mineira: arroz, feijão, toucinho, milho e farinha, mas quando o faziam *in natura*, e em medidas maiores, o que não era proibido, estes não sofriam o mesmo processo de marginalização social (CMM-04, fl. 157-8). Mas, além da venda de quitutes nos morros, ato proibido por desviarem o pagamento que os escravos deviam aos seus senhores, muitas vendedoras foram acusadas de prostituição e de auxiliarem os quilombolas, passando-lhes informações importantes.

Nos tempos coloniais, além de ser pecado, o meretrício era crime. Os moradores que assistiam no morro das congonghas, termo da Vila de Sabará, queixavam-se das muitas vendas abertas, inclusive no período noturno, onde os escravos consumiam os jornais devido a seus senhores,

embebedando-se e ferindo-se nas lutas que travavam entre si; e das negras de tabuleiro, que desencaminhavam os mesmos, “servindo-lhe de ocasião para cometerem infinitos insultos (*sic*)”. Por essas razões, proibiu-se que, nesse morro, e até duzentos passos dele, fossem vendidos alimentos pelas negras ou mulatas, escravas ou forras, em ranchos ou tabuleiros (SC-17, fl. 58-9).

Em carta em que expôs ao secretário de Estado os acontecimentos ocorridos em 1720, ano da Sedição de Vila Rica, o governador D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal declarou, em tom de desabafo, a sua admiração diante da “soltura e rebeldia” da população mineira que, para o mesmo, vivia em vícios desde a sua primeira idade. Assim se expressou o conde de Assumar:

vista a criação desta Colônia, desde a sua primeira idade, e os meios que se lhe aplicaram para que na sua adolescência fossem com o tempo crescendo e brotando os seus vícios; não é de espantar que deprende no tempo presente com destemperos semelhantes pois é contra a ordem da natureza que de maus princípios nasçam fins que possam ser bons (SC-13, fl. 11).

Além dos quilombolas, bandidos, prostitutas e potentados que lideravam a população nas sublevações, as Minas setecentistas assistiram ao irromper de vários outros grupos marginais, como os comerciantes inescrupulosos que negociavam com os negros evadidos, ciganos e bandidos. Mesmo os estrangeiros tornavam-se elementos marginalizados nesta capitania – resultado da instabilidade política e do medo da perda do domínio régio nessas paragens. Foram vários os exemplos de expulsão de estrangeiros das Minas, e o temor de ver arruinada a soberania régia nestas plagas resultou, por exemplo, na proibição da publicação, em 1712, da obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*, do jesuíta João Antônio Andreoni (1967).

A “soltura” dos poderosos atormentava as autoridades coloniais, pois, como afirmou o governador D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, o conde de Assumar, a lei era demasiadamente compassiva para com os mesmos, e passível de interpretação pelo povo, desacreditando os governantes ou tornando-os inábeis, não sendo assim provável “que se conserve a paz

aonde todos conseguem com as armas nas mãos tudo quanto intentam”. Temendo as possíveis punições que certamente sofreria por mandar executar, sem julgamento, o comerciante branco Felipe dos Santos, acusado de ser um dos partícipes da sedição que escandalizou Vila Rica, em 1720, o governador justificou as medidas tomadas, afirmando que naquele governo não havia males que não se conhecessem, sendo tão picantes que duvidava que os estóicos “com todo o rigor de sua academia pudessem conservar com serenidade de ânimo” (SC-13, fl. 11).

As dificuldades enfrentadas pelas autoridades mineiras em impor a ordem e controlar a violência decorriam, em grande parte, da dilatada extensão territorial e da falta de recursos humanos nas tropas de soldados, que sofriam com a precariedade das instalações. Mesmo após a fundação das vilas e da organização de uma milícia para o controle dos vassallos, a formação de elites locais veio, muitas vezes, a interpor-se aos interesses da Coroa, criando obstáculos ao fisco, investindo de forma privada o poder público, enfim, pondo em perigo o “sossego da República”.

Após os distúrbios causados pelas revoltas em Pitangui (1717-1720), pela tentativa malograda de uma sublevação negra, em 1719¹³ e, quase em seguida, pela sedição em torno da implantação das casas da fundição em Vila Rica, em 1720, e tendo considerado as representações feitas pelo vice-rei do Brasil, o marquês de Angeja (D. Pedro Antônio de Menezes Noronha de Albuquerque), pelo governador das Minas, D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, e pelo seu antecessor, D. Brás Baltasar da Silveira, o rei, D. João V, decidiu separar a capitania de São Paulo das Minas, isto por ser “muito conveniente a meu serviço e bom governo das ditas Capitânicas [e para] sua melhor defesa”. Com esta divisão foi indicado um novo governador para São Paulo, com a mesma jurisdição, prerrogativas e soldo do governo mineiro (SC-05, fl. 75v). A formação da capitania das Minas do Ouro, separada das jurisdições do Rio de Janeiro e de São Paulo, sugere que a Coroa portuguesa desejava melhor firmar sua presença na região. Nesse percurso, assistiu-se a uma progressiva institucionalização da administração colonial.

13. Sobre a tentativa de uma rebelião escrava em 1719 conferir: (DIAS, 2011, p. 114-125).

Outras categorias marginais

Além da “margem externa”, caracterizada principalmente pelos confrontos diretos com as autoridades coloniais, como no caso dos potentados, bandidos e quilombolas, havia outras categorias, pertencentes e definidas aqui como a “margem interna”. Nesse caso, se refere a grupos, atividades ou indivíduos que, apesar de serem visivelmente úteis, eram vistos com certo receio e cautela.

A marginalização pode ser visualizada pelos preconceitos de “sangue” e “raça”, como demonstrou, em brilhante estudo, o historiador inglês Charles Ralph Boxer (2002). Este autor assevera que a sociedade portuguesa se organizava a partir de um padrão stratigráfico que definia os sujeitos num “lugar social” rigidamente marcado. Assim, indivíduos pertencentes às chamadas “raças infectas”, termo que define pejorativamente judeus, negros, índios e mestiços, sofriam discriminação, não podendo participar dos cargos da administração colonial, concorrer à carreira eclesiástica, ter foro militar – exceção feita aos negros e mulatos que ingressavam na Companhia dos Henriques, ou, em tempos de guerra, em grupos militares de homens a pé, ou ainda nas companhias de homens do mato. Do mesmo modo, estes não eram aceitos nas irmandades religiosas da elite, como o Santíssimo Sacramento. Como se dizia no mundo colonial, “trabalho é coisa para negro”, assim, esta categoria social era a responsável pelas tarefas mais árduas, insalubres e degradantes (MATTOSO, 1982).

Outro exemplo que tipifica bem este preconceito está na proibição das núpcias entre os brancos e pessoas de “raças infectas” (FIGUEIREDO, 1997). Na ocupação das Minas houve uma grande desproporção na razão sexual, e este fator demográfico concorreu também para agravar a instabilidade social. Entre os seus primeiros povoadores havia consideravelmente mais homens que mulheres, dessa forma, muitos daqueles permaneciam “solteirões”, o que, acreditava-se, fazia crescer os índices de violência. Apesar disso, a Coroa não via com bons olhos o consórcio entre brancos e indivíduos pertencentes a outras castas, como negros, índios e mestiços, o que resultou na publicação de vários documentos coibindo tais práticas.

Como resultado da rigidez na definição das margens sociais surgiu

múltiplas identidades no mundo colonial, pois além de brancos, negros e índios criaram-se outras denominações, ou subgrupos identitários, como pardos, mulatos, cabras e carijós.

O processo de marginalização não é tão facilmente identificável. Isso ocorre primeiramente pela carência de peças documentais que retratem a vida e o cotidiano desses grupos, pois, como se sabe, no passado essas minorias não tinham acesso fácil à educação e, portanto, a maioria não sabia ler ou escrever, e a maior parte dos vestígios escritos que subsistiram até o presente é constituída por fontes oficiais, redigidas pelos indivíduos que participavam da administração colonial.¹⁴ De tal modo, e em seu desejo de controlarem a “imagem do futuro” (KOSELLECK, 2006), essas elites geralmente não só idealizavam os elementos partícipes de suas fileiras, mas, da mesma sorte, desmereciam aqueles pertencentes às camadas mais modestas, dentre os quais estavam os sujeitos e grupos marginais. Assim, a maior parte das evidências é tomada através de uma apreensão indireta da documentação, a partir de uma leitura “a contrapelo” (LE GOFF, 1992, p. 547-8). As fontes que tratam mais diretamente dos “marginalizados da história” são, como esclarece Bronislaw Geremek (1990, p. 233-248), os “documentos da repressão”, como os processos-crime, as devassas, os processos inquisitoriais, mas também, no caso específico das Minas setecentistas, as cartas de governadores às demais autoridades administrativas. No primeiro caso, pode-se até mesmo construir uma pequena biografia desses sujeitos, mas, não obstante, o autor deixa uma ressalva: estes documentos falam mais das práticas de repressão das sociedades em questão do que propriamente da vida dos acusados. Isso explica, pelo menos em parte, a carência de análises sobre algumas dessas categorias sociais na historiografia especializada, bem como nos livros didáticos, que ainda mantém, infelizmente, uma ênfase nos

14. É importante ressaltar também que, diferentemente dos estados sulistas das colônias inglesas na América, onde muitos senhores, e mesmo alguns ex-escravos redigiam diários, onde descreviam aspectos da cultura material das fazendas, as festas, as relações entre escravos e senhores, as agruras do tempo da escravidão e uma multiplicidade de informações sobre o cotidiano escravista, na América portuguesa tais práticas eram incomuns, principalmente entre os cativos, o que dificulta, mas não impossibilita, a escrita de suas histórias. (GENOVESE, 1976; SOBEL, 1987)

grandes homens e nos acontecimentos “marcantes” e ruidosos da história.

Apontamentos finais

No Brasil, apesar da ampla crítica acadêmica, e da divulgação da desigualdade social em veículos de comunicação de massa, muitos ainda vivem com a falsa crença em uma “democracia racial”, onde, contrariamente às práticas de apartmento racial dos Estados Unidos – que mantém a bipolarização entre brancos e negros –, haveria aqui a integração pacífica entre esses grupos identitários. Esta hipótese, que ainda tem seus defensores entre as elites, pode ser facilmente desmistificada, por exemplo, através da análise das atividades exercidas pelos que se definem como “brancos” e “negros”. Não só àqueles exercem as atividades mais bem remuneradas, como residem nos bairros que dispõem de melhores equipamentos urbanos, como agências bancárias, escolas, hospitais, praças desportivas; suas casas são servidas de água tratada, esgoto, iluminação pública, além de atendimento policial mais próximo. Aos negros, índios e mestiços restaram, em sua grande maioria, as atividades consideradas mais pesadas, degradantes, insalubres e menos remuneradas, os bairros mais distantes e populosos, além das favelas, que ocuparam tradicionalmente os locais considerados indesejados pelas elites, como o alto dos morros, as encostas íngremes, as margens de rios ou sobre os mangues, e menos servidas pelos mesmos serviços públicos, hoje considerados indispensáveis. Como se pode notar, estamos longe de viver em uma democracia racial no Brasil, e a realidade das favelas, da violência e da miséria certamente atinge bem mais os negros, índios e mestiços, marginalizados durante quatro séculos, do que aqueles identificados como “brancos”.

Também, como resultados da pobreza, são maiores os índices de violência, de roubos, furtos e outros crimes entre indivíduos pertencentes a esses grupos marginalizados – não por ausência de ética ou moral, por apresentarem tendência inata à desobediência e ao crime, ou ainda por um rebaixamento intelectual, como defendiam as teorias raciais do século XIX (SCHWARCZ, 1993), e alguns pensadores em meados do século XX –

(GENOVESE, 1976), mas pela total falta de condições dignas de vida, pela miséria e preconceito. De tal modo, o preconceito hierárquico, a concentração de terras, os baixos salários, enfim, a impossibilidade de manterem-se a si e às suas famílias reforçou a marginalidade, e, por decorrência, criou e tornou comuns a mendicância, a vagabundagem e o crime. Não que a pobreza justifique a delinquência – não se trata disso –, mas, para sobreviver, estes indivíduos muitas vezes se voltam para atividades delituosas. Sabe-se que a marginalização, agora no sentido criminal, é um fenômeno complexo, não se explica totalmente pelas misérias enfrentadas, mas talvez esteja aí a maior parte das respostas. Dito de outra forma: a criminalidade é, sobretudo, um problema social.

Do mesmo modo que as chamadas “atividades intelectuais” são benquistas pela sociedade, há aquelas que tradicionalmente ganharam o seu repúdio, indiferença, ou que se tornaram tabus. Exemplifica bem este caso as ocupações ligadas aos sentidos, que são aqui subdivididas em duas: as que lidam com sangue ou “impurezas”, como açougueiros, peixeiros, tripeiros, limpadores de fossas, lixeiros e demais “trabalhos sujos”; e as atividades relacionadas ao corpo e à sexualidade, como massagistas, a prostituição e certas formas de danças eróticas (SCHMITT, 1990, p. 261-5). Essas atividades ainda são consideradas “tabus”, no primeiro caso porque o contato com o sangue, que simboliza o dom da vida, deve ser evitado em certas tradições religiosas. Ademais, como resultado da divisão social da sociedade brasileira, somente as “castas impuras”, como a de negros e mestiços, realizavam as atividades consideradas “sujas”. Até entre os escravos existia processo de marginalização, pois aqueles que transportavam os dejetos humanos em barris recebiam uma denominação própria, e sofriam preconceito: eram os “tigreiros”. No segundo caso, estão as atividades recriminadas pela moral sexual.

Ainda hoje as atividades relacionadas aos serviços de saneamento público são extremamente malquistas. Ninguém nascido em classes sociais mais abastadas pretende seguir, como carreira profissional, as atividades de lixeiro, varredor de rua, recicladores de lixo e afins. Isto é tão improvável que nem sequer é imaginado pela elite. Estas atividades, consideradas “desonrosas” pelas classes mais altas criam situações *sui generis* nos centros

urbanos do Brasil, como a “invisibilidade social” (COSTA, 2004). Quantas vezes, ao andar pelas ruas, as pessoas passam pelos funcionários da limpeza pública, ou ainda por homens instalando cabos de linhas telefônicas e nem os percebe? Tã fato geralmente causa perplexidade, pois estamos tão acostumados a “passar direto”, sem sequer notar a presença desses “outros” que automaticamente pensamos, quase sempre, no infortúnio de termos que nos desviar da rota por causa destes “transtornos”! O que se vê é que essa categoria marginal (a invisibilidade), não é nem sinalizada, não é percebida, pois a sociedade, marcada por diversos preconceitos e clivagens, a ignora. Todos querem ver resolvidos os problemas mais básicos, mas ninguém se interessa muito em saber como são feitos, ou quem os fazem. Assim, construímos a “invisibilidade social” como uma categoria extrema de marginalização social.

Além da sociedade civil, a religião também teve um papel destacado na configuração da marginalização social, como foi o caso dos heréticos, leprosos e judeus. O preconceito a tais categorias foi tão impressionante que a sociedade não somente evitava o contato, mas preferencialmente os afastava para as margens do *corpus* social, rejeitando qualquer situação de convivência. O conceito de heresia se liga às religiões ou seitas que, apesar de conhecer o credo católico, preferiram estabelecer novas crenças, como foi o caso dos cátaros e albigenses, estudados por Carlo Ginzburg (1989) e Emmanuel Le Roy Ladurie (2000). Já os leprosos têm uma definição dúbia, pois apesar de serem os pobres de Cristo por excelência, eram tidos como pecadores, e sobre eles recaíam suspeitas de serem marcados pela luxúria, e de tramarem contra os sãos.¹⁵ Por fim, os judeus são, na construção do pensamento cristão medieval, os acusadores de Jesus. Para os leprosos

15. Sobre esse aspecto, há uma passagem no livro de Levítico que deixa clara a crença mosaica dos leprosos como pecadores: “Se o homem estiver leproso é impuro, e como tal o sacerdote o deve declarar. O homem atingido por este mal andará com as vestes rasgadas, os cabelos em desordem e a barba coberta, gritando: ‘impuro, impuro!’ (...) Durante todo o tempo em que estiver leproso será impuro; e, sendo impuro, deve ficar isolado e morar fora do acampamento. (Lv 13, 1-2, 44-46) A mudança nesse comportamento ocorreu, segundo o evangelho de Marcos, com Jesus, que, cheio de compaixão estendeu a sua mão e tocou um leproso, curando-o. (Mc 1, 40-45).

foram criadas instituições que os afastavam do convívio com os sãos: os leprosários, locais edificadas fora das cidades, onde os homens de boa fé podiam exercer a sua piedade; mas, no caso dos hereges e judeus, não havia nenhuma complacência: restavam a Inquisição e a fogueira (GEREMEK, 1990, p. 233-248).

Por fim, observa-se que sinalizar as formas de marginalização permite aos pesquisadores perceber não somente os mecanismos de integração e exclusão social, mas também compreender que a história é construída por uma miríade de sujeitos que, à sua maneira, transformavam o seu mundo, contribuindo para a mudança da própria história. Torna-se necessário, dessa forma, pensar as categorias marginais como integrantes das sociedades, denunciando as suas idiossincrasias. Como herdeiros dos *Annales* devemos, ao menos, evitar o “perfume Langlois-Seignobos”, isto é, uma história centrada somente nos grandes homens e nas “figuras de proa”, elitista e factual (JULLIARD, 1995, p. 180), para perceber as categorias sociais que sofreram, durante séculos, o processo de marginalização social.

FONTES CITADAS:

- Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Governo (Sessão Colonial) (SC).
SC-05, fl. 75v. “sobre a ereção do novo Governo de São Paulo”.
Lisboa, 02 de Dezembro de 1720.
- SC-05, fl. 169. Sobre o fabrico de correntes de ouro toscamente, 1734.
- SC-07, fl. 37v. Bando. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. 01 de dezembro de 1710.
- SC-13, fl. 11. Carta do governador ao Secretário do Estado, Diogo de Mendonça. Vila Rica, 18 de Dezembro de 1720.
- SC-17, fl. 58/9. Bando. D. Lourenço de Almeida. Vila Rica, 11 de setembro de 1729.
- SC-21, fl. 35. Carta do governador para diversos capitães de dragões e capitães mores. Congonhas, 06 de julho de 1723.
- SC-21, fl. 93. Carta patente de D. Lourenço Almeida nomeando Joseph de

Aragão Coutinho, crioulo forro, para o posto de capitão-do-mato da comarca do Rio das Velhas, e das mais deste governo. Vila Rica, 19 de agosto de 1722.

SC-21, fl. 116/116v. Carta patente de capitão-do-mato de D. Lourenço de Almeida para João Casado, preto forro. Vila do Carmo, 04 de fevereiro de 1723.

SC-33, fl. 13. Bando. Conde das Galveias, Vila Rica, 02 de dezembro de 1733.

SC-34, fl. 20/20v. Carta patente de capitão-do-mato dada pelo governador, Dom Lourenço de Almeida, para Amaro de Queiros, preto escravo de Joseph de Queiros para o distrito de Antônio Pereira, termo da vila do Carmo. Vila Rica, 17 de janeiro de 1731.

SC-37, fl. 8v. Bando. Governador André de Melo e Castro. Vila Rica, 06 de novembro de 1732.

SC-37, fl. 09. Bando do governador André de Melo e Castro. Vila Rica, 06 de novembro de 1732.

SC-109, folha 354. Auto de Rematação do Contrato das Entradas. Lisboa, 28 de março de 1753.

Câmara Municipal de Mariana (CMM). CMM- 04, fl. 157-8. Bando de D. Lourenço de Almeida proibindo a venda de secos e molhados no morro de Mata Cavalos. Vila Rica, 14 de maio de 1722.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU/MG). AHU/MG, cx 80, doc. 18. Representação dos oficiais da Câmara da cidade de Mariana, contra a lei de 1726, que proíbe as entradas dos estrangeiros e comerciantes, e os prejuízos causados aos povos dessa cidade. Mariana, 27 de Março de 1762.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIA, C. M. J. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

- ANASTASIA, C. M. J. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- ANDREONI, J. A. (André João Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.
- ARAÚJO, J. X. *Para a decência do culto de Deus: artes e ofícios na Vila Rica setecentista*. 2003. 154 fl. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- BOXER, C. R. *O império marítimo português – 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.
- CHAVES, C. M. G. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- COSTA, F. B. da. *Homens invisíveis: Relatos de uma humilhação Social*. São Paulo: Globo, 2004.
- DARNTON, R. *O grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, N. Z. *Culturas Do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DIAS, R. S. História, cultura e sertão. In: BARBOSA, Carla Cristina. *Sertão: identidade e religiosidade*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2009, pp. 13-42.
- DIAS, R. S. Príncipes negros nas festas de brancos: Poder, revolta e identidades escravas nas Minas setecentistas. *Almanack Braziliense*, v. 2, pp. 114-125, 2011.
- DIAS, R. S.; SILVA, C. N. da Revolta negra nas Minas: as insurreições escravas e o imaginário sobre Palmares nos sertões das Minas do Ouro. In: DIAS, Renato da Silva; ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. (Org.). *Representações do sertão: poder, cultura e identidades*. São Paulo:

Humanitas, 2013, pp. 45-68.

FIGUEIREDO, L. R. A. Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil Colonial. *LPH: revista de história*, Ouro Preto, n. 5, 1995.

FIGUEIREDO, L. R. A. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GENOVESE, E. *Roll, Jordan, Roll: the world the slave made*. New York: Vintage Books, 1976.

GEREMEK, B. O marginal. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 233-248.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GUIMARÃES, C. M. Cada venda é um quilombo: escravismo e espaço de rebeldia nas Minas Gerais (século XVIII). In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Anais. Curitiba, 26-28 nov, 2003.

GUIMARÃES, C. M. Mineração, quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 139-163.

HOBSBAWM, E. J. Revolução cultural. In: _____. *Era dos extremos. O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 314-336.

HOBSBAWM, E. J. A história de baixo para cima. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 216-231.

HOLANDA, S. B. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, pp. 180-196.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Contraponto, 2006.

- LADURIE, E. L. R. *Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia francesa 1294-1324*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- LE GOFF, J. Documento/monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, pp. 547-8.
- LEMOS, C. S.; JULIÃO, L.; ANASTASIA, C. M. J. Dos Bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. *Oficina do Inconfidência: revista de trabalho*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999, Ano 1, V. 0, dez 1999, p. 17-32.
- LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- MAGALHÃES, B. R. A demanda do trivial: Vestuário, Alimentação e Habitação. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, UFMG, Belo Horizonte, n. 65, jul, 1987.
- MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOURA, C. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2004.
- RIBEIRO, R F. *Florestas anãs do sertão – o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RICOEUR, P. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- RUSSELL WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Edunb, 1981.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil*. New York, s/ed.,1982.
- SCHMITT, J C. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 261- 292.
- SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, F. M. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOBEL, M. *The world they made together: black and white values in eighteenth-century Virginia*. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

SOUZA, L. M. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, M. M. *Reis negros no Brasil escravista: história da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, pp. 181-2.

ZEMELA, M. P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Ed. Da Usp, 1990.